



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO EM GEOGRAFIA – MEG

NÚBIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO

**TURISMO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO POLÍGONO DE
TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL-TO**

Porto Nacional - TO

2014

NÚBIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO

**TURISMO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO POLÍGONO DE
TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL - TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* Universitário de Porto Nacional, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Linha de Pesquisa: Estudos Geo-territoriais
Orientadora: Dra. Rosane Balsan

Porto Nacional-TO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Porto Nacional

N244t Nascimento, Núbia Nogueira do.
Turismo cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO. / Núbia Nogueira do Nascimento. – Porto Nacional, TO: UFT, 2014.
222f.; il.; gráficos, mapas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosane Balsan.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia cultural. 2. Turismo. 3. Patrimonialização.
4. Território 5. Porto Nacional - TO. I. Título. II. Tocantins.

CDD 21. ed. - 338.4791

Bibliotecária: Núbia Nogueira do Nascimento CRB-2 /1393

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Núbia Nogueira do Nascimento

***TURISMO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO POLÍGONO DE
TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL – TO.***

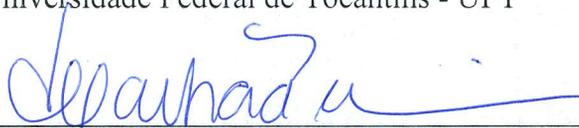
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 11 de agosto de 2014.

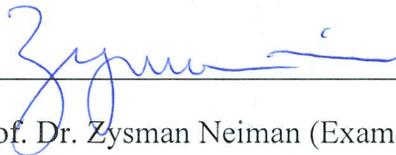
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Rosane Balsan (Orientadora)
Universidade Federal de Tocantins - UFT



Prof^ª. Dr^ª. Carolina Machado Rocha Busch Pereira (Examinadora)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dr. Zysman Neiman (Examinador)
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Porto Nacional – TO
2014

*Ao meu maior Patrimônio:
Orcina Nogueira do Nascimento e
Antoninho Carvalho do Nascimento*

AGRADECIMENTOS

Com certeza esse é o artefato mais difícil de redigir da dissertação, pois temos de refletir, imaginar, mentalizar e ter um amplo esforço para lembrar de todos aqueles que contribuíram para o nosso crescimento, seja ele pessoal, intelectual e/ou profissional no decorrer dos anos de curso, e foram muitos. Lembramos que essa é apenas uma pequena parcela de agradecimentos de uma vida inteira. Antecipadamente, queria me desculpar, pois sei que cometerei erros de uma mente que também falha por não lembrar ou não mencionar todos que estiveram presentes nessa trajetória. Desculpem-me. Primeiramente, gostaria de agradecer a Rosane Balsan, minha orientadora, pelo convite em participar do projeto “A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: a acessibilidade através dos acervos”, na Mitra Diocesana de Porto Nacional-TO, em 2010. Afirmando sempre que esse foi o princípio, o início, onde tudo começou. Obrigada pela confiança em mim depositada e ainda prorrogada, pelas viagens, pelas conversas, pelos ensinamentos, pela amizade construída, pelos exemplos de vida e pelos resultados obtidos ao longo desses anos. Aprendi que a academia ensina, mas são as lições de vida que nos transmite sabedoria. O trabalho seria concluído no período de dois anos, e suas observações, críticas e ou sugestões foram essenciais para conclusão e pelo prazer em pesquisar o centro histórico. Como em todo trabalho existem parcerias e equipe, eis os meus sinceros agradecimentos.

Aos da Biblioteca...

A Janira, minha chefe, amiga e colega de profissão, exemplo de vida e excelente profissional da informação. Pessoa por quem guardo uma profunda admiração, obrigada por compartilhar comigo os anos de ensinamento e convívio com palavras e exemplos. Ainda sou mera aprendiz. A Claudinha, obrigada pela companhia, pelos conselhos, pela amizade e por dividir sua família comigo, obrigada por tornar minhas tardes de trabalho mais felizes. Aos colegas de trabalho da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em especial os colegas que foram e os que ainda são do quadro de funcionários da Biblioteca.

Aos amigos...

Diana, Mikaelly e Lorena, por saber que posso contar com vocês a todo e qualquer momento. Aos amigos de Porto Nacional: Reyla, obrigada pelas conversas e orientações sobre as interpretações das Leis; Andressa, Emanoela e família, obrigada, pelos momentos de lazer e de conversas, que foram fundamentais para essa etapa. Aos amigos de sempre: Alcinéia, Igor Yure, Karol Almeida, Genilza, Leidiane. Aos que se fizeram presentes,

Tica e Cleide. A Ana Cláudia (Claudinha) e Kheily, Bruninho, Tavão, Tâmara, Dona Dulce e Dona Alano, obrigada por me receberem sempre tão bem e me considerarem como membro de sua família. São os meus sinceros agradecimentos a todos da família Batalha e Lacerda.

Aos colegas do mestrado...

Foi muito bom ter cada um presente em minha vida: Ordália, foi ótima a companhia na viagem ao Maranhão; Claudinha, as conversas e gargalhadas foram as fugas necessárias para aliviar os dias de tensão; Maria de Jesus, pela companhia em Campinas-SP; e Edna, pela companhia em Mateiros-TO. Aos garotos: Claudiomar, Júnior Batista, Diógenes, Guilherme e Joeslan.

Aos profissionais com o material para a pesquisa...

A equipe do Museu Histórico de Porto Nacional, Sebastiana, Sandra, Gláucia e a atual Secretária de Cultura Vita Fernandes. Ariomar e Antônia, ambos da Paróquia Nossa Senhora das Mercês, obrigada por me ajudarem com os dados da pesquisa na entrega dos questionários. A Rayce e Ceiza, funcionárias da Câmara Municipal de Porto Nacional, obrigada pela disponibilidade em localizar no arquivo todas as leis internas existentes sobre preservação do patrimônio histórico da cidade de Porto Nacional.

Foram muitos os professores que contribuíram com a pesquisa: Professor Zisman Neyman, pelas primeiras informações sobre o que pesquisar, por dimensionar a estrutura e a organização do texto escrito. Ao Professor Napoleão, pela discussão histórica e teórica de Porto Nacional; Professor Denis, pela discussão Miltoniana sobre o espaço e o território. Ao professor Jean Carlos Rodrigues, pela compreensão da patrimonialização do patrimônio como uma categoria de análise da Geografia, ao professor Adão Francisco pelas sugestões na qualificação. A Cejane Pacini (Divisão Técnica IPHAN – TO), pela prestatividade e por disponibilizar as principais fontes desta pesquisa: o Dossiê e a Ata de tombamento. Ao Jonas por informações úteis e necessárias para o fechamento dos procedimentos metodológicos e ao Cleber por algumas informações tecnológicas. Ao Herton Brito, pela concessão das fotos; Eva pela tradução na versão inglesa do abstract e a professora Carol Bush, pelo aceite em participar da banca, pois suas ressalvas serão de suma importância para o trabalho.

Ao professor Rafael, por dispor do seu tempo algumas manhãs para o esclarecimento e o entendimento sobre os dados estatísticos obtidos na pesquisa, auxiliando nas associações e nas análises quantitativas e qualitativas. A professora Iara, moradora do centro histórico, com uma sabedoria plena, me fez viajar nas histórias da gênese de Porto Nacional. A professora Andréa Santos, pelo apoio desde a graduação. Aos colegas Bibliotecários da Universidade Federal do Tocantins, ao professor Eliseu Lira e todos demais

do Programa de Pós-Graduação em Geografia de Porto Nacional. Aos turistas e, principalmente, aos moradores do Centro Histórico no polígono de tombamento. Obrigada pela entrevista concedida, pelo café, pelo almoço com o senhor Olegário, Prefeito de Porto Nacional na década de 70. Chá e bolo foram gestos carinhosos com que muitos me receberam. Obrigada por me permitir conhecer um pouco mais da sua história e a sua história na cidade.

Meu porto seguro...

Aos meus pais Antoninho e Orcina, meus parâmetros de integridade e conduta. Fonte de inspiração e desejo em continuar a concretizar os objetivos, obrigada pelo amor incondicional, confiança e apoio, desculpe-me a ausência constante, ela foi necessária. As minhas irmãs Darlene e Soraia, por proporcionar momentos de alegria. Alegria é a forma de como conduzimos a vida e para elas não há tempo para tristeza, mesmo em momentos dramáticos há espaço para o humor negro. A minha avó Maria de Nazaré, *in memoriam*, que tanto me falou e contou lendas, causos e histórias de Porto Nacional quando pequena. Contos e fábulas sobre a Catedral e a cobra Boiuna, sem mesmo eu saber que depois de alguns anos ali eu iria morar.

Aos amigos goianos da biblioteconomia e aos tocantinenses da geografia...

Não abandonei a Biblioteconomia, apenas mesclei áreas do conhecimento e se muitos falam de inter, multi, pluri e transdisciplinaridade, seja qual for dessas teorias, a verdade é que hoje sou Bibliotecária de formação e Geógrafa de coração. Obrigada a essa linda ciência por conhecer o desconhecido.

Tenho a chave para a porta do meu tema. Escrevo e choro a minha infância perdida; demoro-me comovidamente sobre os pormenores de pessoas e mobília da velha casa na província; evoco a felicidade de não ter direitos nem deveres, de ser livre por não saber pensar nem sentir – e esta evocação, se for bem feita como prosa e visões, vai despertar no meu leitor exatamente a emoção que eu senti, e que nada tinha com infância.

(PESSOA, 2011, p. 147).



RESUMO

Localizada a aproximadamente 60 km da capital, Palmas-TO, está Porto Nacional, uma das cidades do estado do Tocantins que possui um significativo valor histórico, artístico, cultural e religioso para o antigo “norte goiano”, assim chamada a região norte para os que residiam na região sul, hoje estado de Goiás. Como podemos observar nos estudos de alguns autores que trataram sobre várias temáticas em Porto Nacional, como educação, patrimônio, história, a gênese da cidade de Porto Nacional se deu por três acontecimentos: a chegada dos Dominicanos, o surgimento de três jornais e a chegada de um médico à cidade. Vários são os motivos para ser considerada uma das cidades mais representativas do Estado, um deles é o fato de contar com uma forte tendência à religião, mas especificadamente o Catolicismo. Outro dado importante foi o tombamento, que aconteceu no ano de 2008, sendo a segunda cidade a ser tombada no Estado do Tocantins, e a primeira em território tocantinense. Traz uma retrospectiva sobre o processo de evolução do patrimônio com destaque as Cartas Patrimoniais de Atenas, em (1931), Carta de Veneza, de (1964), a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de (1972), e a declaração de Amsterdã, em (1975). Essas cartas foram de fundamental importância para a consolidação do Patrimônio Histórico e Cultural nos dias atuais. O estudo propõe discutir e refletir sobre ações que norteiam o Turismo Cultural na cidade. A primeira etapa que compõe o estudo foi a aplicação de um questionário aos turistas que visitaram a Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico e Cultural no período de férias referente ao mês de julho e dezembro de 2013, e o processo de patrimonialização do Centro Histórico, segundo os argumentos e entrevistas feitas com os moradores. Foram aplicados aos turistas alguns questionários semiestruturados como primeira etapa da pesquisa. Um dos principais objetivos é discutir o desenvolvimento do turismo cultural na cidade para o desenvolvimento da atividade turística na cidade. A segunda etapa consiste em verificar a percepção dos moradores na poligonal de tombamento do centro histórico quanto ao processo de patrimonialização com base em documentos formais que constituem a Ata de Tombamento do Centro Histórico e o Dossiê de Tombamento. Faz-se uma reflexão sobre o atual contexto que a cidade se encontra. Assim, teremos duas visões, do turista e do morador, a fim de responder se o tombamento da cidade de Porto Nacional corresponde às expectativas do turista e do morador. Considerado o berço cultural do Patrimônio Histórico do Estado, com base em algumas questões contidas no questionário, surge a reflexão para o questionamento: a existência o Turismo cultural na cidade de Porto Nacional-TO bem como a participação dos moradores para o tombamento do centro histórico.

Palavras-chave: Geografia cultural. Território. Patrimonialização. Centro Histórico. Porto Nacional-TO.

ABSTRACT

Placed close to 60 km from the state district, Palmas-TO, there is Porto Nacional, one of the Tocantins' state cities well known for its historical, artistic, cultural and religious value to the old times known as "norte goiano", which is the north region for those who lived in the south, this last one is now called Goiás state. As we can observe through the study of some authors dedicated to several subjects on Porto Nacional, like Education, Historical heritage and History, Porto Nacional city genesis was set by three start points: the Dominicans arrival, the dawn of three newspapers and lastly the arrival of a physician to the city. There are many reasons why it is one of the most representative cities in the state, one of them is the strong tendency to religion, most of all the catholic one. Another important aspect was its landmarking by the historical heritage, which occurred in 2008. It is also needed to mention that it was the second city to be listed as historical heritage on the state and also the first in its territory. It carries an eventful hindsight of the historical heritage evolution process whereas it includes the Historical Heritage Chart of Athenas (1931), Venice Chart (1964), Convention for World Cultural and Natural Historical Heritage (1972) and the Amsterdam Declaration (1975). These charts were weighty to the historical heritage landmarks consolidation in our times. This study suggests to discuss and reflect on the actions that give north to the city cultural tourism. The first step of this study consisted in the application of a poll to the tourists that visited the city's church and museum during the last 2013 July and December, as well as this part points out the historical heritage process of Porto Nacional's historical center according to the arguments and interviews done upon the city dwellers. Some semi-structured polls were applied on the tourists as first step of this research. One of the standard points of this work is to measure cultural tourism importance to the city tourism as a whole. The second step of this work is to verify the perception of the nearby inhabitants of the city's historical center on the historical heritage process based on formal documents as the Historical Center Heritage Landmarking Minute and the Historical Heritage Landmarking Dossier. This study drifts a reflection upon the actual context of the city. After all, this study contains two vision, the dweller and the tourist one, in order to answer if the city historical heritage listing replies to their expectations. Having in mind the fact that the city is considered the cultural birthplace of the state, and also based on some issues enlightened by the poll, a reflection arises: the existence of cultural tourism in Porto Nacional and the participation of its dwellers to the historical center landmarking.

Key-words: Cultural geography. Territory. Historical heritage landmarking. Historical center. Porto Nacional-TO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Placa de regulamentação no centro histórico	38
Figura 2 -	Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional - TO	50
Figura 3 -	Palácio Episcopal em meados dos anos 40	68
Figura 4 -	Mitra Diocesana de Porto Nacional – TO	68
Figura 5 -	Construção do Coreto em Porto Nacional - TO	69
Figura 6 -	Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Coreto	70
Figura 7 -	Atual Praça Nossa Senhora das Mercês	71
Figura 8 -	Casarão dos Maias	73
Figura 9 -	Poligonal de Tombamento de Porto Nacional-TO/2008	77
Figura 10 -	Retificação – Poligonal de Tombamento de Porto Nacional-TO/ 2012	79
Figura 11 -	Mapa de localização das cidades históricas de Goiás e Tocantins	85
Figura 12 -	Representação dos bens culturais em Porto Nacional - TO	90
Figura 13 -	Esquemática – Turismo cultural em Porto Nacional	92
Quadro 1 -	Cronologia de algumas datas significativas referente ao contexto histórico de Porto Nacional – TO	21
Quadro 2 -	Tipos de turismo cultural e suas características	29
Quadro 3 -	Os principais agentes de deterioração ao bem material	36
Quadro 4 -	Carta Patrimonial e sua evolução	48
Quadro 5 -	Critérios estabelecidos pela Unesco para o Tombamento de Bem do Patrimônio Mundial	62
Quadro 6 -	Relação da quantidade de Bens Tombados no Brasil e suas respectivas regiões	63
Quadro 7 -	Bens culturais aprovados em tramitação para futura inserção no livro de tomo do IPHAN	64
Quadro 8 -	Relação das cidades históricas do antigo Norte Goiano, Goiás e Tocantins na década de 80	83
Gráfico 1 -	Resultados referentes ao mês de julho	93
Gráfico 2 -	Resultados referentes ao mês de dezembro	94
Gráfico 3 -	Respostas entrevistados	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados estatísticos: questionário aplicado aos turistas	87
Tabela 2 -	Especificação - centro histórico	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
CIAMB	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODEPORTO	Companhia de Desenvolvimento de Porto Nacional S/A
COMSAÚDE	Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
D.O.U.	Diário Oficial da União
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro dos Museus
ICOMOS	Internacional Council of Sites and Monuments - Conselho Internacional dos Sítios e Monumentos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano
NUTA	Núcleo Tocantinense de Arqueologia
ONGs	Organizações não Governamentais
IR	Radiação infravermelha
UV	Radiação ultravioleta
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UHE	Usina Luís Eduardo Magalhães
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WTO	World Tourism Organization - Organização Mundial do Turismo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Apresentação, objetivos e escolha da área de estudo.....	17
1.2	Contexto histórico da cidade de Porto Nacional-TO.....	19
1.2.1	Cronologia da cidade.....	21
1.3	Estatuto da Cidade e o Plano Diretor	22

CAPÍTULO 2

2	PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITUAÇÃO.....	25
2.1	Definições de cultura.....	26
2.2	Turismo.....	28
2.2.1	Turismo cultural.....	29
2.2.1.1	<i>Porto Nacional e os bens materiais e imateriais.....</i>	<i>32</i>
2.2.2	Prevenção de risco em áreas de preservação do centro histórico.....	34
2.3	Políticas Públicas.....	40
2.4	Políticas Públicas em Porto Nacional – TO.....	40

CAPÍTULO 3

3	HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO PATRIMONIAL NO BRASIL.....	47
3.1	Porto Nacional – TO em contexto: a cidade e o tombamento.....	49
3.1.1	Dossiê de Tombamento de Porto Nacional-TO.....	52
3.2	Patrimonialização: conceituação.....	56
3.2.1	Processo de Patrimonialização em Porto Nacional Tocantins – TO: interpretação da Ata de Tombamento.....	59
3.2.1.1	<i>Monumentos no polígono de tombamento: tempo passado e o tempo presente.....</i>	<i>65</i>

CAPÍTULO 4

4	PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO: POLIGONO DE TOMBAMENTO E SEU LIMITE.....	75
4.1	Paisagem cultural e o espaço patrimonializado.....	81
4.2	A ressignificação do território e a construção da identidade.....	83
4.3	Procedimentos metodológicos.....	86
4.3.1	Interpretação dos turistas.....	89
4.3.2	Interpretação dos moradores do Centro Histórico.....	94
5	CONSIDERAÇÕES.....	99
	SUGESTÕES PARA MELHORIAS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL - TO.....	103
	SUGESTÕES PARA PRÓXIMAS PESQUISAS.....	104

REFERÊNCIAS.....	105
GLOSSÁRIO.....	115
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS E/OU EXCURSIONISTAS.....	116
APÊNDICE B - ENTREVISTA REALIZADA COM OS MORADORES DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL.....	118
ANEXO A – DOSSIÊ DE TOMBAMENTO – PRIMEIRO VOLUME.....	119
ANEXO B – DOSSIÊ DE TOMBAMENTO – SEGUNDO VOLUME.....	155
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	222

1 INTRODUÇÃO

Localizada a aproximadamente 60 km da capital, Palmas-TO, Porto Nacional é uma das cidades do estado do Tocantins que possui um simbólico valor histórico, artístico, cultural e religioso para o antigo “norte goiano”, assim chamada a região norte para os que residiam na região sul, hoje o estado de Goiás. Esses fatos podem ser observados nos estudos das autoras Maria de Fátima de Oliveira (2010) e Noeci Carvalho Messias (2012), que contribuíram com a escrita e um pouco da história de Porto Nacional-TO. A primeira autora, em seu livro “Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1890”, fruto de sua dissertação de mestrado, apresenta alguns dados relevantes para entender a gênese de Porto Nacional.

A origem da cidade Porto Nacional teve sua gênese formatada com três grandes marcos: a chegada da imprensa, a vinda de padres dominicanos e o estabelecimento de um médico na cidade.

Com a imprensa, houve a inauguração de três jornais: a Folha do Norte, editada pelos comerciantes Frederico Lemos e Luís Leite Ribeiro, entre os anos de 1891 e 1894; o Incentivo, entre 1901 e 1902; e o último jornal da época, o Jornal Norte de Goyaz, fundado pelo médico Francisco Ayres da Silva, em 1905. A chegada dos padres dominicanos, principais percussores da religião e do processo educativo na cidade de Porto Nacional, propiciou a fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, conhecido também como “Colégio das Irmãs”. Este nome deve-se às fundadoras irmãs dominicanas, que vieram da França em meados de 1904. Por fim, chega um médico à cidade, Francisco Aires da Silva (OLIVEIRA, 2010).

Vários são os motivos para que Porto Nacional seja considerada uma das cidades mais representativas do estado, pois conta com uma forte tendência à religião, mas especificadamente ao Catolicismo. Segundo o último senso de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), há 944.467 habitantes adeptos da religião católica apostólica romana no Estado do Tocantins e 36.379 habitantes portuenses adeptos a mesma religião.

A autora Noeci Carvalho Messias (2012), natural de Porto Nacional, em seus estudos, que resultaram em um livro intitulado a “Porto Nacional: patrimônio cultural e memória”, priorizou a análise de entrevistas feitas com a comunidade que habitava no entorno do centro histórico, ou mesmo pessoas que vivenciaram os atrativos que a cidade oferecia antes das intervenções causadas ao longo dos anos, como: a construção da Usina Hidrelétrica

Luís Eduardo Magalhães (UHE), que culminou na diminuição de turistas à cidade, a Orla Beira Rio e a demolição do Coreto. A praia Porto Real, o Coreto e o carnaval que acontecia no centro histórico na rua Cabaçaco¹ eram atrativos turísticos e fonte de renda para alguns portuenses. Por meio da oralidade, a autora propôs verificar o índice de insatisfação das pessoas com a construção da UHE, que resultou na “nova praia artificial”, deixando apenas na memória e na saudade aqueles que vivenciaram a praia de Porto Real². Outro ponto que chamou atenção em seu estudo foi a discussão sobre a derrubada do Coreto, que se constituía um bem patrimonial de Porto Nacional-TO. No âmbito educacional, a autora Benvinda Barros Dourado (2013), em sua publicação “Educação em Porto Nacional: uma perspectiva histórica”, resultado de estudo sobre o processo educacional estabelecido no norte de Goiás-Tocantins, particularmente em Porto Nacional, do século XIX até meados do século XX, apresentou, por meio da trajetória histórica, um panorama da educação nessa cidade. Vários são os autores e os pesquisadores que retratam a cidade e assim contribuem com pesquisas voltadas a Porto Nacional-TO.

Pensar o Turismo, em específico o “Turismo cultural”, é entender que desde a gênese da cidade, no processo migratório, já recebíamos os grupos vindos de fora, sejam eles migrantes ou mesmo viajantes em busca de jazidas ou pepitas de ouro, talvez aqui seja o início para o turismo na cidade. Nesse sentido, a prática do turismo não é uma atividade recente, ela perdura há muito tempo. O tema abordado foi escolhido pela inexistência de um estudo mais específico, pois já havia escritos sobre a gênese, o histórico da cidade e o processo educativo. Antes tínhamos uma praia e, conseqüentemente, a cidade atraía muitas pessoas, tanto brasileiros quanto estrangeiros. E hoje a prática do turismo na cidade de Porto Nacional ainda existe?

Esse estudo apresenta um breve histórico da cidade de Porto Nacional-TO bem como algumas datas marcantes para consolidação da cidade e uma discussão sobre o processo de patrimonialização. Com base em pesquisas exploratórias, o questionário e a entrevista foram usados como ferramenta para mensurar os dados. A primeira etapa da pesquisa consiste na aplicação de questionários no mês de julho e dezembro.

¹ De acordo com os moradores do Centro Histórico, chama-se rua do Cabaçaco, pois antes havia um cabaçal que compunha vários pés de cabaças. Mas, nos dias atuais, a rua é conhecida como Rua Coronel Pinheiro.

² Com a implantação da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE), no ano de 2001, uma grande área foi alagada. O reservatório se estende por aproximadamente 170 km, apresentando um espelho de 630 km². O alagamento, entre outros danos, implicou o desaparecimento das praias naturais do Rio Tocantins, apesar da criação de algumas praias artificiais, enquanto medidas compensatórias (LIRA, 2010).

Para o segundo momento, foram feitas entrevistas com os moradores do centro histórico de Porto Nacional, em específico na área tombada em 2008, e logo na sua ampliação, em 2012, a fim de descobrir a sua participação no processo de tombamento proposto pela gestão atuante no ano de 2008. Para viabilizar este estudo, as principais fontes adotadas foram: o Dossiê de Tombamento da cidade de Porto Nacional-TO, composta por dois volumes e a Ata de proposta para o tombamento. Documentos de suma importância, ambos disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dos quais resultaram o tombamento do Centro Histórico.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro apresenta um histórico da cidade de Porto Nacional, até os dias atuais, por meio de um arranjo temporal. O segundo tem o propósito discutir alguns conceitos: patrimônio, cultura, turismo, turismo cultural, políticas públicas entre outros.

Já o terceiro discute o conceito de patrimonialização bem como o processo de tombamento na cidade de Porto Nacional, em específico, o centro histórico com uma delimitação denominada Polígono de Tombamento. Menciona de forma sucinta como se deu o processo de tombamento desse perímetro e a interpretação dos discursos utilizados pelos membros do Conselho Consultivo que participaram do tombamento no dia 27 de novembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro.

O último capítulo apresenta as bases metodológicas do estudo. Também traz alguns resultados faz análise deles sobre a opinião dos turistas e moradores da poligonal de tombamento quanto à existência de turismo cultural em Porto Nacional, bem como da participação dos moradores no processo de tombamento no ano de 2008.

1.1 Apresentação, objetivos e escolha da área de estudo

A memória da cidade é resgatada por ações antrópicas com objetivo de sensibilizar a população, por meio da preservação do bem material/imaterial, para que as gerações futuras possam usufruir um pouco de sua história e que essa história não esteja apenas na memória daqueles que a vivenciaram. O turismo cultural tem a finalidade de conhecer a geografia histórica, os monumentos, as obras e outros bens culturais que a cidade oferece, mas também tem o objetivo crucial de desfrutar dos recursos e das atrações oferecidos pela localidade. Todos eles, direta ou indiretamente, contribuem para o reconhecimento do valor patrimonial da cidade no todo. Ao se estudar o polígono de tombamento, discutiremos sobre os conceitos do turismo cultural, patrimônio cultural,

patrimônio material e imaterial, bens culturais, entres outros. O objetivo geral é analisar a interpretação dos turistas e dos moradores sobre a existência do turismo cultural, bem como o processo de patrimonialização de Porto Nacional. Tem-se como objetivos específicos:

- a) elaborar uma opinião geral dos bens culturais do centro histórico de Porto Nacional-TO, como subsídio para o desenvolvimento do turismo cultural no polígono de tombamento;
- b) interpretar alguns imóveis demolidos no polígono de tombamento;
- c) verificar a existência das Políticas Públicas nas esferas municipal e estadual existentes no polígono de tombamento;
- d) discutir o processo de patrimonialização em Porto Nacional-TO.

A cidade de Porto Nacional, em termos de cultura e religião, é uma das cidades que merece destaque no estudo que será realizado. Assim, nos dizeres de Oliveira (2010, p. 8):

Porto Nacional tornou-se o lugar, centro de cultura do antigo norte de Goiás devido à ação da ordem religiosa dominicana na formação intelectual dos jovens e também da atuação da imprensa pela divulgação das notícias cotidianas e até internacionais nos periódicos Folha do Norte e Norte de Goyaz. O lugar da representação do nortense, o lugar do sentimento de pertença a uma região, de ser tocantinense, enfim brasileiro.

Porto Nacional, ao se constituir “cidade”, passou por vários processos. Primeiramente, com o ciclo do ouro, em que o Rio Tocantins era uma das principais vias de acesso para o escoamento de pessoas e mercadorias; logo depois, com a pecuária; e, em seguida, foram se desenvolvendo outras atividades no setor primário, secundário e terciário. De acordo com Saballa (2007, p. 23), entende-se por patrimônio cultural “a promoção à integração de diversos grupos constituintes de uma dada comunidade objetivando a motivação de ações que possibilitem a emergência de diferenciadas proposições e estabelecimento da defesa e ativação da memória”.

Essa cidade, além de ser uma das mais antigas do Estado, é considerada por seu potencial em valor histórico, pois percebemos que algumas “construções apresentam processos e técnicas artesanais e manuais de construir, anteriores ao período onde são introduzidas as novas tecnologias, ou seja, construídos até a década de 1960, antes da industrialização dos processos construtivos e das práticas de planejamento desenvolvimentista” (IPHAN, 2007, p. 10). Assim, possuem informações em termos culturais, sejam elas materiais ou imateriais. Para a delimitação do polígono de tombamento, foram

necessárias algumas análises em que “a observação do arruamento e do tecido urbano tradicional foi de suma importância para esta delimitação” (IPHAN, 2007, p. 10).

Espera-se que este trabalho possa contribuir nos estudos da Geografia do Turismo e da Geografia Cultural como forma de subsídio para políticas públicas de preservação do patrimônio como prática social e política dos bens culturais do Centro Histórico de Porto Nacional-TO.

1.2 Contexto histórico da cidade de Porto Nacional-TO

A exploração do ouro teve início em 1722 na Província de Goiás sendo iniciada em 1722, assim, atraiu muitos mineradores e foi responsável pela maioria dos pequenos núcleos que se estabeleceram na região. A travessia desses mineradores, tropeiros, mascates e viajantes já era realizada no local onde é hoje o centro histórico de Porto Nacional. O cabo Thomaz de Souza Villa Real, em 1791, verificou a possibilidade de navegação, neste sentido estabeleceu uma rota de comércio no sentido sul-norte. O comércio e a navegação tiveram o desenvolvimento privilegiado com a localização entre dois povoados mineradores importantes: Pontal e Carmo. Surge, então, Porto Real, atual Porto Nacional-TO (IBGE, 2012).

Godinho (1988, p. 10) afirma que a origem de Porto Nacional-TO:

O povoado de Porto teve como origem um pobre casebre que explorava o transporte de passageiro em demanda para o importante arraial de Pontal edificado no sopé da serra do mesmo nome distante três léguas, a ocidente de Porto e dos que buscavam as ricas minas de ouro do arraial do Carmo [...] a oriente da margem do Tocantins.

O autor complementa que, na última década do século XVIII e início do século XIX, diversas casas foram se aglomerando, onde passaram a residir pequenos agricultores, pescadores, fabricantes de barcos para escoamento do ouro para Belém do Pará e transportadores de carga e mercadorias para Carmo e Pontal. A cidade de Porto Nacional passa a ser, junto com Natividade e Arraias, uma das referências históricas mais importantes do Estado, em que estão plantadas as raízes do norte goiano (IBGE, 2012). Nesse sentido, destacam-se os museus (instituições de memória), pois cabem a eles, no campo social e histórico, promover a lembrança e lutar contra o esquecimento.

É impossível falar do surgimento de Porto Nacional sem mencionar os bandeirantes, que inicialmente buscavam o aprisionamento de índios para o trabalho agrícola,

em suas invasões pelo sertão goiano e mato-grossense. Assim que descobriram o ouro, mudaram então o foco para as expedições e para a exploração. Assim, Porto Nacional nasce na rota de exploração aurífera no território antes pertencente ao Estado de Goiás, integrando uma rede de cidades fundadas a partir desse contexto (IPHAN, 2007).

Ainda segundo o Iphan (2007), o nome Porto Nacional deriva da função portuária que o núcleo urbano desempenhou desde o início da sua formação, pois nesse ponto se articulavam o transporte terrestre e o fluvial. Em 1831, após a independência do Brasil e quando é elevada à Vila, Porto Real tem seu nome modificado para Porto Imperial. No ano de 1835, é elevado a Paróquia independente, e a Distrito em 1851, quando passa a contar com juízes, e em 1861 torna-se cidade. Em 1890, após a proclamação da república, recebe o nome atual, Porto Nacional.

De acordo com Oliveira (2010), Porto Nacional tornou-se um ponto estratégico à beira do Rio Tocantins por ser via de transporte e comunicação com outros centros comerciais como o Pará, uma vez que não havia rodovias na região naquela época. Outro fator importante foi o estabelecimento da ordem religiosa dominicana na cidade, que permitiu a Porto Nacional tornar-se centro de irradiação espiritual e cultural para todo o norte de Goiás. Conforme Oliveira (2010), em seu estudo, estabeleceu três décadas, 1880-1910, quando houve a fundação de periódicos locais – como a Folha do Norte, primeiro periódico, em 1891, o Incentivo, em 1901 e, por fim, em 1905, o Norte de Goiás –, a chegada dos dominicanos e a vinda de um médico na cidade, Doutor Francisco Aires da Silva. Esses foram três marcos importantes para a consolidação da história de Porto Nacional.

No ano de 1824, Cunha Mattos observa que: “o arraial possuía 47 casas pequenas, uma pobre capela, um registro das embarcações que transportavam para o Pará, com um destacamento de 28 praças, duas pequenas peças de artilharia, de bronze e algumas munições” (MATTOS, 1979, p. 128). “As ruas são direitas largas, arejadas. A cidade domina a 50 metros de altura o majestoso Rio Tocantins que lhe oferece o mais esplendido panorama” (AZEVEDO, 1910, p. 187).

1.2.1 Cronologia da cidade

No quadro a seguir, mencionaremos as etapas mais significativas da cidade de Porto Nacional, bem como sua gênese até os dias atuais. Um dos objetivos é entender e compreender o processo administrativo em que a cidade se encontra hoje.

Quadro 1 – Cronologia de algumas datas significativas referente ao contexto histórico de Porto Nacional-TO

Datação	Acontecimento
1738	(Pontal/Porto Real) ³
1831	Porto Real - Vila ⁴
1833	Porto Imperial ⁵
1842	Primeiro Pároco padre José Manoel Pinto Cerqueira
1861	Emancipação (Porto Imperial torna-se cidade) ⁶
1886	Chegada dos padres Dominicanos e missionários à cidade ⁷
1894	Demolição da Capela estilo colonial e início da construção da Catedral Nossa Senhora das Mercês
1894-1903	Construção da nova Igreja – Catedral Nossa Senhora das Mercês
1830-1960	Início das instituições educativas ⁸
1904	Chegada das Freiras Dominicanas
1915	1º Bispo de Porto Nacional – Dom Domingos Carrerot
1921	Prédio da Prefeitura Velha, primeiro prédio na cidade com dois pavimentos
1935	Inauguração do Aeroporto de Porto Nacional-TO
1957	Construção do Seminário São José, antigo “Convento Santa Rosa de Lima”
1969	Criação da COMSAÚDE ⁹
1989	Emancipação do Estado do Tocantins ¹⁰
2001	Construção (Orla Beira Rio)
2008	Tombamento do Centro Histórico pelo Iphan (Poligonal de Tombamento)
2012	Retificação da Poligonal de Tombamento (extensão da área tombada)

Fonte: BORGES, PALACIN, 1987. Adaptado por Núbia Nascimento.

No quadro anterior, podemos verificar os períodos e seus respectivos acontecimentos da cidade. Os principais eventos diretamente ligados a Porto Nacional-TO e aos bens culturais.

³ Plano de Cultura (2011).

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

⁸ Segundo a concepção de Dourado (2013).

⁹ É uma Organização não-governamental, filantrópica, fundada em 10 de junho de 1969. Atua através de quatro Setores: Saúde, Educação, Comunicação e Cultura e Desenvolvimento Comunitário. Cada setor abriga diferentes serviços, que por sua vez desenvolvem as atividades específicas. Disponível em: <http://www.comsaude-to.com.br/sobre_nos/historico.php>. Acesso em 7 abr. 2014.

¹⁰ Segundo Rodrigues (2011).

1.3 Estatuto da Cidade e o Plano Diretor

O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), previsto nos artigos 182 e 183 da Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Assim: “No inciso XXIII, o art. 2 dispõe que a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural são constituídas pelo patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. Nesse sentido, podemos afirmar que é um dos direitos e deveres da cidade proteger o seu patrimônio e preservá-lo.

O Plano Diretor de Porto Nacional (2006) traz algumas reflexões e informações, seja nos aspectos físico-ambientais, sociais ou mesmo econômico-políticos. No art. 3º, capítulo IV, intitula a “criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental turístico e de utilização pública”. Ainda baseado em informações do Plano Diretor de Porto Nacional (2006, p. 3-4), na seção II do desenvolvimento turístico, há:

Art. 10. O desenvolvimento turístico deve estar voltado para os segmentos cultural e de natureza, possibilitados pela diversidade dos recursos naturais, pela presença do lago e pelo patrimônio histórico-cultural existente, e será implementado mediante:

- I – inventariação dos atrativos turísticos naturais e culturais;
- II – aproveitamento e valorização dos atrativos turísticos;
- III - estruturação como centro de excelência em educação;
- IV - valorização do patrimônio histórico-cultural e turístico;
- V - incentivo ao combate à fome e à exclusão social.

Diferentemente, o que está proposto no Plano Diretor é inversamente o que encontramos na prática no centro histórico de Porto Nacional-TO. Na seção II, em que se estabelece a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, está disposto nos arts. 41 e 42:

Art. 41. A preservação do patrimônio histórico e cultural visa valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.

§ 1º Entende-se como patrimônio material as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico.

§ 2º Entende-se como patrimônio imaterial os conhecimentos e modos de fazer identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

Art. 42. O Poder Executivo municipal deverá elaborar política de preservação do patrimônio histórico e cultural tendo por finalidades:
I - tornar reconhecido e apropriado o valor cultural do patrimônio;
II - garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
III - desenvolver o potencial turístico do município, com base em seu patrimônio cultural e natural (PORTO NACIONAL, 2006, p. 11).

Conforme Luchiari (2005), “a eleição de um patrimônio é sempre um processo socialmente seletivo” ou “culturalmente seletivo”. Nos arts. 41 e 42 do Plano Diretor do município, fica evidente que há interesses nos discursos, quando se referem à preservação, à conservação e à manutenção do centro histórico, especialmente no polígono de tombamento. Mas essas propostas infelizmente não cabem no que está sendo executado na prática.

A cidade é o espaço territorializado, apropriado pelas sociedades. “No Brasil, o conceito de cidade está associado ao aspecto político, ou seja, são sedes administrativas dos municípios que, por sua vez, representam a menor parcela do território com gerenciamento político próprio” (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 24). Ainda seguindo o pensamento de Castrogiovanni (2001), os visitantes de uma cidade podem ter uma leitura muito tênue daquilo que um determinado espaço urbano pode significar em termos de lazer, cotidiano para os moradores. Nem sempre é permitida ao turista a total interação com a região que visita em certas circunstâncias. Cada lugar de uma cidade pode ser um amparar-se permanente para alguém ou uma extensão do significado e da riqueza da existência humana. Le Goff (1998, p. 119) questiona que a “cidade é sinônimo de sociabilidade, embora tenha se tornado hoje sinônimo de individualismo e de anonimato”. Assim, afirma que “a cidade na Idade Média criou a beleza artística urbana, dando origem a um novo urbanismo”, pois:

A cidade da Idade Média não tem a nossa preocupação para a conservação, ela demonstra um belo otimismo. O orgulho urbano é feito da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e por aqueles que trazem à luz, detentores do poder e artistas (LE GOFF, 1998, p. 119).

Ao pensar em cidade imaginada, leva-nos a entender uma cidade desejada e planejada pela sociedade no sentido de suprir todos os anseios no campo visual, em relação ao “belo”, e no campo sentimental, em saber mensurar as sensações e as emoções vividas e vivenciadas pela sociedade. Com a afirmação do autor, podemos verificar que a cidade de Porto Nacional, antes não tão bela e com pouca estrutura física atrativa, era admirada pelas pessoas que viviam mais à cidade. Hoje podemos notar que esse convívio de cidade e

sociedade não é tão intenso como antes. Na sociedade moderna, a maioria das cidades planejadas, são mais estruturadas e conseqüentemente, mais bonitas em estrutura arquitetônica. Essa individualidade das cidades de hoje se deve muito aos meios de comunicação e interações virtuais, pois se antes os relacionamentos interpessoais eram somente face a face, mas, com a existência das novas tecnologias, bem como das redes sociais e os meios de comunicação, as amizades reais, pessoas reais e cidades reais passaram a ser virtuais.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITUAÇÃO

“Enquanto simples materialidade, nenhuma parte da paisagem tem, em si, condições de provocar mudanças no conjunto” (SANTOS, 2012, p. 107).

Segundo Françoise Choay (2001), sobre o patrimônio arquitetônico urbano, é possível identificar três aspectos e atribuir caráter a uma estrutura edificada chamada de “monumento histórico”. Nos dias atuais, o monumento passa a ter valor atribuído ao “patrimônio”, ao valor econômico, que consiste em valor atribuído ao bem imóvel e/ou monumento. O valor artístico ou estético, em que os eruditos eram merecedores de toda atenção do belo, diferentemente dos monumentos em estilo românico e gótico.

Aqui podemos mencionar uma diferença conceitual entre o valor cognitivo ou de memória, ou seja, a diferença entre o monumento e o monumento histórico (FLORES, 1998). O termo monumento tem origem latina *monumentu*, que significa memória, escultura ou obra de admiração. Tudo aquilo que é lembrado, por meio de hábitos, ritos, costumes e valores passando de gerações a gerações, configurando o que Milton Santos (2011) chamou de rugosidade da paisagem, são os vestígios passados agregados no presente. Assim, podemos perceber que tudo o que usamos, todas as obras modificadas constituem as rugosidade de espaço e tempo. Segundo Castriota (2009), “o patrimônio possui, portanto, a qualidade de configurar aquilo que chamamos de memória ou imaginários coletivos”. Para Flores (1998), isso difere de “monumento histórico”, que é selecionado por uma sociedade entre uma malha de obras arquitetônicas e se faz representar por identidade própria de um determinado lugar, uma identidade vista pela totalidade. Em outras palavras, traduz-se aqui o centro histórico de Porto Nacional. É importante ressaltar que a ideia de patrimônio arquitetônico está diretamente ligada ao que tange ao “monumento histórico”.

O princípio de seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os outros lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas. Esse é um fenômeno novo na história das técnicas e na história dos territórios. Antes havia técnicas hegemônicas e não hegemônicas; hoje, as técnicas não hegemônicas são hegemônicas (SANTOS, 2011, p. 26).

Nos dizeres do autor, faz uma comparação do mundo contemporâneo para o arcaico, em que as técnicas modernas e as novas tecnologias estão substituindo as técnicas rudimentares, como o modo de fazer e criar. Tornam-se explícitas a globalização e a hegemônica da cidade de Porto Nacional, se antes desconhecida, agora, nacionalmente e

internacionalmente conhecida por meio da seletividade e aos meios de informação e comunicação.

2.1 Definições de cultura

Para definir a cultura e os tipos de cultura, utilizamos os conceitos de alguns autores na área da antropologia. A primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico pertence a Edward Tylor. No primeiro parágrafo de seu livro *Primitive Culture* (1871) o autor procurou demonstrar que a cultura pode ser um objeto de um estudo sistemático, pois trata de ser um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capaz de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução (EDWARD TYLOR, 1871 [1958], parte 1, p. 1 apud LARAIA, 2003, p. 30).

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções. Estes são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2003, p. 45).

A interação face a face foi durante muito tempo o meio de comunicação mais usual. Os grupos tribais se interagiam e se comunicavam em um mesmo espaço e tempo, assim, a linguagem era o principal meio de comunicação. O aparecimento da escrita provocou transformações na forma de transmitir o conhecimento. Com a invenção da imprensa por Gutenberg, em meados do século XV, e a revolução do computador, no século XX, sem dúvida foram o início para a explosão da informação e os variados tipos de mídias existentes na atualidade. Na medida em que aconteciam mudanças na informação, a sociedade, de certa maneira, sentiu necessidade de acompanhá-las, especialmente para se adequar às novas tecnologias. “Em outras palavras, não basta a natureza criar indivíduos inteligentes, isto ela faz com frequência, mas é necessário que coloque ao alcance desses indivíduos o material que lhes permita exceder a sua criatividade de uma maneira revolucionária” (LARAIA, 2003, p. 46). No caso humano, toda experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um infundável processo de acumulação. “Assim sendo, a comunicação é um processo cultural. Mas explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria

cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral” (LARAIA, 2003, p. 52).

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antróides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos... Toda cultura depende de símbolos. É exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura e o homem seria apenas um animal, não um ser humano... O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança do gênero *Homo* torna-se humana somente quando é introduzida e participará da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave deste mundo, e o meio de participação nele, é o símbolo (LARAIA, 2003, p. 55).

Nos estudos de Laraia (2003), as teorias idealistas de cultura podem ser caracterizadas em três distintas definições. Primeiramente, a cultura é vista como um sistema cognitivo, que consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar. O segundo diz respeito à cultura como sistemas estruturais, ou seja, define a cultura como um sistema simbólico, sendo assim uma criação da mente. As últimas abordagens consideram a cultura como sistemas simbólicos. “Para o nosso ponto de vista sobre a natureza do homem que se torna, assim, não apenas o produtor da cultura, mas também, num sentido especificadamente biológico, o produto da cultura” (LARAIA, 2003, p. 57). Neste sentido:

Los valores y recurso culturales del conjunto histórico desbordan el significado del patrimonio arquitectónico. La valorización de la ciudad y su utilización como recurso turístico requieren dar entrada a aspectos paisagísticos y culturales. En este sentido, la diferenciación histórica em barrios y parroquias, el patrimonio residencial, los espacios libres urbanos, los restos arqueológicos, el meandro del Tago y las cornisas y fachadas de la ciudad adquieren um especial protagonismo (TROUTINÕ, 1998, p. 303).

A nossa herança cultural, desenvolvida através de várias gerações, sempre nos condicionou a reagir a ponto de desvalorizar o comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade, discriminados por comportamentos destituídos (LARAIA, 2003). “Estudar a cultura é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura” (LARAIA, 2003, p. 63).

Conforme Chauí (2005), o conceito de cultura é baseado em dois significados: o primeiro baseia-se na etimologia da palavra, em que cultura vem do verbo latim *colere*, que tem o sentido de cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Na antiguidade romana, significa o cuidado do homem com a natureza. Também tem o sentido de “cuidado dos homens com os

deuses”, em que a palavra culto refere-se aos ritos religiosos, com sua educação e formação. Nesta última concepção, “cultura era o cultivo ou a educação do espírito das crianças para tornarem-se membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento)” (CHAUI, 2005, p. 245). Ainda conforme a autora, a cultura correspondia ao que os gregos chamavam de paideia, a formação ou educação do corpo e do espírito dos membros da sociedade.

A partir do século XVIII, cultura passa a significar os resultados e as consequências daquela formação ou educação dos seres humanos, resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as técnicas e os ofícios, as artes, a religião, as ciências, a filosofia, a vida moral e a vida política ou o Estado. Torna-se sinônimo de *civilização* porque os pensadores julgavam que os resultados da formação-educação se manifestam com maior clareza e nitidez nas formas de organização da vida social e política ou na *vida civil*, pois a palavra civil vem do latim *cives*, que quer dizer "cidadão", de onde vem *civitas*, a cidade-Estado, donde *civilização* (CHAUI, 2005, p. 246).

Na concepção de Chauí (2005), o conceito de cultura, mediante os exemplos anteriores, gira em torno de dois eixos explicativos: a cultura no sentido de cuidar, tomar de conta da natureza e dos deuses, ou seja, daquilo que a pessoa agrega valores a si, do que de fato valoriza, preserva; o segundo está intimamente relacionado à educação com a formação do indivíduo. Nesse sentido, podemos afirmar que, para Porto Nacional, a cultura está intimamente ligada à preservação dos bens materiais, assim como à fé à religião.

2.2 Turismo

Para Beni (2003), levando em consideração seu planejamento, o turismo pode ser dividido em atrativo ou recurso. O primeiro é a utilização turística como potencial de atração total ou parcial, é caracterizado pelo fluxo significativo dos turistas bem como sua estrutura receptiva. O segundo trata-se de elemento com potencial de atração turística, que pode vir a se tornar atrativo turístico a curto, médio ou longo prazo. Segundo Moletta (2001), o profissional do turismo cultural deve ter uma boa leitura sobre os atrativos culturais explorados; estar em constante busca de novas informações; conhecer tecnicamente a região, realizar interpretações sobre o bem estudado e sua relação com a história; ter boa comunicação, iniciativa e empatia com o visitante; dominar a informação, transmitindo entusiasmo e motivação para o grupo e transparecer um profundo conhecimento e respeito à cultura local.

Desta forma:

El turismo tiene un flerte protagonismo em la vida de ciudad y ello plantea, junto a uma coyuntura de relativo estanciamiento em el número de visitantes, um importante desafio: superar la fase meramente proporcional de lá gestión turística y afrontar el reto de ordenar el turismo em la ciudad y regular el flujo de visitantes. La integración de esta poderosa atividade em la vida de la ciudad debe realizarse em base a uma realidade urbana viva y multifuncional. Los circuitos y rutas turísticas deben disñeñarse para que la visita se configure como uma nueva fórmula de práctica cultural (TROITINŌ, 1998, p. 324).

De acordo com o autor, o turismo tem um papel forte na cidade. É preciso que haja gestão do turismo para controlar a quantidade e o fluxo de visitantes, faixa etária, localidade entre outras especificações.

2.2.1 Turismo Cultural

Há várias definições sobre turismo cultural, desde hábitos, costumes, crenças valores simbólicos e materiais, manifestações artísticas culturais e/ou intelectuais. O turismo cultural surge da necessidade de pessoas, seja profissional ou mesmo intelectual, de demonstrar interesse em conhecer ou mesmo em pertencer a outros grupos, comunidades e etnias.

De acordo com o Ministério do Turismo, o turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2010). O turismo cultural pode ser subdividido em:

Quadro 2 - Tipos de turismo cultural e suas características

Tipo de Turismo	Característica	Exemplo em Porto Nacional-TO
Turismo cívico	Destina-se àqueles que participam de eventos cívicos retratando a memória e a história do local.	Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico de Porto Nacional (Semana do Museu no dia 18 de maio).
Turismo religioso	Característica comum em que os fiéis participam dos festejos romarias, novenas entre outros assuntos diretamente ligados à religião.	Festa em comemoração à Padroeira Nossa Senhora das Mercês, de 15 a 24 de setembro.

Turismo místico e esotérico	Caracteriza-se pela busca do seu autoconhecimento e espiritualidade, levando em consideração crenças, ritos e misticismo.	-
Turismo étnico	Advém do significado de etnia composta pela gênese, cultura e práticas. Nessa categoria, podemos mencionar as comunidades representativas dos processos migratórios, como os indígenas quilombolas e outros grupos sociais.	-
Turismo cinematográfico	A história é apresentada por meio de imagem audiovisual (filmes). Segundo o Ministério do Turismo, esse segmento pode aumentar significativamente o fluxo de turistas devido à imagem que é transmitida por um grande número de pessoas, o lugar, então, torna-se atrativo.	Podemos destacar o filme “Deus é Brasileiro” (2003), em que algumas cenas foram gravadas na cidade de Porto Nacional-TO. Aqui podemos citar um marco na paisagem. Na época em que o filme foi gravado, o Rio Tocantins já havia sido transformado no Reservatório (UHE).
Turismo arqueológico	Pode ser entendido como uma relação entre a cultura e a arqueologia, que tem como principal objeto de análise os sítios arqueológicos.	Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA).
Turismo gastronômico	São movidos por comidas típicas da região ou do lugar.	Restaurante típico da cidade: Flutuante Mãe Maria III.
Enoturismo	Destina-se àqueles que adoram conhecer e degustar os mais variados vinhos.	-
Turismo ferroviário	Destina-se aos passeios sobre trilhos.	-

Fonte: BRASIL, 2010.

Nota: Adaptado por Núbia Nascimento.

Dos tipos de turismo cultural, mencionados anteriormente, podemos destacar que a Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico de Porto Nacional estão intimamente ligados ao turismo cívico e religioso devidos aos tipos de manifestações que são realizadas para cada um em específico. “Assim, os museus se constituem nos primeiros atrativos a serem procurados pelos visitantes de uma localidade” (IGNARRA, 1999, p.120).

Para conhecer a história local, é preciso primeiramente fazer uma pesquisa exploratória nos arquivos, centros de informação e/ou unidade de informações, os quais

possam fornecer documentos que comprovem a memória local. Pelegrini e Funari (2008, p. 31) acreditam que:

A valorização do patrimônio imaterial na atualidade advém, portanto, das alterações sofridas pelas acepções do conceito de cultura e patrimônio. Ela está articulada às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana. A própria dinâmica cultural expressa nos movimentos que deram origem à discussão sobre a necessidade de salvaguarda do patrimônio imaterial e à historicidade dos conceitos que a envolvem explicitam o reconhecimento de que o patrimônio materializa as mais diversas formas de cultura e que, portanto, se constitui em mais uma esfera de embates sociais.

Os Bens Culturais:

São considerados bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações (BRASIL, 2006, p. 17).

Nesse sentido, notamos que a percepção da herança imaterial torna-se fundamental para a integração da população com suas próprias condições de existência, com a natureza e o meio ambiente. Essas relações se manifestam por intermédio de “cerimônias, linguagens do povo materializadas em atividades artesanais e produções artísticas ou literárias, canções, festas, receitas culinárias e saberes medicinais, entre outras manifestações sociais ou coletivas” (PELEGRINI, 2006, p. 122).

Estima-se que a atividade turística se deu desde os antepassados em que o homem, nômade, deslocava-se sempre de um local para outro, por vontade ou mesmo anseio em conhecer outros *habitats*. Esse deslocamento, com o tempo se tornaram mais sofisticados, hoje esse chamado de “turismo”, no qual este possuem alguns serviços essenciais como alimentação, transporte, hospedagem, agenciamento turístico entre outros. Assim, “toda viagem turística é uma experiência cultural”, devido às vivências e experiências do lugar no qual está localizado, “mas nem todo turista é um turista cultural” (BRASIL, 2010, p. 13).

O que define o turismo cultural é a motivação da viagem em torno de temas sobre a cultura. Nessa linha de raciocínio, o turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da

cultura” (BRASIL, 2006, p. 15). De acordo com Bonink e Richards (1992, apud PÉREZ, 2009), as duas abordagens a seguir são fundamentais para entender o turismo cultural:

- a) a perspectiva dos lugares e dos monumentos: implica descrever os tipos de atrações visitadas e pensar a cultura como um simples produto. Este verifica o ponto de vista da estratégia de investigação a seguir, esta seria fundamentalmente quantitativa e focaria as atividades e as motivações dos turistas culturais;
- b) a perspectiva conceitual: questiona os porquês e como as pessoas veem e praticam turismo cultural. Observam-se mais os sentidos, as práticas discursivas, os significados e as experiências. Assim, o importante seriam os princípios e as formas de fazer turismo e não tanto os produtos.

Conforme Smith (1992, apud SANTANA TALAVERA, 2003, p. 36-37, tradução minha) define:

Turismo cultural e histórico é o momento em que cobre a construção da tipologia desde o ‘pitoresco’ e o ‘calor local’, os vestígios de uma vida em processo de extinção até os circuitos de ruínas, monumentos e museus, podendo incluir cidades e espaços de onde se desenvolvem os acontecimentos. Nesta mesma linha de raciocínio do ICOMOS (Internacional Council of Sites and Monuments - Conselho Internacional dos Sítios e Monumentos), define o turismo cultural, seguindo as diretrizes da WTO (World Tourism Organization - Organização Mundial do Turismo), como um movimento de pessoas essencialmente por uma motivação cultural, tal como viagens de estudos, representações artísticas, festivais e outros eventos culturais, visitas a lugares e monumentos, folclore e a arte da peregrinação.

Seja o turismo cultural – com objetivo de conhecer a história, os monumentos, as obras e outros bens que a cidade oferece –, bem como o turismo de lazer – com objetivo de desfrutar dos recursos e das atratividades oferecidos pela localidade –, todos, direta ou indiretamente, contribuem para o reconhecimento e a valorização da cidade no todo

2.2.1.1 *Porto Nacional e os bens materiais e imateriais*

A Catedral Nossa Senhora das Mercês, considerada um dos principais monumentos da cidade, atrai turistas e/ou excursionistas de várias cidades, estados ou mesmo países, nela está intimamente ligada:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes-aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2001. p. 11).

Sabe-se que os Centros Históricos são o resultado do desenvolvimento das cidades através do tempo e onde foram sendo acumuladas as diversas etapas do seu crescimento, estagnação ou decadência. A cada época, foram sendo articulados os estilos arquitetônicos, intervenções, destruições, ruínas, construções e modificações dos espaços arquitetônicos e urbanos. Algumas cidades deixam ver todo o dinamismo desse processo, assim, as etapas ajudam a definir o que hoje encaramos como Centro Histórico (IPHAN, 2007). Segundo informações do Iphan (2011), o centro histórico é um conjunto de ruas, largas e praças, casario, monumentos e paisagem urbana, construídos até a década de 1960, antes da industrialização e dos processos construtivos, como as práticas de planejamento desenvolvimentista. Práticas e processos que provocaram profundas transformações na maioria das cidades em todo o mundo. Esse fenômeno está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e do automóvel como meio preferencial de transporte. Assim, para o autor Troitinõ (1998, p. 313):

El centro histórico continua siendo un espacio multifuncional donde conviven actividades administrativas, culturales, religiosas, educativas, comerciales, residenciales, financieras y turísticas. El sector turístico está reforzando su presencia pero, por sus múltiples implicaciones, no resulta fácil evaluar su significación real.

Em Porto Nacional, percebemos essas características mencionadas pelo autor quando estamos no centro histórico, caracterizado por um cenário harmonioso composto por: uma praça, Nossa Senhora das Mercês, a igreja Catedral Nossa Senhora das Mercês, ruas largas e casarios em estilo colonial ou anterior à década de 60, o que torna um ponto de encontro da população. A Rua Mizael Pereira, em pleno centro histórico, é toda ornamentada com vasos de plantas produzidos na cidade. Tem-se o artesanato de barro e palha; a dança folclórica, Súcia, típica do estado, o Festival do Riso e da Canção, o Clube dos Violeiros, os Tambores do Tocantins; as quermesses da novena de Nossa Senhora das Mercês, que durante nove dias no mês de setembro enchem a praça da Catedral para animadas rifas, apresentações de músicos, canções, danças, conversas, piadas e causos (IPHAN, 2007). Também podem ser acrescentados os enfeites, como presépios na época de Natal, que atraem os cidadãos para visitar.

Conforme Reis (1984), sob a orientação técnica do Frei Bartolomeu (Frei Berto), a pedra fundamental da Catedral foi implantada em sete de maio de 1894, iniciando sua construção, que se concluiu em 1903, levando nove anos no total. Na construção, todos os tijolos foram pagos com verba enviada pela Ordem dos Dominicanos Franceses, mas houve também participações espontâneas (na maioria sem lucro) dos padres e pessoas de todas as classes sociais. A participação da população portuense se deu de forma voluntária para ajudar na construção da Catedral, enquanto os homens se preocupavam no transporte de materiais, nas pedreiras e na devastação de árvores. Ainda segundo a autora, as mulheres carregavam alguns materiais, como telhas e tijolos da beira do rio até o local da obra, com uma distância média de aproximadamente 3 km. Algumas alterações foram feitas desde sua construção, como: a instalação de energia elétrica e substituição das janelas de tecidos por janelas de vidro colorido, trazidos de Belém-PA. O forro em madeira foi feito no ano de 1975, e 1980 foram instalados ventiladores e aparelhagem de som. A decoração da Catedral Nossa Senhora das Mercês foi feita com mobiliário de fabricação dos próprios marceneiros da cidade, pois naquela época as condições econômicas e sociais de Porto Nacional eram precárias, e havia necessidade de uma gerência atuante e decisiva de um governo local mais disposto e capaz de disciplinar a vida pública da sociedade (REIS, 1984).

A Catedral Nossa Senhora das Mercês está situada no mesmo local da antiga capela de Nossa Senhora das Mercês. “Os projetos ou desenhos arquitetônicos originais nada se sabe além da existência (na época da construção) de uma miniatura e maquete da obra de origem francesa trazida pelos padres” (REIS, 1984, p. 21). No arquivo religioso da Mitra Diocesana, encontra-se um documento que descreve a imagem do Bom Jesus do Pontal citando a hipótese de ser autoria da obra de Antônio Francisco Lisboa (1744), Aleijadinho. Essa informação encontra-se em um documento sobre a imagem histórica existente na Matriz de Nossa Senhora das Mercês, na cidade de Porto Nacional-TO. O Engenheiro Joaquim Aires da Silva menciona que a imagem existente deve ter sido executada pelo Aleijadinho, provavelmente, na década de 1770 (BALSAN; NASCIMENTO, 2012).

2.2.2 Prevenção de risco em áreas de preservação do Centro Histórico

Segundo a norma técnica australiana e neozelandesa de gerenciamento de riscos, AS/NZS 4360:2004 citado por Spinelli Júnior e Pedersoli Junior (2011), o termo “risco” pode ser definido como a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetos. Alguns lugares considerados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO) como patrimônio natural e cultural da humanidade se encontram ameaçados ou em risco de desaparecimento por motivos relacionados a guerras e conflitos políticos; questões étnicas e religiosas; tráfico ilícito e negligência; alterações decorrentes de catástrofes naturais; contaminação pelo turismo massivo e mal organizado; expansão dos centros urbanos e falta de recursos financeiros para protegê-los (ZANIRATO, 2010).

Uma das várias recomendações que se deve ter com os bens materiais é a preservação. “Preservar para não restaurar!”, pois devemos tomar alguns cuidados para que haja durabilidade do bem material/monumento em longo prazo. Para alcançar esse propósito, podemos considerar fundamental a disseminação de informações capazes de sensibilizar gestores públicos, setores privados e cidadãos em geral a respeito dos bens culturais que constituem o patrimônio de Porto Nacional, que podem vir a desaparecer com o tempo por omissão das devidas recomendações de preservação e conservação. As informações disseminadas possibilitariam:

- a) assegurar que a redução de risco de desastres venha a ser uma prioridade local e nacional e que ela conte com o apoio institucional nos âmbitos globais, nacionais, regionais e locais;
- b) identificar, avaliar, monitorar os riscos de desastres e alertar antecipadamente os perigos que se colocam aos lugares que são patrimônio mundial;
- c) utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para a construção de uma cultura de planejamento de desastres, segurança e resiliência dos lugares que são patrimônio mundial;
- d) reduzir os fatores subjacentes aos riscos;
- e) reforçar a preparação para as catástrofes em lugares que são patrimônio mundial de modo a se obter uma resposta eficaz em todos os níveis (UNESCO, 2006, p. 36 apud ZANIRATO, 2010, p. 153).

Para que os riscos sejam identificados de forma sistemática e abrangente, ou seja, para que nenhum (tipo de) risco seja negligenciado, utilizaremos a ferramenta conceitual dos “10 agentes de deterioração”, que facilitam a identificação de riscos, ao interagirem fisicamente com o patrimônio da instituição e podem causar graves danos e perdas, representando por isso situações de perigo. Esses agentes são apresentados a seguir, conforme demonstram Spinelli Júnior e Pedersoli Junior (2011).

Quadro 3 – Os principais agentes de deterioração ao bem material

Agentes de deterioração – danos ao patrimônio	Consequências	Riscos visíveis no centro histórico de Porto Nacional-TO
Forças físicas	Podem danificar o patrimônio cultural por meio de choque, vibração, tensão, compressão e fricção, causando colapso, quebra, perfurações, deformação, rasgos, abrasão, e outros.	A rua ao sul da Catedral Nossa Senhora das Mercês, Rua Padre Antônio - interditada em 2012, devido o alto índice de carros pesados.
Os atos criminosos de furto, roubo ou vandalismo, cometidos por indivíduos externos ou internos à instituição	Acarretam a perda total, destruição ou desfiguração de itens e elementos patrimoniais.	-
Riscos de incêndio devido a deficiências na prevenção, detecção e contenção de incêndios	Fatores como a falta de manutenção preventiva em edificações e equipamentos, a natureza dos acervos (materiais altamente combustíveis) e dos edifícios (sem compartimentação e, muitas vezes, construídos em madeira), a falta de sistemas de detecção e supressão automática de incêndios e a falta de capacitação de funcionários para responder em caso de (princípio de) incêndio contribuem para esse risco. Os incêndios podem ser de pequenas proporções até a queima total do edifício e dos materiais existentes em seu interior.	O centro histórico torna-se escasso quando se trata de segurança e prevenção de riscos. Não existem equipamentos e nem pessoas capacitadas para prevenção de incêndio.
Interação da água	Conforme a composição, podem causar danos com a desintegração, deformação, dissolução, manchas, mofo, enfraquecimento, eflorescência e corrosão. Há inúmeras fontes de água (internas e externas ao monumento, naturais e tecnológicas) e diferentes mecanismos pelos quais ela pode atingir.	-
O conceito de pragas engloba os organismos vivos capazes de desfigurar, danificar e destruir o patrimônio cultural	Podemos incluir insetos, roedores, aves e morcegos. Em decorrência de suas atividades de alimentação, excreção, reprodução e abrigo, a interação das pragas com os materiais do patrimônio podem causar perfurações, perdas de partes, enfraquecimento estrutural, sujidades, manchas entre outros.	-
Substâncias poluentes (os gases, aerossóis, líquidos ou sólidos, de origem natural ou antropogênica)	Afetam negativamente as coleções e outros elementos patrimoniais por meio de reações químicas ou	-

	formação de depósitos, causando corrosão, enfraquecimento, alterações estéticas etc.	
Radiação ultravioleta (UV) e a radiação infravermelha (IR) provenientes do sol e de fontes elétricas (lâmpadas) e a luz (radiação visível)	A luz provoca o esmaecimento de cores a partir de reações fotoquímicas; a velocidade do esmaecimento depende da sensibilidade do material e da dose de luz recebida.	-
Temperaturas elevadas ou baixas	As temperaturas elevadas acarretam danos químicos (acelerando as diferentes reações de degradação), físicos (deformações, ressecamento, fraturas, derretimento, resultantes do aquecimento de materiais) e biológicos (favorecendo o desenvolvimento de micro-organismos e o metabolismo de certos tipos de pragas).	-
Umidade relativa incorreta, umidades relativas muito elevadas, muito baixas, ou com flutuações de grande amplitude	As umidades relativas elevadas favorecem o desenvolvimento de micro-organismos (mofo) em substratos orgânicos, reações químicas de degradação hidrolítica de materiais orgânicos e corrosão de metais, condensação em superfícies, migração de substâncias solúveis em água etc.	-
A dissociação refere-se à desorganização de sistemas que envolve a perda de objetos dentro da instituição, a perda de dados e informações referentes, ou a perda da capacidade de recuperar ou associar objetos e informações	As causas de dissociação são a inexistência de cópias de segurança (<i>backups</i>) de registros informativos referentes às coleções (inventários etc.) em caso de sinistro; erros ao se registrar informações sobre o objeto; obsolescência de <i>hardware</i> para o acesso de registros legíveis por máquinas etc.	Para esse momento, torna-se importante mencionar o não armazenamento da documentação no que se refere à história da cidade de Porto Nacional e do centro histórico. Impossibilitando, na maioria das vezes, a reprodução do conhecimento por falta de registros documentais.

Fonte: Spinelli Júnior e Pedersoli Junior, 2011.

Nota: Adaptado por Núbia Nogueira do Nascimento.

Dos agentes de deterioração ao bem material e/ou monumento visto no quadro acima, os que mais se destacam no Centro Histórico são as forças físicas e os atos criminosos, furto e roubo. As forças físicas podem acarretar em sérios problemas de pequeno ou grande dimensão, pois, estão diretamente vinculados às falhas estruturais, colisões entre outros. No Centro Histórico, a Rua ao sul da Catedral Nossa Senhora das Mercês, Rua Padre Antônio, foi interditada em 2012, com objetivo de evitar a circulação de automóveis pesados para não

causar danos maiores como desabamento. Como podemos observar na Figura 1, há uma placa de regulamentação proibindo a passagem de carros pesados na Rua Padre Antônio. É importante ressaltar que esses agentes além de causar danos ao patrimônio ocasionam diversas consequências como: vibrações nos imóveis, rachaduras e desmoronamento.

Figura 1 – Placa de regulamentação no centro histórico



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Fotografia tirada em 12-06-2013, por Núbia Nascimento.

Enquanto o segundo, atos criminosos, além de causar danos financeiros e valor simbólico interno à instituição, também podem ser cometidos externamente por falta de segurança acarretando sérios problemas. O perigo e o risco que o turista expõe tornar-se uma ameaça, sendo um alvo fácil para delinquentes no centro histórico. A ausência de segurança pode causar a redução dos turistas à cidade, o que era lazer e entretenimento pode causar repulsão. Para prevenção de risco do Centro Histórico de Porto Nacional, é interessante fazer uma análise prévia e um diagnóstico dos fatores internos e externos, bem como verificar as condições físicas e/ou naturais presentes no bem patrimonial, assim, podemos minimizar os possíveis danos.

Corroboramos com Costa e Steinke (2013, p. 213) quando cita cinco fatores de risco ao Patrimônio:

- a) desenvolvimento e infraestrutura: habitat e desenvolvimento / infraestrutura de transporte / obras de grande escala ou infraestrutura de serviços / poluição / utilização de recursos materiais;
- b) outras atividades humanas: utilização/modificação dos recursos biológicos / utilização societal /cultural do patrimônio / outras atividades humanas / espécies transportadas ou geneticamente modificadas;

- c) catástrofes naturais e desastres: condições locais que afetam o tecido físico / clima e eventos meteorológicos importantes / eventos ecológicos ou geológicos súbitos / espécies exóticas hiperabundantes;
- d) problemas jurídicos e de gestão: gestão e fatores institucionais;
- e) outros fatores: riscos de desabamento ou deterioração de edifícios construídos / problemas de estabilidade de estruturas etc.

Dos cinco fatores de risco citados anteriormente, podemos mencionar que o centro histórico de Porto Nacional-TO está vulnerável a sofrer degradações por meio de ações humanas. É importante que haja preocupação com os possíveis danos para resguardar e preservar o Patrimônio Cultural. O que podemos notar com as falas de alguns moradores¹¹ da poligonal de tombamento do centro histórico: “[...] depois da construção do lago, minha casa começou a aparecer várias rachaduras”. Já outro entrevistado afirma que: “os gestores públicos tinham que providenciar mais quebra molas, pois os carros pesados passam em alta velocidade e as casa começam a estremecer”. Enquanto outro diz que: “ano passado o Iphan esteve em minha casa com intenção de pintar a fachada, mas fizeram umas medições e as pinturas até hoje não aconteceram”. Este último fato notamos nos dias atuais, pois várias cores estão estampadas nas fachadas e ao entorno do Centro histórico descaracterizando sua paisagem original. Presenciamos as rugosidades definidas por Santos (2012) como formas isoladas ou em arranjo, que ficam do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.

Milton Santos (2012) conceitua rugosidade como feições de um tempo anterior que se mantêm. Na perspectiva de ressignificação de cidades antigas, para Costa (2012), a chamada dialética da construção destrutiva é uma contradição entre a “preservação” e a mercantilização, a busca da democratização e do patrimônio urbano. Assim, remete à universalidade do apoderamento mercantil e simbólico do patrimônio para o desenvolvimento de atividades que agregam as novas economias urbanas e que tem na valorização o paisagístico cultural. “O patrimônio nessa transição vem servindo à construção de novas redes de lugares materializadas pelas possibilidades do capital financeiro global” (COSTA; SCARLATO, 2012, p. 104).

¹¹ Falas obtidas nas entrevistas realizadas no centro histórico com os moradores da poligonal de tombamento.

2.3 Políticas Públicas

A preocupação com a definição de políticas para a salvaguarda dos bens que compõem o patrimônio cultural “remonta ao final do século XVIII, mais particularmente à Revolução Francesa, quando se desenvolveu outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado” (CHOAY, 2001 apud ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 252).

Para que haja o desenvolvimento das políticas públicas no que se refere aos termos “culturais”, é necessário e importante destacar o período histórico-geográfico baseado em conceitos e ideias de teóricos que marcaram o período da primeira e da segunda guerra mundial. Ao relatar historicamente o desenvolvimento da ação do Estado diante da sociedade civil, as responsabilidades do “Estado” são constantemente transferidas para a sociedade civil. Para dar embasamento à sociedade civil, o Estado institui algumas Organizações não Governamentais (ONGs). Um exemplo que se pode citar é o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelo desenvolvimento da cultura e pelo patrimônio histórico brasileiro. Assim, nacionalmente, temos um órgão politicamente capaz de verificar os diversos impasses ocasionados com a cultura e os diversos conceitos interdisciplinares sobre e suas variedades culturais. Também podemos notar em algumas cidades a presença de leis específicas para a preservação dos bens patrimoniais existentes em alguns estados e/ou municípios, um exemplo, a cidade de Ouro Preto-MG¹². Na cidade de Porto Nacional-TO, ainda é um pouco incipiente a existência de políticas públicas municipais que discutam sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural, como o Iphan, em âmbito nacional.

2.4 Políticas Públicas em Porto Nacional – TO

Baseada nos levantamentos de todos os documentos legais existentes no arquivo da Câmara Municipal de Porto Nacional como: leis municipais, decretos e outros documentos relacionados à temática central, a preservação do patrimônio, discutida a seguir. Nesse sentido, com base nos documentos arquivados, podemos referenciar uma das primeiras iniciativas, ou melhor, iniciativa de valor jurídico, no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural de Porto Nacional, que foi no ano de 1984, a Lei municipal nº 967, de 27

¹² Políticas de proteção municipal de Ouro Preto – MG. Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/patrimonio/index/index.php>>. Acesso em 15 abr. 2014.

de março de 1984. Nessa lei, foram definidas algumas atribuições como, por exemplo, criar o Conselho Municipal de Cultura, composto por nove membros.

A segunda iniciativa vem por meio da Lei municipal nº 1.005, de 11 de junho de 1985, que intitula o prédio antigo do Paço municipal e Museu Histórico de Porto Nacional, criado pela Lei nº 878, de 26 de agosto de 1980. Dessa forma, fica proibida a intervenção e/ou modificação da estrutura física interna e externa, que faça perder sua originalidade primária.

A terceira iniciativa, aprovada pela câmara municipal, sanciona a Lei nº 1.681, de outubro de 2000. Essa lei considera como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Porto Nacional-TO alguns prédios, tais como:

Art. 1º Fica considerado como Patrimônio Histórico de Porto Nacional, nos termos desta Lei, os prédios públicos a seguir relacionados:

- a) o antigo Paço Municipal situado a Rua Padre Antônio, nº 1760, Centro desta cidade;
- b) a antiga Cadeia Pública, situada à Rua Padre Antônio, nº 1765, Centro desta cidade;
- c) fundos do Paço municipal, situado à Rua Coronel Pinheiros.

Já no ano de 2006, aprova-se a Lei nº 1.869, de 8 de maio, e revoga-se a Lei municipal nº 1.426, de 6 de dezembro de 1993. Nesta lei em específico, há uma ação municipal semelhante, as ações do IPHAN em nível federal com a Criação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, o qual será discutido mais adiante. A quinta iniciativa refere-se à Lei nº 1.879, de 21 de novembro de 2006, que traz várias atribuições a serem cumpridas. Algumas informações contidas nessas leis nos chamou atenção:

Art. 15 A secretaria Executiva de Cultura do Município de Porto Nacional através da sua diretoria de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, possuirá 4 (quatro) Livros de Tombo ou de Registros de bens culturais naturais, bens arqueológicos e antropológicos; Bens imóveis e de valor histórico; bens móveis e integrados de valor histórico (PORTO NACIONAL, 2006, p. 4).

Ainda afirmam alguns efeitos do tombamento, em destaque:

Parágrafo Único. Caberá à Secretaria Executiva de Cultura do Município de Porto Nacional, em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo, analisar e aprovar projetos e serviços de reparação, pintura ou restauração ou qualquer obra de intervenção nos bens imóveis tombados e de sua área de entorno de que trata este artigo. No caso de bens móveis e integrados, esse procedimento ficará a cargo da Secretária Executiva de Cultura de Porto

Nacional, através da sua Diretoria de Patrimônio, Histórico e Ambiental (PORTO NACIONAL, 2006, p. 5).

Seguindo o mesmo discurso:

Art. 23 Periodicamente, a Secretaria Executiva de Cultura do Município de Porto Nacional, em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo, fará vistoria dos bens imóveis tombados, indicando e acompanhando os serviços ou obras que deverão ser executados. Somente a Secretária Executiva de Cultura do Município de Porto Nacional, se ocupará dos bens móveis e integrados tombados indicando e acompanhando os serviços (PORTO NACIONAL, 2006, p. 5-6).

Um marco interessante ao ser observado foi a proposta de isenção ou mesmo redução do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), disposto no artigo 37, por meio de iniciativas e Leis municipais. Essa informação se contradiz com a explanação de alguns moradores do Centro Histórico, conforme observado nas discussões posteriores.

Art. 37. Os imóveis classificados no inciso I, II do artigo 34¹³ desta Lei, bem como imóveis tombados pelo Município situados fora dos limites do Centro Histórico de Porto Nacional e de suas áreas de entorno, terão isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que mantidos em bom estado de conservação, obedecendo aos índices abaixo discriminados:

- 100% para os bens tombados e íntegros arquitetonicamente (bens imóveis classificados na Categoria de preservação arquitetônica integral);
- 75% para bens imóveis parcialmente modificados (bens imóveis classificados na categoria de preservação arquitetônica parcial e os de reconstituição arquitetônica) (PORTO NACIONAL, 2006, p. 8-9).

Ainda no artigo 51, desta mesma Lei, “Fica criado o Fundo Municipal de Preservação, destinado à conservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de Porto Nacional” (PORTO NACIONAL, 2006, p. 12). Conforme o artigo 37, essas informações difere das respostas obtidas nas entrevistas, pois a citação explícita torna-se contraditória, uma vez que, o estudo feito, com detalhes mais adiante, informa que, desde o tombamento, em 2008, poucas são as ações de intervenção quando se refere à preservação do patrimônio histórico da cidade. As informações sobre o município de Porto Nacional tornam-se incipientes na medida em que há falta de organização documental nas esferas públicas, pois

¹³ O inciso I, II do artigo 34, afirma que a intervenção no imóvel será permitida, somente em casos que apresentarem risco a população. Já em caso de demolição, o proprietário ficará obrigado de reconstituir o imóvel com as características originais.

não possuem um banco de dados informacionais e existe muita perda de registro e informação. Podemos perceber que as gestões municipais anteriores tinham interesse nas questões diretamente relacionadas à preservação do patrimônio, como iniciativas na introdução de planos de cultura e leis municipais. Discursos proferidos, apenas arquivados, porque a realidade torna-se divergente.

No ano de 2007, a Câmara Municipal de Porto Nacional aprovou a Lei nº 1.889, de 10 de abril de 2007. O artigo primeiro da Lei estabelecia:

Poder Executivo Municipal autorizado a constituir uma empresa sob a forma de sociedade anônima, a ser denominada Companhia de Desenvolvimento de Porto Nacional S/A (CODEPORTO)¹⁴, com capital inicial de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que será jurisdicionada ao Gabinete do Prefeito Municipal (PORTO NACIONAL, 2007, p. 1).

No entanto, o Plano Municipal de Cultura de Porto Nacional, intitulado pela Lei nº 2.039, de 27 de dezembro de 2011, esclarece:

O poder público e a sociedade civil estão edificando de forma democrática as políticas públicas de cultura implementando-as através do presente plano. Aqui temos a solidificação de um acordo político no campo da cultura, **que será transformado em Lei pela Câmara de Vereadores**; esta garantirá e dará prosseguimento às políticas públicas de cultura do município (PORTO NACIONAL, 2011, p. 2, grifo meu).

É importante clarificar que, desde a publicação do Plano de Cultura – vigente no período compreendido entre os anos de 2011 a 2021 – até o momento nenhuma Lei foi aprovada pela Câmara de Vereadores que atenda essa finalidade.

O Decreto nº 215, de 6 de outubro de 2011, dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Cultura e propõe outras providências, ou seja, designa conselheiros titulares e suplentes para compor a câmara temática de: artes, patrimônio histórico e artístico, letras, comissão e normas e a câmara de ciências humanas. O último documento recente ao qual tivemos acesso foi o Decreto nº 417, de 11 de junho de 2013. Estão contidas várias atribuições, e uma delas está presente no art. 3º, inciso IX, que traz a seguinte informação: “iniciar o processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura” (PORTO NACIONAL, 2013, p. 2).

¹⁴ Nos documentos posteriores ao ano de 2007 e nos documentos consultados na Câmara Municipal de Porto Nacional, não há registros e informações sobre a empresa CODEPORTO, bem como sua fundação, extinção e as pessoas que compunham ou representavam.

Para delegar ou até mesmo direcionar as atribuições a ser levantadas sobre o patrimônio, é preciso ter uma visão crítica para as políticas públicas adotadas, verificar se elas são seguidas e em quais fundamentos foram elaboradas. O importante seria adotar algumas políticas públicas para sensibilizar a população portuense sobre o valor do bem patrimonial e adotar iniciativas como palestras, debates, conferências, seminários, disciplinas obrigatórias nas escolas de ensino nas séries iniciais sobre Educação Patrimonial ou mesmo divulgação “boca a boca” para melhor entendimento da sociedade. O que notamos é que cada gestão propõe melhorias para o patrimônio histórico de Porto Nacional, mas se esquece de exercer o que foi estabelecido por lei.

Segundo Possamai (2000, p. 16), o patrimônio atualmente é visto como:

Preocupação de um número expressivo de países em todo mundo, reunindo profissionais de diversas áreas, que compartilham os postulados técnicos e teóricos relacionados essas tarefas. As discussões sobre o patrimônio abrangem um grande número de aspectos que vão desde a identificação de um conjunto casa vez mais abrangente de bens culturais – incluindo não apenas monumentos, mas também os bens natural e etnológico – até o gerenciamento e sustentabilidade dos patrimônios junto às comunidades locais.

A finalidade do Patrimônio, segundo Rodrigues (2005, p. 22), multiplicou-se ao representar o passado das nações. “A partir de dois pontos de vista, muitas vezes tomados como antagônicos: o do poder público que pretende a valorização dos bens como mercadorias culturais e o de parte da sociedade, que o vê como fator de qualidade de vida”.

A participação da sociedade e o seu envolvimento junto ao Estado e a preocupação com as questões sociais, culturais, econômico-políticas, podemos chamar de políticas públicas (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005). Entende-se por participação a parte da gestão que se realiza com os atores sociais diretamente envolvidos no processo. No caso da gestão de uma cidade, a participação dos cidadãos pode ser espontânea ou incentivada por uma política pública (MEIRA, 2005). Nesse sentido, conforme a Sant’anna (1995, p. 3) afirma que:

As políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação. Isto significa que, nestes casos, o plano das intenções é importante, pois ele tem muito a revelar sobre o pensamento corrente a respeito de um determinado campo de interesse da sociedade. As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado. Embora as políticas e as

ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão.

Como afirma Nogueira (2004), o processo de “modernização” da economia brasileira, a partir do regime ditatorial, foi fruto da combinação simultânea de grupos dominantes mais atrasados. Porém, com o grande capital monopolista promovendo uma rápida e desigual modernização, colocou-se em prática uma política econômica voltada para a produção de bens de consumo duráveis. Isso favoreceu as grandes empresas nacionais e estrangeiras, capitalizou e reprivatizou a economia, reduziu salários e estimulou um verdadeiro “inchaço” do sistema financeiro, assim, a “modernização” do Brasil cobrou de sua população um elevado custo social. Com a “modernização” e a política cada vez mais voltada para a produção, os interesses e a preocupação da sociedade entre valorizar os costumes, hábitos e crenças foram ao esquecimento. Nesse sentido, como podemos observar, Milet (1988 apud FONSECA, 1997, p. 54) prevê que:

[...] a efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, ou seja, só aparece como fato social, quando o Estado assume a sua proteção e, através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter desses bens dentro de leis específicas de propriedade, zoneamento, uso e ocupação do solo.

Dessa forma, as Políticas Públicas, depois de decretadas, desdobram-se nos planos e nos programas que se instituem em um valioso instrumento de ampliação, principalmente nas esferas local e regional. Uma grande amostra das ações dos governos está desarticulada para instrumentos da política econômica, como as políticas de ajustes fiscais, políticas monetárias e as de rendas. Outras ações políticas direcionam para a intervenção, a potencialização e a otimização das ações nas políticas sociais, todas tendo como base a estrutura da legalidade (FEITOSA, 2011).

Para Demo (2007, p. 39), as políticas públicas sociais decompõem em três aspectos que se interpenetram: assistenciais, socioeconômicas e participativas; e são componentes das políticas participativas típicas exigidas pela cidadania “as políticas culturais, principalmente aquelas que se dirigem ao cultivo das identidades culturais, tomadas como condição essencial para a construção de um projeto próprio de desenvolvimento”.

Como afirma Simionatto (2006), o estudo das relações entre Estado e sociedade sempre foi um tema presente na esfera do pensamento político. Partindo do liberalismo

clássico, nos séculos XVIII e XIX, assentou-se no Estado com a ausência de ações eficazes de intervenção social. O modelo de Estado no século XX vem se transformando gradativamente e ampliando suas relações com a sociedade mediante um intenso processo de socialização da política. Surgem assim os partidos e os sindicatos de massa, que abriram espaço para a participação das classes trabalhadoras na defesa de seus direitos e na formação da esfera pública.

3 HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO PATRIMONIAL NO BRASIL

“Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição” (1982, p. 7)

Ao se discutir Patrimônio Cultural, é importante entender o processo de evolução das Cartas Patrimoniais¹⁵ até os dias atuais. Foram várias Cartas Patrimoniais. Para este momento, destacamos quatro, no entanto existiram outras tão significativas como as destacadas, mas decidimos falar sobre essas por serem mais representativas e expressivas no processo do patrimônio histórico e cultural. A primeira, a Carta de Atenas, em 1931, discutida no 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAMB), deu origem ao tema “a cidade funcional com a ocupação racional do solo urbano”. Propunham-se algumas diretrizes:

Nega-se na Carta, o valor da manutenção dos centros históricos, dos conjuntos urbanos. Esse documento propunha a preservação de edifícios isolados, construções significativas, memória do passado, ao passo que quarteirões e edificações diferentes dos objetivados seriam devastados e suas áreas transformar-se-iam em campos verdes (COSTA, 2012, p. 11).

De acordo com o autor fica evidente que a cidade de Porto Nacional-TO teve o centro histórico tombado e não somente, um monumento em específico, por exemplo, a Catedral Nossa Senhora das Mercês em função da descaracterização que malha urbana e seu entorno poderia sofrer com: construções de novos prédios, loteamentos, novas habitações, especulação imobiliária entre outras ações que poderiam degradar o campo visual e o bem cultural.

A segunda Carta, realizada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza, em 1964, vê o patrimônio como função útil à sociedade. Apresenta a ampliação da preservação de patrimônio na zona urbana, assim:

A Carta compreende a criação arquitetônica isolada, mas também o sítio, urbano ou rural, que representa um testemunho de uma civilização particular, de uma trajetória significativa, ou de um acontecimento histórico (aqui, fica evidente a noção de conjunto e ampliação da preservação para uma maior porção do território urbano) (COSTA, 2012, p. 16).

¹⁵ De forma clara e explícita, as cartas patrimoniais são resoluções e/ou sugestões em respostas por um determinado grupo de intelectuais, pensadores e defensores do patrimônio, a fim de discutir e propor soluções e melhorias para a preservação do patrimônio histórico e cultural.

A terceira, Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, ocorrida em 1972, continha a “ideia de salvaguardar o patrimônio humano, da riqueza monumental e da humanidade”, em que foram estabelecidos os seguintes critérios:

- a) identificar e propor lugares de interesse natural e cultural que devem ser protegidos pela Convenção do Patrimônio Mundial, inscrevendo-os na Lista do Patrimônio Mundial;
- b) difundir, por todo mundo, a existência deste patrimônio e procurar despertar, na opinião pública, a consciência de sua responsabilidade, respeito à salvaguarda de cada um dos bens que constituem esta Lista;
- c) proporcionar ajuda técnica ao fundo do patrimônio mundial para preservar, de todos os modos possíveis, aqueles bens, quando os recursos dos países integrantes são insuficientes (COSTA, 2012, p. 17).

Com essa Convenção, consideram-se os monumentos, os conjuntos e os sítios como forma de preservação e conservação do Patrimônio e não apenas a preservação de um monumento isolado. A Declaração de Amsterdã, realizada em 1975, introduziu orientações para viabilizar a implantação de políticas de conservação integrada, conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar os recursos financeiros para esses fins. Nessa última declaração, considera-se que o “patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico e cultural” (CURY, 2004, p. 200). Aqui podemos observar o início das políticas públicas atribuídas aos segmentos federal, estadual e municipal. De forma sucinta, para melhor compreensão, segue no quadro 4, esquematicamente, respectivo ano, local e principal objetivo das principais Cartas Patrimoniais aqui selecionadas.

Quadro 4 – Carta Patrimonial e sua evolução

Cartas Patrimoniais	ano	local	Objetivo
Carta de Atenas	1931	Atenas - 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAMB),	preservação de edifícios isolados
Carta de Veneza	1964	Veneza - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos,	compreende a criação arquitetônica isolada, mas também o sítio, urbano ou rural
Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	1972	Paris	identificar e propor lugares de interesse natural e cultural que devem ser protegidos

			inscrevendo-os na Lista do Patrimônio Mundial;
A Declaração de Amsterdã	1975	Amsterdã	implantação de políticas de conservação (IPHAN, UNESCO)

Fonte: Elaborado pela autora.

Já no Brasil, as discussões sobre o termo “patrimônio” advêm em meados da década de 30, período em que o país passava por um processo de mudança política da República velha do café com leite, controlada pelas oligarquias agrárias paulista e mineira, para o novo modelo instaurado com a revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, no qual o controle político e econômico começa a migrar para uma burguesia urbana, dedicada ao comércio e à incipiente industrialização. Em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade, poeta, escritor e crítico literário para a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens patrimoniais. Logo em seguida, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi durante 30 anos o diretor da instituição federal sobre o patrimônio cultural, na época chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi atribuída a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Já em novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, surge então o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As primeiras discussões sobre a Preservação do Patrimônio surgiu em meados da década de 30, mais especificadamente no governo do atual presidente na época Getúlio Vargas, em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378 (IPHAN, 2014).

3.1 Porto Nacional-TO em contexto: a cidade e o tombamento

Em Porto Nacional, como algumas cidades interioranas tocantinenses, as festas religiosas aconteciam em consonância com o calendário religioso, mas podiam ocorrer mudanças na data da comemoração para se adaptar ao calendário agrícola. “As divisas entre o urbano e o rural não eram bem definidas, ao contrário, havia uma forte independência entre a cidade e o campo, a cidade era na verdade uma extensão do campo” (OLIVEIRA, 2010, p. 102).

A festa da padroeira de Porto Nacional – Nossa Senhora das Mercês é comemorada no dia 24 de setembro. No periódico o Incentivo, de 1902 encontra-se detalhada descrição da festa da padroeira. As novenas começavam no dia 15 de setembro e culminavam com as comemorações do dia 24. Nesse dia, pela manhã havia a missa cantada, à tarde procissão, e à noite sermão e bênção do Santíssimo Sacramento. Nos dias de novena, era arrecadado dinheiro para as obras da igreja, através de leilões, que também serviam como diversão para o povo (OLIVEIRA, 2010, p. 102).

A Catedral de Nossa Senhora das Mercês (figura 2), construída no século XIX, é um dos monumentos mais antigos do Estado do Tocantins. O casario na praça em que ela se situa e o seu entorno ainda conservam as características originais em arquitetura românica. Na maior parte dos demais monumentos, prevalece o estilo colonial da época do surgimento do povoado, e a Catedral Nossa Senhora das Mercês permanece em estilo românico.

Figura 2 – Catedral Nossa Senhora das Mercês – Porto Nacional-TO



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Fotografia tirada em 18-09-2013, por Núbia Nascimento.

A princípio, a construção da Catedral Nossa Senhora das Mercês teve orientação técnica de Frei Bartolomeu também conhecido por Frei Berto e várias pessoas tiveram sua contribuição, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros entre outros. De acordo com Reis (1983, p. 27-28), “a decoração feita com mobiliário de fabricação dos próprios marceneiros da cidade se resumiu em três altares, quatro confessionários, mesa de celebração, a cadeira do bispo, santuário, os bancos de assento e a pia batismal”. Assim compõem a estrutura física da Catedral Nossa Senhora das Mercês:

Os alicerces da catedral são formados por paredes de pedras, construídas a partir de dois metros abaixo do nível do solo, por um metro e meio de largura. Entre as paredes era colocada a argamassa, feita de uma mistura de cinza, areia e água, e amassada com os pés até conseguir o ponto ideal de ligamento. Essa cinza era recolhida dos fogões à lenha nas residências. Para o transporte de madeira e pedra utilizavam carros de bois. As telhas e tijolos cozidos eram fabricados à margem esquerda do Rio Tocantins, no ribeirão dos Potes, e eram transportados por canoas até a obra. O telhado foi feito em tesouras de madeira e coberto de telhas. O piso foi construído em cerâmica rústica. As portas e janelas foram feitas de madeira, e por falta de vidro, as janelas foram cobertas com tecido de algodão. Pavios de cera, fixados em candelabros, faziam a iluminação do interior (OLIVEIRA, 2010, p.81-82).

Com a introdução do gado e a formação de grandes latifúndios, chegaram também pedreiros e artífices oriundos da Bahia, que trouxeram a prática da ornamentação das edificações conforme praticada na Bahia e se espalhou pela região, conferindo um caráter especial à arquitetura local. Ainda hoje se observam cornijas, frisos, beiras-seveiras, molduras de portas e janelas etc., mas que depois de sofrerem adaptações locais se distinguem dos exemplos originais e formam um acervo particular da região. No século XIX, as antigas edificações começaram a ser substituídas e/ou “modernizadas”, incorporando as “novidades” que também chegam ao local: elementos arquitetônicos como platibandas, pilastras e decoração eclética (IPHAN, 2007). Já a arquitetura religiosa diferencia-se profundamente da matriz portuguesa comum às outras cidades da região, o que pode ser observado na imponente Catedral em estilo românico, construída pelos frades dominicanos e os fiéis de forma voluntária. Sua arquitetura demonstra claramente a influência da origem francesa dos religiosos que substituiu a antiga capela consagrada, a Nossa Senhora das Mercês. Atualmente a Catedral, constitui um dos principais referenciais urbanos da cidade, distinguindo-a das demais cidades da região e agregando-lhe valor por esse referencial. A diferença de linguagem entre a arquitetura civil e religiosa explica-se pela origem de seus proponentes. Uma população de tradição portuguesa, vinda do litoral, trouxe uma linguagem de matriz lusa, enquanto para os religiosos, de origem francesa, esta era uma linguagem alheia ao seu vocabulário e que não lhes trazia referenciais.

Conforme dados do Iphan (2007), a substituição da antiga capela barroca, símbolo da mineração e do ouro, por uma grandiosa catedral que pouco se relacionava com a configuração tradicional da cidade, demonstra também a mudança de enfoque pela qual a cidade passou. Porto Nacional antes compunham um núcleo voltado para a função portuária e comercial, cuja pequena capela não demonstrava, naquele momento, uma grande preocupação com a função religiosa, que remete a um caráter de fixação da população.

Optam então por demolir a pequena capela, vista como simplória e pela construção de uma imponente igreja em alvenaria de pedra aparente, que destacava na paisagem urbana e criava, desde o início de sua construção, uma nova relação de registro semelhante às cidades medievais europeias (IPHAN, 2007).

3.1.1 Dossiê de Tombamento de Porto Nacional-TO

Na cidade de Porto Nacional-TO, ainda há pouca existência de órgãos preocupados com a preservação do patrimônio histórico, como o Iphan, em âmbito nacional. Dos documentos analisados na Câmara Municipal de Porto Nacional, não se sabe ao certo o ano e quais os principais sujeitos para a iniciativa da preservação do Patrimônio Histórico Cultural de Porto Nacional. Em um dos documentos indexados na Câmara, está a Lei municipal nº 967, de 27 de março de 1984, a qual instituiu o Conselho Municipal de Cultura, composto por nove membros. Aqui podemos deduzir que foram as primeiras iniciativas das gestões públicas na época quanto à preocupação em preservar alguns monumentos, em especial os que compunham o centro histórico, por compor um aglomerado de casas e a maioria no estilo colonial originário do século XVIII. Uma informação importante no que se refere aos agentes encontra-se no dossiê de tombamento:

Para delimitar a área que corresponde ao centro histórico, parte-se do que já está demarcado no Plano Diretor. No caso de Porto Nacional, optou-se pela área traçada pela Fundação Cultural do Tocantins, quando da elaboração do inventário nacional de bens imóveis, realizado em 2004/2005, por esse órgão. Essa duas demarcações de área são, embora não coincidentes bastante aproximadas (IPHAN, 2007, p.11).

Aqui podemos verificar que, na poligonal de tombamento de início, um dos responsáveis pela iniciativa foi a Fundação Cultural, no ano de 2005, em selecionar o perímetro urbano tombado, o qual o Iphan denominou polígono de tombamento ou poligonal de tombamento. A Fundação Cultural¹⁶ era localizada em Palmas-TO e tinha por finalidade representar e disseminar as informações sobre o patrimônio no estado do Tocantins e também tinha a preocupação com a construção do pensamento histórico e cultural para o município, seja ele material ou imaterial.

O Dossiê de tombamento da cidade de Porto Nacional foi elaborado no ano de 2007, composto por dois volumes: o primeiro contém informações sobre a história, a

¹⁶ Por questões políticas e administrativas, a Fundação Cultural passou a se chamar Secretaria de Educação e Cultura.

evolução urbana, as plantas cadastrais, os registros fotográficos (iconografia) e a análise dos principais edifícios do centro histórico (cívicos, religiosos e institucionais) eleitas naquela época, e informações sobre o patrimônio imaterial; e o segundo é composto por registros fotográficos do local (ver anexo A e B).

Segundo o Dossiê (2007), a poligonal, mais especificadamente “área de proteção”, localiza-se na malha urbana central da cidade, onde está localizada a arquitetura desde a gênese que antecede a década 60, período do processo de industrialização. “Na área tombada estão localizados, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do Centro Histórico. Segundo o Iphan (2007, p. 12), podemos destacar a Catedral, o Seminário, a Mitra Diocesana, o Caetanato ou o antigo colégio das freiras (hoje sede da COMSAÚDE), Casa de Câmara e Cadeia (hoje sede do museu), o casarão dos Ayres e o dos Maya. Hoje, Porto Nacional é um Patrimônio Histórico Nacional.

Ainda segundo o Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO, elaborado pelo Iphan, além dos critérios estabelecidos pela Fundação Cultural, também foram feitas entrevistas com moradores, historiadores, arquitetos, entre outros profissionais, para que contribuíssem na delimitação do poligonal de tombamento. Conforme disposto no artigo 216, contido na constituição da República Federativa do Brasil, são considerados Patrimônios Históricos Brasileiros:

Art. 216. Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 15).

Conforme o Dossiê, na fala expressa por José Eduardo Ramos Rodrigues, o tombamento se define em:

Um ato administrativo pelo qual o poder público declara o valor cultural de coisas móveis ou imóveis, inscrevendo-as no respectivo livro do tomo, sujeitando-as a um regime especial que impõe limitações ao exercício de propriedade, com a finalidade de preservá-las. Portanto, trata-se de um ato ao mesmo tempo declaratório, já que declara um bem de valor cultural, e constitutivo, vez que altera o seu regime jurídico (IPHAN, 2008, p. 15-16).

Vários aspectos foram considerados para a consolidação do tombamento de Porto Nacional, pois apresenta como valioso elemento para a compreensão da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII. Uma das justificativas do Parecer do Dossiê de tombamento (2008) afirma que o tombamento do centro histórico de Porto Nacional vinha para fortalecer o interesse da população. Lembramos que houve uma insignificante participação da população portuense. Assim, ainda conforme as informações contidas no Dossiê de Tombamento da Cidade (IPHAN, 2007), Porto Nacional e as demais cidade do ciclo do ouro em Goiás apresentam algumas particularidades características do local: a configuração da malha urbana segue a tradição colonial portuguesa, e as edificações se adequam ao clima local (quente com estações de seca e chuva bem definidas). As paredes dos casarios são grossas em adobe, conservando o ambiente interno fresco e úmido na estação seca, e a ausência de forro permite uma circulação de ar constante.

Existe uma crítica que permeia entre os estudiosos do patrimônio histórico: fala-se tanto em preservação do patrimônio, que se torna contraditória a demolição da capela pela substituição da Catedral, em meados de 1903. A demolição da pequena capela Nossa Senhora das Mercês, onde hoje se localiza a imponente Catedral, talvez não se trate necessariamente de uma degradação do bem público, mas da instalação de um bem no mesmo local, pois, naquela época, a cidade passava por um período de transformação e estabilização dos migrantes. A cidade se expandia em termos de população com o ciclo do ouro e necessitava de uma igreja maior para que todos os fiéis pudessem ter acesso à igreja sagrada, e não apenas a minoria, composta pelos coronéis e pela nobreza em geral.

No Brasil, a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e instituiu o instrumento do tombamento. A inscrição, em um dos quatro livros do tomo, de bens móveis ou imóveis cuja conservação é de interesse público, impede legalmente que eles sejam destruídos ou deteriorados. O ato do tombamento, prerrogativa do poder Executivo, não implica desapropriação e nem determina o uso, tratando-se de “uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais” (FONSECA, 1997, p. 115). Ainda conforme a autora, o patrimônio cultural em toda a complexidade inicia um processo com um dos principais componentes de planejamento e ordenação de expansão das cidades, como um dos itens estratégicos na afirmação de identidades de grupos e comunidades, permanecendo um novo contexto de globalização.

É evidente que uma das principais atrações da cidade de Porto Nacional, quando nos referimos à cultura, é a Catedral Nossa Senhora das Mercês. Assim, merece destaque, quando falamos no trinômio: cidade, cultura e turismo, que precisamos separar os processos dos produtos. Os processos culturais envolvem todos aqueles campos de práticas e significados que fazem sentido na vida de um povo e para si mesmo e o que envolve comportamentos, tradições, a maneira de resolver os problemas do dia a dia na forma de expressar-se e artisticamente (GASTAL, 2001). Segundo Hobsbawm e Ranger (1997, p. 9), “as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período determinado de tempo [...]”.

Já a cultura como produto está presente em objetos em que os processos culturais ficam marcados, por exemplo, em obras de arte, arquitetura, artesanato, gastronomia etc. A esses itens, devem-se agregar uma série de produtos fabricados pela indústria cultural, como: discos design, filmes livros, vídeos etc. O turismo se utiliza de todos esses recursos em diferentes momentos do seu processo, da produção e do consumo (GASTAL, 2001). O resgate desses objetos denominado “cultura” torna-se patrimônio cultural à medida que a sociedade atribui valores. Os primeiros indícios sobre o conceito de patrimônio ocorreu na França, em que “teve sua apreensão e significado evoluído pouco a pouco, do final do século XIX aos dias atuais, passando da ideia de monumento histórico (isolado), para a preocupação com o tecido urbano, com o centro histórico das cidades” (COSTA, 2012, p. 11). Para o Patrimônio Cultural, temos as seguintes definições:

O patrimônio cultural não está dotado de valor em si mesmo, porém cada grupo e subgrupo humano atribui e descreve valores e significados, específicos em cada momento histórico, aos seus bens culturais, escolhidos dentro dos múltiplos elementos culturais, o que implica a existência de um processo social de seleção e de atribuição de valores dos elementos culturais dignos de serem patrimonializados e adotam como bem de tutela pública o que antes não estava reconhecido (PEREZ, 2009, p. 148).

Assim:

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e

continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2014a, p. 1).

Segue a sequência dos mais significativos produtos culturais utilizados pelo turismo na concepção de Richards (1997, apud GASTAL, 2001, p. 39):

1. Sítio arqueológico e museus; 2. Arquitetura e ruínas; 3. Artes visuais (fotografia), artes plásticas (pintura, escultura, gravura etc.), artesanato, galerias festivas e eventos em torno deles; 4. Música e dança clássica, folclórica e contemporânea; 5. Artes dramáticas (teatro e cinema); língua e literatura, na forma de cursos seminários, feiras e outros eventos; 7. Festivais religiosos e peregrinações; 8. Cultura popular e folclórica, e subcultura urbanas (grafite, *rap*), ainda os parques temáticos e as manifestações étnicas das grandes cidades.

Nesse momento, discutiremos, por meio de teorias e análises bibliográficas, sobre o processo de tombamento da cidade de Porto Nacional-TO, ocorrido no ano de 2008. Para essa análise, além de consulta em revisões de literatura, foram analisados dois documentos de fundamental importância, os quais desencadearam o processo do tombamento do centro histórico de Porto Nacional: a Ata de Tombamento da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN) e o Dossiê de Tombamento. Nesse sentido, propomos uma discussão entre o atual Livro de Tombo dos bens patrimonializados no Brasil (1938-2012) pelo Iphan e a relação do patrimônio em Porto Nacional-TO, como bem de capital. Ressaltamos que, após a divisão e a emancipação do Tocantins, em 1989, podemos verificar que a única cidade de fato tocantinense que passou pelo processo de tombamento foi a cidade de Porto Nacional-TO, pois Natividade teve seu tombamento em 1987, ano em que o Tocantins ainda pertencia ao território do estado de Goiás. Quanto aos questionamentos mencionados anteriormente, cabe um indagação: a cidade de Porto Nacional foi tombada por uma votação unânime entre sociedade e gestores públicos ou foram apenas interesses político-econômicos?

3.2 Patrimonialização: conceituação

Dialeticamente, os lugares patrimonializados podem-se universalizar e se decompor, pois os mecanismos que servem a sua universalização, os que catalisam o processo de patrimonialização são os mesmos que podem conduzi-los à fragmentação (COSTA; SCARLATO, 2012). Nesse mesmo contexto, Cruz (2012, p. 96) explica que “[...] a patrimonialização do patrimônio é a institucionalização de mecanismos de proteção do

chamado patrimônio cultural, material e imaterial”. Ou seja, são os valores econômico, simbólico e/ou cultural eletivos por uma sociedade ao entorno. Neste mesmo pensamento Bourdieu (2007), afirma que os sistemas simbólicos exercem um poder composto por um sentido de manter certo domínio no qual designa hegemonia.

O Patrimônio Mundial representa uma “verdade universal” difundida pela simbiose: Estados-nação, agências multilaterais e agentes hegemônicos do capital, que promovem, conjuntamente, a difusão global dos bens culturais e naturais do mundo, via Lista do Patrimônio Mundial (COSTA; SCARLATO, 2012).

Santos (1977) citado por Costa e Scarlato (2012) considera que, se a valorização simbólica dos objetos não estiver comprometida, primeiramente, com objetivo de preservação da nossa identidade, da memória e com uma necessidade única e descuidada atribuindo valor econômico os bens culturais, corre-se o risco de se perder a originalidade dos modos de vida e os símbolos de nossa “formação socioespacial”.

Em especial permite compreender os processos que moldam os olhares que analisam e classificam os processos patrimoniais, explicando e buscando soluções para a crise atual do modelo que prioriza a preservação material dos objetos, uma espécie de sacralização. Os significados do patrimônio como instrumento de desenvolvimento de identidades, formas de manutenção de poder, preservação de determinadas versões de fatos históricos, somada a questão dos valores que permeiam o processo que indica o que deve integrar a memória social, são questões simbólicas fundamentais que precisam ser discutidas no âmbito da sociologia e especialmente da comunicação (DENCKER, 2012, p. 138).

Ainda conforme Dencker (2012, p. 150), “todo o conjunto da cultura e do patrimônio é contaminado pelo processo de mercantilização”. O consumo do patrimônio se expande influenciado pelos arranjos que orientam os processos do turismo cultural, envolvendo o patrimônio em estratégias de *marketing* e promoção, ações mecanizadas, massificados, que são produzidos e construídos. Assim, podemos verificar a ponte que liga a produção e o consumo, comercializados pelos atrativos culturais.

O consumo do patrimônio ocorre em função da mais-valia simbólica de que o produto em si é apenas a referência material. O processo de intensificação do consumo, associado a uma política quase padronizada de preservação, incentivada por organismos internacionais, leva a uma espécie de mesmismo, em que se aplicam estratégias iguais a realidades diferentes, produzindo quase uma padronização da oferta (DENCKER, 2012, p. 150-151).

Entende-se, portanto, que o patrimônio deve ser considerado como um campo de práticas e representações que se constituem de forma autônoma e possível de problematizar e questionar a experiência patrimonial, assim, investigar os modos como os simbólicos integram a memória social até se constituir como imaginário (DENCKER, 2012).

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. [...]. Assim o não-lugar não é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros ou constroem simulacros de lugares, através da não-identidade [...](CARLOS, 1999, p. 28-29).

O que marca a experiência patrimonial da modernidade é a separação do sagrado e do profano. Os novos “deuses” passam a ser realizações humanas nas diferentes áreas de conhecimento. A racionalização se associa ao crescimento da técnica e à fragmentação do conhecimento. O sagrado acaba perdendo sua força e precisa ser substituído. Fator importante na consolidação da experiência patrimonial são as novas formas de mediação que surgem pela escrita, que se torna generalizada, e pela difusão da imprensa (DENCKER, 2012).

A ideia de totalidade está nos objetos e nas ações, seus sistemas são novas totalidades que compõem a totalidade em contínuo movimento, afirmado como espaço (SANTOS, 2012). “Tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida” (SANTOS, 2012, p. 72). Ou seja, os monumentos, os bens patrimoniais tratados aqui como objetos – rugosidades –, são as ações deixadas no atual contexto espacial, o presente, atribuídos por tempos pretéritos. Assim:

Entende-se por “tradição inventada” um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado, aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9).

Nesse sentido, Porto Nacional, especificadamente o centro histórico, ainda preserva incipientemente algumas tradições e valores, como as festas religiosas realizadas na Catedral Nossa Senhora das Mercês, orações domiciliares, entre outros.

3.2.1 Processo de patrimonialização em Porto Nacional-TO: interpretação da Ata de Tombamento

Foi no dia vinte e sete de novembro de dois mil e oito, na sala dos Acheiros do Palácio Imperial, na cidade do Rio de Janeiro, que aconteceu a 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural¹⁷ (IPHAN). Processo inscrito no Livro de Tombo Histórico o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. Destacamos algumas falas de alguns conselheiros consultivos presentes na Ata de Tombamento, uns a favor do tombamento de Porto Nacional, e outros contra:

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Tenho me preocupado sempre nas reuniões do Conselho, em nossos pareceres, em defender uma visão de conjunto, uma visão urbana de enquadramento dos edifícios, sobretudo no que se refere à arquitetura vernácula, porque me parece que esse é um espaço que devemos contemplar como o que foi aqui mencionado. Até pela insistência ao longo da minha vida, que já é longa, no estudo dos problemas urbanos brasileiros, procuro de maneira geral focalizar os edifícios, sejam ou não monumentais, sob a perspectiva de conjunto, entendendo que faz parte do valor de cada edifício a sua forma de inserção na cidade. Existe uma razão, para não dizer racionalidade, razão que dá as proporções entre os edifícios, as partes de um edifício que tem a ver com seu valor e que só podem ser compreendidas corretamente, inclusive e especialmente na sua dimensão social, quando nós relacionamos essas partes aos conjuntos. Então, sinto-me à vontade para expressar algumas linhas dessa preocupação. **Em primeiro lugar, em relação à arquitetura mais simples pela qual sempre me interessei, a partir dos desenhos do Burchell, que houvesse preocupação de preservação daqueles espaços construídos, com tanta dificuldade pela área do Tocantins, acima até ao sul do Pará.** Se foi possível a um inglês percorrer esse caminho e conhecer essa arquitetura há

¹⁷ O Conselho Consultivo é um conjunto de pessoas composta pela sociedade civil, estabelecido e indicado pelo IPHAN, com o objetivo de definir o tombamento de um bem cultural material e/ou imaterial, seja ele: histórico, paisagístico, arqueológico, etnológico, etnológico entre outros.

duzentos anos, registrar tão lindamente essas obras, é impossível que não pudéssemos, no IPHAN, fazer um trabalho semelhante. Então, com isso, declaro desde logo minha solidariedade com as administrações do Estado e do Município e com a Superintendência do IPHAN na região, pela sua preocupação com essa preservação. Portanto, essa não é uma questão em discussão. Mas há algumas que mereceriam uma reflexão da nossa parte (IPHAN, Ata de tombamento, 2008, p. 7-8, grifo meu).

Nessa citação, podemos observar, no depoimento de um dos conselheiros, Nestor Goulart, presente na reunião, sua preocupação para o possível tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. Enquanto a conselheira Myriam Ribeiro, na exposição dos seus argumentos, na fala seguinte, demonstrou ponto negativo ao tombamento da cidade:

Vou descer um pouco o nível para um aspecto mais prático que me chamou atenção desde o início. Parece-me que pouquíssimas pessoas aqui conhecem Porto Nacional, **nunca estive em Porto Nacional**, para mim foi uma descoberta imaginar essa cidade lá na fronteira do Brasil, **agora vou procurar me informar melhor**. Acho que fomos um pouco vítimas de duas coisas. Primeiro, do vídeo que foi apresentado. O fotógrafo se apaixonou pelos elementos artísticos, nos mostrou muitos detalhes, mas não nos apresentou um conjunto. Esse vídeo não deu uma ideia do que é Porto Nacional a partir do que foi apresentado. **Por outro lado, fomos vítimas também do entusiasmo do Conselheiro Marcos de Azarnbuja pela catedral neogótica que deveria ser analisada dentro do contexto do século XIX. Evidentemente, ela destoa do conjunto**, precisaríamos de uma série de estudos de outra ordem e outro tipo de conceito para analisar o seu valor (IPHAN, Ata de tombamento, 2008, p. 14-15, grifo meu).

Essas foram apenas duas de algumas falas dos conselheiros disponíveis na 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN), uns favoráveis ao tombamento de Porto Nacional, outros contra, com suas justificativas, para chegar ao consenso do processo de tombamento. No Capítulo 2, do item sobre as competências do conselho consultivo, afirma-se que:

Art. 3º Compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial, a saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente (IPHAN, 2012, p. 2).

Ainda:

Parágrafo único. Os Conselheiros poderão requerer ao Presidente, quando considerarem relevante, que matérias referentes a intervenções em bens tombados ou no entorno deles, e questões relativas a patrimônios imateriais registrados sejam apreciadas e discutidas pelo plenário (IPHAN, 2012, p. 3).

Após ler na íntegra o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural presente na Portaria nº 486, observam-se essas duas competências dos conselheiros citadas acima, que compõem o Conselho Consultivo do Iphan. Podemos verificar que não existe nenhum critério de escolha desses membros. A escolha ocorre de forma aleatória ou mesmo por indicação ou roteiro a ser seguido para realizar o tombamento de um bem cultural, em âmbito nacional. Podemos observar, no Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, na seção II, os membros que compõem o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural:

Art. 7º O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será presidido pelo Presidente do IPHAN, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

I - um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, que serão indicados pelos respectivos dirigentes:

- a) Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB);
- b) Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL);
- c) Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB);
- d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- e) Ministério da Educação;
- f) Ministério das Cidades;
- g) Ministério do Turismo;
- h) Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM);
- i) Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

II - treze representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN.

Ou seja, cada conselheiro representado por uma instituição acima citada, tem seu ponto de vista quanto ao tombamento de uma cidade. Uns conhecem bem o lugar que está em votação para serem tombados, outros não possuem nenhum conhecimento prévio da cidade, caso visto na citação descrita anteriormente referente à cidade de Porto Nacional. Diferentemente dos critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (Unesco), em que para compor a lista de bens tombados em âmbito mundial é necessário seguir rigorosamente os critérios descritos no quadro a seguir.

Quadro 5 – Critérios estabelecidos pela Unesco para o Tombamento de Bem do Patrimônio Mundial

1	representar uma obra prima do gênero criativo;
2	testemunhar uma influência considerável, durante um período dado, ou em uma área cultural determinada sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes, paisagem, planejamento urbano;
3	representar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural, uma civilização viva ou desaparecida;
4	representar um exemplo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, tecnológico;
5	ser um exemplo tradicional do território ou do mar, que seja representativo de cultura ou culturas ou da interação humana com o ambiente;
6	ser diretamente ou materialmente associado aos eventos ou às tradições vivas, crenças obras artísticas ou literárias;
7	representar fenômenos naturais;
8	ser conjunto de grandes estágios da história da terra, compreende nos processos geológicos e geomorfológicos;
9	exemplos representativos dos processos ecológicos, biológicos;
10	representar habitat natural o mais representativo e o mais importante para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica.

Fonte: COSTA; SCARLATO, 2012.

Nota: Adaptado por Núbia Nascimento.

Na cidade de Porto Nacional, podemos verificar uma iniciativa, ou melhor, uma tentativa de organização de um conselho municipal composto por membros no mês de maio de 2006, com a criação da Lei nº 1.869, em que podemos observar:

Art. 2 - Fica criado o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Nacional, vinculado a Ouvidoria do Município. Parágrafo único – O conselho será composto de 7 (sete) membros com mandato de 4 (quatro) anos designados pelo prefeito municipal assim representados:

- a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo;
- b) 01 (um) representantes do Poder Legislativo;
- c) 02 (dois) representantes de Universidades locais;
- d) 01 (um) representante do órgão estadual responsável pelo Patrimônio Histórico e Cultural;
- e) 01 (um) representante da Sociedade Civil.

No mesmo ano no mês de outubro a lei citada anteriormente sofreu alterações, passa valer a Lei n. 1.876, em que altera o Conselho Consultivo do Município. No parágrafo único afirma que:

O conselho será composto por nove membros titulares e seus respectivos suplentes para mandato de quatro anos, designados pelo Prefeito Municipal, assim representados:

- a) 01 (um) representantes do Poder Executivo;
- b) 01 (um) representantes do Poder Legislativo;
- c) 01 (um) representante do órgão estadual responsável pelo Patrimônio Histórico e Cultural;
- d) 01 (um) representante do órgão federal responsável pelo Patrimônio

Histórico e Artístico (IPHAN);

e) 02 (dois) representantes da Sociedade Civil;

f) 03 (três) representantes das faculdades locais.

No disposto anteriormente, podemos observar as alterações quanto à redução e ao aumento na equipe de responsáveis pela conservação do Patrimônio na cidade. Vejamos, houve um aumento nos representantes do poder: executivo, da sociedade civil e das universidades, agora representadas pelas faculdades.

No atual contexto da cidade, ainda não existem representantes para cada área em específico, por exemplo, responsável pela arquitetura do Centro Histórico, pintura, telhado, madeirame, piso, restauração e/ou conservação entre outras intervenções, não somente externa, mas também interna. Nesse sentido, as políticas públicas municipais são iniciativas muito bem desenvolvidas e elaboradas, mas apenas verbalmente e no papel, pois as ações e a forma de planejamento em leis estão arquivadas na Câmara municipal da cidade e não são consultadas ou há pouca procura.

A maior parte dos conselheiros que integraram o Conselho Consultivo em 2008, ano do tombamento de Porto Nacional, são profissionais, como historiadores, sociólogos, arquitetos, arqueólogos, antropólogos entre outros, e em sua maioria natural da região sudeste, especificadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, faz sentido as regiões sul e sudeste terem mais bens patrimonializados no Brasil, de acordo com o atual Livro de Tombo.

Conforme o Livro de Tombo dos bens patrimonializados no Brasil, na Classificação do Iphan (2013), temos, demonstrado no quadro a seguir, as denominações por regiões e a quantidade de bens tombados.

Quadro 6 – Relação da quantidade de Bens Tombados no Brasil e suas respectivas regiões

Região	Estados	Bens tombados	Percentual
Norte	Acre	1	3,9%
	Amapá	2	
	Amazonas	1	
	Pará	3	
	Rondônia	2	
	Tocantins	2	
Nordeste	Alagoas	6	34,4%
	Bahia	27	
	Ceará	11	
	Maranhão	4	
	Paraíba	8	
	Pernambuco	15	
	Piauí	6	
Rio Grande do Norte	9		

	Sergipe	9	
Sul	Paraná	5	13%
	Rio Grande do Sul	23	
	Santa Catarina	8	
Sudeste	Espírito Santo	6	43,1%
	Minas Gerais	50	
	Rio de Janeiro	24	
	São Paulo	39	
Centro-Oeste	Distrito Federal	1	5,4%
	Goiás	8	
	Mato Grosso	4	
	Mato Grosso do Sul	2	

Fonte: IPHAN, 2013.

Nota: Adaptado por Núbia Nascimento.

No quadro apresentado anteriormente, podemos observar a quantidade de bens tombados nas regiões brasileiras e nas suas respectivas capitais. É importante salientar que o maior índice dos bens tombados, observados no quadro 5, estão na região sudeste, com (43,1%), sendo o estado de Minas Gerais com maior índice de bens tombados, no total de cinquenta bens (incluem-se aqui os bens históricos, paisagísticos, etnológicos e arqueológicos). O menor índice de bens tombados encontra-se na região norte, com (3,9%). A capital do Amazonas e o Acre têm apenas um bem tombado e também na região centro-oeste, a capital Federal, Distrito Federal-DF. Na capital mineira, a nosso ver, justifica-se a quantidade de bens tombados, pois é uma das cidades mais antigas do Brasil, originados desde o século XVI, ali estão os vestígios da história e a memória do Brasil, tanto na arte, na arquitetura barroca, nos hábitos e nos costumes coloniais.

Nos bens patrimonializados, sejam monumentos, centros históricos entre outros, localizados nas cidades mineiras, como Ouro Preto, Mariana, ali estão vivas, em termos de representatividade, a história do Brasil. Segundo o livro de tomo do Iphan, observados no (Quadro 6), estão citadas as futuras inserções para o tombamento dos bens culturais e suas respectivas regiões.

Quadro 7 – Bens culturais aprovados em tramitação para futura inserção no livro de tomo do IPHAN

Região	Bens a serem tombados
Norte	2
Nordeste	7
Sul	4
Sudeste	6
Centro-Oeste	6

Fonte: IPHAN, 2013.

Nota: Elaborado por Núbia Nascimento.

Podemos observar que mais uma vez a região norte é a menos privilegiada, com apenas dois bens a serem patrimonializados. Traz aqui a indagação: será que na região norte os bens culturais existentes que constituem o Patrimônio Histórico do Brasil têm menos valor patrimonial do que a região sudeste? Pois: “A cultura constitui-se de tudo que os homens adquirem no transcurso de sua vida” (CLAVAL, 2005, p. 90).

Recebemos um emaranhado de significativo de comportamentos, de saber fazer, de conhecimento e de crenças de nossos pais e das pessoas com as quais convivemos jovens: a cultura constitui-se por meio de objetos e ritos do passado, é um patrimônio; é a experiência individual e coletiva a maneira como reagimos aos eventos cotidianos, o que também integra o presente; a cultura consolida-se e se movimenta aos planos que os grupos sociais imaginam para o futuro. A cultura deve ser lida como uma noção dinâmica, que interliga o passado, o presente e o futuro (CLAVAL, 2005 apud COSTA; SCARLATO, 2012, p. 106).

Conforme a citação anterior, podemos perceber que não existe lugar, região, cidade ou um monumento mais admirável ou mais valioso do que o outro. Assim, se a cultura está presente em nossa origem e nos vestígios deixados, torna-se impossível mensurar, classificar e selecionar o valor cultural de um lugar. Neste sentido, o “patrimônio cultural não é mais que a memória de nós mesmos e, também por isso, são referenciais sociais, espaciais, históricos e existenciais” (CRUZ, 2012, p. 100). Estabelecemos as atribuições de valores com o símbolo e o imaginário que algum objeto ou artefato nos representa, pois os valores culturais estão presentes em cada indivíduo, desde o seu nascimento, com suas crenças, costumes e valores, sejam eles adquiridos ao longo da vida ou mesmo aqueles herdados pela família ao longo dos anos.

3.2.1.1 Monumentos no polígono de tombamento: tempo passado e o tempo presente

Retomando a Ata de Tombamento (2008), podemos perceber a indignação na fala de um dos conselheiros no que diz respeito à demolição de alguns monumentos na cidade de Porto Nacional, em específico ao Centro Histórico:

[...] se devemos ou não repor as coisas na sua feição, quando sabemos qual deveria ser a feição de certas obras excepcionais. Mas, no caso das casas simples de Goiás Velho ou de Porto Nacional, **ao ver as imagens, que foram poucas e muito rápidas, me pareceu evidente que sobraram dos edifícios de arquitetura vernácula apenas pedaços.** Ou nós os repomos de maneira a garantir o mínimo de coerência no que se quer preservar ou, como no caso da igreja, me permitiria divergir do parecer do Conselheiro Relator.

Vamos tomar e premiar os que demoliram a igreja original brasileira, que é da história da região e foi destruída. Se tombarmos o edifício que foi posto em seu lugar, devemos tomar todos os edifícios que foram construídos neste país no lugar das igrejas importantes que foram demolidas. Nós não temos nada a ver com essa arquitetura, com todo o respeito pela história do Município (IPHAN, 2008, p. 8, grifo meu).

O primeiro destaque na citação anterior corresponde a uma crítica feita por um dos Conselheiros no que diz respeito à pouca documentação sobre o município, pois para aquele momento no qual estava sendo discutido o tombamento de Porto Nacional, tornava-se incipiente a aprovação do tombamento com apenas um vídeo demonstrativo, e esse vídeo não conseguiu mostrar o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade. Os gestores municipais da época teriam que ter mais rigor na seleção da documentação como o histórico dos imóveis mais evidentes e antigos da cidade, a genealogia da família pertencente ao imóvel, bem como sua arquitetura (estilo colonial), um manual ilustrativo de cada imóvel com imagens internas e externas para melhor visualização entre outros. Há indícios aqui de que houve pouca informação no que se refere à comprovação por meio da documentação, e de que a maioria dos conselheiros foi rigorosa ou mesmo desfavorável ao tombamento de Porto Nacional-TO.

No segundo destaque na citação acima, tem-se: “Vamos tomar e premiar os que demoliram a igreja original brasileira, que é da história da região e foi destruída [...]”, aqui, corresponde uma outra crítica, pois antes da construção da imponente Catedral Nossa Senhora das Mercês, existia uma pequena capela em estilo colonial. Mas com a chegada dos Padres dominicanos, em meados de 1886, foi construída a imponente Catedral em estilo românico, arquitetura de origem francesa (figura 2, ver p.50). Diferentemente da capela que foi demolida, em estilo colonial, esta sim, era originária da arquitetura brasileira e compunha a malha urbana ao entorno da Catedral. Na visão dos conselheiros, a Catedral Nossa Senhora das Mercês descaracteriza o entorno. Após várias discussões, o tombamento é aceito em uma das falas dos conselheiros que compunha aquela reunião:

Acho que é meio constrangedor essa discussão ser feita na presença das pessoas, que, com toda a boa vontade e com todo o interesse, querem a preservação desse bem. Acho que nesse momento devemos aprovar porque, é sem dúvida nenhuma, um marco histórico. Do ponto de vista urbanístico e arquitetônico não vejo maior transcendência, mas do ponto de vista histórico, de conquista do interior do Brasil [...] (IPHAN, 2008, p. 17).

Outra fala que se torna significativa para esse momento:

Mas aquela igreja, naquele lugar, diz alguma coisa importante sobre o tipo de país que o Brasil é e foi, ajuda a nos explicar melhor. Outra coisa que acho importante é o empenho da comunidade em ser reconhecida **nessa qualidade que não lhe traz lucro particular, não haverá um aumento de investimentos de turismo, Porto Nacional continua longe, mas há o desejo de ser reconhecido**. Tenho muito medo de frustrar esse tipo de determinação cívica nacional urbana (IPHAN, 2008, p. 18, grifo meu).

A expressão destacada na citação condiz com uma possível realidade no Centro Histórico, ou seja, com o tombamento “não haverá turistas”, pois não haverá um aumento significativo dos turistas a Porto Nacional. Isso devido a algumas questões de logística, como, por exemplo, o traslado de Palmas à cidade, a grande redução de turistas e/ou excursionistas devido à construção do reservatório da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (UHE), substituindo o Rio Porto Real, entre outros. Por Porto Nacional estar com uma localidade muito “distante dos centros urbanos do Tocantins”, mesmo assim pelo isolamento “há o desejo de ser reconhecido”. As imposições e os discursos utilizados afirmam e impregnam na sociedade um sentido de descaso e rejeição para a cidade de Porto Nacional.

Assim o Iphan esclarece que:

Os padres dominicanos franceses ao decidir pela demolição da antiga capela e pela construção da nova igreja mostravam que vinham de **uma outra matriz cultural**. A catedral das antigas cidades francesas não se integra, a rigor, à paisagem urbana. Impõe-se como um poder maior e como a expressão de uma ascendência. O objetivo era provocar nos fiéis um temor reverencial inspirado por edificações que, pelas suas próprias dimensões, demonstravam a supremacia do sagrado sobre o profano (IPHAN, 2008, p. 33, grifo meu).

Podemos notar na frase em destaque uma ruptura dos valores e costumes. Para aquele momento é como se a cidade perdesse seus valores para agregar outra cultura tornando os portuense “aculturados” aos hábitos, costumes e crenças dos franceses.

Outra alteração significativa da paisagem foi no Palácio Episcopal onde funcionava a Escola Secundária Santo Tomás de Aquino, disposto na figura seguinte:

Figura 3 – Palácio Episcopal em meados dos anos 40



Fonte: Arquivo pessoal de Herton Brito.

Na figura a seguir, podemos observar como está o Palácio Episcopal nos dias atuais e sua localização, hoje, como Mitra Diocesana.

Figura 4 – Mitra Diocesana de Porto Nacional-TO



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Fotografia tirada em 19-03-2014, por Núbia Nascimento.

O Seminário São José, antigo Convento Santa Rosa de Lima (figura 4), é sede dos padres dominicanos desde o início da década de vinte (PORTO NACIONAL, 2011, p. 5). Em 1957, a parte superior do antigo sobrado, por motivos de estrutura física e periculosidade na

segurança, foi retirada e não houve restauração para preservar e manter as características originais do imóvel.

A Diocese de Porto Nacional foi criada em 1915 pelo Papa Bento XV, ficando por cinco anos à espera de um bispo, pois os dois primeiros escolhidos não aceitaram a missão (AUDRIN, 1946). Somente em 1920 Domingos Carrerot assume o bispado de Porto Nacional-TO.

A seguir temos os primeiros marcos da construção do Coreto de Porto Nacional na década de 50. Localizado hoje na praça Nossa Senhora das Mercês.

Figura 5 – Construção do Coreto em Porto Nacional-TO



Fonte: Arquivo pessoal de Herton Brito.

A imagem anterior mostra o período em que o coreto estava sendo erguido, em meados da década de 50. Já ao fundo há duas casas, que ficavam de frente para a imponente Catedral e ao sul do Rio Tocantins. Segundo o Dossiê de Tombamento:

A demolição desses edifícios, sobretudo a do coreto, gerou muitos protestos da população. Vários segmentos sociais se manifestaram publicamente em comícios e passeatas realizando o enterro simbólico do coreto logo após sua demolição que ocorreu em plena madrugada [...] (IPHAN, 2008, p. 16).

Figura 6 – Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Coreto



Fonte: Arquivo pessoal de Herton Brito, 1948 construção do coreto.

Conforme os estudos de Messias (2012), por causa da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (UEH), Maria José, umas das entrevistadas e moradora de uma das casas que ficava em frente à Catedral, lamentava o jogo de interesses econômicos do Estado e da Investco, devido a esse grandioso empreendimento. Para a construção da Orla Beira Rio de Porto Nacional, foram demolidas muitas casas no centro histórico, com máquinas pesadas. “A referência que era o coreto na frente da catedral foi totalmente destruída para ser construída uma praça que não tem nada a ver com a arquitetura da Catedral. É um monte de concreto que não tem nada a ver com a arquitetura do Centro Histórico [...]” (MESSIAS, 2012, p. 48, entrevista concedida), afirmação visualizada abaixo:

Figura 7 – Atual Praça Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Fotografia tirada em 19-03-2014, por Núbia Nascimento.

A imagem acima destaca a Praça Nossa Senhora das Mercês totalmente modificada, sem o coreto e as casas de frente para Catedral. Podemos conferir na imagem, em outro ângulo, que nos dias atuais há apenas a existência de um muro feito de pedra canga de frente para a Catedral Nossa Senhora das Mercês. Se as duas casas, visto anteriormente, impediam a vista para a Catedral, podemos notar que nada mudou, pois houve apenas uma substituição. O muro que substituiu as duas casas também se torna um empecilho, atrapalhando a vista da Catedral em relação ao rio. Diferentemente de um amontoado de pedras, as casas sim, possuíam um valor simbólico e sentimental para os que residiam ali.

Nos estudos de Costa (2010), ele analisa as cidades coloniais que foram descaracterizadas por governanças urbanas em que as cidades são patrimônios vistos como produto mercantil, pois “[...] parte de uma geografia ciente da necessária dialética entre a objetividade do mundo e sua representação simbólica, o que nos permite fazer a leitura das novas espacialidades das representações sociais ou das relações e interpretações sociais do mundo corporificadas no espaço” (COSTA, 2010, p. 145).

Assim:

Essas paisagens são produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem e possuem significados simbólicos. Elas refletem formas de como os seres humanos interiorizam o espaço e a natureza e os integra em seu próprio sistema cultural. Além disso, refletem os conflitos indenitários e como os grupos sociais se inscrevem em um espaço geográfico preciso (ALMEIDA, 2008, p. 47).

Nos estudos de Messias (2012), uma das moradoras, cuja casa ficava em frente à Catedral, expressou a profunda tristeza que sentiu ao ter de deixar sua casa, seu lar, seu território:

[...] Eu sinto uma amargura muito grande porque a história de Porto Nacional está acabando muitas casas que compunham a praça foram derrubadas com o pretexto de embelezamento para dar maior visibilidade para a Catedral, e no entanto, isso não aconteceu, pois ficou tudo muito feio [...]. A minha casa era de frente para a catedral e o fundo para o rio. Era a coisa mais linda do mundo a minha casa [...] (MESSIAS, 2012, p. 55, entrevista concedida).

Na fala expressa por outra entrevistada:

A construção da Avenida Beira Rio, para mim, foi motivo de uma dor muito grande em ver sendo derrubadas todas as árvores, as mangueiras, os ipês que a gente brincou ali embaixo. Na ocasião da destruição das árvores, os micos saíram correndo para as nossas casas, gritando. É muito difícil para nós. Perdemos o rio, perdemos a praia, perdemos o coreto, foram destruídas várias casas para poder construir a Avenida Beira Rio. Então o patrimônio histórico nós perdemos (MESSIAS, 2012, p. 128, entrevista concedida).

Ainda segundo a autora:

Em Porto Nacional a construção da Avenida Beira Rio representou as forças do mercado, da mudança, do deslocamento, do desenraizamento, da modernização que deslocaram os moradores de seus lugares tradicionais, devoraram a paisagem construída ao longo do tempo e estabeleceram uma nova paisagem urbana que não valorizou a história e nem a cultura local (MESSIAS, 2012, p. 129).

Hoje podemos nos perguntar até que ponto essa modernidade é favorável, pois “ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição” (BERMAN, 1986, p.12). Assim:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos

num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (BERMAN, 1986, p. 15).

Parafrazeando Berman na citação anterior podemos observar que o Centro Histórico de Porto Nacional é uma unidade “paradoxal” composta de profundas mudanças na paisagem e nos cidadãos. Essas intervenções estão presente no espaço geográfico no qual podemos observar nas imagens seguintes.

Figura 8 – Casarão dos Maiais



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Fotografia tirada em 19-3-2014, por Núbia Nascimento.

Localizada à Rua João Aires Joca de esquina com a Rua Getúlio Vargas, a construção do casarão dos Maia ocorreu nos anos de 1940 a 1944. O proprietário, Joaquim Maia Leite, contratou Januário Dias para supervisionar a edificação. O teto é de madeira roliça, as paredes de adobe e cal, o piso de tijolo de barro, as janelas são todas originais, com alteração apenas na porta principal e nas grades de proteção. A casa pertence à família até hoje (ROTEIRO..., 2014). “Apesar das obras da hidrelétrica terem criado o lago e trazido a água para mais próximo do centro histórico, **a paisagem foi pouco afetada em termos visuais**. Continua-se com visão de um porto, só que agora lacustre” (IPHAN, 2007, p. 62 grifo meu). Nessa citação, podemos verificar a ousadia da justificativa usada para a aprovação do tombamento contido no Dossiê de Tombamento. Ou seja, para aquela época, as casas que foram demolidas não tinham importância, não tinham valor. Essa justificativa foi uma forma

de demonstrar que, a partir daquele momento em 2007 e 2008, os poucos imóveis característicos do estilo colonial que restaram seriam preservados.

Assim como esses casarões mencionados anteriormente têm um valor para a sociedade portuense, é importante destacar aqui outros imóveis, como a: Praça do Centenário, o Colégio das Irmãs e o Casarão dos Maias não estão inscritos no polígono de tombamento de 2008 e o retificado de 2012 (ver figura 9 e 10). Aqui, torna-se contraditório este último casarão mencionado ao Dossiê de tombamento (2007), o qual aparece na área de delimitação de tombamento referenciada e iconografada.

4 PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO: POLÍGONO DE TOMBAMENTO E SEU LIMITE

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une” (SANTOS, 1998, p. 17).

O Centro Histórico de Porto Nacional – TO teve seu tombamento no ano de 2008, pelo documento que intitula o patrimônio tocantinense, inclusa na Ata de Tombamento da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN). Foi aprovada uma área urbana, a qual se subdivide em duas: uma área maior denominada poligonal de entorno, e uma menor denominada polígono de tombamento (ver figura 9 e 10). Acreditamos que a seleção das casas contidas na poligonal de tombamento são os imóveis mais significativos no sentido de terem sofrido poucas intervenções no que se refere a sua estrutura externa e interna. Há aproximadamente 74 bens tombados na poligonal de tombamento e 176 inseridos para poligonal de entorno, dados dos bens patrimonializados conforme o Dossiê de Tombamento (2007). É importante observar que na área tombada do polígono de tombamento do ano de 2008 existiam imóveis no meio da quadra que não foram tombados, ou seja, não estavam contidos na poligonal de tombamento. Nota-se isso em três ruas: Coronel Pinheiro (conhecida como Cabaçaco), Rua Padre Antônio de Lemos e, por fim, na Rua Francisco Aires da Silva (Figura 9).

No ano de 2011 houve um aumento da área delimitada na poligonal, publicada no Diário Oficial da União em 2012. Com a retificação da área tombada, podemos perceber alteração dos dados aproximados de imóveis em sua poligonal de entorno, agora composta por aproximadamente 150. Enquanto na poligonal de tombamento conta com aproximadamente 110 imóveis, totalizando um equivalente de 260 bens patrimonializados. Entre eles estão inclusas residências particulares, os casarões dos Aires, dos Maias, e imóveis públicos, como o Museu Histórico de Porto Nacional e a Casa de Cultura, entre outros. Serão visualizados a seguir alguns imóveis patrimonializados do centro histórico, lembrado que essa seleção aconteceu de forma aleatória. Selecionamos apenas alguns imóveis que são mais evidentes devido ao seu arranjo. Assim, “compreender por que determinados bens e objetos merecem ser preservados e outros não é algo passível de profundas discussões” (CRUZ, 2012, p. 95).

No centro histórico, é notório identificar os bens patrimonializados por meio de privilégio de escolha, bem como as revitalizações de cada imóvel. Muitos imóveis ainda nos dias atuais preservam suas características originais, estilo colonial, mais a maioria foram

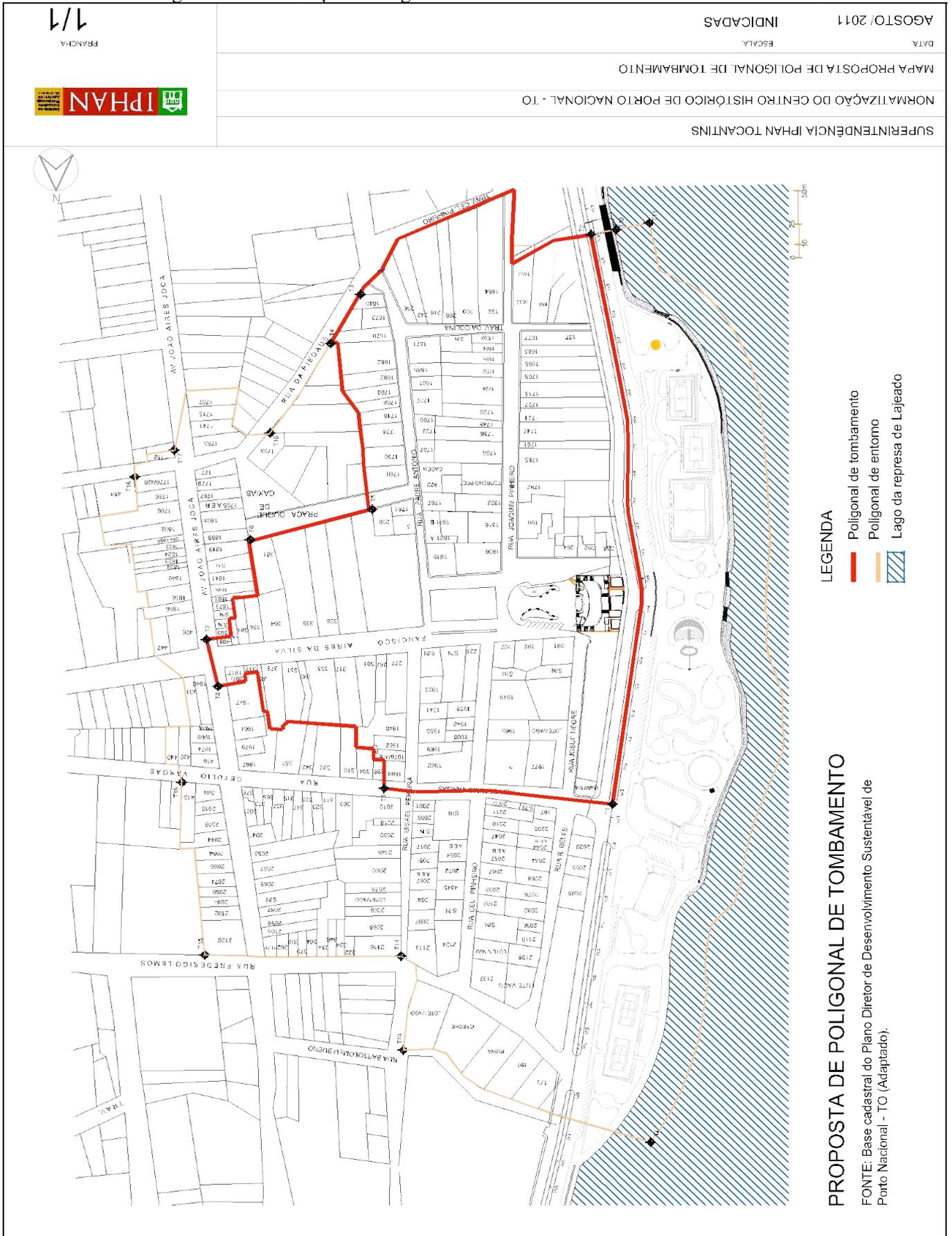
modificados, passando por transformações e drásticas mudanças, alterando a imagem espacial. Como a cidade de Porto Nacional é conhecida como a Capital da cultura, torna-se contraditório as várias demolições sofridas ao longo dos anos. Fato que podemos mencionar: a derrubada do coreto no ano de 2001 e a construção da Orla Beira Rio.

A figura anterior faz parte dos limites estabelecidos no território, tornando assim um “território usado” (SANTOS, 2011). Usado pelas pessoas, que visitam o Centro Histórico ou pessoas que ali residem. Nesse sentido, o território é tudo que está em nossa volta, constituindo assim um espaço, ou seja, o território é tudo aquilo que nos cerca, independentemente do ambiente que “usamos”.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2011, p. 96).

Segundo o autor, no espaço, além dos objetos, existem as ações humanas sobre os objetos. São intervenções, ou seja, modificações de formas, movimentos, sons, gestos, hábitos entre outros. A figura a seguir traz os limites estabelecidos com a retificação ocorrida em 2012 no que se refere à área tombada do centro histórico (ver Figura 10). Podemos perceber que houve uma ampliação do território patrimonializado, ou seja, os imóveis mencionados anteriormente na Rua Padre Antônio, Rua Joaquim Pinheiro e Francisco Aires da Silva foram inseridos nessa nova delimitação na poligonal de tombamento. Mas fica uma contraposição sobre o colégio das Irmãs, localizado na Rua Joaquim Pereira, o Casarão dos Maia e a Praça do Centenário, exclusas desse atual polígono de tombamento.

Figura 10 – Retificação – Poligonal de Tombamento de Porto Nacional-TO/ 2012



1/1
FRANCHA

AGOSTO/2011
INDICADAS
ESCALA
DATA

MAPA PROPOSTA DE POLIGONAL DE TOMBAMENTO

NORMATIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL - TO

SUPERINTENDÊNCIA IPHAN TOCANTINS

- LEGENDA**
- Poligonal de tombamento
 - Poligonal de entorno
 - Lago da represa de Lajeado

PROPOSTA DE POLIGONAL DE TOMBAMENTO

FONTE: Base cadastral do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional - TO (Adaptado).

Fonte: IPHAN, 2012.

Conforme Haesbaert (2004), a conceituação do território bem como sua ocupação no espaço é pontuada em três aspectos: político, cultural/simbólico e econômico. Ainda segundo os pensamentos do autor “territorializar-se significa também, hoje, construir ou controlar fluxos e redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (COSTA, 2004, p. 280). Nos dizeres do autor, “o território de qualquer forma difere-se antes de tudo com referência as relações sociais ou culturais, em sentido amplo e ao contexto histórico que está inserido”. Na constituição do território em paisagem cultural, podemos imaginar um aspecto macro e micro. O primeiro, no sentido de que todos os imóveis patrimonializados ocupam um território, nesse, a malha urbana, o polígono tombado. Em relação micro, podemos mencionar, por exemplo, o território interno à Catedral Nossa Senhora das Mercês, ali estão os sentimentos, a admiração ao belo, o respeito, as sensações, as emoções, o imaginário simbólico e as lembranças que se transformam em resgate do “sentimento de pertencimento”, aqui podemos incluir a presença do patrimônio imaterial. Aquilo que é intangível, abstrato, são os sentimentos sensíveis e as lembranças de um tempo passado, expresso no presente, denominado de rugosidades das paisagens (SANTOS 2011). Na concepção de Claval (1999, p. 11):

Falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente na consciência daquilo que eles partilham.

A citação anterior nos clarifica a afirmação de Raffestin (1993), pois o território enfatiza o caráter político e administrativo. Aborda-o como um espaço físico, marcado pelo poder e pelo valor do trabalho humano. Nesse ponto, concordamos com o autor, pois o processo de tombamento da cidade de Porto Nacional se deu por intervenções e interesses político-administrativos. Isso porque o estado do Tocantins estava passando por um processo de emancipação e foi exatamente no ano de 1989 que se torna independente tornando-se um Estado autônomo (RODRIGUES, 2011). A partir desse momento, a história e memória dos tocaninenses tornam-se pontos chave para o seu tombamento. Elege-se, então, Porto Nacional-TO, mais especificamente a delimitação no Centro Histórico, para os então nortes-goianos, agora tocaninenses, poder afirmar que agora são um povo com cultura, memória e história. “Somos Tocantinenses”!

Assim, “as técnicas se dão como famílias, nunca na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas” (SANTOS, 2011, p. 24). Ou seja, na concepção do autor, com o passar dos anos, as técnicas vão se aperfeiçoando, assim também para os monumentos. Nesse aspecto, podemos fazer uma analogia em relação a algumas casas do centro histórico, pois algumas ainda prevalece o estilo arquitetônico colonial, e em outras o românico, moderno e ainda o contemporâneo. Nesses sistemas de criar e fazer, predomina não apenas uma técnica rudimentar e uma arquitetura primária, e sim várias arquiteturas, o que torna a malha urbana descaracterizada por não ter harmonia na paisagem.

A paisagem cultural é a interação do homem com a natureza, florestas, rios, montanhas entre outros. O antigo rio Tocantins, às margens da cidade de Porto Nacional, hoje conhecido como lago Luís Eduardo Magalhaes, é sem dúvida um dos mais significativos bens imateriais para a população portuense. O rio era o principal meio de transporte, Porto Nacional era fonte de escoamento e fluxo de pessoas e mercadorias, ligando o norte ao sul do Brasil. Nesse sentido, a religião, educação e o desenvolvimento da cidade aconteceram por rotas comerciais e por transporte fluvial.

4.1 Paisagem cultural e o espaço patrimonializado

Estamos sempre fazendo leituras e interpretações espaciais, seja observando uma paisagem natural, patrimonial, arqueológica entre outras. Assim, fazemos alusões aos conhecimentos adquiridos seja o científico, teológico, religioso ou mesmo o senso comum. São saberes em contextos diferentes que adquirimos ao longo do tempo em retrospectiva cronológica histórico-geográfico-sociológica. Essas paisagens, tomamos aqui a cultura, sempre nos remente alguma lembrança e/ou um resgate no passado, que nos faz compreender e lembrar hábitos, crenças, costumes, tradições e valores, hoje não mais cultivados devido à revolução tecnológica. Nessa revolução, a interação face a face vem sendo substituída pelas interações midiáticas, como o computador, por meio da interação das redes sociais, tornando-se um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2011).

As ações e os resultados propostos pelo Iphan (2009) sobre as paisagens culturais brasileiras variam de acordo com o lugar e o contexto, pois existem uma série de características que devem ser analisadas. Ou seja, a criação de museus, centros de interpretação ou casas de cultura, por exemplo, não é obrigatória, mas são algumas das ações possíveis de acontecer como decorrência da sua validade. O conceito sobre paisagem cultural

está definido no artigo 1º da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, o qual representa um método de interação entre o meio natural e o homem (BRASIL, 2009). Fundamentou-se, no ano de 1998, com a Constituição da República Federativa, em que “o patrimônio cultural foi formado com o bem material e o imaterial tombados em conjunto como os centros históricos ou em monumentos individuais portando de referência e identidade” (IPHAN, 2009, p. 17).

Todos aqueles que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade ela é uma herança em todos os sentidos da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB’SABER, 2006, p. 9).

Quando o autor menciona que “a paisagem é sempre uma herança [...] é uma herança em todos os sentidos”. Podemos crer que a paisagem está diretamente ligada aos nossos sentidos: tato, olfato, visão e paladar, tornando-nos sensíveis. Lembramo-nos de alguma imagem e/ou escultura por sua textura, ou pelas cores vivas que representa, ou também uma música transmitida em disco de vinil, ao ser reproduzida, nos remete ao passado, não somente pelo suporte, inutilizado pela defasagem tecnológica, mas pelos repertórios totalmente diferentes dos dias atuais, por isso a paisagem é sempre lembrada.

[...] parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às noções tradicionais do campo da preservação, podendo servir, por exemplo, para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendam justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas (NARDI; CASTELLS, 2010, p. 4).

A paisagem, ou seja, aquilo que pode ser visto torna-se hoje “uma reflexão sobre como a paisagem tem sido considerada na escolha e na preservação dos centros históricos brasileiros e como o viés dinâmico, adotado recentemente, pode ser incorporado na compreensão dos ambientes urbanos preservados” (NARDI; CASTELLS, 2010, p. 4). Para Corrêa e Rosendahl (2012, p.12), “a paisagem geográfica ou cultural resulta da ação humana ao longo do tempo sobre a paisagem natural, ação que gera um conjunto de formas funcionalmente integradas entre si”. O Centro Histórico da cidade de Porto Nacional, com o passar dos anos e devido a ações antrópicas e a ações do tempo, sofreu algumas modificações visíveis em sua malha urbana, mas ainda se apresenta homogênea por meio das edificações, em sua grande maioria, no estilo colonial, do século XVIII.

Ao percorrer o Centro Histórico de Porto Nacional, podemos visualizar suas expressões na arquitetura presente nos imóveis como tentativa de resgatar a história local. Poucos são os registros históricos presentes de cada imóvel. Perdem-se muito os registros pela falta de documentação e organização do conhecimento pela mudança de gestão, pois nada adianta a paisagem cultural sem o registro documental. Por meio da escala geográfica, podemos visualizar e interpretar um monumento, bem como a localização dos bens patrimonializados.

4.2 A ressignificação do território e a construção da identidade

Assim como a cidade de Porto Nacional é importante para a memória dos tocantinenses, outras cidades também foram e tiveram destaque no fluxo de mercadoria e pessoas, como as cidades ribeirinhas tocantinenses como: Pedro Afonso, Peixe, Miracema entre outras. É importante mencionar e levar em consideração as observações de um estudo sistemático feito pelo professor e historiador Palacin e Borges (1987). Ambos realizaram uma pesquisa em que propunham uma classificação das cidades pertencentes ao estado de Goiás e as cidades pertencentes ao estado Tocantins. Por meio das análises, podemos concluir que, em termos de história e memória, o índice de cidades históricas presente no território tocantinense supera ao território goiano, apresentados conforme quadro a seguir.

Quadro 8 - Relação das cidades históricas do antigo Norte Goiano, Goiás e Tocantins na década de 80

<i>Norte Goiano (Tocantins)</i>	<i>Goiás</i>	<i>Tocantins</i>
Crixás	Crixás	Arraias
Pilar de Goiás	Pilar de Goiás	Paraná
Niquelândia	Niquelândia	Conceição do Norte
Traíras	Traíras	Natividade
Flores de Goiás	Flores de Goiás	Almas
Posse	Posse	Dianópolis
Cavalcante	Cavalcante	Porto Nacional
Monte Alegre de Goiás	Monte Alegre de Goiás	Monte do Carmo
Arraias		Pedro Afonso
Paraná		Tocantinópolis
Conceição do Norte		
Natividade		

Almas		
Dianópolis		
Porto Nacional		
Monte do Carmo		
Pedro Afonso		
Tocantinópolis		

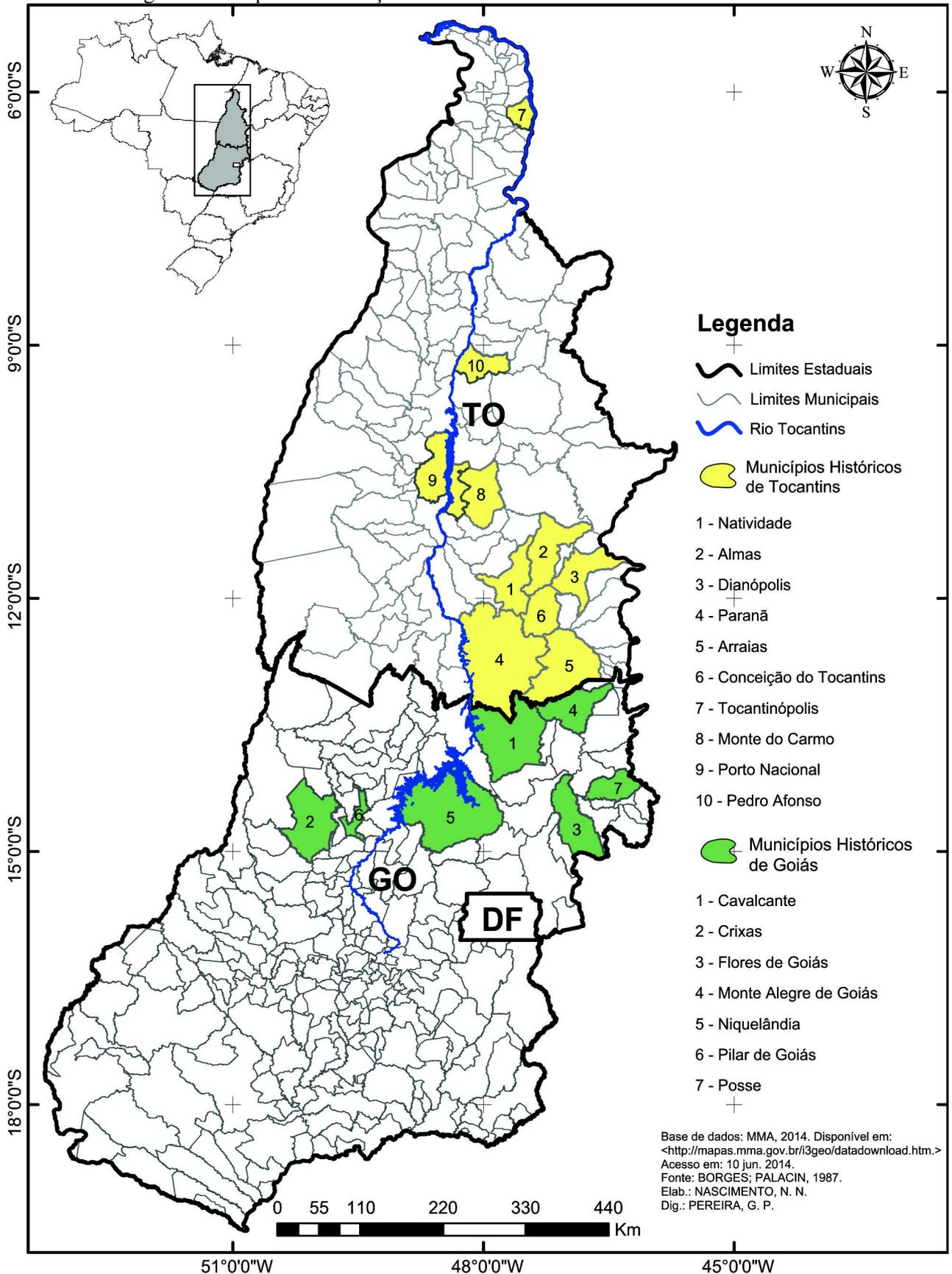
Fonte: BORGES, PALACIN, 1987. Adaptado pela autora.

Ao observar o quadro, podemos verificar que o norte goiano, atual estado do Tocantins, em termos quantitativos, apresenta um maior número de cidades históricas se comparado com o estado de Goiás. De acordo com Santos (2008, p. 173), “o lugar torna-se a testemunha da memória das coisas fixadas na paisagem criada, o que possibilita a consolidação e a produção de um espaço simbólico que reorganiza a cada instante os sentidos de objetos, lugares, pessoas e discursos”. Quando o autor menciona “coisas fixadas”, temos um entendimento de estruturas físicas, ou seja, os imóveis e os monumentos. Assim, não é o estado do Tocantins que tem história em Goiás, e sim Goiás presente no território tocantinense (ver figura 11). Segundo Cavalcante (2004, p. 49):

Para a administração local – representante dos interesses mercantilistas portugueses, justificava-se, posto que as minas do Tocantins e do norte eram mais ricas do que as do centro-sul. Todavia naquele local, a arrecadação do imposto de mineração era inferior à das Minas dos Goyazes.

Na citação mencionada anteriormente, podemos observar que a região norte era mais rica em termos de exploração de minérios, pois a maioria das cidades ficava à margem do Rio Tocantins, e nessa região predominava o ouro de aluvião.

Figura 11 - Mapa de localização das cidades históricas Goiás e Tocantins



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Elaborado por Núbia Nascimento e digitalização Gilney Pereira.

Ainda segundo os autores Palacin e Borges (1987), enquanto o estado do norte goiano, atual Tocantins, tinha cinco cidades à margem do Rio Tocantins, respectivamente: Pedro Afonso (3.302 hab.)¹⁸, Porto Nacional (5.011 hab.), Paranã (4.091 hab.), Cavalcante (5.690 hab.) e Niquelândia (6.038 hab.), o estado de Goiás não havia nenhuma. Mas, segundo os estudos de Oliveira (2010), os municípios de Cavalcante e Niquelândia pertenciam ao norte goiano, ou seja, somente após a divisão do estado do Tocantins essas duas cidades, antes pertencentes à região norte do estado, hoje pertencem ao estado de Goiás. De acordo com o Parecer nº 39 no Dossiê (2007, p. 17), afirma que: “[...] Pontal, última rota é a que vai dar origem à rede de cidades mais antigas do atual estado do Tocantins: Cavalcante e Arraias (ambas de 1740), São José do Duro¹⁹ (1751), Monte Alegre (1769), Natividade (1734), Arraial do Carmo²⁰ (1746), Conceição (1741) e Pontal²¹ (1738) [...]”. Assim, podemos confirmar a citação de Santos (2008) mencionada anteriormente “o lugar torna-se a testemunha da memória das coisas fixadas [...]”.

Em Porto Nacional, anterior à década de 60, havia uma grande circulação de mercadorias e pessoas, pois data um período em que o principal meio de transporte era as vias fluviais. A partir da década de 1960, com o governo do presidente Juscelino Kubitschek com seu *slogan* “50 anos em 5”, por um processo desenvolvimentista social e econômico, começaram as construções das vias rodoviárias. Aqui no Tocantins, isso se deu com a Belém Brasília – BR153, onde estão localizadas hoje as principais cidades do estado: Gurupi, Paraíso, Guaraí e Araguaína.

4.3 Procedimentos Metodológicos

A metodologia é considerada “um processo pelo qual se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais tanto laboratoriais como instrumentos para coleta de dados no campo” (OLIVEIRA, 2011, p. 41). Ela aborda todos os passos para a construção do trabalho científico, que vai da “escolha do procedimento para obtenção de dados, perpassando a identificação de método(s), técnica(s), materiais, instrumentos de pesquisa e definição de amostra/universo, à categorização e análise dos dados coletados” (OLIVEIRA, 2011, p. 41). O problema surge de uma indagação, um questionamento, inquietação ou mesmo algo que

¹⁸ Oliveira (2010, p. 41).

¹⁹ Hoje a cidade de Dianópolis-TO antes chamava-se “Arraial de São José do Duro”.

²⁰ Corresponde hoje à cidade de Monte do Carmo-TO.

²¹ Hoje existem apenas ruínas, localiza-se à margem esquerda do rio Tocantins, uns 12 km de Porto Nacional, onde hoje é a Escola Brasil, um vilarejo, distrito de Porto Nacional.

ainda não passou pelo crivo científico para ser analisado ou estudado, é “quando algo não está de acordo com o nosso suposto conhecimento” (FACHIN, 2003 p. 109).

Conforme Fachin (2003), o questionário consiste em um elenco de questões que são submetidas a certo número de pessoas com objetivo de obter respostas para a coleta de informações. E, para que essa coleta seja significativa, é importante verificar quando e onde as obter. Existem várias formas para coletar as informações. Segundo a mesma autora, as mais usuais são: pessoalmente, via postal, por malote, telefone, via portador etc. Nesse sentido, a pesquisa foi feita por coleta de dados baseado em questionários aplicados aos turistas e entrevistas com os moradores da poligonal de tombamento.

Ao longo do trabalho, foram observadas algumas discussões que giram em torno do processo de patrimonialização, turismo e preservação do patrimônio cultural. O estudo propõe verificar, por meio de entrevistas baseadas em aplicação de questionários semiestruturados, a possibilidade de turismo cultural nesse espaço de estudo. Também procurou discutir um pouco sobre a Geografia e a História de Porto Nacional-TO e suas atratividades, sendo considerada a cultura local como forma de preservação e valorização da cidade por meio dos bens materiais e/ou imateriais. O estudo propõe a discussão e a reflexão sobre o processo patrimonial no Brasil e, em específico, na cidade de Porto Nacional.

No primeiro momento, houve a aplicação de questionários para os turistas que visitaram a Catedral e o Museu no período de férias referente a dois períodos: julho e dezembro de 2013. A escolha desse período foi justamente por haver maior fluxo de turistas e/ou excursionistas à cidade. Os questionários foram aplicados aos turistas, como primeira etapa da pesquisa. Porto Nacional, considerada “berço cultural do patrimônio histórico do estado”, leva a pensar as práticas existentes em termos e/ou conceitos sobre cultura e tradição. Com base em uma das questões contidas no questionário, surge a reflexão para o questionamento se existe o turismo cultural na cidade e se os bens representam a tradição ou se é apenas o costume que permeia a população portuense, pois a gênese da cidade foi articulada nos três acontecimentos afirmados por Oliveira (2010) citados anteriormente. Podemos, assim, questionar se a cultura permaneceu na gênese e hoje ainda está presente na vida dos portuenses ou é apenas tradição.

No segundo momento, foram feitas entrevistas com os moradores da poligonal de tombamento (área tombada) com objetivo de obter informações sobre a participação dos moradores quanto ao processo de tombamento.

Para realizar a pesquisa, obtivemos como referência “Poligonal de tombamento”²², que consiste em uma delimitação no perímetro urbano, baseado em vários critérios, como em arquitetura, construções, períodos históricos entre outras atribuições. Essa delimitação foi realizada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2008, área de proteção tombada do Patrimônio Histórico de Porto Nacional. No ano de 2011, houve uma retificação dessa área tombada, em 2008, por meio da publicação em Diário Oficial da União (D.O.U.), em 2012. A partir desse ano, passa a ser válida a nova área tombada, assim, houve um aumento na área e na quantidade de imóveis tombados. Foram visitados exatamente 104 imóveis, mas apenas 72 pessoas foram entrevistadas, o restante das pessoas estava com imóvel à venda, não quiseram participar ou não foram encontradas em sua residência. Houve três tentativas para aqueles residentes que não foram encontrados na primeira tentativa, respectivamente: em horário comercial, horário de almoço 12h às 14h e/ ou após às 18h e por fim nos finais de semana sábado e/ou domingo.

A pesquisa a princípio foi de cunho documental referente aos documentos históricos locais e pesquisas documentais *in loco* na Câmara Municipal de Porto Nacional. Nesse sentido, trata-se de entender um pouco mais sobre os bens culturais existentes no centro histórico de Porto Nacional-TO, bem como a prática turismo cultural e o processo de patrimonialização. No primeiro momento, foi realizada a pesquisa empírica com aplicação de questionários semiestruturados aos 53 turistas e entrevistas de caráter também semiestruturado, com os 72 moradores do centro histórico de Porto Nacional-TO.

Para Lakatos e Marconi (2003), na entrevista semiestruturada, normalmente as perguntas são abertas e o entrevistador prossegue com a entrevista de forma natural e com diálogos informais, para maior aproximação com o entrevistado, observando as expressões faciais e gestos corporais também podemos fazer uma interpretação, destacando, assim, a pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo. Dessa forma, Minayo (2007) afirma que, na pesquisa quantitativa, os resultados são obtidos por meio dos números. Nesse sentido, quantifica a pesquisa por meio da estatística, enquanto a qualitativa tem o propósito de responder questões individuais. Corroboramos com a autora, mas também salientamos que toda pesquisa, mesmo sendo a qualitativa, é também quantitativa, pois, ao analisar as interpretações das respostas subjetivas, temos de contabilizar os dados, por meio da associação e/ou semelhança, tornando os resultados quantitativos de propriedade qualitativa.

²² O poligonal de tombamento é a área delimitada pelo Iphan em 2008 e retificada no ano de 2012, representa hoje a área tombada na cidade de Porto Nacional-TO.

4.3.1 Interpretação dos turistas

Conforme Beni (2003, p. 38), “os recursos turísticos podem ser: materiais; imóveis; de consumo; de capital”. Assim, podemos fazer uma relação com os bens “casarios” localizados no polígono de tombamento da cidade de Porto Nacional-TO. Por exemplo, a Catedral Nossa Senhora das Mercês pode ser considerada um bem material, imóvel, de consumo e de Capital. Neste sentido Beni (2003, p. 420) classifica os segmentos do turismo por meio dos seguintes tipos: turismo de lazer; turismo de aventura; turismo de negócios; turismo gastronômico; turismo cultural; turismo ecológico; turismo paisagístico entre outros.

Podemos fazer uma análise conforme as teorias de Beni (2003), sobre a diferenciação no qual caracterizam os bens turísticos em materiais; imóveis; duráveis ou perecíveis; de consumo e de capital. Ambos possuem as mesmas características, apenas o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional não apresenta o bem de capital, que são os bens utilizados para outros bens. Dessa forma, podemos perceber que esses bens culturais existentes na cidade de Porto Nacional-TO podem ser considerados Bens Turísticos Culturais.

Foi mencionado anteriormente que as cidades históricas, em específico centros históricos, são aquelas que antecedem o ano de 1960, pois as cidades dessa época possuem uma arquitetura diferente, a maioria com características do estilo colonial, arquitetura de origem brasileira. Após os anos 60, as cidades passaram por processo de transformação, industrialização e urbanização crescente, há uma transformação constante na alteração espaço arquitetônico e urbano. As cidades que não participam desse processo acabam se estagnando e suas estruturas arquitetônicas permanecem no espaço urbano, acabam-se. É o que podemos observar no município de Porto Nacional em que o transporte fluvial acabou perdendo espaço em função da construção da rodovia Belém-Brasília – BR 153, que acabara de ser construída em meados da década de 60. Com o transporte rodoviário aumentou muito o fluxo de pessoas e mercadorias às cidades interioranas do Tocantins, pois antes o acesso era muito difícil devido ao transporte fluvial inacessível para a maioria da população. De certa maneira, as cidades acabam se “inchando” e perdendo sua essência em termos de cultura, hábitos, tradições e até mesmo na sua arquitetura, que deixava de ser colonial para uma arquitetura contemporânea ou pós-moderna.

O turismo e a cultura estão intimamente ligados, mesmo que a prática do turismo seja interpretada por alguns autores como um processo de rentabilidade para a localidade, pois o turista irá usufruir da hospedagem, alimentação, transporte entre outros. De certa forma a

cidade e suas atratividades culturais no intuito de ver ou rever alguma peça, relíquia, por exemplo, que se encontra no museu, que na sua infância tinha um importante valor.

A pesquisa com os turistas contou com o trabalho exploratório e levantamento de dados por meio de aplicação de questionários destinados aos turistas e/ou excursionistas que visitaram a cidade de Porto Nacional no mês de julho e dezembro de 2013. Os questionários aplicados se propuseram a responder algumas questões, como as mais evidentes por nós destacadas, a existência de turismo cultural em Porto Nacional e o monumento mais representativo da cidade. Esse período foi determinado estrategicamente devido ao maior índice de pessoas na cidade no período de férias: no mês de julho, em função da Praia Porto Real; e em dezembro, por ser um mês festivo e com comemorações com propósito de reunir familiares. Por meio de análises quantitativas/qualitativas, interpretação e quantificação dos dados colhidos com os questionários aplicados aos turistas que visitaram a cidade em um período referente ao mês de julho e dezembro de 2013, e entrevista realizada com os moradores do Centro Histórico, propõe-se discutir sobre o processo de patrimonialização do centro histórico.

Na pesquisa, participaram um total de cinquenta e cinco (55) turistas e/ou excursionistas. Foram aplicados questionários²³ durante o mês de julho e de dezembro de 2013 em dois lugares da cidade: a Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico e Cultural. A escolha se deu devido o maior índice de visitas nesses dois monumentos.

Na figura a seguir, podemos verificar uma representação contida em uma das perguntas feitas no questionário, sobre qual o símbolo e/ou monumento que tem maior representatividade histórica e cultural de Porto Nacional.

Figura 12 – Representação dos monumentos em Porto Nacional-TO

<p>3ª Em sua opinião qual destes símbolos representa Porto Nacional em termos de história e cultura?</p> <p>() Museu Histórico e Cultural</p> <p>() Colégio das Irmãs</p> <p>() Catedral Nossa Senhora das Mercês</p> <p>() Rio – Porto Real</p> <p>() Orla</p> <p>() Outro _____.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 1, podemos verificar, em dados estatísticos, as respostas que obteve um maior índice sobre o monumento que representa Porto Nacional na visão dos turistas

²³ Ver apêndice.

referentes aos períodos de julho e dezembro. Segue a (tabela 1) a contabilização e interpretação das respostas. Assim, podemos verificar quais os símbolos que foram mais citados como monumentos que representam Porto Nacional na visão dos turistas e /ou excursionistas.

Tabela 1 - Dados estatísticos: questionário aplicado aos turistas

Bem cultural	Dados estatísticos*
Catedral Nossa Senhora das Mercês	43,7%
Museu Histórico e Cultural	32,8%
Rio Porto Real	9,3%
Colégio das Irmãs	6,2%
Beira Rio – Orla	4,6%
Outros**	3,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

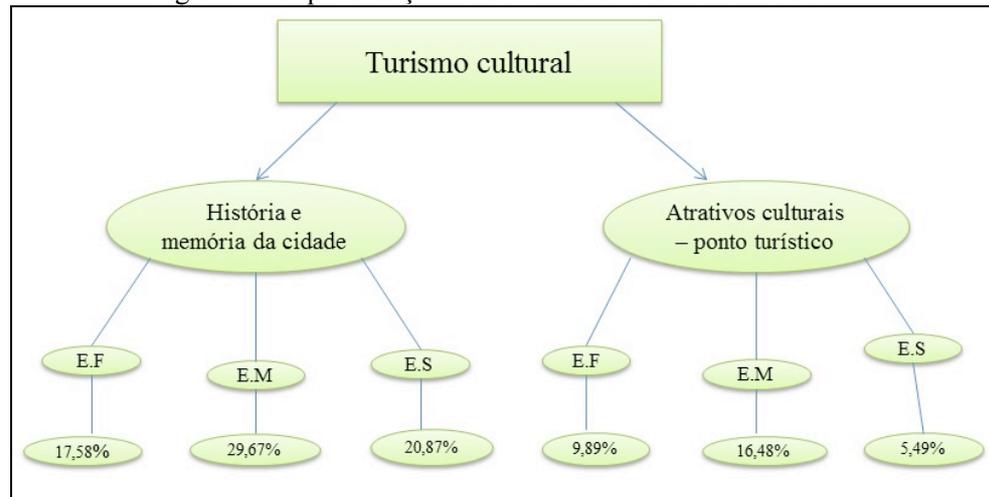
* O item “outros” representa diferentes bens culturais existentes “monumentos” no centro histórico e que não foram mencionados na pergunta três do questionário.

Da totalidade dos turistas e/ou excursionistas que participaram da pesquisa, chamou-nos atenção o local de origem. Aproximadamente (44%) dos participantes eram tocantinenses, (26%) do estado de Goiás, (8%) do Distrito Federal e, por fim, (22%) eram pessoas oriundas de outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre entre outros. Pelos números, podemos observar que o maior índice de frequência de visitação à Catedral Nossa Senhora das Mercês e ao Museu Histórico e Cultural são do estado do Tocantins. Observação que nos trouxe uma curiosidade, pois, no primeiro período, em julho de 2013, dos questionários aplicados na Catedral, apenas (25%) residiam no Tocantins e (75%) em outros estados, incluindo Goiás e Distrito Federal.

Ou seja, para aquele momento, no mês de julho, os tocantinenses eram as pessoas que mais desconheciam sobre sua própria região. Assim, podemos notar que a maioria dos turistas que visitaram os bens culturais de Porto Nacional-TO, no período de julho de 2013, são pessoas oriundas de outros estados. Mais adiante, averiguaremos que os resultados tomam forma inversa.

Quanto ao grau de instrução, desse grupo, traçamos o questionamento sobre o que vem a ser “turismo cultural em Porto Nacional”. Podemos observar que desse universo (68,12%) dos turistas e/ou excursionistas do ensino fundamental, médio e superior acham que o turismo cultural está presente na história e memória da cidade e do centro histórico. Enquanto (31,86%) desse mesmo universo acreditam que o turismo cultural é conhecer as atrações como um ponto turístico de lazer, por exemplo, visitar o lago, como forma de diversão e entretenimento. No esquema a seguir, podemos verificar as respectivas respostas.

Figura 13 – Esquematização – Turismo cultural em Porto Nacional



Fonte: dados da pesquisa.

No esquema anterior, podemos verificar o grau de instrução e quantos turistas e/ou excursionistas, em porcentagem, consideram o turismo cultural como história e memória ou somente um ponto turístico. Algumas pessoas assinalaram mais de uma resposta no questionário, totalizando, então, noventa e uma (91) respostas ao considerar o turismo cultural como história e memória ou ponto turístico.

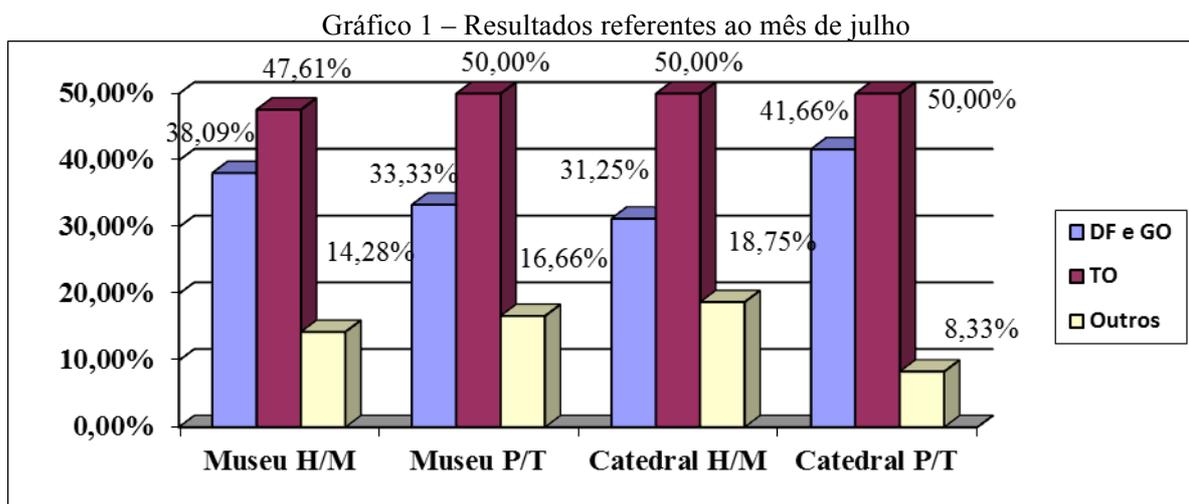
Assim, (17,58%) das pessoas do ensino fundamental considera o turismo cultural como história e memória, e somente (5,49%) das pessoas do ensino superior acreditam que o turismo cultural em Porto Nacional seja apenas um ponto turístico. Aqui tocamos em um ponto dicotômico no que tange às diferenciações de opiniões quanto ao grau de instrução. Subtende-se que a resposta do primeiro, por ter menos conhecimento que o de nível superior, pode classificar o turismo somente como ponto turístico por associar às “viagens e lazer”, comparando ao turismo de lazer, turismo de aventura, turismo ecológico, entre outros, que tem umas das principais características o lazer e a diversão. Características essas marcantes nas propagandas e anúncios televisivos ou mesmo em agências de viagens de turismo. Nesse sentido, muitas pessoas acabam desconhecendo o real significado do conceito de turismo cultural, que além de agregar valores aos turistas, tem uma principal característica de proporcionar conhecimento sobre hábitos, cultura, história e tradição de um determinado lugar.

Quanto à área de atuação, participaram da pesquisa estudantes, professores entre outras profissões. É interessante observar que os estudantes e professores somam (46,15%) e esses destacam o museu como referência para a preservação da história e memória, enquanto desse mesmo grupo, (50%) consideram a catedral e apenas (3,84%) consideram que seja a

Orla Beira Rio, referência para preservação da história e memória. Quanto ao lago Porto Real, não houve nenhuma afirmação – podemos observar aqui uma mudança de valores e significados na nova geração. O rio, fonte principal da cidade, enquanto sua gênese, está perdendo o valor simbólico, que antes representava para os moradores e para os turistas.

Quanto ao grau de instrução, do total de pessoas que possuem ensino fundamental, médio e superior, (50%) avaliam o museu como símbolo de Porto Nacional, enquanto (50%) consideram a igreja. Ambos acham que esses dois monumentos são uma referência de história e peças representativas para a cidade. Ainda analisando os dados desse mesmo universo, grau de instrução, notamos que (41,37%) consideram o museu apenas como ponto turístico, ao passo que (58,62%), a Catedral.

Com relação aos períodos referentes ao mês de julho e dezembro, observamos no gráfico 1, que (47,61%) dos Tocantinenses, no mês de julho, descrevem o Museu como um espaço reprodutor da história e da memória da cidade. Já a Catedral obteve um maior índice, com (50%) em relação aos outros resultados. Quanto ao ponto turístico, notamos que (33,33%) dos turistas e/ou excursionistas dos estados de Goiás e Distrito Federal consideram o museu. (41,66%) descrevem a Catedral como ponto turístico, observados no gráfico a seguir. Acreditamos que essa resposta esteja vinculada à mídia e aos canais de comunicação, por a Catedral Nossa Senhora das Mercês ser considerada o cartão postal da cidade.



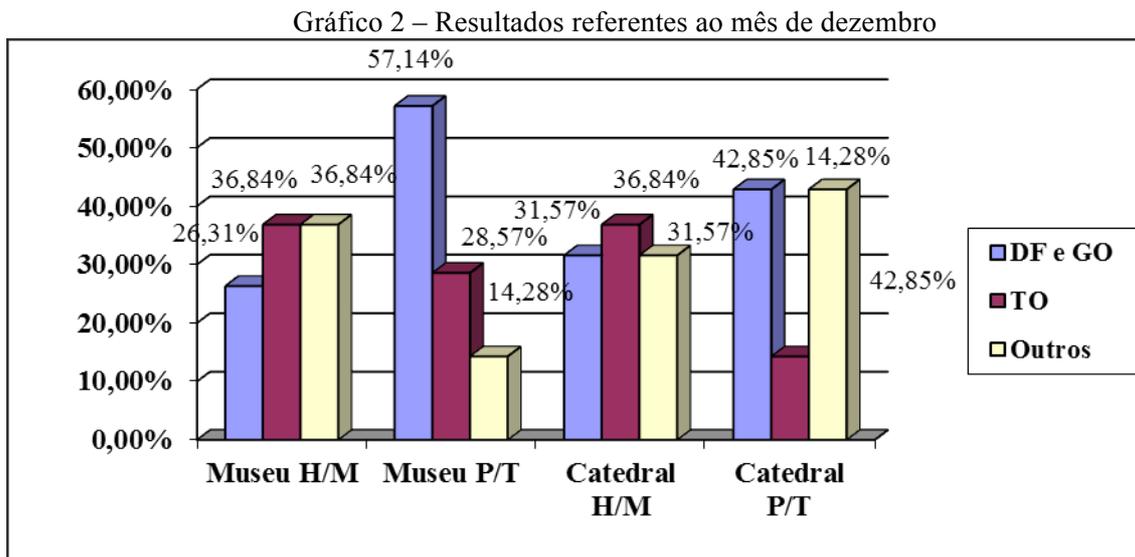
Fonte: Dados da pesquisa.

*H/M – História e memória da cidade.

**P/T – Ponto turístico da cidade.

No período de dezembro, conforme disposto no Gráfico 2, houve uma contradição, pois comparando ao gráfico anterior, o museu foi considerado ponto turístico para os turistas e/ou excursionistas do estado do Distrito Federal e Goiás, com (57,14%), e a

Catedral obteve um percentual de (42,85%). Acreditamos que esse resultado seja em função dos turistas, visitantes e/ou excursionistas, pois, nessa época, dezembro, final do ano, várias pessoas naturais de Porto Nacional retornam no período de férias para celebrar as datas festivas, natal e ano novo com a família. E para os conterrâneos, os tocantinenses, a Catedral Nossa Senhora das Mercês ainda continua sendo símbolo que mais representa Porto Nacional, por meio da história e da memória.



Fonte: Dados da pesquisa.

*H/M – História e memória da cidade.

**P/T – Ponto turístico da cidade.

Faz-se necessária uma reflexão, uma visão além das respostas obtidas pelos questionários: a análise da opinião e da participação do morador do “polígono de tombamento”, em caráter de estudo no processo de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO. Ao final das duas análises, chegaremos a um ponto de convergência ou divergência pertencente à opinião dos turistas e dos moradores: os pontos positivos e negativos no que tange ao processo de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional.

4.3.2 Interpretação dos moradores do Centro Histórico

As entrevistas foram realizadas no Centro Histórico, especificadamente na poligonal de tombamento, seguindo o mapa retificado, válido a partir de 2012 (ver Figura 10). Foram visitados 104 imóveis, para cada imóvel, um entrevistado, de preferência o proprietário das residências. Já nas instituições entrevistadas, escolhemos o funcionário que possui maior tempo de trabalho. Apenas 72 moradores participaram da entrevista, os 32 restantes não

estavam na residência, não quiseram participar ou o imóvel estava fechado. Foram feitas três tentativas para os moradores que não estavam em sua residência, no horário comercial, final de semana e após às 18 horas, todas sem sucesso.

Dos 72 moradores entrevistados, 45 são proprietários dos respectivos imóveis, e os outros moram de aluguel ou cedido. Por comparação com o maior índice de proprietários encontra-se na Rua Coronel Pinheiro, conhecida também como cabaçaco; Rua Padre Antônio e a Rua Francisco Aires da Silva. Essas três ruas do Centro Histórico são as que mais existem proprietários que residem, conforme a tabela 2. Esse alto índice de moradores nessas ruas, em comparação com os demais, denota mais evidência em termo de manifestações culturais que acontecem nessas ruas citadas. Nelas, estão os imóveis significativos e representativos para o centro histórico, como: a Catedral, o Museu, o Arquivo, a Casa de Cultura, a COMSAÚDE, localizados em umas das ruas citadas anteriormente (ver tabela 2). Das três ruas com o maior índice de proprietários, está a rua Coronel Pinheiro se sobressai devido a ser uma das ruas mais expressivas de Porto Nacional. É a rua que permitia o acesso ao rio, seja para lavar roupas, tomar banho ou mesmo pescar, tanto para os moradores quanto para os turistas. Nessa mesma rua, já foi realizado o carnaval da cidade e também uma feira de artesanato esporádica.

Quanto às ruas João Aires Joca, Josué Negre e Travessa da Colina, correspondem apenas dois proprietários residentes em cada rua mencionada. Acreditamos que a localização dessa rua por ser um pouco afastada, percebemos que o distanciamento intervém nos processos participativos, processo de industrialização e isolamento. Na tabela a seguir, veremos algumas especificações notadas no Centro Histórico.

Tabela 2 – Especificação - centro histórico

Rua	Proprietários	Imóveis vazios	Imóveis à venda
Coronel Pinheiro	13	1	2
Francisco Aires da Silva	10	1	-
João Aires Joca	2	-	-
Josué Negre	2	1	1
Mizael Pereira	3		1
Padre Antônio	11	2	
Praça Duque	-	-	-
Praça Nossa Senhora das Mercês	4	2	-
Travessa da Colina	2	-	-
Total geral	45	7	4

Fonte: dados da pesquisa.

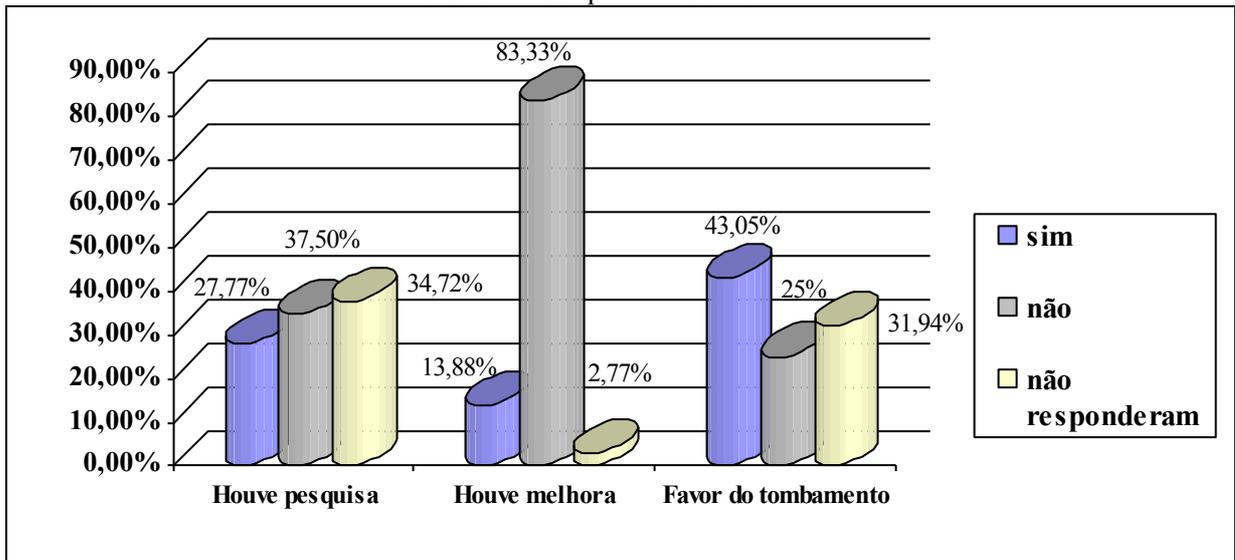
Conforme tabela anterior, dos proprietários moradores favoráveis ao tombamento, (61,53%) eram da Rua Coronel Pinheiro; (36,36%) da Rua Padre Antônio e (40%) da Rua Francisco Aires da Silva. Do universo de 72 moradores entrevistados, no ano de 2008, (43,05%) foram a favor do tombamento e apenas (25%) foram contra. É importante esclarecer que a maior parte dos entrevistados que votaram contra o tombamento, na verdade, não foi contra o ato em si. Eles não concordaram com a forma de como estava tombado o centro histórico de Porto Nacional, devido à falta de cuidados nessa área delimitada.

Um resultado que nos chamou bastante atenção foi a falta de informação dos moradores sobre o processo de tombamento, pois, dos 72 entrevistados, apenas (21,42%) conheciam o processo de tombamento ou tinha ouvido fala. Enquanto (78,57%) desconheciam o processo de tombamento composto por dois documentos, a Ata de Tombamento e o Dossiê. Quando ficaram sabendo do tombamento, sua casa já estava tombada e não poderia mais sofrer nenhum tipo de alteração, caso contrário sujeito a punições. Em uma das falas dos entrevistados, podemos perceber a indignação:

Não sabia que a minha casa tinha sido tombada, fizeram o tombamento sem autorização da população, as políticas públicas municipais e federal deixam a casa cair para depois tomar as providências [...]. Não há participação dos órgãos quanto à preservação do imóvel [...]. Há muita burocracia, os materiais para restaurar as casas são caros, quem tem a casa reformada é porque usou os próprios recursos. A maioria das pessoas que mora aqui no centro histórico não tem condições para arcar uma reforma (Entrevistado, informação verbal).

Podemos confirmar, com os dizeres de Messias (2012, p. 52), que “é essencial explicar à população a respeito da importância histórica e cultural daquele bem tombado seja por meio de exposições, feiras culturais, meios de comunicação e ensinamento nas escolas”. No gráfico a seguir, vamos averiguar as respostas dos moradores baseados nas entrevistas. A representação a seguir mostra informações sobre o índice de pesquisa que houve no Centro Histórico sobre o processo de tombamento. Vamos verificar se após o tombamento houve melhora por meio de políticas públicas, em especial no âmbito municipal e federal, e logo a resposta de quantos foram a favor e contra o tombamento do Centro histórico. No gráfico a seguir, veremos com mais detalhes as respostas dos moradores do centro histórico.

Gráfico 3 – Respostas entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa.

Do universo de 72 moradores entrevistados, (31,94%) não quiseram informar sua posição, se foram contra ou a favor do tombamento. A maioria dessa parcela de entrevistados, pelas expressões gestuais e corporais, demonstrou restrição e certo receio em afirmar a sua opinião.

Já (37,50%) dos moradores afirmam que não houve nenhum tipo de comunicação, seja ela oralizada, via comunicação impressa, ou mesmo um plebiscito. Nesse sentido, o tombamento aconteceu devido aos interesses políticos, administrativos e econômicos.

Para realizar o tombamento do centro histórico, segundo informações orais, houve três reuniões, mas essas reuniões eram informativas e não uma votação para saber quem queria que o centro histórico fosse tombado. Alguns moradores que participaram das reuniões afirmam que:

Foi propaganda enganosa, disseram que quem morasse no centro histórico seria privilegiado, pois eles teriam um olhar especial, fizeram várias promessas, entre elas estavam a construção de um novo Coreto, a diminuição do IPTU, talvez a isenção, conservação e restauração das casas, promessas essas que só ficaram na reunião [...] (Informação verbal, entrevistado).

Vários foram os questionamentos negativos, nos dizeres de um dos moradores: “[...] meu IPTU vem um valor altíssimo [...]” e não deveria, pois como está no centro histórico, há uma redução no pagamento do imposto. Segundo o Iphan (2009a, p. 7): “[...] alguns municípios oferecem desconto de IPTU para bens tombados que forem mantidos em bom estado de conservação”.

Uma das perguntas contidas na entrevista nos chamou bastante atenção: “Você conhece o processo de tombamento que resultou na preservação de uma área (polígono) no centro histórico?” Nota-se que (76,38%) dos moradores desconhecem o processo de tombamento, enquanto (2,77%) não responderam e apenas (20,83%) conheciam o processo que originou uma delimitação a área no centro histórico, denominada Polígono de Tombamento. Aqui podemos perceber que tanto a ausência da pesquisa (37,50%), quanto o desconhecimento do tombamento (76,38%), obtiveram dados estatísticos desfavoráveis.

Na entrevista com os moradores, uma das perguntas: “houve melhoras no sentido de preservação, cuidados e/ou ações de prevenção para o centro histórico na paisagem por meio de políticas públicas, seja nos âmbitos federal, estadual e municipal?” O resultado dessa pergunta surpreendeu, pois (83,33%) afirmam que desde 2008 não houve melhoras ou mesmo incentivos para restauração e/ou conservação do centro histórico, e somente (13,88%) afirmam que houve melhora quanto à preservação do centro histórico por meio de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, e (2,77%) preferiram omitir a resposta.

Quanto ao turismo cultural em Porto Nacional, aproximadamente (66,66%) dos moradores consideram que há o turismo cultural em Porto Nacional, apesar de ser um número mínimo de pessoas que visitam a cidade, mas ainda atrai muitas pessoas, tanto do estado do Tocantins quanto dos outros estados. Já (12,5%) dos moradores afirmam que não há turismo cultural em Porto Nacional, os cidadãos afirmaram que “existia turismo quando tínhamos o rio Tocantins”, outro entrevistado “somente na semana da cultura” (informação verbal dos entrevistado).

Após as análises, o turismo cultural em Porto Nacional, para os turistas e/ou excursionistas, consiste nos monumentos existentes e fixados. Enquanto para os moradores são os monumentos fixados e também o Rio Porto Real. Mas ambos não existem, devido a algumas demolições, como o coreto, os casarões em frente à igreja e a mudança do Rio Tocantins, do qual só restou um extenso lago artificial.

5 CONSIDERAÇÕES

O tombamento da cidade de Porto Nacional trouxe uma visibilidade para o estado do Tocantins em preservar e salvaguardar os bens da cidade, sendo assim um atrativo aos turistas e/ou excursionistas ou mesmo alguns estudiosos que, de alguma forma, estão presentes na história da cidade, mas também aos cidadãos, comunidades locais e/ou visitantes disseminando o conhecimento. Conforme Nogueira (2003), a sociedade civil é uma terminologia ampla com o qual se pode entender a realidade contemporânea. Mas é também um projeto político, abrangente e igualmente sofisticado, com o qual se pode tentar transformar a realidade.

As políticas públicas ainda são ações pouco exploradas na cidade, uma vez que existe um raro interesse da sociedade civil e do Estado em investir na preservação dos bens materiais e imateriais, não apenas a da cidade de Porto Nacional-TO, como em outras cidades de cunho histórico do Estado. A divulgação na mídia ou mesmo incentivos na educação das séries iniciais seria uma oportunidade para que as crianças de hoje saibam valorizar o bem cultural, perpetuando assim a história local.

No processo de constituição de conteúdos que retratam para o passado, torna-se essencial o investimento para solidificar e dotar de duração e estabilidade uma determinada memória para representar o conjunto da sociedade. Assim, configuram-se operações de seleção, organização e uniformização da multiplicidade de significados atribuídos ao passado. Nessa perspectiva teórica, a memória coletiva é concebida enquanto coerção “como imposição, uma forma específica de violência simbólica” (POLLAK, 1989, p. 3). A Catedral Nossa Senhora das Mercês possui um importante potencial turístico para a cidade por meio de suas atratividades, como celebrações, comemorações em datas específicas a cultura imaterial. Preservar e salvaguardar a memória da cidade presente nos documentos existentes será mais uma fonte de informação para a população portuense.

O tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional trouxe uma visibilidade no patrimônio, sendo, assim, um atrativo não apenas aos devotos do catolicismo, com a Catedral Nossa Senhora das Mercês, e aos turistas culturais. Esse bem material merece um pouco mais de atenção dos governantes, pois as políticas públicas locais ainda são uma ação incipiente, explorada na cidade, uma vez que existe pouco interesse da sociedade civil e dos gestores públicos. Para um maior conhecimento, seria importante a divulgação na mídia (rádio, TV, jornais impressos entre outros), ou também uma cartilha sobre os monumentos tombados pelo Iphan e sua história ou mesmo incentivos na educação do ensino básico.

Neste estudo, pudemos observar que a maioria dos turistas entrevistados considera a Catedral Nossa Senhora das Mercês o símbolo que mais representa a História e a Cultura de Porto Nacional. Enquanto a Orla – Beira Rio obteve pouca preferência, ou seja, alguns turistas e/ou excursionistas não acredita que a Orla Beira Rio seja considerada um símbolo cultural para a população portuense. A nosso ver, isso reflete no processo de intervenção antrópica para a construção da Orla – Beira Rio, por esse motivo não é tão enfática no sentido de representar a história da cidade. Assim, podemos mencionar que essa característica de intervenção foge ao que tange os conceitos que permeiam entre Patrimônio Cultural e Turismo Cultural, afirmando que a preservação, conservação e utilização desses bens culturais, em sua origem primária, permaneçam sem alterações na arquitetura. Isso no sentido de não modificar a paisagem, para que ela continue como forma de preservação da memória da cidade. Podemos verificar também por meio dos resultados, que Porto Nacional, ainda que, em pouco índice, existe turismo cultural na opinião dos turistas e moradores. Aqui podemos notar que, um dos conselheiros no processo de tombamento de Porto Nacional se enganou ao dizer: “[...] não haverá um aumento de investimentos de turismo [...]].

O Patrimônio existe: constituído pelo lugar, pela Catedral, pelo Museu, pelo Centro Histórico. Assim, a memória da cidade é resgatada por ações antrópicas com objetivo de sensibilização, alguns meios de preservação do bem material/imaterial para que as gerações futuras possam usufruir um pouco de sua história, e que essa história possa ser palpável, admirada e vista, e que não caia apenas na memória daqueles que a vivenciaram.

Deve-se pensar o nosso país “Brasil” e seus respectivos estados e cidades, entre os mais desenvolvidos, com maior índice de bens tombados – região sul e sudeste – e as regiões mais isoladas e afastadas dos centros como a região norte e nordeste, por exemplo, possuem uma pequena parcela de bens patrimonializados. É interessante compreender o processo ocorrido no trâmite para o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. Outro aspecto importante no qual podemos mencionar é que os bens e cidades patrimonializadas estão dando importância para o patrimônio em termos de estrutura física e valores intangíveis, sendo assim mais uma fonte de renda para a sociedade local. Há, então, uma homogeneização dos lugares. Cabe aqui, ainda, um questionamento, não em resposta à pergunta feita na introdução, mas uma reflexão. É notória que a participação das dezessete pessoas que compunham a sociedade civil no Conselho Consultivo realizado na 59ª Reunião, cidade do Rio de Janeiro, não eram pessoas que residiam em Porto Nacional, portanto não conheciam os valores culturais da cidade e da região.

Os bens culturais de Porto Nacional-TO, localizados no centro histórico, nada mais são do que a reprodução técnica do capitalismo em que os homens dão forma, conteúdo e função. Para Milton Santos (2012), esse processo se resume em ações técnico-científico-informacional. O tombamento de Porto Nacional foi a primeira cidade a ser tombada no território tocantinense, com isso trouxe maior visibilidade. Assim, entendemos que o “patrimônio” é uma ação de mercantilização, incluindo capital, poder político e poder econômico.

Com as informações apresentadas, vimos que 72 pessoas participaram das entrevistas. Com maior índice, a maioria dos portuenses moradores do centro histórico desconheciam o processo que resultou em uma poligonal de tombamento. Assim, podemos afirmar que houve interesses políticos e econômicos para o tombamento da cidade de Porto Nacional. Isso porque o estado do Tocantins já era autônomo desde 1989 e precisava de uma “identidade”, algo que representasse a memória e a história dos tocantinenses, e o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO veio com o propósito de afirmar e fixar nas pessoas a sua identidade cultural desvinculada do estado de Goiás, ou seja, afirmar e comprovar que Porto Nacional é a capital da cultura, nome atribuído em meados da década de 70, por meio da imprensa e de alguns jornais de circulação nacional.

Entende-se essa cultura como uma contradição: como pode ser a capital da cultura se não se preocupa com a cultura? como pode ser chamada a capital da cultura se houve a demolição de três imóveis e tantos outros? desses podemos citar a parte superior da Mitra Diocesana, dois casarões que ficavam em frente a catedral, o coreto e tantos outros casarões que estão passíveis de demolir em função do abandono e da não conservação. Verificamos anteriormente que vários imóveis foram demolidos para construção da Orla Beira Rio. Também há outra contradição quando mencionamos a palavra “cultura”, que é bem abrangente, pois cultura é preservação e conservação de hábitos, costumes e valores de um tempo passado no tempo presente, parafraseando Milton Santos (2012). É notório que o tombamento da cidade trouxe uma visibilidade maior, porém falta a conservação e restauração dos imóveis do centro histórico para que não entrem em deterioração em função das ações do tempo e antrópicas.

O tombamento de Porto Nacional foi uma estratégia político-administrativa. As críticas presentes na ata de tombamento, realizada na 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN), foram constantes, pois os representantes locais, tocantinenses, não tiveram a preocupação de montar um dossiê sobre as atratividades, os recursos naturais e o quanto a cidade é importante em termos de história, não apenas para os tocantinenses, mas

também para os brasileiros. Porto Nacional era fonte de escoamento e fluxo de pessoas e mercadorias, ligando norte ao sul do Brasil. A cidade é uma das formas de materialização da relação entre o homem e o ambiente natural, que configura o conceito de paisagem, uma paisagem que é construída temporalmente no âmbito das relações sociais. Vivenciar o centro histórico foi fazer uma retrospectiva no tempo, compreender e concordar com Laraia (2003, p. 96) ao afirmar que “qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação”.

A patrimonialização do centro histórico nada mais é do que a reprodução técnica do capitalismo a que os homens dão forma, conteúdo e função. Para Milton Santos (2012), esse processo se resume em ações técnico-científico-informacionais. Entendemos que o “patrimônio” é uma ação de mercantilização, incluindo capital, poder político e poder econômico. O estado do Tocantins já era autônomo e precisava de uma “identidade”, algo que representasse a memória e a história dos tocaninenses. O tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO veio com propósito de firmar e fixar na população portuense sua identidade, valores, costumes e cultura própria, desvinculada do estado de Goiás.

SUGESTÕES PARA MELHORIAS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL-TO

- a) Mapa de Localização – Instalar um mapa em pontos estratégicos, na entrada do centro histórico, com os principais monumentos e um breve histórico. Exemplo: os principais casarões: Maias, Aires, Rosa e/ou Pacífico entre outros. Os principais imóveis públicos: Catedral Nossa Senhora das Mercês, Museu Histórico e Cultural, Comsaúde, Abrigo João XXIII entre outros. Algumas ruas podem ser consideradas estratégicas: como a Rua Dr. Francisco Aires da Silva com a João Aires Joca ao norte do Centro Histórico e ao sul, com o cruzamento da Rua Getúlio Vargas com a avenida Beira Rio e a Rua Josué Negre. E também na Praça do Centenário a fixação de um mapa de localização turística;
- b) Pontos de sinalização no centro histórico – estabelecer direções e indicações de como chegar nos imóveis por meio de um mapa de localização turística;
- c) Criação de um Projeto de Lei municipal designados aos eventos culturais serem obrigatoriamente no centro histórico;
- d) Atividades econômica – As políticas públicas possa incentivar os comerciantes a investir no centro histórico como uma oportunidade, pois em demais cidades brasileiras históricas a área mais movimentada é o centro histórico, o que difere da cidade de Porto nacional. Recentemente inaugurou uma Cafeteria²⁴ – no centro histórico, em que teve a preocupação em manter as características físicas originais do imóvel, tornando um ambiente agradável. São vendidas algumas comidas típicas da região como: bolos, tortas, doces, tapioca, biscoito amor perfeito entre outros;
- e) Alguma casa com artesanatos para vender – artigos de características tocantinense, por exemplo, tapetes, filmes, livros, CDs, DVDs sobre a história de Porto Nacional.

²⁴ Recentemente inaugurou uma lanchonete “Café Du Porto” no dia 06/05/2014, com a presença da atual Presidenta Nacional do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Jurema de Souza Machado.

SUGESTÕES PARA AS PRÓXIMAS PESQUISAS

- a) Educação patrimonial aplicado ao Centro Histórico no sentido de envolver esses bens imóveis localizados no centro histórico, como meio de incentivar a história e a arquitetura do monumento.
- b) Estudo aprofundado sobre o turismo de residência em Porto Nacional. Por definição o turismo de residência “É um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias”²⁵, ou seja, alguns imóveis do Centro Histórico seus proprietários residem em outros estados, ou mesmo trabalham em outra cidade do estado. Nos fins de semana ou férias retornam à cidade.
- c) Um estudo aprofundado sobre os casarões sua história, árvore genealógica com gerações anteriores, bem como trabalhar os estilos arquitetônicos presente no centro histórico como: colonial, românico, moderno e pós-moderno.

²⁵ ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, p. 107-122, set./out., 2003.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais: Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p. 47-74.
- AB'SABER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2006.
- AZEVEDO, Francico F. dos Santos. (Org.) **Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz, para 1910**. Uberaba/Araguary/Goyaz: Ed. Proprietária, 1910.
- BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. Possibilidades e/ou entraves do desenvolvimento do turismo cultural em Porto Nacional - TO. In: SEMINÁRIO NACIONAL E SEMINÁRIO INTERNACIONAL :O PAPEL DO GEÓGRAFO NO CONTEXTO SOCIAL ATUAL, 3., 2012, Natal. **Anais...** Natal, RN: UFRN, 2012. p. 1023-1032. 1 CD-ROM.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luiz. **Patrimônio histórico de Goiás**. 2. ed. Brasília, DF: SPHAN, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 19 fev. 2014.
- _____. **Decreto n. 6.844, de 7 de maio de 2009**. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Portaria n. 127, 30 abr. 2009. Estabelece a chancela de paisagem cultural. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 maio. 2009. n. 83. Seção 1, p. 17. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo urbano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CLAVAL, Paul. O Território na transição da pós-modernidade. **Revista Geographia**, Niterói, UFF/EKG, ano 1, n. 2, p. 7- 26. 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Geografia cultural: apresentando uma ontologia. In: _____. **Geografia cultural: uma ontologia**. Rio de Janeiro, RJ: Uerj, 2012.1 v. p.7-14.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. IN: YÁZIGI, E.; CARLOS, Ana F.; CRUZ, Rita de Cássia (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. p.25-37.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O discurso autonomista do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 49-88.

CLAVAL, Paul. Lieux de mémoire. **Revista espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n 19, p. 89-106, 2005. Disponível em:
<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3495/2423>> Acesso em: 7 nov. 2013.

COSTA, Everaldo Batista da. **A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio-mercadoria**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro, RJ: Livre Expressão, 2010. 178 p.

_____. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra**, Lisboa, v. 47, n. 93, 2012, p. 5-28. Disponível em:
<http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2012-93/93_01.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2012.

COSTA; Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Patrimônio da humanidade: universalismo de um aponderamento territorial soberano. In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Org.). **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre a história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Everaldo Batista da; STEINKE, Valdir Adilson. Riscos ao patrimônio mundial motor de desenvolvimento: desígnios à cultura e à natureza. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 25, p. 200-230. 2013. Disponível em:
<<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/402/503>>. Acesso em: 3 nov. 2013.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Revista Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 31, 2012, p. 95-104. Disponível em:
<<http://citrus.uspnet.usp.br/geosp/ojs-2.2.4/index.php/geosp/article/viewFile/537/281>>. Acesso em: 7 fev. 2014.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 407p.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 10. ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2007.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Valor patrimonial: memória social e poder In: COSTA, Everaldo Batista da Costa; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre a história, território e poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 137-155.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação em Porto Nacional: uma perspectiva histórica.** Porto Nacional, TO: O Paralelo 13, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FEITOSA, Mônica Nascimento; SILVA, Sandra Siqueira da. Patrimônio cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, DIVERSIDADE E (DES)IGUALDADES, 11., 2011, Bahia. **Anais...** Bahia: UFBA, 2011. p. 1-16.

FLORES, Joaquim de Moura. **“Patrimônio”:** do monumento ao território. Porto: [s.n.], 1998. p.11-17. Disponível em:
<https://www.academia.edu/799942/Patrimonio._Do_monumento_ao_territorio>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GASTAL, Susana. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo urbano.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 33-41.

GODINHO, Durval. **História de Porto Nacional.** [S.l.: s.n.], 1988.

IBGE. **Cidades:** Porto Nacional - TO Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

_____. **Cidades:** Porto Nacional-TO – síntese das informações. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=171820&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

IPHAN. **Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=A51F0D0C5DA2D7472786>>

AB7CB0AA8FDE?id=2743>. Acesso em: 03 nov. 2013. (Ata do Tombamento do Município de Porto Nacional-TO).

_____. **Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO:** Centro Histórico de Porto Nacional, notícia história. 2007.

_____. **Fiscalização.** São Luís, MA: Iphan, 2009a.

_____. **IPHAN:** histórico. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

_____. **Lista dos bens culturais inscritos nos livros do tomo (1938-2012).** Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. **Normatização de cidades históricas:** orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília, DF: Iphan, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2375>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

_____. **Paisagem cultural.** São Luís, MA: Iphan, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

_____. **Patrimônio imaterial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 3 mar. 2014a.

_____. **Portaria n. 486, de 29 de novembro de 2012.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3249>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1998. (Prismas).

LIRA, Edmárcia Oliveira. **A construção da UHE de Lajeado e os impactos sócio-territoriais no espaço urbano de Porto Nacional-TO**. Palmas, TO: UFT, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Federal do Tocantins, 2010.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **Revista Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 17, 2005, p. 95-105. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp17/Artigo6_Maria.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyáz**. Goiânia: SUDECO, 1979.

MEIRA, Ana Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**. Pelotas: UFPel, 2005. p. 30-39.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional: patrimônio cultural e memória**. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLETTA, V.F. **Turismo cultural**. 3. ed. Porto Alegre: Sebrae, RS 2001.

NARDI, Leticia; CASTELLS, Alicia N. G. Contexto urbano como paisagem cultural: reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá – PR. In: COLOQUIO IBERO AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO, PROJETO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1., 2010, Minas Gerais. **Anais eletrônico...** Minas Gerais: UFMG, 2010. Disponível em: <<http://naua.ufsc.br/files/2010/09/249-ArtigoAnais-LNardi.pdf>> . Acesso em: 6 mar. 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 185-202, jun. 2003.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1890**. Anápolis: UEG, 2010.

PEREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural: uma visão antropológica**. n. 2. Espanha: RTPC, 2009, 307 p. (Coleção pasos). Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoeedita/PSEedita2.pdf>> Acesso em: 15 maio 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda - livros na cidade de Lisboa**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 542p.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO NACIONAL. **Decreto Municipal nº 215**, de 6 de outubro de 2011. Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências.

_____. **Decreto Municipal nº 417**, de 11 de junho de 2013. Convoca a II Conferência Municipal de Cultura de Porto Nacional e dá outras providências.

PORTO NACIONAL. **Lei Municipal nº 967**, de 27 de março de 1984. Cria o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal nº 1.005**, de 11 de junho de 1985. Considera próprio municipal como patrimônio histórico e cultural.

_____. **Lei Municipal nº 1.681**, de 24 de outubro de 2000. Considera como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Porto Nacional-TO, e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal nº 1.869**, de 8 de maio de 2006. Revoga a Lei Municipal n. 1.426, de 6 de dezembro de 1993, cria o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal nº 1.876**, de 4 de outubro de 2006. Altera a Lei n. 1.869, de 8 de maio de 2006 na parte que especifica.

_____. **Lei Municipal nº 1.879**, de 21 de novembro de 2006. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de Porto Nacional e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal nº 1.889**, de 10 de abril de 2007. Autoriza o poder Executivo Municipal a constituir empresa para fomentar o desenvolvimento econômico sustentável, cultural e social do Município de Porto Nacional e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal nº 2.039**, de 27 de dezembro de 2011. Institui o Plano Municipal de Cultura de Porto Nacional para o decênio 2011-2021.

_____. Prefeitura Municipal. Procuradoria Geral do Município. **Plano diretor de desenvolvimento sustentável de Porto Nacional**. Porto Nacional-TO: Prefeitura Municipal, 2006. 26p. Disponível em:
<<http://www.portonacional.to.gov.br/administracao/files/files/Lei%20Plano%20Diretor%20Lei%20Complementar%20n%C2%BA%2005-06.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Plano municipal de cultura de Porto Nacional-TO**. Porto Nacional-TO: Prefeitura Municipal, 2011. 44p. (Plano decenal válido no período de 2011 – 2021).

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Revista Ciências e Letras**, Porto Alegre, v. 25, n. 27, p. 13-24, jan./jun. 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Regina Augusta. **A Catedral de Porto Nacional**. Goiânia: T.H.-9, 1984.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: PELEGRINE, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Coleção turismo contexto).

RODRIGUES, Jean Carlos. Experiência, identidade e a criação do Tocantins. **Revista Formação Online**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan./jun. 2011, p. 24-38.
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/827/1085>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

ROTEIRO Geo-turístico: centro histórico de Porto Nacional. Porto Nacional: UFT, 2014. 1 folder ilustrativo.

SABALLA, Viviane Adriana. **Educação patrimonial: “lugares de memória”**. In: Revista Mouseion, v. 1, junho, 2007.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1995.

SANTANA TALAVERA, Agustín. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, out. 2003, p. 31-57.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. 174 p.

_____. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 373-408.

SIMIONATTO, Ivete. **Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização?** In: Cadernos Especiais n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 5 jun. 2012.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda e emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2012.

ZANIRATO, Silvia Helena. Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, 2010, v.13, n.1, p. 151-164.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, 2006, v.26, n.51, p. 251-262.

GLOSSÁRIO

Adobe - terra argilosa usada para fazer tijolos crus seco ao sol

Alvenaria – Obra feita de pedras, tijolos ou outras pedras artificiais ligadas com argamassa, cimento

Artífices - nomenclatura utilizada a um operário especializado em alguma área específica, que realiza trabalhos mecânicos

Batismal – refere-se ao batismo

Beiras-seveiras - é um acabamento de parede (onde as telhas se apoiam em cima, constituída de duas ou mais fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede)

Casebre – casa pequena, casa antiga

Coreto - espécie de palanque ou coro, construído ao ar livre, para concertos musicais

Cornijas - É um termo usado na arquitetura, refere-se a uma faixa horizontal que se destaca da parede

Frisos – é uma faixa para divisão ou ornamentação de uma superfície da parede, geralmente na parte superior.

Lacustre – o que está a margem de um lago

Madeira roliça – é o produto com menor grau de processamento da madeira

Maderame - Madeira de que se constitui a armação de uma casa

Nômade – indivíduos que não pertencerem a determinado lugar, não tem habitação fixa

Paideia – sistema de educação das culturas gregas

Pilastras - Coluna de quatro faces

Platibandas - Grade ou muro que contorna a plataforma de um telhado

Plebiscito – manifestação popular expressa através de voto, que ocorre quando há algum assunto de interesse político ou social

Savoir-faire – habilidade, esperteza, conhecimento, astúcia

Sopé – Parte inferior de rocha ou sua base

Súcia – dança folclórica, tem origem no período da escravidão

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS E/OU
EXCURSIONISTAS**

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS DE PORTO NACIONAL-TO C.P.N. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MGEO</p>
<p>Discente: Núbia Nogueira do Nascimento</p>
<p>Docente: Rosane Balsan</p>
<p>Caro Turista,</p> <p>Este questionário faz parte de uma pesquisa exploratória sobre os bens culturais de Porto Nacional com destaque para a Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico de Porto Nacional a pesquisa faz parte de uma das etapas para a conclusão da Dissertação com o título “Turismo cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO” na qual estou realizando esta pesquisa com perguntas abertas e fechadas, com objetivo de delimitar por meio destes dados. Assim, poder responder o seguinte questionamento. Existe turismo Cultural em Porto Nacional? Esta coleta de informações será de suma importância para a conclusão da dissertação no qual tem como propósito a análise dos bens culturais de Porto Nacional e o processo de patrimonialização do Centro Histórico.</p>
<p>QUESTIONÁRIO</p>
<p>1ª parte: Caracterização do respondente:</p> <p>a) Grau de Instrução</p> <p>() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialista, Mestre e/ou Doutor</p> <p>b) Área de atuação</p> <p>() Estudante () Pesquisador () Outras profissões _____.</p> <p>c) Localidade</p> <p>() Tocantins () Goiás () Brasília () Outros estados _____.</p>
<p>2ª parte: Assinale a opção que demonstre sua visão sobre o que vem a ser “Turismo cultural em Porto Nacional”</p> <p>() Visitar o centro Histórico () Visitar a cidade () Ir à Igreja () Conhecer o lago – Porto Real () Visitar o Museu () Outros _____.</p> <p>a) O que o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional representa para você</p>

<p><input type="checkbox"/> A história de Porto Nacional</p> <p><input type="checkbox"/> Ponto turístico de Porto Nacional</p> <p><input type="checkbox"/> Memória da cidade</p> <p><input type="checkbox"/> Outro _____.</p>
<p>b) O que a Igreja Nossa Senhora das Mercês representa para você</p> <p><input type="checkbox"/> A história de Porto Nacional</p> <p><input type="checkbox"/> Ponto turístico de Porto Nacional</p> <p><input type="checkbox"/> Memória da cidade</p> <p><input type="checkbox"/> Outro _____.</p>
<p>3ª Em sua opinião qual destes símbolos representa Porto Nacional em termos de história e cultura?</p> <p><input type="checkbox"/> Museu Histórico e Cultural</p> <p><input type="checkbox"/> Colégio das Irmãs</p> <p><input type="checkbox"/> Catedral Nossa Senhora das Mercês</p> <p><input type="checkbox"/> Rio – Porto Real</p> <p><input type="checkbox"/> Orla</p> <p><input type="checkbox"/> Outro _____.</p>

APÊNDICE B – ENTREVISTA REALIZADA COM OS MORADORES DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS DE PORTO NACIONAL-TO C.P.N. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MGEO
Discente: Núbia Nogueira do Nascimento
Docente: Rosane Balsan
<p>Caro morador,</p> <p>Esta entrevista faz parte de uma pesquisa exploratória sobre a patrimonialização/tombamento de Porto Nacional, inclui uma das etapas para a conclusão da Dissertação com o título “Turismo Cultural e a Patrimonialização do Polígono de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional - TO”. Esta coleta de informações será de suma importância para a conclusão da dissertação no qual tem como propósito a análise dos bens culturais no polígono de tombamento de Porto Nacional.</p>
ENTREVISTA
<p>a) É o proprietário do imóvel? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>b) Estava residindo e/ou trabalhando no local quando houve o tombamento do centro histórico em 2008? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>c) Houve alguma reunião, pesquisa, plebiscito ou votação com os moradores e/ou funcionários informando o possível tombamento? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>d) Você foi a favor ou contra o tombamento na época? <input type="checkbox"/> contra <input type="checkbox"/> favor</p> <p>e) Em sua opinião é a favor/contra o tombamento. Por que? <hr/> <hr/> <hr/></p> <p>f) Quantos anos você reside e/ou trabalha aqui neste imóvel no centro histórico? <hr/></p> <p>g) Em sua opinião a malha urbana mudou muito desde que mora aqui? <hr/></p> <p>h) Em sua opinião, com o tombamento de parte do centro histórico houve melhoras por meio de políticas públicas nas esferas federal e municipal quanto a preservação do nosso Patrimônio Cultural? <hr/></p> <p>i) Você conhece o processo de tombamento que resultou no tombamento de uma área (polígono) no centro histórico? <hr/></p> <p>j) Qual sua opinião sobre o incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas (lojas, comércio, supermercado e outros) no Centro Histórico? <hr/> <hr/></p> <p>k) Em sua opinião descreva um termo e/ou expressão que representa o turismo cultural em Porto Nacional? <hr/> <hr/></p> <p>l) Na sua opinião existe turismo cultural em Porto Nacional? <hr/> <hr/></p>

ANEXO A - DOSSIÊ DE TOMBAMENTO - PRIMEIRO VOLUME

MINISTÉRIO DA CULTURA		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Memorando nº PRESI 012	Data: 31/03/2008
	IPHAN			Fl. <u>01</u> <u>01</u>

À Sra. Francisca Helena Barbosa Lima
Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica

Assunto: Abertura de Processo de Tombamento

IPHAN/PROTOCOLO
01450.005680/2008-88
014/2008



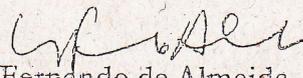
Prezada Gerente,

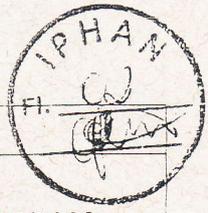
Solicito a abertura de processo de tombamento referente à:

“Centro Histórico de Porto Nacional - TO”

Favor enviar em seguida ao Depam, para que seja anexado o Dossiê.

Cordialmente,


Luiz Fernando de Almeida
Presidente do IPHAN

MINISTÉRIO DA CULTURA		 IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Memorando nº 024/2008	 Data: 05/05/2008
			Depam/AEF	

À Sra. Francisca Helena Barbosa Lima
 Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica - IPHAN

IPHAN/PROTOCOLO
 01450.007776/2008-81
 05/05/2008



Assunto: **Processo de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional - TO**

Prezada Gerente,

Envio em anexo o Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO, para compor o referido processo.

Solicito que após a formação do processo, ele seja reencaminhado ao Depam para a anexação do parecer, em fase de elaboração.

Atenciosamente,


Anna Elisa Finger
 Arquiteta
 Técnica DEPAM/IPHAN
 Matrícula 1534693

MINISTÉRIO DA CULTURA

IPHAN



Despacho nº 014/2008/GEDAB/ COPEDOC

Para: Alessandra de Almeida – ADM/PGC-IPHAN

Ref.: Encaminha documento nº 01458.005680/2008-88

Encaminho o documento nº 01458.005680/2008-88 para que seja convertido em processo de tombamento e, novamente enviado a este setor para as providências cabíveis.

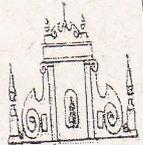
Informo ainda, que o referido processo recebeu, para continuidade da série histórica "Processos", do Arquivo Central do IPHAN, o nº 1.553-T-08.

Francisca Helena Barbosa Lima

Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica/COPEDOC/IPHAN

Matric. SIAPE nº 223815

122
Fl. 04
[Handwritten initials]

	IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Memo. nº 114/2008 GEDAB/COPEDOC	Rio de Janeiro, 15/05/2008
---	-------	--	------------------------------------	-------------------------------

Para: Sr. Dalmo Vieira – Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Assunto: Encaminha processo de tombamento nº 1.553-T-2008

Senhor Diretor,

Em atendimento à solicitação do Sr. Luiz Fernando de Almeida, Presidente do IPHAN, no Memo. PRESI nº 012/2008, de 31/03/2008, esta Gerência destinou o número 1.553-T-08 à abertura do processo relativo ao “Centro Histórico de Porto Nacional – TO” aguardando a remessa dos documentos para proceder à autuação do mesmo. Em 05/05/2008, através do Memo. nº 024/2008, Depam/AEF, foi-nos enviado o Dossiê de Tombamento do Centro Histórico, solicitando que esta Gerência formasse o processo e o reencaminhasse ao Depam, para a anexação do parecer, em fase de elaboração. Assim, a GEDAB/COPEDOC procedeu à abertura do processo de tombamento do “**Centro Histórico de Porto Nacional – TO**”, aberto sob o número 01450.005680/2008-88. O processo se constitui de um único volume contendo apenas os dois memorandos acima mencionados e mais dois anexos: Instrução do Processo e o Registro Fotográfico. Desta forma, concluímos que o Depam deverá incluir os demais documentos ao processo.

Além da numeração acima, o processo levou paralelamente o número 1.553-T-08, para continuidade da Série Histórica “Processos”, do Arquivo Central do IPHAN.

Atenciosamente,



Francisca Helena Barbosa Lima
Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica
COPEDOC/IPHAN
Matr. SIAPE nº 223815

c/m.

Recebido neste Gabinete
Em 20 / 05 / 08
Hora 17:12
Raonice



MINISTÉRIO DA CULTURA		Memorando nº 068/08 Ass/Gab/depam	Data: 21/05/2008
	IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL		

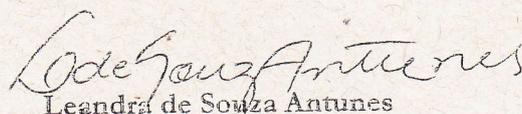
À Arquiteta Anna Elisa Finger, Técnica do DEPAM

Assunto: Processo de Tombamento Porto Nacional.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho processo de tombamento nº 1553-T-2008, referente ao Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional/TO, para análise e providências.

Atenciosamente,


Leandra de Souza Antunes
Assistente Técnica GAB/DEPAM
Matrícula 1563954



	MINISTÉRIO DA CULTURA IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Parecer nº: 003/2008	Data: 14/05/2008

Ao Sr. Dalmo Vieira Filho
Diretor do DEPAM

Parecer Técnico

Assunto: Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional

Senhor Diretor,

Conforme sua solicitação através de despacho do Memorando Gab./14^oSR/IPHAN 427/2007, o presente Parecer analisa o Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO.

Sobre o Dossiê de Tombamento

O Dossiê foi elaborado em novembro de 2007 em parceria entre a 14^oSR/IPHAN – GO, a Fundação Cultural do Estado do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional, e é composto de dois volumes, o primeiro com informações sobre localização e dados geográficos, história e evolução urbana, plantas cadastrais e iconografia, análise dos principais edifícios (civis, religiosos e institucionais), a justificativa de tombamento e exposição dos critérios utilizados para a delimitação das poligonais de tombamento e entorno, a própria delimitação destas, a análise do atual Plano Diretor, e ainda informações sobre o patrimônio imaterial da cidade; e o segundo contendo o registro fotográfico do local.

Tendo recebido o dossiê original através de despacho do memorando 427/2007 Gab./14^oSR/IPHAN, o material foi analisado no período entre os meses de fevereiro e maio de 2008, tendo sido em seguida enviado ao Arquivo Noronha Santos para a abertura do referido Processo de Tombamento. Considero o material adequadamente apresentado, e suficiente para o embasamento da proposta de tombamento, tendo oferecido os subsídios necessários para a elaboração do Parecer que se segue.

Caracterização do Bem

Porto Nacional situa-se no estado do Tocantins, 60km ao sul da capital, Palmas, às margens do lago formado quando do represamento do Rio Tocantins (pertencente à bacia amazônica) para a construção da Hidrelétrica do Lageado.

A cidade deve suas origens ao Ciclo do Ouro em Goiás, iniciado na primeira metade do século XVIII e cujo auge se deu por volta de 1750. Os bandeirantes, que inicialmente buscavam o aprisionamento de índios para o trabalho agrícola, em suas incursões pelo sertão goiano e mato-grossense acabaram por descobrir ouro, mudando então o foco das expedições para sua exploração. Desta forma, Porto Nacional (assim como Natividade, já tombada pelo IPHAN em 1987), nasce na rota de exploração aurífera no território antes pertencente ao estado de Goiás, integrando uma rede de cidades fundadas a partir dessa temática. Segundo consta do dossiê,

“[os bandeirantes] Abrem agora quatro frentes, uma para o poente em direção a Cuiabá, outra para o nascente, até Paracatu nas Minas Gerais, a terceira para o sul, em direção a São Paulo, e finalmente ‘para o norte, que se segue até o último Arraial dessa parte que é o Pontal’”¹

Esta última rota é a que vai dar origem à rede de cidades mais antigas do atual estado de Tocantins: Cavalcante² e Arraiais (ambas de 1740), São José do Duro (1751), Monte Alegre (1769), Natividade (1734), Arraial do Carmo (1746), Conceição (1741) e Pontal (1738). Após a separação da comarca de Vila Boa (hoje Goiás) e criação da comarca de São João da Palma, estes povoados foram formados ao longo dos caminhos que conectavam os núcleos de mineração e junto a eles, configurando uma espécie de “corredor”.

Nesta época o território do centro-oeste brasileiro era acessado através de rotas oficiais por terra que partiam das principais regiões como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, e também por meio fluvial através da navegação dos rios componentes da Bacia do Tocantins e seus afluentes, que ligavam diretamente à região norte, e dos componentes da Bacia do Paraguai, que corriam em direção sudeste (Mato Grosso do Sul, Paraguai e Argentina). Com o início da exploração aurífera, visando exercer um maior controle sobre a região e em especial na cobrança do “quinto” sobre o ouro ali extraído, a Coroa proibiu a navegação do Tocantins, e portanto o deslocamento de mineiros, comerciantes e viajantes deveria ser feito pelas rotas terrestres oficiais, as Estradas Reais.

O nome Porto Nacional deriva da função portuária que o núcleo urbano desempenhou desde o início de sua formação, pois neste ponto se articulavam o transporte terrestre e o fluvial, já que por ali e fazia a travessia oficial entre as margens oriental (o antigo povoado do Carmo, hoje Monte do Carmo, era o último nesta margem) e ocidental (até o antigo núcleo de Pontal³) do Rio

¹ Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – novembro de 2007. p. 9-10.

² Apesar de situar-se nesta rota em direção ao norte, Cavalcante, a mais ao sul, acabou ficando no estado de Goiás no momento da separação e criação do estado de Tocantins.

³ Pontal seria a última cidade ao norte da Capitania, e demarcava os limites do território já explorado e colonizado antes do Pará e Maranhão. Sua localização, entretanto, não é precisa. Tendo durado cerca de cem anos, possuindo arruamento estabelecido, igrejas e diversas casas e ser considerado, juntamente com Natividade e Carmo, como um



Tocantins, e também sua navegação em direção ao norte, ligando a região ao estado do Pará, que mesmo proibida continuou a ser realizada (grande parte do ouro extraído na região era contrabandeado por Belém).

A travessia do Rio Tocantins era feita em barcos particulares pertencente ao português Félix Camôa, e próximo às instalações portuárias desenvolveu-se o núcleo urbano originalmente chamado Porto Real, concentrando mineradores e comerciantes. Assim, apesar de não situar-se imediatamente próxima a um núcleo de mineração, a cidade está intrinsecamente ligada à esta atividade e desempenhava papel fundamental em seu desenvolvimento, uma vez que articulava as vias terrestres e fluviais de comunicação (atualmente esse tipo de articulação é conhecido por "sistema intermodal", conhecido e utilizado há séculos e que, por situar-se em pontos estratégicos, tradicionalmente induziu à formação de núcleos urbanos em seus arredores).

O arraial de Porto Real sofreu, durante o século XIX, um adensamento populacional devido à instalação de habitantes vindos de Pontal e do Carmo, atraídos pela prosperidade do local, pois o comércio ali instalado era o responsável por grande parte do abastecimento da região, desde alimentos e utensílios domésticos até materiais para o trabalho nas minas.

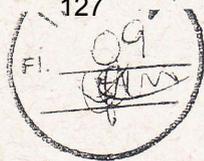
Também desde de fins do século XVIII, com o objetivo de afastar o gado do litoral – então destinado ao cultivo da cana-de-açúcar – grandes latifundiários partiram de Pernambuco e principalmente da Bahia trazendo seus rebanhos para a região de Goiás, formando uma série de fazendas de criação de gado que forneciam carne tanto para os engenhos no litoral quanto para a região das minas. Assim, com o esgotamento do ouro por volta da metade do século XIX, esta atividade passou a sustentar a economia das vilas ali estabelecidas.

Em 1831, após a independência do Brasil e quando é elevada a Vila, Porto Real tem seu nome modificado para Porto Imperial. No ano de 1835 é elevado a Paróquia independente e a Distrito, em 1851 passa a contar com juizes, em 1861 torna-se cidade e em 1890, após a proclamação da república, recebe o nome atual, Porto Nacional.

Após a divisão da Diocese de Goiás, em 1915, e criação da Diocese de Porto Nacional (que passaria a ser a responsável por toda a parte norte do estado), os frades e freiras dominicanos franceses que começaram a chegar em 1886 para cuidar da educação e evangelização na cidade ganham importância, e a cidade tornou-se referência no ensino para toda a região.

Do ponto de vista da ocupação urbana, a cidade seguiu a tradicional forma portuguesa de implantação em terrenos planos: uma capela era erigida próxima ao leito do rio e para o qual era voltada a fachada, formando um adro logo delimitado por casas e estabelecimentos comerciais e dando origem a uma praça, aonde futuramente viriam a ser instalados os órgãos da administração pública (Casa de Câmara e Cadeia) e o pelourinho. Diferencia-se, entretanto, de outras cidades

arraial "bastante florescente", foi abandonado por volta de 1805 ou 1808 após um violento ataque dos índios Nerente. A população sobrevivente mudou-se então para Porto Real, buscando abrigo junto ao núcleo já estabelecido e sob proteção do português Camôa, e abandonando o local, que entrou em processo de arquinamento. Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. IPHAN/14^{SR}. Novembro de 2007. p. 12.



relacionadas à mesma temática como Goiás, Cavalcante ou Natividade⁴ pelo sítio de implantação (junto a um rio de grande porte, não facilmente transponível, o que determinou sua localização em apenas uma das margens) e por não ter-se localizado imediatamente próxima a uma mina, sendo a maior parte de seus habitantes comerciantes e não mineiros, portanto menos ricos, o que transparece na arquitetura preservada.

A vila se expandiu com suas ruas principais paralelas ao leito do rio e perpendiculares a ele (estas últimas não necessariamente contínuas), formando quadras retangulares com o lado maior paralelo ao curso d'água. A continuidade das ruas perpendiculares, sobretudo as que partem da praça e ladeiam a igreja e que nem sempre são exatamente paralelas, direcionam uma expansão para o interior, afastando-se do rio, mas mantendo ainda uma configuração de malha relativamente regular. O interior das quadras é marcado pela presença de vasta vegetação (hortas e pomares contribuem para manter o ambiente fresco e úmido durante a época da seca), enquanto as edificações, implantadas no alinhamento da rua em toda sua extensão, dão às vias um caráter de "canal", apresentando pouca vegetação (salvo nas praças e largos). Pela baixa densidade urbana, predominam as edificações térreas cobertas com telhas de barro, conferindo uma homogeneidade ao conjunto que permanece até os dias atuais.

Quanto à arquitetura civil e oficial, Porto Nacional e as demais cidades do ciclo do ouro em Goiás apresentam algumas particularidades características do local: a configuração segue a tradição colonial portuguesa e as edificações se adequam ao clima local (quente com estações de seca e chuva bem definidas), pois as paredes grossas em adobe conservam o ambiente interno sempre fresco e ligeiramente úmido na estação seca, e a ausência de forro e o pé-direito mais alto que o comum permitem uma circulação de ar constante, fazendo com que sequem rapidamente no período das chuvas. Com a introdução do gado e formação dos grandes latifúndios, chegaram também pedreiros e artífices baianos que trouxeram consigo a prática da ornamentação das edificações conforme praticada na Bahia, que virou "moda", e se espalhou pela região, conferindo um caráter especial à arquitetura local. Ainda hoje observam-se cornijas, frisos, beiras-seveiras, molduras de portas e janelas, etc, mas que depois de sofrerem adaptações locais se distinguem dos exemplos originais e formam um acervo particular da região. Num segundo momento, já no século XIX, as antigas edificações começam a ser substituídas e/ou "modernizadas", incorporando as "novidades" que também chegam ao local: elementos arquitetônicos como platibandas, pilastras e decoração eclética.

Já a arquitetura religiosa diferencia-se profundamente da matriz portuguesa comum às outras cidades da região, o que pode ser observado na imponente Catedral em estilo românico que substituiu a antiga capela consagrada a N.S. das Mercês. Construída pelos frades dominicanos, junto com o seminário e os colégios (um para meninos, construído pelos padres, e outro para meninas, construído pelas freiras), sua arquitetura demonstra claramente a influência da origem francesa dos religiosos, conforme analisado pelo Dossiê de Tombamento. Atualmente a Catedral

⁴ Estas, por sua vez, diferenciam-se das cidades mineiras do ciclo do ouro em Minas Gerais, pois enquanto lá as cidades se expandiam para o topo dos morros, conferindo às cidades um caráter irregular adaptado à topografia, e o metal era extraído nos baixios dos rios, longe da aglomeração urbana, em Goiás, pela topografia ser muito menos acidentada as cidades se instalaram bastante próximas ao rio onde era feita a mineração, envolvendo-os, o que permitiu às cidades se desenvolverem de maneira relativamente regular.

constitui um dos principais referenciais urbanos da cidade, distinguindo-a das demais cidades da região e agregando-lhe valor por esse diferencial.

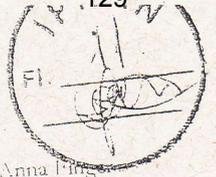
A substituição da antiga capela barroca, símbolo da mineração do ouro, por uma grande catedral que em nada se relacionava com a configuração tradicional da cidade, demonstra também a mudança de enfoque pela qual a cidade passou. De um núcleo voltado para a função portuária e comercial - cuja pequena capela, que apesar de bem integrada à escala da cidade, não demonstrava, naquele momento, uma grande preocupação com a função religiosa que remete a um caráter mais definitivo de fixação da população - para uma cidade com vida própria e população estabelecida, percebida pelo desejo de instalação de estabelecimentos de ensino de qualidade.

A diferença de linguagem entre a arquitetura civil e a religiosa explica-se pela origem de seus proponentes. Uma população de tradição portuguesa, vinda do litoral, trouxe consigo a linguagem colonial de matriz lusa, enquanto para os religiosos, de origem francesa, esta era uma linguagem alheia ao seu vocabulário e que não lhes trazia referências. Optam então por demolir a pequena capela, provavelmente vista como simplória, e pela construção de uma imponente igreja em alvenaria de pedra aparente, que se distinguia na paisagem urbana e criava, desde o início de sua construção, uma nova relação de escala semelhante às cidades medievais europeias. Esta mudança reflete-se, naturalmente, sobre os habitantes do local, que não poderiam ignorá-la.

Este argumento faz com que Porto Nacional, além de ligada ao ciclo do ouro em Goiás, materialize um capítulo da história do Brasil ainda pouco estudado: a influência de ordens religiosas recentes na formação da cultura brasileira. A influência jesuíta, beneditina, franciscana, carmelita, entre outras vindas ao Brasil nos primórdios da colonização, já foram relativamente estudadas, enquanto ordens vindas a partir do século XIX (com destaque para os dominicanos e salesianos, mais diretamente ligados ao ensino), que começaram a atuar e ainda atuam na educação de gerações de jovens e que certamente trouxeram novas variantes para a cultura brasileira atual, permanece pouco conhecida.

Após a década de 1960, com o surto de industrialização pelo qual o país passou e semelhante ao que ocorreu em inúmeras outras cidades brasileiras situadas às margens de rios, a relação com a água, que sempre fez parte do cotidiano da cidade foi perdida ou significativamente alterada. A construção da hidrelétrica modificou as condições de navegabilidade do rio, e a implantação de estradas fez com que essa atividade fosse praticamente extinta ou preterida em função da rodovia. Os aterros viraram uma espécie de "epidemia", em sua maioria pouco justificados. Ganhou-se espaço urbano, que entretanto foi sub-utilizado com a ocupação por praças e/ou instalação de grandes equipamentos urbanos, em troca do rompimento da ligação paisagística histórica que determinou a configuração urbana da cidade ao longo de sua evolução, criando um lugar descontextualizado e sem referências, fazendo com que sejam pouco apropriados pela população.

Também merece destaque o fato de Tocantins ser um estado novo, formado a partir da divisão do estado de Goiás em 1988. Sua cultura e suas tradições eram, até aquele momento, descritas como "goianas", mas a partir da separação criou-se uma questão de reafirmação de identidade para os agora tocantinenses, então destituídos de parte de suas referências culturais. Apesar de



tratar-se de uma divisão político-administrativa, o impacto causado sobre a cultura do novo estado é grande, e semelhante ao que aconteceu no Mato-Grosso do Sul, a população viu-se de um momento para o outro privada de grande parte de seus referenciais históricos (Goiás e Pirenópolis, assim como Cavalcante, se localizam hoje no estado de Goiás). Desta forma, o reconhecimento de Porto Nacional como patrimônio histórico nacional vem somar-se ao de Natividade, já tombada, e contribui na reestruturação da identidade do povo tocantinense, não desligada das origens goianas, mas valorizada a partir do patrimônio atualmente pertencente ao estado do Tocantins, mas de forma que as antigas ligações tanto com a região das Minas quanto com o norte do País fiquem também ressaltadas.

Descrição das Poligonais de Tombamento e Entorno.

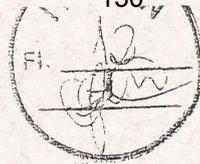
As poligonais propostas para proteção federal compreendem a área central da cidade de Porto Nacional, e incluem o sítio natural, a malha urbana e as arquiteturas implantadas sobre ele desde a fundação da cidade até a década de 1960, “antes da industrialização dos processos construtivos e das práticas de planejamento desenvolvimentistas”.

Considero esta uma abordagem correta, pois percebem-se aí duas áreas morfológicas distintas. Como aconteceu na maior parte das cidades históricas situadas no interior e que tiveram sua fundação ligada a ciclos econômicos específicos (que em algum momento entraram em decadência, fazendo com que as cidades interrompessem seu ritmo de crescimento e se mantivessem relativamente contidas ao território já ocupado durante esse primeiro período de expansão), após a década de 1960, com a implantação maciça de estradas de rodagem, o surto de industrialização que o país conheceu e o barateamento dos materiais construtivos pré-fabricado, iniciou-se um novo processo de crescimento, segundo padrões que em geral não seguiam a continuidade nem urbanística nem arquitetônica do núcleo original, contrapondo-se a ele e tornando o Centro Histórico facilmente perceptível dentro da malha urbana.

Como o argumento da proposta de tombamento se refere às origens da fundação da cidade, ou seja, o ciclo do ouro em Goiás, e posteriormente à vinda dos religiosos franceses que, com a construção da Catedral, mudaram a configuração urbana e paisagística do local e tornaram a cidade um centro de referência no ensino na região, e como até a década de 1960 a cidade se expandiu pouco e ainda seguindo os parâmetros estabelecidos naqueles dois momentos e que, após essa década, foram significativamente modificados, é pertinente que se selecione para proteção, segundo estes argumentos, apenas a área que representa esses períodos, ou seja, a área original (praça contornada pelas edificações e pela igreja) junto ao leito do rio e as ruas adjacentes.

“Na área tombada estão localizados, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do Centro Histórico. Estão aí a Catedral, o Seminário, a Curia, o Caetanato, ou o antigo colégio das freiras (...), a outrora Casa de Câmara e Cadeia, o casarão dos Ayres e o dos Maya.”⁵

⁵ Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. IPHAN/143SR. Novembro de 2007. p. 35.



Desta forma, toda essa região é proposta como "poligonal de entorno", e dentro dela foi selecionada uma área mais restrita, onde ainda mantém-se preservado a maior parte do acervo arquitetônico representativo do período, para a proposição como "poligonal de tombamento".

A poligonal de tombamento é descrita na página 37 do *Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional*, parte integrante do referido Processo, e a poligonal de entorno na página 38 do mesmo.

Conclusão e Indicação de Tombamento

A proposta de tombamento de Porto Nacional se insere nas estratégias atuais de preservação, procurando evidenciar contextos históricos associados a porções do território e que permitam a compreensão dos fenômenos responsáveis pela ocupação e urbanização do Brasil.

Assim, pelas razões aqui explicitadas e por compreender que o Centro Histórico de Porto Nacional possui bens que suportam e materializam valores relacionados a importantes fases da história do Brasil até então pouco divulgada, assim como em si mesmo se configura como um interessante conjunto urbano digno de figurar entre as cidades consideradas Patrimônio Nacional, e que seu tombamento será de grande importância para o processo de construção da identidade do povo tocantinense, é este Parecer favorável ao seu tombamento no Livro do Tombo Histórico, conforme disposto no Art. 4º do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937.

Sendo essas as considerações, despeço-me cordialmente,

Anna Eliza Finger
Anna Eliza Finger
Arquiteta
Técnica DEPAM/IPHAN
Matriculada 1534698

PAUSA FLORETA

PAUSA FLORETA

PAUSA FLORETA

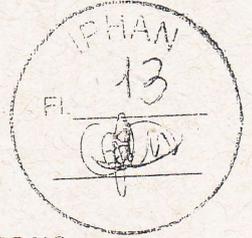
Dalmir

Dalmir - *Elizir Filho*
Diretor do U.S.

25/04/2008



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
 PROCURADORIA FEDERAL - PROFER - ÓRGÃO EXECUTOR DA PGF NO
 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN
 SBN Quadra 02, Bloco H, Edifício Central Brasília - 10º andar - Brasília - DF CEP.: 70.040-904
 Fones (61) 3414-6229 / 6237 / 6124 - Fax (61) 3414-6128 - E-mail: www.projur.bsb@gov.br



PARECER N.º 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF

Referência: Processo n.º 1.553-T-08
 (Processo n.º 01450.005680/2008-88)

Interessado: Departamento do Patrimônio Material e
 Fiscalização - DEPAM

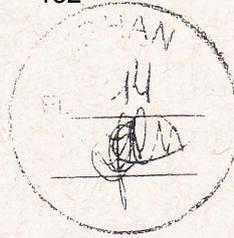
Assunto: Tombamento do Centro Histórico de
 Porto Nacional - TO.

Ementa: Processo de tombamento devidamente
 instruído. Observação dos aspectos
 legais contidos no Decreto-Lei n.º
 25/1937 e na Portaria IPHAN n.º
 11/1986. Posição favorável ao
 tombamento do Centro Histórico de
 Porto Nacional - TO.

Em razão de consulta formulada pelo Senhor Diretor do Departamento do Patrimônio Material e de Fiscalização - DEPAM/IPHAN sobre o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, no Estado de Tocantins, os autos foram encaminhados para esta Procuradoria Federal a fim de subsidiar a análise dos aspectos jurídicos relacionados ao tema.

I. - DOS FATOS

02.- O Presidente do IPHAN, Sr. Luiz Fernando de Almeida, encaminhou a Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica, Sra. Francisca Helena Barbosa Lima, o Memorando n.º PRESI 012, de 31/03/08, no qual solicitou a abertura do processo de tombamento referente ao "Centro Histórico de Porto Nacional - TO".



(Fis. 2 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

03.- A Arquitea do DEPAM, Sra. Anna Elisa Finger, por meio do Memorando nº 24/2008 DEPAM/AEF, de 05/05/08, encaminhou a Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica, o dossiê de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO para anexação ao respectivo processo de tombamento.

04.- A Gerente Arquivística e Bibliográfica em atenção a solicitação do Sr. Presidente do IPHAN, informou ao Diretor do DEPAM que o processo de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO foi aberto sob o n.º 1.553-T-08, constituído por um volume único e dois anexos: registro fotográfico e instrução de processo.

05.- A Arquitea Ana Elisa Finger em razão do material coligido aos autos elaborou o Parecer n.º 03/08, de 14.05.08, manifestando-se de forma favorável ao tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO. Em Despacho s/n.º de 09/06/08, o Diretor do DEPAM ratificou o posicionamento contido nesse Parecer e encaminhou os presente autos para a análise da PF/IPHAN.

06.- Os autos me foram distribuídos para análise e manifestação em 11/06/08.

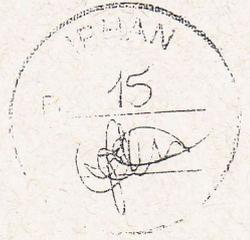
07.- É, em suma, o que se tinha a relatar.

II. – DO MÉRITO

a) A Constituição Federal e o instituto do tombamento

08.- O tombamento do Centro Histórico do Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins, para ser considerado válido e legítimo precisa estar em consonância com o nosso ordenamento jurídico.

09.- O art. 216 da Carta Política de 1988 traz em seu bojo definição acerca de quais bens integram o patrimônio cultural brasileiro e estabelece normas de proteção a esse patrimônio, conforme se depreende da leitura desse artigo, vazado nos seguintes termos:



(Fls. 3 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação." (sem destaques no original)

10.- O § 1º, do art. 216, da CF/88, acima transcrito, estabeleceu os meios pelos quais o patrimônio cultural brasileiro deverá ser protegido, inserindo-se dentre esses instrumentos, o tombamento.

11.- O instituto do tombamento encontra-se disciplinado por meio do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 e pela Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986.

12.- José Eduardo Ramos Rodrigues define o tombamento como sendo:

"Um ato administrativo pelo qual o Poder Público declara o valor cultural de coisas móveis ou imóveis, inscrevendo-as no respectivo Livro do Tombo, sujeitando-as a um regime especial que



(Fis 4 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

impõe limitações ao exercício de propriedade, com a finalidade de preservá-las. Portanto, trata-se de ato ao mesmo tempo declaratório, já que declara um bem de valor cultural, e constitutivo, vez que altera o seu regime jurídico.”¹

13.- Traçadas essas balizas sobre o instituto do tombamento, cabe nesse momento, examinar de forma mais detida o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO, que nos foi submetido pelo DEPAM/IPHAN.

b) Dos aspectos considerados em relação ao presente tombamento

14.- É válido consignar que o estudo de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO foi elaborado em parceria entre a 14ª SR/IPHAN – GO, a Fundação Cultural do Estado de Tocantins e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional, consubstanciado em um volume e dois anexos, o qual se apresenta como valioso elemento para a compreensão da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII.

15.- A história de Porto Nacional está relacionada com a entrada dos bandeirantes no interior do País no século XVIII em busca do ouro, conforme nos aponta o seguinte trecho do Parecer n.º 03/08, de 14/05/08, da Arquiteta Ana Elisa Finger, vazado nos seguintes termos:

“(....)

A cidade deve suas origens ao Ciclo do Ouro em Goiás, iniciado na primeira metade do século XVIII e cujo auge se deu por volta de 1750. Os bandeirantes, que inicialmente buscavam o aprisionamento de índios para o trabalho agrícola, em suas incursões pelo sertão goiano e mato-grossense acabaram por descobrir ouro, mudando então o foco das expedições para sua exploração. Desta forma, Porto Nacional (assim como Natividade, já tombada pelo IPHAN em 1987), nasce na rota de exploração aurífera no território antes pertencente ao estado de Goiás, integrando uma

¹ RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Meio Ambiente Cultural: Tombamento – Ação Civil Pública e Aspectos Criminais. p. 313



(Fls. 5 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

rede de cidades fundadas a partir dessa temática. Segundo consta do Dossiê,

"[os bandeirantes] Abrem agora quatro frentes, uma para o poente em direção a Cuiabá, outra para o nascente, até Paracatu nas Minas Gerais, a terceira para o sul, em direção a São Paulo, e finalmente para o norte, que se segue até o último Arraial dessa parte que é o Pontal"

Esta última rota é a que vai dar origem à rede de cidades mais antigas do atual estado de Tocantins: Cavalcante e Arraias (ambas de 1740), São José do Duro (1751), Monte Alegre (1769), Natividade (1734), Arraial do Carmo (1746), Conceição (1741) e Pontal (1738). Após a separação da comarca de Vila Boa (hoje Goiás) e criação da comarca de São João da Palma, estes povoados foram formados ao longo dos caminhos que conectavam os núcleos de mineração e junto a eles, configurando uma espécie de "corredor".² (sem destaques no original)

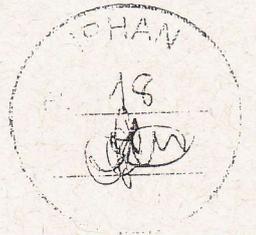
16.- O nome de Porto Nacional ao longo do tempo sofreu modificações, anteriormente era conhecido como Porto Real ao se transformar em Vila, em 1831, após a independência do Brasil passou a se denominar Porto Imperial. Após, a Proclamação da República, em 1890, recebeu o nome que vigora atualmente Porto Nacional.

17.- Frise-se que a denominação de "Porto" refletia as atividades desenvolvidas em Porto Nacional que eram eminentemente portuárias, as quais contribuíram de forma significativa para o destaque que esse núcleo urbano assumiu na região norte do Estado de Goiás, consoante nos informa o Parecer n.º 03/08, *in verbis*:

"(...)

O nome Porto Nacional deriva da função portuária que o núcleo urbano desempenhou desde o início de sua formação, pois neste ponto se articulavam o transporte terrestre e o fluvial, já que por ali e fazia a travessia oficial entre as margens oriental (o antigo povoado do Carmo, hoje Monte do Carmo, era o último nesta margem) e ocidental (até

² Fls. 07 dos autos.



(Fls. 6 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

o antigo núcleo de Pontal) do Rio Tocantins, e também sua navegação em direção ao norte, ligando a região ao estado do Pará, que mesmo proibida continuou a ser realizada (grande parte do ouro extraído na região era contrabandeado por Belém).

A travessia do Rio Tocantins era feita em barcos particulares pertencente ao português Félix Camôa, e próximo às instalações portuárias desenvolveu-se o núcleo urbano originalmente chamado Porto Real, concentrando mineradoras e comerciantes. Assim, apesar de não situar-se imediatamente próxima a um núcleo de mineração, a cidade está intrinsecamente ligada à esta atividade e desempenhava papel fundamental em seu desenvolvimento, uma vez que articulava as vias terrestres e fluviais de comunicação (atualmente esse tipo de articulação é conhecido por "sistema intermodal", conhecido e utilizado há séculos e que, por situar-se em pontos estratégicos, tradicionalmente induziu à formação de núcleos urbanos em seus arredores).³ (...)" (sem destaques no original)

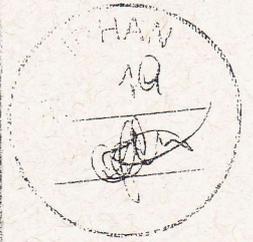
18.- Desde fins do século XVIII, com o objetivo de afastar o gado do litoral – então destinado ao cultivo da cana-de-açúcar – grandes latifundiários partiram de Pernambuco e principalmente da Bahia trazendo seus rebanhos para a região de Goiás, formando uma série de fazendas de criação de gado que forneciam carne tanto para os engenhos no litoral quanto para a região das minas. Com a diminuição das atividades de extração aurífera na segunda metade do século XIX, esta atividade passou a sustentar a economia das Vilas estabelecidas nessa região.

19.- A forma de ocupação de Porto Real obedeceu ao padrão estabelecido pela metrópole portuguesa, com algumas peculiaridades em relação à ocupação de Goiás, Cavalcante ou Natividade, conforme assevera o Parecer n.º 03/08, nos seguintes termos:

"(...)

Do ponto de vista da ocupação urbana, a cidade seguiu a tradicional forma portuguesa de implantação em terrenos planos: uma capela era erigida próxima ao leito do rio e para o qual era

³ Fls. 07-08 dos autos.



(Fis. 7 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

voltada a fachada, formando um adro, logo delimitado por casas e estabelecimentos comerciais e dando origem a uma praça, aonde futuramente viriam a ser instalados os órgãos da administração pública (Casa de Câmara e Cadeia) e o pelourinho. Diferencia-se, entretanto, de outras cidades relacionadas à mesma temática como Goiás, Cavalcante ou Natividade pelo sítio de implantação (junto a um rio de grande porte, não facilmente transponível, o que determinou sua localização em apenas uma das margens) e por não ter-se localizado imediatamente próxima à uma mina, sendo a maior parte de seus habitantes comerciantes e não mineiros, portanto menos ricos, o que transparece na arquitetura preservada.⁴ (...)” (sem destaques no original)

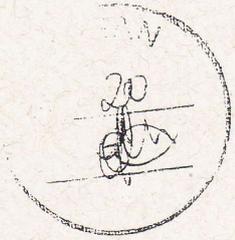
20.- Deve-se mencionar que o aspecto religioso assumiu caráter relevante no núcleo urbano de Porto Nacional. Isto porque, em 1915 ocorreu a Divisão da Diocese de Goiás, com a criação da Diocese de Porto Nacional (que passaria a ser responsável por toda a parte norte do Estado), os frades e freiras dominicanos franceses que começaram a chegar em 1886 para cuidar da educação e evangelização na cidade ganham importância, e a cidade tornou-se referência no ensino para toda a região.

21.- Sob a influência dominicana é que se erige no antigo lugar da Capela de Nossa Senhora das Mercês, a Catedral em estilo românico, monumento imponente para o padrão de arquitetura existente na região. Tal construção mostra a diferença entre a arquitetura religiosa portuguesa e a francesa bem como a preocupação com a função religiosa revela a intenção na fixação da população nesse núcleo urbano, conforme aponta o Parecer n.º 03/08, *in verbis*:

“(...)”

Já a arquitetura religiosa diferencia-se profundamente da matriz portuguesa comum às outras cidades da região, o que pode ser observado na imponente Catedral em estilo românico que substituiu a antiga capela consagrada a N.S. das Mercês. Construída pelos frades dominicanos, junto com o seminário e os colégios (um para meninos, construído pelos padres, e outro para meninas,

⁴ FIs. 08-09 dos autos.



(Fls. 8 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

construído pelas freiras), sua arquitetura demonstra claramente a influência da origem dos religiosos, conforme analisado pelo Dossiê de Tombamento. Atualmente a Catedral constitui um dos principais referenciais urbanos da cidade, distinguindo-a das demais cidades da região e agregando-lhe valor por esse diferencial.

A substituição da antiga capela barroca, símbolo da mineração do ouro, por uma grande catedral que em nada se relacionava com a configuração tradicional da cidade, demonstra também a mudança de enfoque pela qual a cidade passou. De um núcleo voltado para a função portuária e comercial - cuja pequena capela, que apesar de bem integrada à escala da cidade, não demonstrava, naquele momento, uma grande preocupação com a função religiosa que remete a um caráter mais definitivo de fixação da população - para uma cidade com vida própria e população estabelecida, percebida pelo desejo de instalação de estabelecimentos de ensino de qualidade.⁵

(...)” (sem destaques no original)

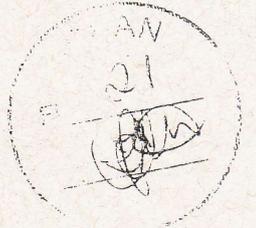
22.- Ressalte-se que o Estado de Tocantins foi criado pela Carta Magna de 05 de outubro de 1988, o que demonstra a sua recente formação, como uma das 27 unidades político-administrativas que compõem a República Federativa do Brasil. A criação desse Estado encontra-se prevista no art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, *in verbis*:

“(...)”

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a

⁵ Fls. 09-10 dos autos.



(Fls. 9 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (...)” (sem destaques no original)

23.- Observe-se da leitura do dispositivo acima transcrito que o Estado de Tocantins foi criado a partir do desmembramento do Estado de Goiás, mas precisamente de sua parte norte.

24.- A criação de um novo Estado a partir de outro existente, implica não apenas no desenvolvimento de um aparato estatal que possa atender as necessidades de sua constituição, mas igualmente no estabelecimento de símbolos que possam conferir sentido a sua formação e identidade a população que nele habita. A propósito vale mencionar o seguinte trecho do Parecer n.º 03/08, de 14/05/08 sobre o assunto:

“(...) Também merece destaque o fato de Tocantins ser um estado novo, formado a partir da divisão do estado de Goiás em 1988. Sua cultura e suas tradições eram, até aquele momento, descritas como “goianas”, mas a partir da separação criou-se uma questão de reafirmação de identidade para os agora tocantinenses, então destituídos de parte de suas referências culturais. Apesar de tratar-se de uma divisão político-administrativa, o impacto causado sobre a cultura do novo estado é grande, e semelhante ao que aconteceu no Mato-Grosso do Sul, a população viu-se de um momento para o outro privada de grande parte de seus referenciais históricos (Goiás e Pirenópolis, assim como Cavalcante, se localizam hoje no estado de Goiás). Desta forma, o reconhecimento de Porto Nacional como patrimônio histórico nacional vem somar-se ao de Natividade, já tombada, e contribui na reestruturação da identidade do povo tocantinense, não desligada das origens goianas, mas valorizada a partir do patrimônio atualmente pertencente ao estado do Tocantins, mas de forma que as antigas ligações tanto com a região das Minas quanto com o norte do País fiquem também ressaltadas. (...)” (sem destaques no original)

⁶ Fls. 10-11 dos autos.

(Fls. 10 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).



25.- Deve-se assinalar que o tombamento proposto do Centro Histórico de Porto Nacional vem fortalecer o interesse da população tocantinense em sua proteção, interesse esse robustecido ante a destruição do coreto situado na praça da Catedral e com a construção da barragem do lajeado, inaugurada em 2002, que fez com que as praias do rio Tocantins desaparecessem, criando um grande lago defronte a cidade. Noutras palavras, o tombamento em tela vem contribuir com a percepção que a sociedade tocantinense adquiriu diante desses episódios sobre a importância de se preservar a sua história, conforme evidencia o Dossiê II da Instrução de Tombamento:

“(....)
Cada época possui sua singularidade. É preciso valorizar a recuperação da história em seu sentido amplo, com todos os seus significados, inclusive os mais recentes. Neste aspecto, a escolha da área a preservar, mas que privilegiar edifícios representativos, foi delimitar baseada no conceito de delimitação de uma superfície significativa para contar a história da cidade, sua criação, sua evolução, com ênfase na catedral. A história da catedral está na boca de todos, fruto do trabalho das freiras e dos frades dominicanos. Estes religiosos educaram e ainda educam com qualidade gerações de portuenses.

Pretende-se também proteger a paisagem urbana, estreitamente ligada à história do lugar. Cada rua, ladeira, cada mirada para o rio, cada foco na catedral, na casa de câmara, numa árvore ou num conjunto delas, conta a história da cidade, lugar onde todos se conhecem, histórias carregadas de um imaginário e de uma simbologia muito particular e ao mesmo tempo universal. Deixar para as gerações de agora e para as futuras um espaço onde se perceba as origens, as transformações, as paisagens urbanas da cidade. Essa atitude pode funcionar como uma compensação para evitar o vazio que se originou quando da construção do lago, com a conseqüente perda das praias fluviais e da demolição do coreto, das quatro casas antigas e do corte das frondosas mangueiras que sombreavam a praça da Catedral.⁷ (....)” (sem destaques no original)

⁷ Dossiê de Tombamento – Anexo II – instrução de tombamento, p. 31.



(Fls. 11 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

26.- O tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO ora em análise vem com o propósito de contribuir no reconhecimento de bens localizados no Estado de Tocantins, os quais são importantes de serem valorizados não apenas em nível estadual ou municipal, mas também nacional por permitirem um maior conhecimento de nossa história e portanto da própria constituição de nossa sociedade.

27.- Assinale-se que atualmente no Estado de Tocantins apenas Natividade se encontra tombada.

28.- Diante da importância do Centro Histórico de Porto Nacional para a história do Brasil e por se apresentar como um conjunto arquitetônico merecedor de proteção a nível nacional, é que o DEPAM propôs a sua inscrição no Livro do Tombo Histórico.

c) Da poligonal da área a ser tombada e da área de entorno

29.- O tombamento federal que se almeja nesse momento, consoante a proposta apresentada, tem a sua poligonal descrita às fls. 37-38, e a poligonal da área de entorno às fls. 38-39, do Anexo II – Instrução de Tombamento.

30.- O Centro Histórico de Porto Nacional foi definido como um conjunto de ruas, largos e de ruas, largos e praças, casario, monumentos e paisagem urbana, construídos até a década de 1960, antes da industrialização dos processos construtivos e das práticas de planejamento desenvolvimentista. Práticas e processos que provocaram grandes transformações na maioria das cidades em todo o mundo. Este fenômeno está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e a generalização do automóvel como meio preferencial de transporte.

31 - O Anexo II do dossiê de tombamento apresenta em caráter exemplificativo uma descrição dos principais bens imóveis que estão situados na poligonal de tombamento e na poligonal de entorno, que merece menção:

" (...)

A área então delimitada por uma poligonal irá ser descrita mais tarde e, acredita-se, é a mais representativa deste Centro Histórico. Abrange



(Fls. 12 do Parecer nº 39/2008-PF/IPHAN/SEDE/AF).

aproximadamente 250 edificações e resguarda as miradas dos principais pontos focais contidos na malha, ou até fora dela como é o rio/lago, englobando a avenida Beira Lago no trecho em frente ao Centro Histórico.

(...)

Na área tombada estão localizados, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do Centro Histórico. Estão aí a Catedral, o Seminário, a Cúria, o Caetanato, ou o antigo colégio das freiras, hoje sede da Consaúde, a outrora Casa de Câmara e Cadeia, o casarão dos Ayres e o dos Maya.

Na área de entorno, estão também situados exemplares arquitetônicos importantes, quer pelo seu porte, pelo seu estado de conservação, pela sua arquitetura ou pela sua história, como por exemplo três casas geminadas, na rua Rafael Belles, uma na avenida João Ayres Joça, outra na rua Josué Negre. Nesta área, porém, a malha urbana é menos homogênea, apresentando algumas lacunas, ruínas e edificações já com alguma descaracterização.

(...)"⁸ (sem destaques no original)

d) Da notificação

32.- Em razão da dimensão significativa da área a ser tombada e da dificuldade de se obter a identificação dos proprietários dos imóveis existentes nessa área, recomenda-se que a notificação da poligonal da área a ser tombada e da área de entorno seja feita por edital, cuja minuta encontra-se em anexo.

33.- Outrossim, deverá ser encaminhada cópia do Edital de Notificação a Secretaria do Patrimônio da União no Estado do Tocantins, ao Governador do Estado do Tocantins e ao Prefeito do Município de Porto Nacional – TO, para lhes dar ciência do tombamento em apreço, conforme minutas oferecidas em anexo.

⁸ Dossê de tombamento – Anexo II – Instrução de Tombamento, págs.: 34-36.



INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL



Ofício nº 483 /2008-PRESI/IPHAN

Brasília-DF, 24 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Marcelo de Carvalho Miranda
Governador de Tocantins
Governo do Estado do Tocantins - Palácio Araguaia, Praça dos Girassóis. Marco Central s/n.
CEP: 77001-900. Palmas – TO.
Tel.: (63) 3218 1001

Assunto: Dar ciência do tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins, constante do Processo de Tombamento nº 1.553-T-08.

Senhor Governador,

Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a área onde se localiza o Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins, é objeto de Processo de Tombamento conjunto nº 1.553-T-2008, neste Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por seu elevado valor histórico.

Em razão da amplitude da área a ser tombada e da multiplicidade dos proprietários nela existentes, o IPHAN decidiu proceder a Notificação por edital dos proprietários das áreas que estão abrangidas pelo polígono de tombamento definido para o Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins. Assim, encaminho-lhe, em anexo, para vossa manifestação, se assim, entender necessário, cópia do referido edital de Notificação, publicado no Diário Oficial da União em 22 de agosto de 2008.

Respeitosamente,


LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente



INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL



Ofício nº 484 /2008-PRESI/IPHAN

Brasília-DF, 24 de outubro de 2008.

A Sua Senhoria a Senhora
Lucilene de Lira Alves
Gerente Regional no Estado do Tocantins - SPU
202 Norte, AV. LO-04, Conj. 03, Lotes 5/6, salas 108 e 110
CEP: 77.006-218, Palmas-TO
Fone: (63) 3901-2220 / 2221 / 2222

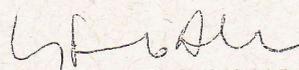
Assunto: Dar ciência do tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins, constante do Processo de Tombamento nº 1.553-T-08.

Senhora Gerente,

Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que a área onde se localiza o Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins, é objeto de Processo de Tombamento conjunto nº 1.553-T-2008, neste Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por seu elevado valor histórico.

Em razão da amplitude da área a ser tombada e da multiplicidade dos proprietários nela existentes, o IPHAN decidiu proceder a Notificação por edital dos proprietários das áreas que estão abrangidas pelo polígono de tombamento definido para o Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins. Assim, encaminho-lhe, em anexo, para vossa manifestação, se assim, entender necessário, cópia do referido edital de Notificação, publicado no Diário Oficial da União em 22 de agosto de 2008.

Atenciosamente.


LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente



INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL



Ofício nº 485 /2008-PRESI/IPHAN

Brasília-DF, 24 de outubro de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Sardinha Mourão
Prefeito de Porto Nacional
Av. Murilo Braga, 1887, Centro,
Porto Nacional/TO - Cep 77500 - 000
Fone: (63) 3363-6000 - Fax: 3363-4511

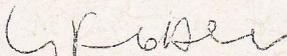
Assunto: Dar ciência do tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins, constante do Processo de Tombamento nº 1.553-T-08.

Senhor Prefeito,

Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a área onde se localiza o Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins, é objeto de Processo de Tombamento conjunto nº 1.553-T-2008, neste Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, por seu elevado valor histórico.

Em razão da amplitude da área a ser tombada e da multiplicidade de proprietários nela existentes, o IPHAN decidiu proceder a Notificação por edital dos proprietários das áreas que estão abrangidas pelo polígono de tombamento definido para o Centro Histórico de Porto Nacional, Estado do Tocantins. Assim, encaminho-lhe, em anexo, para vossa manifestação, se assim, entender necessário, cópia do referido edital de Notificação, publicado no Diário Oficial da União em 22 de agosto de 2008.

Respeitosamente,


LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente



INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL



Ofício CC/IPHAN/nº 348/08

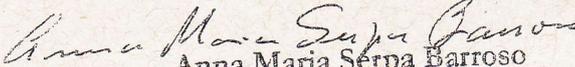
Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Conselheiro Marcos Castrioto de Azambuja

Senhor Conselheiro,

Encaminho a Vossa Excelência o Proc. Nº 1553-T-08 / 01450.005680/2008-88
- Centro Histórico de Porto Nacional, no Estado de Tocantins, e transmito os agradecimentos do
Presidente do IPHAN pela aceitação do encargo de relatar e opinar sobre as propostas de tombamento
e de entorno contidas nos autos.

Atenciosamente,


Anna Maria Serpa Barroso
Secretária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural



Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional

1. A busca incessante do ouro - cada vez mais distante da costa e encontrado quase sempre em menores quantidades - explica em parte a expansão do Brasil em direção ao Oeste, no correr do Século XIX ao longo de rios e trilhas à beira dos quais se criavam assentamentos cada vez mais modestos e remotos.
2. O ouro tão abundante nas primeiras décadas de sua exploração em Vila-Rica e seu entorno nas Minas Gerais se faz mais escasso e é mais rapidamente esgotado em lavras sucessivas como foi o caso na Vila Boa de Goiás (a atual Goiás Velho) e vai ficando ainda mais rarefeito quando se chega às margens do Tocantins àquele fim-de-linha que representava o grande rio em cuja margem se fundou um Porto primeiro Real, depois Imperial e agora - e isso já por muitas décadas republicanas - Nacional.
3. O impulso desbravador e bandeirante em Porto Nacional perde o fôlego e faz pausa. Mais que o ouro vai ser o gado - que caminhou tanto quanto os homens desde as costas de Pernambuco e da Bahia - que será a matriz mais duradoura da sobrevivência e da prosperidade da gente que até lá chegou. Depois virá a agricultura e da época do ouro só ficam as lembranças e, no antigo arraial, o testemunho de um traçado urbano e de algumas poucas edificações.
4. O que em Porto Nacional avulta hoje é a catedral construída pelos missionários dominicanos franceses que se estabelecem naquelas paragens na última quadra do século XIX.
5. Onde ela se ergue hoje havia antes uma capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês e que, pelos desenhos feitos por Burchell em 1829- se harmonizava e se integrava com seu Largo e com o casario baixo que a circundava.
6. Porto Real teria então um aspecto semelhantes ao das vilas mineiras e goianas nas quais entre a sociedade civil e o mundo eclesiástico guardava-se um equilíbrio brasileiromente risonho e harmonioso.
7. Os padres dominicanos franceses ao decidir pela demolição da antiga capela e pela construção da nova igreja mostravam que vinham de uma outra matriz cultural. A Catedral das antigas cidades francesas não se integra, à rigor, à paisagem urbana. Impõe-se como um poder maior e como a expressão de uma ascendência. O objetivo

- era provocar nos fieis um temor reverencial inspirado por edificações que, pelas suas próprias dimensões, demonstravam a supremacia do sagrado sobre o profano.
8. Era de certo modo natural que assim fosse na Idade Média e mesmo nos séculos imediatamente seguintes mas já no fim do Século XIX e começo do XX - quando a a catedral de Porto Nacional é planejada e edificada - já seria na França uma anomalia e um anacronismo procurar estabelecer de forma tão evidente o domínio do espiritual sobre o temporal. Isso contrastaria até mesmo com o caráter laico da Revolução francesa e o espírito republicano que a definiu.
 9. As dimensões e a situação da Catedral de Porto Nacional, no coração do Brasil central, vão encontrar, assim, referência na própria França pré-revolucionária e essas circunstâncias acrescentam uma dimensão de relativo anacronismo e de curiosidade histórica e mesmo política a essa destacada edificação.
 10. Esta singular Catedral a beira-rio dominando a paisagem urbana que a cerca - tem inegável interesse como testemunho de um momento da história brasileira e da presença e influência dos missionários religiosos franceses no centro-oeste do Brasil assim como teve para o Rio de Janeiro importância decisiva uma outra Missão francesa -essa civil e artística - que aportou no Rio de Janeiro em 1816.
 11. Ao ler a documentação que informa o processo fiquei impressionado (e de maneira muito favorável) pelo interesse do jovem Estado de Tocantins e da Prefeitura de Porto Nacional em ter resgatada sua memória e fortalecidas as bases de sua história. Porto Nacional se oferece, com excelentes credenciais, como a capital cultural - ou pelo menos com um grande pólo cultural do Estado - e é no seu centro histórico que a gente da terra e os alunos e professores das duas Universidades que ali funcionam irão buscar o motivos de orgulho do passado e o impulso para a construção de um futuro que preserve a memória da comunidade.
 12. É, também, para essa fixação da memória e para resgate e conservação dos esforços passados da nossa gente que estamos aqui neste Conselho.
 13. Em toda a excelente documentação de que me servi na preparação deste parecer não encontrei voz discordante sobre o mérito do tombamento e seu efeito benéfico para o cuidado do centro histórico de Porto Nacional e para a auto-estima do Estado de



Tocantins que - novo na sua denominação e autonomia administrativas atuais - é contudo herdeiro de uma vigorosa tradição que remonta aos fins dos século XVIII e, sobretudo, ao início do Século XIX

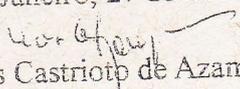
14. Concentrei-me, até agora, nestes comentários na Catedral e seu tombamento porque ela é o que mais se destaca na paisagem. O Processo, entretanto, trata do tombamento dela no contexto do centro histórico de Porto Nacional e a descrição da poligonal da área a ser tombada consta, de forma minuciosa, da folha 37 assim como a poligonal de entorno é definida da página 38 ambas do anexo II do "Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional".
15. Dentro da área a ser tombada estão, (e cito um trecho da pagina 35 do dossiê) :
"localizados, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do Centro Histórico. Estão ai a Catedral, o Seminário, a Cúria, o Caetanato, ou o antigo colégio de freiras(,,,) , a outrora Casa de Câmara e Cadeia, o casarão dos Ayres e dos Maya".
16. A argumentação aduzida pela Arquiteta Anna Elisa Finger na elaboração do processo é valiosa e pertinente e foi assim reconhecida nos pareceres do Procurador-Geral Substituto Antonio Fernando Alves Leal Neri e da Procuradora-Geral Lucia Sampaio Alho.
17. Observo, ainda, que o Presidente do IPHAN enviou oportunamente ao Governador do Estado de Tocantins, ao Prefeito de Porto Nacional e à Gerente Regional no Estado do Tocantins do SPU a correspondência devida sobre o processo de que ora me ocupo.
18. Nessas condições submeto a este Conselho minha recomendação de que o Centro Histórico de Porto Nacional tenha o seu tombamento inscrito no Livro do Tombo Histórico, conforme disposto no Artigo 4 do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937.
19. Permito-me argumentar contrario sensu. O não tombamento sinal zaria uma indiferença que seria o sentimento oposto daquele que move este Conselho e desestimularia comunidades dispersas dentro de nossa imensa extensão territorial em lutar pela causa de construir o novo sem sacrifício das raízes sobre as quais esse



mesmo progresso se deve assentar.

20 Peço licença para uma digressão de caráter intensamente pessoal, Conheci na minha infância e primeira mocidade um sacerdote dominicano francês - Dom Alano du Noday - que era o Bispo de Porto Nacional. Era amigo de minha Avó, Carlota Castrioto, que o ajudava, regularmente e ao longo de muitos anos, a conseguir recursos e donativos para sua diocese. Foi Bispo de Porto Nacional por mais de 30 anos. Ao atingir a idade do afastamento compulsório continuou nas margens do Tocantins cumprindo uma Missão que, para ele, nunca acabaria. Foi homem de coragem, de virtude e de exemplar humildade. Escrevi este parecer com essas lembranças muito presentes e não podia deixar de fazer a Dom Alano uma comovida referência. E, através dele, honrar aqueles padres e freiras franceses cuja obra no Brasil central hoje ajudamos a preservar.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2008


Marcos Castrioto de Azambuja

Conselheiro



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Gabinete da Presidência

Certifico que o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, na sua 59ª reunião realizada em 27 de novembro de 2008, decidiu por unanimidade, de acordo com a sua competência determinada por legislação federal, recomendar o tombamento do **Centro Histórico de Porto Nacional**, no Estado de Tocantins, a que se refere o Processo nº 1.553-T-08 (01450.005680/2008-88).

Brasília, 28 de novembro de 2008.


LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN
Secretaria do Conselho Consultivo

DESPACHO

Para: Chefe de Gabinete Substituto da Presidência do IPHAN
Weber Sutti

Ref.: Processo nº 01450.005680/2008-88
Processo nº 1.553-T-2008 (1 volume e 2 anexos)– Centro Histórico de Porto Nacional,
no Estado de Tocantins.

Senhor Chefe de Gabinete,

Conforme entendimentos, encaminho a Vossa Senhoria o processo em
epígrafe para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2010.

Atenciosamente,

Anna Maria Serpa Barroso
Coordenadora



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN
Gabinete da Presidência

DESPACHO nº 308 /2010-GAB/PRESI/IPHAN

Para: Dr. Antonio Fernando Neri
Procurador-Chefe da PROFER

Assunto: Processo nº 01450.005680/2008-88
Processo de Tombamento nº 1.553-T-08 (1 volume e 2 anexos)
Centro Histórico de Porto Nacional, Estado de Tocantins.

Senhor Procurador-Chefe,

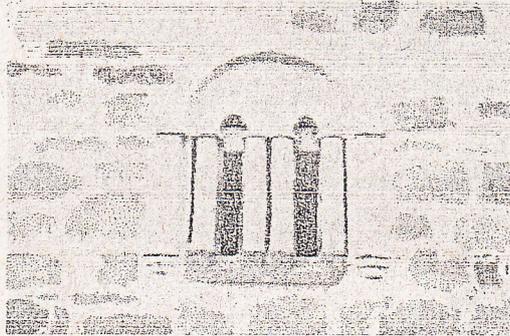
Encaminho o presente processo para análise e providências de homologação do tombamento.

Brasília, 15 de outubro de 2010.

Atenciosamente,

Weber Sutti
Chefe de Gabinete

ANEXO B - DOSSIÊ DE TOMBAMENTO – SEGUNDO VOLUME



CRÉDITOS

Presidente da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro da Cultura

GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

Procuradora – Chefe Federal

LÚCIA SAMPAIO ALHO

Diretora do Departamento de Planejamento e Administração

MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DALMO VIEIRA FILHO

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial

MÁRCIA GENÉSIA SANT'ANNA

Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais

JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR

Coordenador Geral de Promoção do Patrimônio Cultural

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY

Coordenadora de Pesquisa, Documentação e Referência

LIA MOTA

Superintendente da 14ª Regional do IPHAN

SALMA SADDI WARESS DE PAIVA

Chefe da Divisão Técnica da 14ª Superintendência Regional

MARIA CRISTINA PORTUGAL FERREIRA

Governador do Estado do Tocantins

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Tocantins

JULIO CÉSAR MACHADO

Diretora do Patrimônio Cultural

CRISTIANE GUERRA SEABRA REZENDE

Prefeito Municipal de Porto Nacional

PAULO SARDINHA MOURÃO

Secretário de Cultura de Porto Nacional

LEANDRO RODRIGUES ROCHA

Elaboração do Dossiê de Tombamento

Textos

Fernando Madeira

Juliana Mendes A. Monteiro

Walter Vilhena Valio

Pesquisa Histórica

Fernando Madeira

Juliana Mendes A. Monteiro

Desenhos

Fernando Madeira

Juliana Mendes A. Monteiro

Base Cadastral e Levantamentos Arquitetônicos - Inventário

Fundação Cultural do Tocantins – FCT

Revisão do Texto

Angélica Madeira

Fotos

Walter Vilhena Valio

Acervo FCT

SUMÁRIO

Localização e Dados Estatísticos	7
Notícia Histórica	9
Evolução Urbana	17
A Catedral	23
Comentários sobre a Preservação do Centro Histórico de Porto Nacional	29
<i>Critérios para delimitação da Poligonal de Tombamento e de Entorno</i>	33
Descrição das Poligonais	37
<i>Imagens Comparativas</i>	43
Escala e Autenticidade	47
Inventários de Bens Imóveis de Porto Nacional	49
Justificativa para o Tombamento	61
Patrimônio Imaterial em Porto Nacional	65
Ruas de Porto Nacional	71
O Plano Diretor de Porto Nacional	75
Referências Bibliográficas	77

Localização e Dados Estatísticos

A cidade de Porto Nacional, Tocantins, localiza-se na região sul do estado, distando da capital, Palmas, 60 km, 769 km de Goiânia, 1100 km de Belém e 680 Km de Brasília. O Tocantins é um estado interior que se limita com os estados de Goiás ao sul, da Bahia, Piauí e Maranhão à leste, do Pará ao norte e à oeste e do Mato Grosso à oeste. O município de Porto Nacional compreende uma área de 4.450 km².



A localização geográfica de Porto Nacional é de 10°42'29" latitude sul e 48°25'02" longitude oeste, em relação ao meridiano de Greenwich. Sua altitude é de 212m acima do nível do mar.

O clima da região é tropical caracterizado por uma estação chuvosa (de outubro a abril) e outra seca (de maio a setembro).

A temperatura média anual é de 26° C, a média do mês mais quente é de 32° C e a do mês mais frio (junho/julho) é de 22° C. As máximas térmicas aparecem no mês de setembro, apresentando uma temperatura de 35° C, e as mínimas em julho com uma temperatura média de 15° C. A temperatura máxima absoluta do ano é de 42° C, e a mínima absoluta é de 8° C.

A umidade relativa do ar apresenta uma média anual de 76% em toda a área que compõe o Estado. A umidade relativa máxima no município nos meses de fevereiro e março é 85% (estação chuvosa).

As precipitações pluviiais crescem do Sul para o Norte variando de 1500 mm a 1750 mm/ano, do Leste para o Oeste de 1000 mm a 1800 mm/ano. Caracterizam-se por uma distribuição sazonal de chuvas que definem dois períodos, um seco de maio a agosto, outro chuvoso correspondendo aos meses de setembro a maio, sendo janeiro o mês mais chuvoso e agosto o mais seco.

O principal rio é o Tocantins, que margeia a cidade, e que hoje se transformou no Lago da Represa do Lajeado (hidroelétrica do Lajeado), tendo ainda outros córregos que banham o município: São João, das Lajes e Francisquinha.

As principais rodovias que dão acesso à cidade são as federais BR 153 (Belém-Brasília) e BR 010. As estaduais são: TO 255, TO 070 e TO 050, todas asfaltadas e bem conservadas.

O aeroporto de acesso a Porto Nacional é o de Palmas que tem uma escala de vôos diários para as principais cidades brasileiras. O aeroporto da cidade de Porto Nacional não tem vôos regulares.

A população, tendo como base os dados do IBGE de 2000, chega a 44.991 habitantes. Composta por 38.766 na área urbana e 6.225 na área rural.

A economia da região está centrada na pecuária e em segundo lugar na agricultura.

A cidade possui duas universidades, sendo uma particular – IESPEN, Instituto Superior de Porto Nacional – e uma federal – UFT ou Unifins, Universidade Federal do Tocantins.

O Executivo Municipal possui onze secretarias e o prefeito é o engenheiro agrônomo Paulo Sardinha Mourão.

A Câmara Municipal é composta por nove vereadores, sendo seu presidente o Sr. Raimundo Aires Neto.

Notícia Histórica

*La ciudad que nos sueña a todos y que todos
hacemos y de hacemos mientras soñamos*
Octavio Paz, poeta mexicano.

Falar da história de Porto Nacional é começar por falar dos bandeirantes paulistas que desde o começo do século XVIII, se embrenharam pelo interior do Brasil, inicialmente na busca de *índios, a mão de obra agrícola, para trabalhar na "grande lavoura", no dizer de Caio Prado Júnior*. Esses empreendimentos agrícolas se estabeleceram ao longo do litoral, alguns quilômetros para dentro e são responsáveis pelo primeiro ciclo econômico do país, o da cana de açúcar.

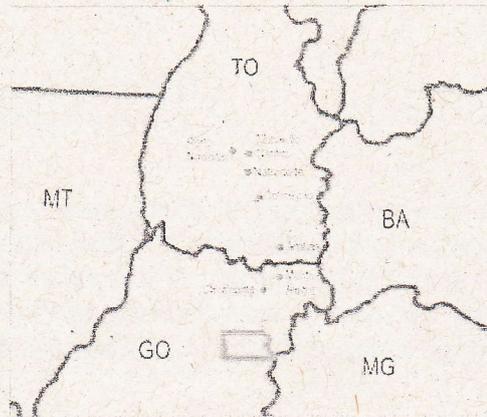
Como se sabe, o ouro foi descoberto nas Minas Gerais na última década do século XVII, iniciando-se o que se chamou de "corrida do ouro" e que veio acompanhada de um processo dinâmico de ocupação de diversos pontos auríferos, responsável por um desenvolvimento incomum para o Brasil, o ciclo do ouro.

Em 1719 foi encontrado ouro em Cuiabá, no Mato Grosso, cujo acesso só era possível pelo meio fluvial. Era necessário encontrar-se um caminho por terra. Nessa procura chegaram os bandeirantes chefiados por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera a descobrir ouro de aluvião no rio Vermelho, Goiás, em 1725. Neste local nos anos que se seguem, inicia-se a formação de um povoado que mais tarde se tornaria a capital da província de Goiás, a antiga Vila Boa. Hoje ela é conhecida como Cidade de Goiás, ou popularmente chamada Goiás Velho, nome adquirido quando da mudança da capital do estado para Goiânia, em 1937. Esse ciclo em Goiás, tem o seu clímax por volta dos anos de 1750.



Os bandeirantes continuam suas incursões pelo sertão goiano, já agora tendo o ouro como busca principal. Abrem quatro frentes, uma para o poente em direção a Cuiabá, outra para o

nascente, até Paracatu nas Minas Gerais, a terceira para o sul, em direção à São Paulo e finalmente “para o norte, que se segue até o último Arraial desta parte que é o Pontal”, (Bertran, 1997: 74). De fato o Pontal, descoberto no ano de 1738, por Antônio Sanxes, “é a última povoação desta capitania da parte do norte”, e mais para cima, para o norte “Até perto do Maranhão, e Pará tudo é Gentio, um de canoa e o outro de terra, por cuja razão o Arraial do Pontal, por ficar distante, é aonde assistem os mais facinerosos Paulistas da Comarca” (apud Bertran, 1997: 92).



Seguem os bandeirantes em direção ao norte, pelos rios, sobretudo os da bacia do Tocantins, descobrindo ouro em diversos lugares. Cria-se, no dizer de Palacin, um novo eixo mineiro, agora no norte de Goiás, as minas do Tocantins.

Chega-se com dificuldade a estas paragens, saindo de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia e pelo norte através do rio Tocantins, saindo de Belém do Pará.

O isolamento e a dificuldade de comunicação dos centros maiores com a região, dificultavam a cobrança do quinto pela coroa de Portugal e facilitavam o contrabando do ouro. Para coibi-lo, Portugal resolve taxar demasiado a mineração e controlar as vias de comunicação, proibindo a navegação pelo rio Tocantins.

O descontentamento de mineradores e comerciantes é geral e dizem os historiadores que as idéias separatistas iniciam-se nesta época, surgindo então o primeiro rompimento entre o sul e o norte de Goiás.

Tudo tinha que passar pela Vila Boa, isto criava conflitos e animosidades, e levou o governo real a instituir uma nova comarca no norte que se instalou na Vila de São João da Palma.

O desembargador Teotônio Segurado, de origem portuguesa, é enviado para a região para ocupar o cargo de intendente e, curiosamente, ao se inteirar dos fatos, concebe a instalação do governo independentista do norte, que teve vida curta e foi logo reprimido. Teotônio é chamado de volta a Portugal, lá permanecendo, sem jamais voltar ao Brasil. O movimento separatista perde força e se dispersa por então.

Próximo ao local de mineração, formaram-se simples povoados, pequenas aglomerações urbanas, com construções cobertas com palha, às margens dos cursos d'água. Essas aglomerações logo começaram a crescer e se desenvolver sustentadas pelo valioso metal amarelo, vindo mais tarde a se transformar nas principais vilas do então norte goiano, hoje estado do Tocantins.

Na verdade, o que se via era um imenso corredor, itinerário dos bandeirantes que, em sua passagem, deixavam gravados na imensidão daqueles sertões os pequenos arraiais auríferos, que vieram hoje a se transformar nas cidades históricas do estado do Tocantins.

Cavalcante e Arraias são de 1740; S. José do Duro de 1751; Monte Alegre é fundada em 1769; Natividade é de 1734; Arraial do Carmo de 1746; Conceição de 1741; Pontal de 1738. Cavalcante ficou no estado de Goiás, abaixo do paralelo 13, linha, fronteira que divide os dois estados da federação desde 1988.

Dos arraiais citados acima, dois representam um papel importante para Porto Nacional: Carmo e Pontal, ambos prósperos centros de mineração. O primeiro, como Porto Nacional, situado na margem direita do rio Tocantins a 42 km sertão a dentro, e o segundo, situado na outra margem, a 12 km, à noroeste, rio abaixo.



Imagem aérea com a provável localização do Pontal, Google Earth- 2007.

A travessia do rio era feita em barcos de propriedade do português Félix Camôa, que residia com sua família em um sítio elevado, acima das barrancas do rio, onde hoje está implantado o centro histórico de Porto Nacional. Na última década do séc. XVIII, desenvolve-se aí o pequeno povoado, porto de passagem de mineradores e mascates que cruzavam o rio ora para o Pontal, ora em sentido inverso, em direção ao Carmo.

As versões sobre a formação da então Porto Real deixam lacunas difíceis de aclarar. São versões de historiadores e intelectuais que se basearam nos poucos documentos escritos, nas narrativas e desenhos dos viajantes que, no início do séc. XIX, por lá passaram, assim como em informações orais de antigos moradores.

O certo é que o arraial do Pontal estava situado à margem esquerda e Porto Real à direita do rio Tocantins. A localização do arraial do Pontal, não está clara. Os documentos são

contraditórios. Para uns, distava 40 km de Porto Real, no pé da serra do Pontal. Este arraial teria durado pelo menos uns cem anos (Godinho, 1988:10). Em outros, Pontal estava a doze quilômetros de Porto, nas beiradas do Tocantins (Reis, 1983:19). Parece que ele ficava afastado do rio quatro léguas: "Arraial do Pontal, porque ali faz uma grande ponta o Rio Tocantins, de quem ele dista 4 léguas, e do Carmo 12. É freguesia e tem de Quartel uma companhia de Ordenança." (Bertran, 1997:77). Sabe-se que o Arraial do Pontal tinha duas ruas que se cruzavam, duas igrejas e cerca de setenta casas. Natividade, Carmo e Pontal eram arraiais bastante florescentes.

Naquela época os conflitos entre brancos e índios eram frequentes. Em 1805 ou 1808, os índios Xerente, em grande número e bem armados de arcos, flexas e bordunas, atacam o Arraial do Pontal, destruindo casas e matando um número significativo dos seus habitantes. Os sobreviventes atravessaram o rio e construíram suas casas junto à do português Camôa. Algumas famílias chegadas do Carmo, também aí se instalaram, e o arraial de Porto Real rapidamente se desenvolveu, ao passo que o do Pontal se enfraqueceu entrando em decadência. Abandonado pelos habitantes, suas construções entraram em rápido processo de ruína, chegando ao quase desaparecimento nos dias atuais, tomadas que foram pela vegetação e pelo completo abandono. O arraial do Pontal conviveu com Porto Real até pelo menos as três primeiras décadas do século XIX (Porto Nacional- Wikipédia 2007).

Cunha Mattos escreve, em 1824, que naquela ocasião as minas do Carmo, de Natividade e de Arraiais ainda eram bastante exploradas e Carmo tinha 70 casas e uma capela, dedicada a N. Sra. do Carmo. Porto possuía então 47 casas além da capela dedicada a N. Sra. das Mercês.

Pohl, em 1819, e Burchell em 1829, também visitaram o então arraial de Porto Real. Este último nos deixou três belos desenhos a lápis, do lugar, nos quais é possível ver, em um deles, a capela ao centro, o pelourinho, algumas casas de boa feitura, além da vegetação, pés de mamão e cajá, que na verdade, pelo seu porte, parecem ser cajueiros.

contraditórios. Para uns, distava 40 km de Porto Real, no pé da serra do Pontal. Este arraial teria durado pelo menos uns cem anos (Godinho, 1988:10). Em outros, Pontal estava a doze quilômetros de Porto, nas beiradas do Tocantins (Reis, 1983:19). Parece que ele ficava afastado do rio quatro léguas: "Arraial do Pontal, porque ali faz uma grande ponta o Rio Tocantins, de quem ele dista 4 léguas, e do Carmo 12. É freguesia e tem de Quartel uma companhia de Ordenança." (Bertran, 1997:77). Sabe-se que o Arraial do Pontal tinha duas ruas que se cruzavam, duas igrejas e cerca de setenta casas. Natividade, Carmo e Pontal eram arraiais bastante florescentes.

Naquela época os conflitos entre brancos e índios eram freqüentes. Em 1805 ou 1808, os índios Xerente, em grande número e bem armados de arcos, flexas e bordunas, atacam o Arraial do Pontal, destruindo casas e matando um número significativo dos seus habitantes. Os sobreviventes atravessaram o rio e construíram suas casas junto à do português Camôa. Algumas famílias chegadas do Carmo, também aí se instalaram, e o arraial de Porto Real rapidamente se desenvolveu, ao passo que o do Pontal se enfraqueceu entrando em decadência. Abandonado pelos habitantes, suas construções entraram em rápido processo de ruína, chegando ao quase desaparecimento nos dias atuais, tomadas que foram pela vegetação e pelo completo abandono. O arraial do Pontal conviveu com Porto Real até pelo menos as três primeiras décadas do século XIX (Porto Nacional- Wikipédia 2007).

Cunha Mattos escreve, em 1824, que naquela ocasião as minas do Carmo, de Natividade e de Arraiais ainda eram bastante exploradas e Carmo tinha 70 casas e uma capela, dedicada a N. Sra. do Carmo. Porto possuía então 47 casas além da capela dedicada a N. Sra. das Mercês.

Pohl, em 1819, e Burchell em 1829, também visitaram o então arraial de Porto Real. Este último nos deixou três belos desenhos a lápis, do lugar, nos quais é possível ver, em um deles, a capela ao centro, o pelourinho, algumas casas de boa feitura, além da vegetação, pés de mamão e cajá, que na verdade, pelo seu porte, parecem ser cajueiros.

Porto Real tornou-se um importante entreposto de víveres e toda sorte de artefatos necessários à época para o trabalho nas minas e para a sobrevivência da população. O Tocantins era a via de navegação que conduzia até Belém do Pará. Pelo Porto Real, saía também parte do ouro contrabandeado, extraído no Carmo e em outros arraiais próximos, assim como todo o excedente da produção agrícola e pecuária regional.

Com o esgotamento das minas, a partir da segunda metade do séc. XIX, a economia de todo o norte goiano volta-se para a criação e o comércio de gado, comércio este que se estabelece com Pernambuco e, sobretudo, com a Bahia, pela necessidade de levar o gado para o sertão a fim de afastá-lo das áreas agrícolas do litoral. Formam-se os grandes latifúndios de criação extensiva do gado nas campinas e no cerrado. É nesta época que chegam a Natividade, cidade distante de Porto cerca de 130 km, os pedreiros baianos que vão introduzir nas fachadas das casas e dos demais edifícios coloniais um tipo de ornamentação muito particular. São cornijas, frisos decorados, beiras-sebeiras originais, molduras de portas e janelas, e outras mais, bem ao gosto popular, fruto do rico imaginário desses artífices do sertão. Esta moda logo se espalhou pelas vilas e arraiais, chegando também a Porto Real, promovido a vila em 1831, tornando-se Vila de Porto Imperial.

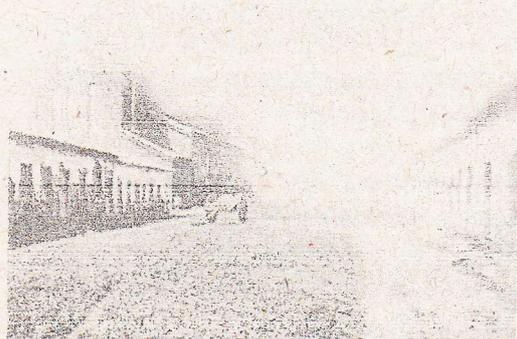
Desde 1835, Porto Imperial foi elevado a paróquia, deixando então de pertencer à paróquia da Vila do Carmo. Também em 1835, foi a vila elevada a Distrito. Em 1851, a justiça local passou a ser ministrada por juizes togados. Em 1861, torna-se cidade. Seu primeiro intendente foi o tenente coronel Joaquim Ayres da Silva. Esse influente chefe político, aproveitando a visita do bispo dom Cláudio Ponce de Leão, da diocese de Vila Boa, à qual pertencia Porto Imperial, solicitou-lhe que fizesse contatos com os dominicanos franceses a fim de que eles viessem se estabelecer em Porto Imperial e cuidar da evangelização e sobretudo do ensino naquela cidade.

Em 1886, chega em Porto Imperial a primeira leva de frades dominicanos, entre os quais, frei José Maria Audrin, Gil Vila Nova, André Blatgé. Logo depois chegam os freis Domingos Nicolett e Bartolomeu (Berto) Meirinho, este último português de nascimento.

Logo após a proclamação da república, em 1890, a cidade muda mais uma vez de nome, passando a chamar-se Porto Nacional, nome que guarda até hoje. Logo depois, chega o frei Domingos Carrerot, que viria a ser o 1º Bispo da Diocese de Porto Nacional, em 1915, com a divisão da diocese de Goiás. A partir de então, a Vila Boa seria a responsável pelos fiéis da parte sul, ao passo que a Porto caberia a responsabilidade pela parte norte do estado de Goiás.

A presença desses frades no local trará um novo impulso à vida da cidade de Porto Nacional. Em 1904, chegaram as freiras francesas de Monteils, no Aveyron, França, também da ordem de São Domingos. Entre elas estavam a Madre Maria Inês, Irmã Maria Raphael, Irmã Maria André e Irmã Maria Fernanda. Porto Nacional em poucos anos, tornou-se referência no ensino fundamental e religioso em todo o estado de Goiás.

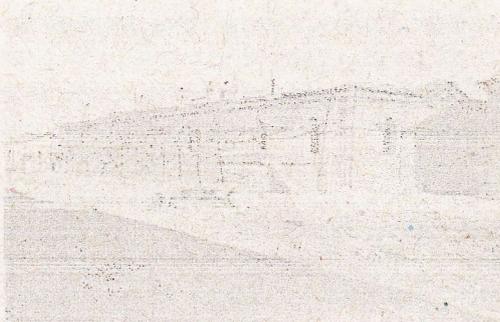
Os frades constróem a catedral, o seminário dominicano, para a educação de meninos e rapazes, enquanto as freiras criam e constróem o Colégio Sagrado Coração de Jesus, também conhecido como Caetanato, pelo fato de a senhora que fornecia pão para o colégio e que lá morava chamar-se Caetana. Este colégio foi e é referência da educação em todo o estado. Por ele passaram gerações de moças portuenses que se destacaram culturalmente, não só na cidade mas em todo o estado.



Rua Francisco Aires da Silva - Acervo FCT - 1911

Jornal Norte de Goiaz - Acervo FCT - 1911
Rua Francisco Aires da Silva

Catedral - Acervo FCT - 1911



Seminário em Construção - Acervo FCT - 1911

Em 1905, é fundado o Jornal do Norte, pelo médico e político dr. Francisco Ayres da Silva. Este jornal circulou até o ano de 1987. Em 1923, foi construída a sede da municipalidade pelo intendente Rafael Belles, edifício em dois pavimentos em estilo colonial que lembra as antigas casas de Câmara e Cadeia. Em 1925, chegam a Porto Nacional 1700 homens da Coluna Prestes, comandadas pelos “seguintes militares: General Miguel Costa, Cel. Luiz Carlos Prestes, tenentes coronéis Cordeiro de Farias, Siqueira Campos, Djalma Dutra e Juarez Távora”, (Godinho 1988: 217). A Coluna utilizou as impressoras do Jornal do Norte, para a impressão de seu periódico “O Libertário”. O ano de 1935 foi importante para Porto Nacional, pois foi inaugurado o aeroporto, onde desceu o primeiro avião na cidade. Este aeroporto, mais tarde, serviu de apoio para a descida de aviões que traziam passageiros para Palmas, a nova capital, antes do seu aeroporto ser inaugurado.

O Consaúde, uma organização não governamental, destinada a promover uma série de programas sociais e culturais, com foco na saúde, é criado em 1969. Localizada onde funcionava o Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Em 1979, é finalizada a construção da ponte ligando as duas margens do rio Tocantins, o que veio facilitar o acesso de Porto Nacional à estrada Belém/Brasília (BR 153).

1988 é a data da criação do estado do Tocantins. 1993 é o ano da criação do Conselho Municipal de Cultura. Em 2001 é elaborado o Plano Diretor de Porto Nacional (Lei Complementar 05/06), que contempla a preservação do “núcleo histórico”, em seus artigos:

- Art. 25. O ordenamento territorial do Município será efetivado mediante:
- I - o macrozoneamento;
 - II - a estruturação das vias de circulação de veículos e pedestres;
 - III - a preservação do patrimônio histórico e cultural;

Art. 27. Ficam instituídas as seguintes macrozonas:

- I - Macrozonas Urbanas (MU);
- II - Macrozona de Proteção Ambiental (MA)
- III - Macrozona Rural (MR)

Art. 41. A preservação do patrimônio histórico e cultural visa valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.

§ 1º Entende-se como patrimônio material as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico.

§ 2º Entende-se como patrimônio imaterial os conhecimentos e modos de fazer identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

Art. 42. O Poder Executivo municipal deverá elaborar política de preservação do patrimônio histórico e cultural tendo por finalidades:

- I - tornar reconhecido e apropriado o valor cultural do patrimônio;
- II - garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
- III - desenvolver o potencial turístico do município, com base em seu patrimônio cultural e natural.

Art. 67. Na Macrozona Urbana 1 os usos são assim distribuídos espacialmente:

I - área do núcleo histórico de Porto Nacional, na qual são admitidos os usos residenciais unifamiliares, comércio varejista, serviços, pequenas indústrias domésticas, artesanais e hortifrutigranjeiros em edificações de um pavimento;

II - áreas que por suas características complementares, proximidade e compatibilidade com o núcleo histórico de Porto Nacional têm componente espacial e ambiental de transição entre ele e a área central da cidade.

III - área predominantemente residencial unifamiliar, com baixa densidade de ocupação, em edificações de até dois pavimentos, onde são admitidos comércio e serviços que se relacionem com o uso habitacional;

IV - áreas de chácaras de recreio, lindeiras ao córrego São João, destinadas exclusivamente a habitação, em edificações de um pavimento.

V - área de uso misto de habitação, comércio e serviços em edificações de até dois pavimentos;

VI - área comercial e de serviço em edifícios de até quatro pavimentos, sendo admitido o uso habitacional;

VII - Área paisagístico-ambiental correspondendo a:

a) área destinada à preservação da paisagem natural na orla do lago e de suas encostas para atividades vinculadas ao turismo e lazer;

b) áreas de preservação permanente, destinadas à preservação das áreas naturais, compreendendo as margens do Córrego São João;

c) Parque Ecológico criado pela Lei Municipal nº 1.682, de 03 de novembro de 2000.

VIII - Área de abastecimento e serviços, onde são admitidos oficinas mecânicas, postos de abastecimentos de combustíveis, borracharias, estabelecimentos comerciais de grande porte, restaurantes e lanchonetes, estabelecimentos de serviços industriais, armazéns atacadistas e atividades especiais;

§ 2º São consideradas atividades especiais aquelas que demandam grandes áreas e implicam em grande concentração de pessoas ou veículos, exigindo preservação e controles específicos.

Neste mesmo ano, são destruídas na praça da Catedral, quatro antigas casas e o coreto, construção de 1948, para a "remodelação" da nova praça, a construção do mirante e de sanitários públicos. Ao mesmo tempo, é aberta e urbanizada a avenida Beira Lago.

Essas obras foram realizadas tendo em vista o Termo de Ajustamento de Conduta, TAC, firmado entre a prefeitura e a empresa responsável pela construção da barragem do Lajeado, inaugurada em 2002 e localizada rio abaixo, depois de Palmas. As praias do rio Tocantins desapareceram, criando-se um grande lago defronte à cidade. Fato impactante pois que a

cidade durante três a quatro meses no ano, vivia do turismo, em função de suas praias fluviais.

A demolição desses edifícios, sobretudo a do coreto, gerou muitos protestos da população. Vários segmentos sociais se manifestaram publicamente em comícios e passeatas, realizando o enterro simbólico do coreto logo após sua demolição que ocorreu em plena madrugada. Cria-se uma associação de moradores para lutar junto à Justiça contra as arbitrariedades da prefeitura, visando à preservação do centro histórico. Este movimento cresce e leva a nova gestão municipal a se engajar ativamente neste processo de salvaguarda do seu patrimônio.

Entre 2006 e 2007 são organizados vários encontros entre a prefeitura de Porto e a 14ª Superintendência Regional do Iphan com vistas à preservação do Centro Histórico. Esses encontros geraram ações que culminaram com a restauração da antiga Cadeia e da antiga sede da Prefeitura para a instalação da Biblioteca Pública e do Museu Histórico respectivamente e com o preparo do dossiê de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional.

Provável Evolução Urbana

Em seguida são apresentados alguns desenhos referentes à provável evolução urbana, e imagens, simulações do Centro Histórico, com a Capela e posteriormente com a Catedral.



A Catedral

O dia nasceu sonolento, ameaçando chuva. Mas mesmo assim o largo onde seria erguida a Catedral estava lotado, naquele 7 de maio de 1894.
Edvaldo Rodrigues, escritor portuense.

Os frades dominicanos franceses, logo ao chegarem à então cidade de Porto Imperial, em 1886, percebem que a pequena capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês, erguida no início do século XIX, é muito pequena para abrigar os fiéis portuenses. Apressam-se então a fazer planos para a construção de uma nova igreja capaz de atender com folga à grande demanda por espaços destinados aos ofícios religiosos. Decidem então, após elaborar o seu risco de arquitetura, iniciar a construção levantando paredes, para, em seguida, demolir a antiga capela.

Os frades dominicanos, embora com uma boa formação intelectual, não tiveram a necessária sensibilidade para manter o singelo templo e decidiram demoli-lo. A capela era um símbolo da época das minas de ouro naquele pedaço de território, no centro do país, e estava perfeitamente integrada à escala da antiga vila de Porto Real, como nos mostra o desenho de William Burchell, de 1829.

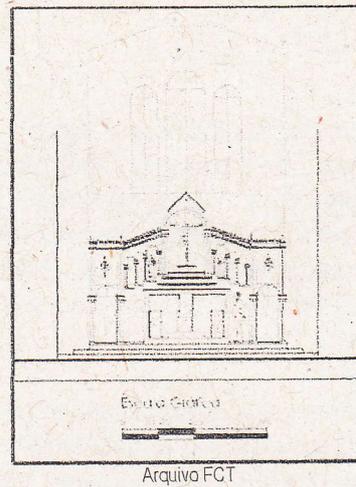
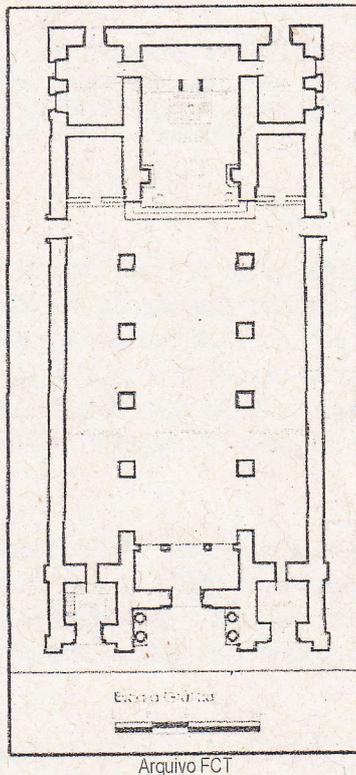
Não se tem notícia se o projeto veio da França ou se foi elaborado em Porto Nacional. Parece que ele foi discutido entre os frades, com a supervisão do Frei Bartolomeu. Nele prevaleceu o estilo românico, apagando-se nele toda a presença do barroco da colônia. Explica-se: os frades vinham de uma Europa do final do século XIX, onde eram válidas as idéias de Violet Le Duc, na França, e de John Ruskin na Inglaterra, idéias surgidas no meio do século XIX e que propugnavam uma releitura dos estilos clássicos medievais, românico e gótico, tidos como estilos nacionais naqueles países.

No Brasil, era tempo de valorização da cultura francesa e de esquecimento e até de descaso em relação ao período colonial, que ficaria no limbo por décadas. Época de demolições, de abertura de avenidas, influência do modelo urbanístico dos bulevares abertos pelo barão Haussmann em Paris, do fenômeno “bota abaixo” responsável pela urbanização embelezadora do final do séc. XIX e início do XX, no Rio de Janeiro.

Os dominicanos vinham do sul da França, região rica em monumentos românicos como as igrejas de *Saint-Paul-Trois-Châteaux* e *Notre-Dame-des-Doms*.

Decidem então por uma solução híbrida incorporando influências de algumas escolas românicas francesas como a normanda e a provençal, adaptadas aos rituais religiosos da época seguindo as plantas de nossas igrejas barrocas oitocentistas.

O projeto da nova igreja de Porto Nacional não apresenta transepto e nem deambulatório. Comporta o pequeno vestíbulo ou nártex, com o coro acima, o paravento, a entrada para o batistério à esquerda e entradas para as duas torres. Na seqüência, três naves: a central e as duas colaterais que se prolongam dando origem a duas capelas ditas também colaterais. A nave central, com pé direito mais elevado, termina no arco cruzeiro, onde se situa a mesa de comunhão. Em seguida, a capela mor ladeada por duas salas, a do evangelho e a da epístola.



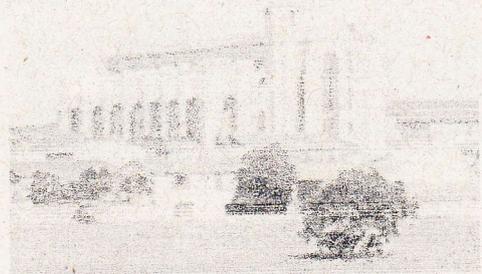
O partido adotado pelos antigos construtores românicos buscava um perfeito acordo entre todos os elementos construtivos, e é um exemplo de absoluta lealdade arquitetural, segundo nos diz o arquiteto Jean Charles Moreux em sua *Histoire de l'Architecture* (1973; 61):

As fachadas refletem e deixam antever o interior do templo, exprimindo corretamente a planta e a estrutura e acusam a destinação do monumento. Elas não receberam revestimento. A fachada principal, imponente e monumental segue o modelo das igrejas românicas provençais do sul da França. O corpo central é dominado por um arco sustentado por dois pares de colunas cilíndricas monumentais, e capitéis formados por prismas quadrados e seqüenciados. Este corpo está dividido em duas tramas, a primeira com a portada, a entrada principal terminada em arco pleno e a superior com janela envidraçada. Acima do arco um frontão triangular coberto e perfurado por uma pequena janela cega, como um nicho. Uma cornija e uma fiada de telhas em capa e bica arrematam todo o conjunto. Este corpo é flanqueado por duas torres iguais, divididas em duas tramas: a mais baixa, onde se situam as portadas laterais, e a superior, com duas ordens de janelas superpostas, do mesmo tamanho. Destaca-se também a fachada posterior, cujo frontão tem a mesma altura da fachada principal, dando à capela-mor um pé direito bastante elevado.

De proporções avantajadas, inteiramente subordinada à altura, como nos diz Auguste Choisy, esta ciclópica e elevada alvenaria de pedra e tijolos se destacava no meio das casinhas térreas de adobes e de telhas de barro cozido, imagem longínqua de uma vila medieval da região da *Provence*, ao sul da França. O convento dominicano francês está situado em *Saint Maximin de la Sainte Baume*, cidade próxima a *Aix en Provence*.



Basilíca de Santa Maria Madalena de Saint-Maximin de Sainte-Baume, Sul da França



Basilíca de Santa Maria Madalena de Saint-Maximin de Sainte-Baume, Sul da França



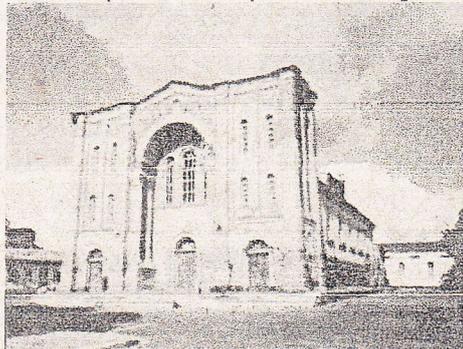
Fachada do Convento de Clunney em Portugal

A igreja construída pelos dominicanos em Porto Nacional não possui abóbadas. A carpintaria do telhado é aparente, formada por tesouras, terças, frechais, caibros e ripas. A nave central é separada das colaterais por arcadas em arco pleno, apoiadas em pilares de secção quadrada. O piso, provavelmente, era todo em lajotas de barro cozido, as mezanelas.

É portanto neste hibridismo que reside o interesse maior deste centro histórico e de sua igreja, a Catedral de Porto Nacional.

A construção é iniciada em 1894, e as fundações, de mais de dois metros de profundidade, começam a ser escavadas envolvendo o antigo templo, pois que a nova igreja deveria ser erguida no mesmo local da anterior e era, por enquanto, necessário manter a antiga para atender aos atos religiosos. Pouco a pouco, as paredes de aproximadamente um metro de espessura começam a ser levantadas.

Mais tarde, quando a nova igreja ganha corpo é que os frades iniciam a demolição da capela. Após nove anos de intenso trabalho estava parcialmente concluído o grande edifício, referência e ponto fulcral para toda a aglomeração urbana.



Acervo FCT - s/d



Acervo FCT - 1983

O edifício monumental então construído correspondia aos três aspectos percebidos por Vitruvius, quando o arquiteto define a arquitetura, como um edifício que deveria ser sólido, preencher plenamente a sua função utilitária e ser belo.

A catedral estava implantada em terreno plano, acima das barrancas do rio Tocantins, em sua margem direita, defronte a uma grande praça fechada, verdadeiro terreiro, sem pavimentação, como também todo o arruamento da antiga vila, agora a cidade de Porto Nacional.

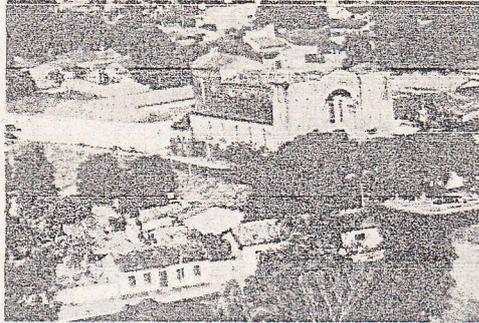
Foi uma verdadeira epopéia a construção daquela igreja. Decidiram os frades enviar por barco a Belém, descendo o Tocantins, alguns homens com a incumbência de comprar ferramentas tais como grampos de aço, serras, machados, picaretas e outras mais. Esta expedição levou dois meses para chegar a Belém e quatro meses para voltar a Porto Nacional, rio acima, chegando todos muito cansados, famintos e alguns enfermos. Foram recebidos pelo povo como verdadeiros heróis como nos conta o escritor portuense Edvaldo Rodrigues.

Não se sabe ao certo quem foi o autor do projeto de arquitetura ou da traça, como se dizia então. Um ou vários frades dominicanos, homens cultos, versados em diversas ciências e artes, provavelmente foram os responsáveis pelo projeto da nova igreja. No entanto parece que um deles, frei André Blatgé, foi o responsável pelo projeto de arquitetura, pois que “era arquiteto e construtor de talento”. Anos antes, ainda muito jovem, dera provas de raras aptidões na construção do Colégio de N. S. das Dores de Uberaba e, mais tarde, da igreja matriz de Porto Nacional. (Audrin, 2007: 181).

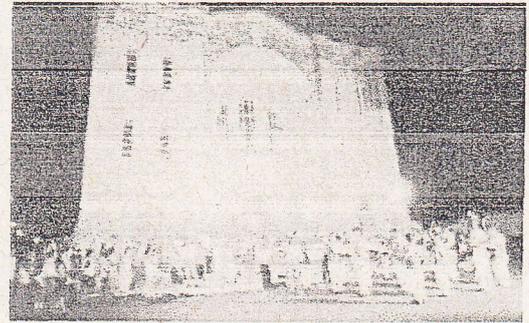
A mão de obra para a construção foi toda conseguida no local pois logo após a abolição havia um enorme contingente de escravos libertos que, sem ter para onde ir, permaneceram no local e foram oferecidos aos frades pelos fazendeiros e ricos comerciantes portuenses, seus antigos senhores. Parte dos recursos veio da França, e outra parte foi obtida no local por doações dos fiéis, dos comerciantes e donos de mineradoras, pois o ouro ainda era bastante explorado na região.

Os dominicanos montam no local da construção um enorme canteiro e formam, no melhor estilo das construções das grandes catedrais, escolas de formação de oficiais: pedreiros, carpinteiros, entalhadores e ferreiros. É a mão de obra desses mesmos trabalhadores que será utilizada na construção do seminário, localizado acima da catedral e concluído em 1913.

Constróem uma olaria e uma carpintaria e ativam a exploração de uma pedreira para a retirada das pedras que eram levadas para o canteiro, já lavradas ou para serem ali lavradas e aparelhadas.

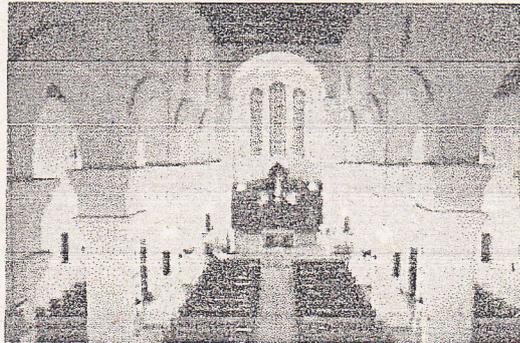


Acervo FCT – s/d

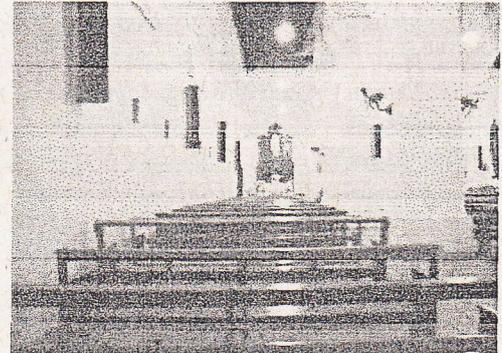


Acervo FCT – s/d

O prédio é todo construído em pedra e tijolo assentes com argamassa de cal e areia, ora com juntas estreitas, ora largas. O arenito foi usado nas bases e em alguns elementos decorativos: grandes tijolos de barro de alta resistência e a pedra canga na parte superior, formando um original paramento. No interior, a catedral é toda revestida. As telhas e tijolos foram produzidos em Ribeirão dos Potes, arraial de excelente barro, situado do outro lado do rio Tocantins, distante de Porto Nacional, três quilômetros rio acima.



Interior da catedral - 2007



Interior da catedral - 2007

Nas fotos antigas, do início do séc. XX, podiam ser vistos os três retábulos em madeira escura, seguindo modelos góticos, todos talhados pelos marceneiros formados no canteiro da obra. Há, em seu interior, três imagens de época, todas em madeira. A sua origem é um pouco nebulosa, pois diz-se que duas vieram da Bahia e o Senhor Crucificado em tamanho natural veio do antigo Arraial do Pontal. Parece que essa hipótese é a única que se sustenta.

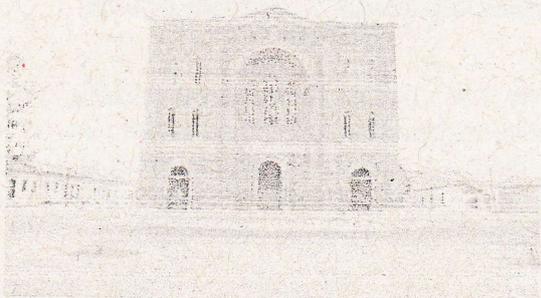
De acordo com alguns pesquisadores, a catedral foi concluída em 1903, porém em foto de 1911, parece que o telhado da nave ainda não estava totalmente concluído, o que faz pensar que a catedral teria sido totalmente terminada às vésperas da criação do bispado de Porto Nacional, em 1915.

O então estado de Goiás era dividido em duas dioceses, a do sul com sede em Vila Boa, e a do norte, recém-criada, com sede em Porto Nacional. Isto prova o interesse e o prestígio regional desta cidade que, naquela época, era a mais importante da região que hoje é o estado do Tocantins.

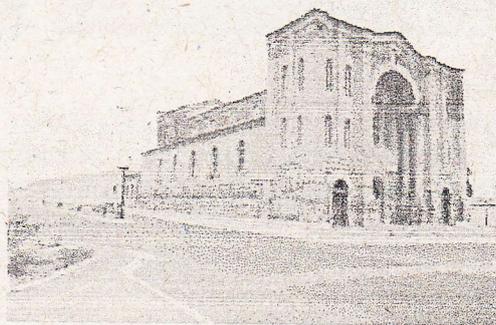
Devido à qualidade dos materiais empregados, à robustez do edifício e, sobretudo, ao esmerado cuidado com a construção, a catedral vence os anos, tendo sofrido poucas intervenções. A maior parte delas são obras de manutenção, reparos em revestimento, telhado, pintura, muitas delas nem sempre acertadas, não comprometendo porém a natureza do imóvel. Não se tem notícias precisas das intervenções mais antigas, isto é as anteriores à década de 1950. Digna de nota é a intervenção desta década, quando são retirados os retábulos, sob a suspeita de estarem infestados de cupins e são substituídos por outros que seguem o mesmo partido e forma, porém de tamanho mais reduzido e de talha mais modesta.

Na década de 1970, é também erroneamente colocado como revestimento, uma barra de ardósia com dois metros de altura nas paredes internas e nas colunas, sob o pretexto de protegê-las contra a sujeira. Também nesta ocasião, um conhecido mestre de obras local consegue convencer tanto o bispo quanto o pároco que se deveria "calafetar", como se dizia então, as juntas do paramento à vista das paredes externas, isto é, obturar as juntas até uma determinada altura, sobretudo as mais largas, com argamassa de areia e cimento, sob a alegação de que as paredes resistiriam muito mais porque assim se evitaria a entrada da umidade.

A última intervenção - e parece que a mais completa - é realizada pela Fundação Cultural do Tocantins, de 1997 a 2002. Esta obra tem a clara intenção de reparar os enganos cometidos anteriormente. Recupera todo o telhado já bastante deteriorado; todo o piso é trocado seguindo o modelo das originais tijoleiras; é estabilizado e consolidado o grande arco da fachada principal, com a construção de um sub-arco em concreto armado. As fissuras neste arco de tijolos eram preocupantes e esta foi uma das fortes razões que levaram a Fundação Cultural a conseguir recursos do estado para as obras de restauração, em uma época em que o governo estava quase totalmente concentrado na construção da nova capital, a cidade de Palmas. Este fato evidencia a grande importância cultural de Porto Nacional para o estado do Tocantins.



Catedral - 2007



Catedral - 2007

Comentários sobre a preservação do Centro Histórico de Porto Nacional.

As cidades são como os seres humanos, têm virtualidades próprias, refletem personalidades que lhes conferem caracterização inconfundível. As velhas cidades que nem sempre são cidades velhas, são eternos teatros onde se representam todas as cenas da vida.

Durval Godinho, professor e escritor portuense

Sabe-se que os Centros Históricos são o resultado do desenvolvimento das cidades, através do tempo, e onde foram sendo acumuladas as diversas etapas do seu crescimento, estagnação ou decadência. A cada época foram sendo anexados ou superpostos estilos arquitetônicos, as intervenções, as destruições, as ruínas, as construções mais recentes, enfim as transformações dos espaços urbanos e arquitetônicos. Há cidades que deixam ver todo o dinamismo desse processo. Todas essas etapas contribuem para definir o que hoje se considera como Centro Histórico.

Preservar um Centro Histórico significa empreender uma ação conjunta entre as instituições governamentais, nos três níveis, se a importância do centro ultrapassar o município e o estado, e com a participação ativa de moradores, associações, agentes sociais, enfim um grande mutirão que se organiza tendo em vista a mesma causa.

Concebe-se então “o patrimônio e sua preservação relacionada com as necessidades globais da sociedade” (Canclini, 1994:105). É ainda Canclini que chama esta ação de paradigma participacionista, isto é, “o valor intrínseco dos bens, seu interesse mercantil e sua capacidade simbólica de legitimação são subordinados às demandas presentes dos usuários” (Canclini, id: ib). Seguindo esta posição, pretende-se apresentar a proposta para tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, tendo como foco sua catedral.

Parece que a cidade amadureceu em função das tragédias, das destruições, das demolições nas madrugadas, como a demolição do coreto em 2001. Criou-se na cidade uma consciência tal, que culminou com a participação popular de diversos grupos atuantes na cidade. Cita-se a atuação do “Bloco Carnavalesco Pau Pereira” no episódio do coreto e em outras atuações em defesa do patrimônio cultural. Como dito anteriormente, foi criado o Conselho do Patrimônio e hoje há um grande interesse dessa gestão municipal que conseguiu, junto ao Iphan, restaurar as antigas Prefeitura e Cadeia para a instalação de um Museu e de uma biblioteca. Para o museu já está sendo elaborado o projeto museológico.

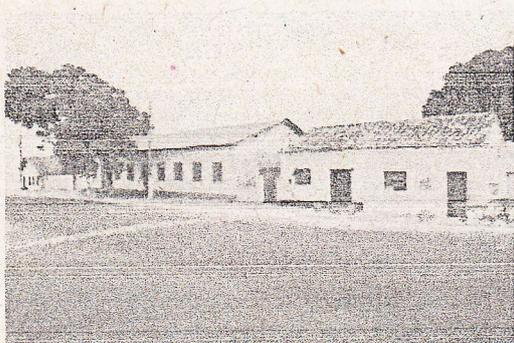
Há também muito interesse da população em participar desse processo. Percebe-se, quando estamos no centro histórico ou na praça do Centenário, pontos de encontro da população. Todos querem saber, prestar informações, trazer alguma foto antiga, convidam para visitar suas casas e identificar as relíquias que ainda resistem: um fogão a lenha ainda funcionando,

as técnicas tradicionais de fabricação de doces, de licores, bordados, rendas artesanais, falam das manifestações e das festas tradicionais. A rua Mizaél Pereira, em pleno Centro Histórico, é toda ornamentada com grandes vasos de plantas produzidos na cidade.

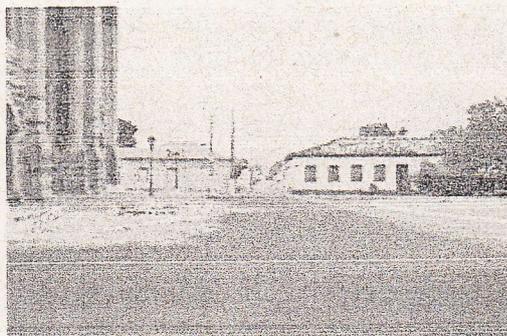
É forte o artesanato de barro e palha, enfim sente-se ali a vida a pulsar. A súa, ou suça, dança típica regional, o Festival do Riso e da Canção, o Clube dos Violeiros, e Os Tambores do Tocantins; as quermesses da novena de N.S. das Mercês que, durante nove dias no mês de setembro, enchem a praça da Catedral para animadas rifas, apresentações de músicos, canções, danças, namoros, conversas variadíssimas, piadas e “causos”.

Inicialmente, pensou-se em preparar um dossiê para tombamento de seu monumento maior, a catedral de N. Sra. das Mercês. No entanto, uma observação mais acurada, a vivência da cidade, a fala de seus agentes sociais e sobretudo o clima positivo em que encontramos a cidade, levaram-nos a perceber que um conjunto significativo de por volta de 64 casas em torno daquele edifício merecia ser preservado. Esse conjunto de edificações, além de dar suporte ao monumento, propicia um melhor entendimento da história da cidade como um todo.

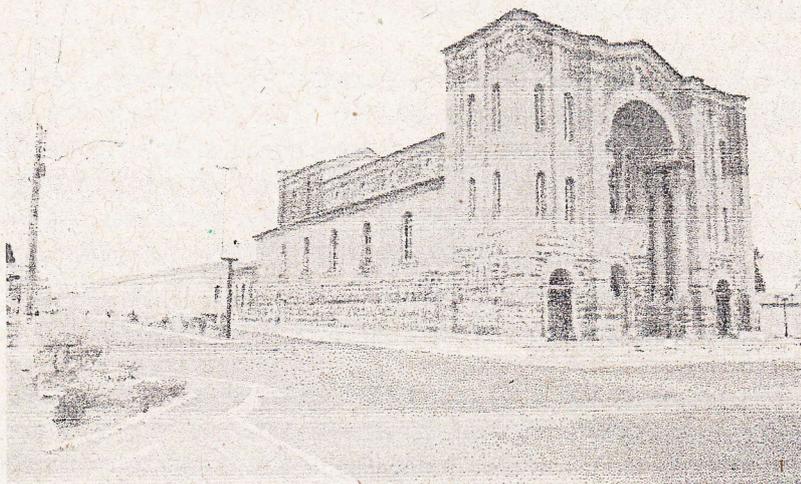
Aquele casario faz parte do rol das “pequenas coisas modestas, que podem desaparecer”, ao passo que a Catedral, “que é grande parece poder sobreviver” (Wenders, 1994: 184).



Largo da Catedral - 2007



Largo da Catedral - 2007



Catedral - 2007

Quase não há, nesse conjunto, construções do final do séc. XVIII, quando surgia o povoamento. A partir de 1810 é que o arraial começa a crescer e se desenvolver. A maior parte do casario no Centro Histórico, é do séc. XIX e início do XX. É da metade do XIX em diante que o casario colonial começa a receber a ornamentação rústica dos pedreiros baianos do ciclo do gado no norte goiano.

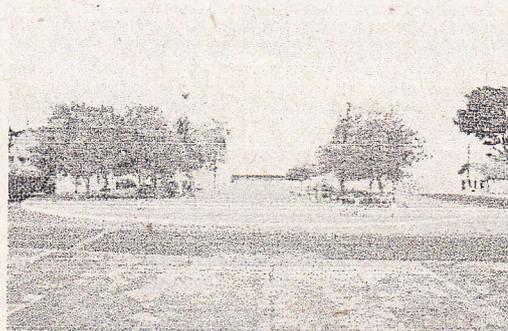
A catedral é concluída no início do séc. XX. Como exemplares deste século, cita-se, o seminário, o edifício da Cúria, e pequenos arremedos arquitetônicos que seguiam os estilos de época, chegados com certo atraso, mas com muita singeleza e poesia, o eclético, o art-déco, o neo-colonial e mesmo alguns traços modernos.

Cada época possui sua singularidade. É preciso valorizar a recuperação da história em seu sentido amplo, com todos os seus significados, inclusive os mais recentes. Neste aspecto, a escolha da área a preservar, mais que privilegiar edifícios representativos, foi delimitar baseada no conceito da delimitação de uma superfície significativa para contar a história da cidade, sua criação, sua evolução, com ênfase na catedral. A história da catedral está na boca de todos, fruto do trabalho das freiras e dos frades dominicanos. Estes religiosos educaram e ainda educam com qualidade gerações de portuenses.

Pretende-se também proteger a paisagem urbana, estreitamente ligada à história do lugar. Cada rua, ladeira, cada mirada para o rio, cada foco na catedral, na casa de câmara, numa árvore ou num conjunto delas, conta a história da cidade, lugar onde todos se conhecem, histórias carregadas de um imaginário e de uma simbologia muito particular e ao mesmo tempo universal. Deixar para as gerações de agora e para as futuras um espaço onde se perceba as origens, as transformações, as paisagens urbanas da cidade. Essa atitude pode funcionar como uma compensação para evitar o vazio que se originou quando da construção do lago, com a conseqüente perda das praias fluviais e da demolição do coreto, das quatro casas antigas e do corte das frondosas mangueiras que sombreavam a praça da Catedral.



Largo da Catedral esq. Rua do Cabaçaco - 2007



Largo da Catedral - Vista para o Lago - 2007

Que, de agora em diante, os projetos de revitalização ou requalificação do Centro Histórico, sejam concebidos "a partir de valores relacionados com o dia a dia de seus habitantes" (Campelo, 1994: 123), e de seus conteúdos antigos, evitando esgarçar ainda mais o tecido urbano tradicional.

A necessidade de delimitação da área de entorno veio a seguir, impondo-se de uma maneira natural. A Fundação Cultural do Tocantins, em 2004, imbuída, também de sentido preservacionista, realizou o inventário de aproximadamente 250 bens imóveis no centro histórico. Para isso foi delimitada uma área dentro da qual, presume-se, estaria o grosso das edificações ditas históricas, sem privilegiar estilos ou épocas.



Antiga Prefeitura – Rua Padre Antônio - 2007



Seminário – Rua Francisco Aires da Silva - 2007

Entende-se por históricas todas as construções que apresentam processos e técnicas artesanais e manuais de construir, anteriores ao período onde são introduzidas as novas tecnologias.

Para isso, a observação do arruamento e do tecido urbano tradicional foi de suma importância na delimitação desta linha poligonal. De fato, este arruamento ainda guarda muito do que foi o antigo Porto Real, Porto Imperial e mais tarde Porto Nacional.



Rua Francisco Aires da Silva esq Joaquim Pinheiro - 2007



Largo da Catedral - 2007

Crêterios para Delimitação da Poligonal de Tombamento e de Entorno

*Por que se dissipa o Porto
De paredes pesadas de adobe,
Janelas azuis de treliça
E segredos sugeridos?
Pedro Tierra, poeta portuense.*

Levanta-se aqui a premissa de que toda a cidade tem a sua história, da  dizer-se que ela é histórica. Ao analisarmos a malha urbana de uma cidade, desde o seu centro até a periferia, em muitos casos,   possível identificar as épocas em que cada setor foi construido e as intervenções que foram feitas no seu tecido nos diferentes perodos da história.

Propor uma medida de proteção apenas para uma determinada área desta cidade, como o tombamento, não quer dizer que possa ser abandonado o restante da área urbana. O Plano Diretor, que é uma forma de planejamento, divide a cidade em setores ou em zonas, cada qual com sua função específica e, a partir dessa função, estabelece normas para todos esses setores. O Centro Histórico é um deles. Com o tombamento, tenta-se não são protegê-lo como também manter com o restante da cidade uma relação de convivência e diálogo.

As intervenções que venham a ser feitas na cidade, inclusive no seu Centro Histórico, devem estar relacionadas entre si. Elas devem ser pensadas para que aconteçam de uma maneira não violenta, buscando-se o acordo, mesmo que difícil em muitos casos. O objetivo maior não é parar o tempo e museificar o passado contido no Centro Histórico, mas intervir com sensibilidade, relacionando este Centro com uma área de transição e o restante da malha urbana, de uma forma integrada e sem muitos conflitos.

Para delimitar a área que corresponde ao Centro Histórico, parte-se do que já está demarcado no Plano Diretor. No caso de Porto Nacional, optou-se pela área traçada pela Fundação Cultural do Tocantins, FCT, quando da elaboração do inventário nacional de bens imóveis, realizado em 2004/2005, por esse  rg o. Essa duas demarcações de área são, embora não coincidentes, bastante aproximadas.

Torna-se difícil entender a evolução da malha urbana de Porto Nacional, pela falta de mapas antigos e de referências documentais. Para suprir essa lacuna, foram feitas muitas entrevistas com antigos moradores, com historiadores e arquitetos, foram observadas fotos antigas e foram consultados os poucos documentos existentes. Foi também importante a observação no local realizada por técnicos do patrimônio com bastante experiência.

Na análise dos logradouros, ruas, largos e praças e das edificações, consegue-se também, com um pouco de prática, identificar os perodos da história em que foram sendo construidos.

A margem de erro não é grande e assim pouco a pouco, chega-se a uma poligonal, bastante representativa do que é o Centro Histórico de Porto Nacional, sua malha inicial e sua evolução.

Define-se aqui Centro Histórico como um conjunto de ruas, largos e praças, casario, monumentos e paisagem urbana, construídos até a década de 1960, antes da industrialização dos processos construtivos e das práticas de planejamento desenvolvimentista. Práticas e processos que provocaram grandes transformações na maioria das cidades em todo o mundo. Este fenômeno está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e a generalização do automóvel como meio preferencial de transporte.

A área então delimitada por uma poligonal irá ser descrita mais tarde e, acredita-se, é a mais representativa deste Centro Histórico. Abrange aproximadamente 250 edificações e resguarda as miradas dos principais pontos focais contidos na malha, ou até fora dela como é o rio/lago, englobando a avenida Beira Lago no trecho em frente ao Centro Histórico.



Imagem aérea do Centro Histórico de Porto Nacional com as poligonais de tombamento – Azul - e de entorno – Vermelho – (Google Earth- 2007)

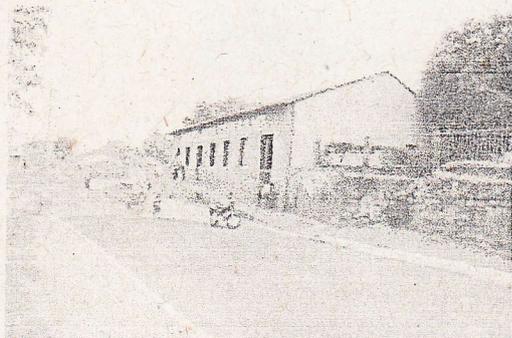
Esta área, embora apresente algumas interferências danosas, é ainda bastante homogênea em sua escala e na tipologia da maioria de suas edificações.

Grande parte desses exemplares vernaculares foi construída sem estrutura de madeira, as gaiolas, tão comuns em Meia Ponte (Pirenópolis) e em Vila Boa (Goiás Velho). Em madeira, só a estrutura dos telhados, sempre cobertos com telha de barro de secção semi-circular, as telhas de capa e bica. Em geral, não havia forro: “Nos casarões do Porto quando não chove, gotera sol”, nos fala o poeta Pedro Tierra, comentando as “Entre telhas separadas pelos

ventos ou pela folia dos gatos" (Tierra, 2005: 34). As paredes foram erguidas em adobes de grande formato, cujas dimensões variavam de 40x25x15cm a 90x45x20cm. A espessura das paredes de terra, a ausência de forro e o pé direito um pouco elevado trazem para o interior desses edifícios a ventilação, tornando-os levemente úmidos, o que conforta e agrada.

Dentro desta área maior, foi identificada uma menor, mais inteira, cujo conjunto de edificações apresenta-se mais homogêneo, sem tanta interferência. A área menor denomina-se Área Tombada, enquanto que a maior, Área de Entorno de Preservação. A primeira terá normas e critérios mais rígidos enquanto a segunda embora também de grande importância, terá normas e critérios mais flexíveis, isto porque é ela que vai fazer a transição entre este Centro Histórico e o restante da malha urbana.

Na área tombada estão localizados, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do Centro Histórico. Estão aí a Catedral, o Seminário, a Cúria, o Caetanato, ou o antigo colégio das freiras, hoje sede da Consaúde, a outrora Casa de Câmara e Cadeia, o casarão dos Ayres e o dos Maya.



Rua Josué Negre - 2007



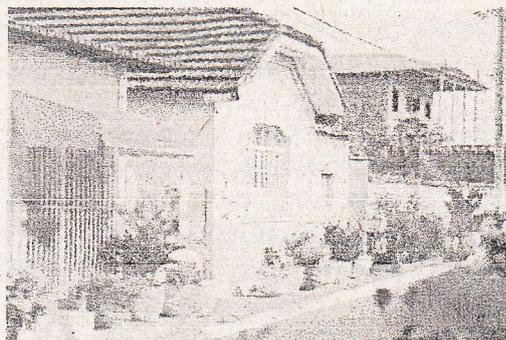
Rua Getulio Vargas - 2007



Rua Coronel Pinheiro – Cabaçaco - 2007.



Rua Joaquim Pinheiro - 2007



Rua Misael Pereira - 2007



Rua Misael Pereira esq. Jetulio Vargas

Na área de entorno, estão também situados exemplares arquitetônicos importantes, quer pelo seu porte, pelo seu estado de conservação, pela sua arquitetura ou pela sua história, como por exemplo três casas geminadas, na rua Rafael Belles, uma na avenida João Ayres Joca, outra na rua Josué Negre. Nesta área, porém, a malha urbana é menos homogênea, apresentando algumas lacunas, ruínas e edificações já com alguma descaracterização.

Descrição das Poligonais

Do Pará os barcos traziam nos porões todas as mercadorias imagináveis, sobretudo quantidade de sal. Devido a essas transações anuais, Porto-Nacional tornou-se um importante e realmente único empório comercial do norte de Goyáz.
Frei Dominicano José Maria Audrin

Descrição da Poligonal para a Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional
É necessário o acompanhamento do desenho anexo

1. Determinação do Ponto A

No cruzamento da Rua Josué Negre com a Rua Dr. Francisco Aires da Silva, temos o lote 391. Na divisa das fachadas dos lotes nº 391 e 183, estabelecemos o ponto SE-1, e no canto oposto do lote 391, o ponto NW-1. Alinha-se estes dois pontos e prolonga-se esta linha imaginária até encontrar o meio fio da Av. Beira Mar, onde estabelecemos o Ponto A.

Descrição:

Partindo do Ponto A, a Poligonal da Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional, no sentido horário, segue por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto dos limites da divisa esquerda entre o lote do Abrigo João XXIII e lote sem construção na sua divisa direita, segue pela divisa de sua fachada até o cruzamento da rua Josué Negre com a rua Getúlio Vargas, segue coincidindo com os limites das fachadas do lote nº 1977, atravessa a Rua Joaquim Pinheiro de Lemos atingindo o canto do lote nº 1982 e sobrepondo-se ao limite do lote pela fachada, segue até a rua Misael Pereira e acompanha o limite do lote nº 1982 até encontrar a divisa com o lote nº 1959, neste ponto a poligonal inflete a esquerda atravessando a rua Misael Pereira e encontra o ponto de divisa entre os lote nº 1888 à esquerda e nº 1976 à direita, segue por esta divisa até encontrar a divisa lateral direita do lote nº 304 da Rua Getúlio Vargas, e inflete à direita por esta divisa até encontrar a divisa dos fundos deste lote, percorre a poligonal sobrepondo-se nas divisas dos fundos dos lote nº 333, 343, 351, 351, 373 e 385 da Rua Dr. Francisco Aires da Silva, sobrepondo-se agora sobre a divisa direita do lote nº 385 e esquerda do lote nº 317 até a divisa da fachada, onde atravessa a Rua Dr. Francisco Aires da Silva em direção ao ponto de divisa entre os lotes nº 384, pelo seu lado direito e nº 376 pelo esquerdo, sobrepondo-se nesta divisa e na divisa dos fundos, deste lote, até encontrar a divisa lateral direita do lote nº 381 da Praça Duque de Caxias, sobrepõe-se aos limites dos lotes nº 338, 326, da Cúria, do Seminário, e do lote nº 238, pelas suas fachadas, a poligonal atravessa a rua que liga a Praça com a Rua Padre Antônio e encontra e sobrepõe-se à divisa esquerda do lote nº 1760, atingindo a divisa dos fundos do lote nº 1750, prosseguindo sobre todas as divisas do lote nº 1736 até encontrar a divisa da sua fachada, na rua Padre Antônio, deste ponto, atravessa a rua Padre Antônio em direção a divisa dos lotes nº 1707 e 1709, sobrepondo-se percorrendo as divisas lateral esquerda e dos fundos do lote nº 1709 até encontrar a divisa lateral esquerda do lote nº 1738, sobrepondo-se até chegar a rua Cel. Pinheiro, atravessa a rua Cel. Pinheiro em direção à divisa entre os lotes nº 1727 e 1731, onde se sobrepõe a divisa esquerda do lote nº 1731, e prolonga-se até encontrar o meio fio da Av. Beira Mar, segue a poligonal por sobre o meio fio da Av. Beira Mar até encontrar o Ponto A, origem da poligonal.

Descrição da Poligonal para a Área de Entorno da Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional

1. Determinação do Ponto B

No final da Rua Cel. Pinheiro, à sua direita, encontramos o lote nº 1665, tomamos o canto do lote marcado com o ponto SE-2, e alinhamos com o ponto SW-1, canto do lote nº 189, este alinhamento corresponde aos limites destes lotes. Prolonga-se este alinhamento até o encontro com a margem direita do Lago da Represa do Lajeado. O ponto de cruzamento da margem do lago com este alinhamento será definido como Ponto B.

2. Determinação do Ponto C

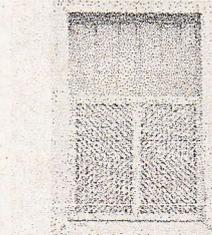
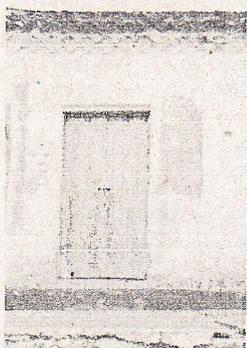
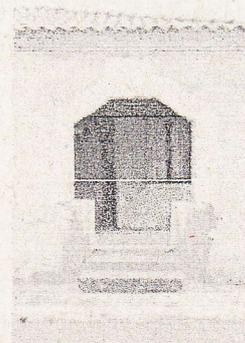
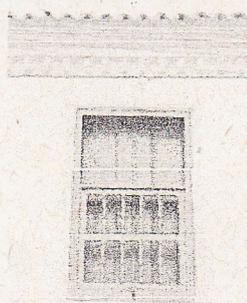
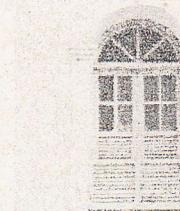
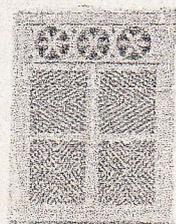
No cruzamento das ruas Cel. Rafael Belles com Frederico Lemos, encontramos os lotes nº 173 e 191, alinha-se o canto SE-3 do lote 191 com o canto NW-2 do lote 173. Prolonga-se este alinhamento até o encontro com a margem direita do Lago da Represa do Lajeado. O ponto de cruzamento da margem do lago com este alinhamento será definido como Ponto C.

Descrição:

Partindo do Ponto C, a Poligonal da Área de Entorno da Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional, no sentido horário, segue por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de cruzamento dos limites da divisa do lado esquerdo e dos fundos do lote nº 173, da Rua Frederico Lemos, continua seguindo e coincidindo com os limites dos fundos dos lotes nº 191, do lote s/nº de uma ruína, e segue pelos fundos do lote da Creche e do lote sem construção, até encontrar o ponto de cruzamento com o limite da frente, voltada para a Rua Misael Pereira, a poligonal segue por esta divisa, atravessando a rua e indo de encontro com o ponto que divide os lotes nº 2124 e 2113, neste ponto ela inflete para a esquerda e se sobrepõe à divisa do lote nº 2113, atravessando a Rua Misael Pereira e encontrando a divisa do lote nº 2116, da Rua Francisco Lemos, segue coincidindo com as testas dos lotes nº 322, 324, 348, 354, 364, 370, 380, 382, e 2121, atravessa a rua João Aires de Joca, e segue pela divisa da fachada do lote nº 2120 até o seu final, na Rua Frederico Lemos, percorre agora sobre os limites dos fundos dos lotes nº 2102, 2094, 2080, 2074, 2066, e 2054, inflete, à esquerda, por parte da lateral e sobre os fundos do lote nº 2044, prosseguindo agora pela divisa lateral direita do lote nº 415 da Rua Getúlio Vargas até encontrar a divisa deste lote com a da sua fachada, deste ponto a poligonal atravessa a Rua Getúlio Vargas e encontra a divisa esquerda do lote nº 440, seguindo por ela e sobrepondo-se pela divisa dos fundos e avançando pelo lote nº 420, até encontrar a divisa direita do lote nº 431 da Rua Dr Francisco Aires, por onde se sobrepõe a esta divisa até o encontro com a divisa da fachada, atravessa a rua Dr Francisco Aires e chega ao ponto do cruzamento da divisa da fachada com a divisa esquerda do lote nº 422, percorre esta divisa até encontrar-se com a divisa lateral esquerda do lote nº 1866 da Rua João Aires de Joca, e percorre por sobre as divisas dos fundos dos lotes nº 1866, 1856, 1840, 1834, 1828, 1820, 1796, 1786 e 1776, onde encontra a divisa da fachada deste lote com a Rua Joaquim Pereira, travessa-a e encontra o canto do lote nº 1752, sobrepondo-se à divisa esquerda do lote nº 1752, e sobre a sua divisa direita, com o lote nº 1746 da Rua João Aires de Joca, atravessa esta rua até encontrar a divisa esquerda do lote nº 1707 da Rua João Aires de Joca, e segue sobrepondo-se a esta divisa e à divisa direita do segundo lote da rua da Piedade, atravessando-a, e indo de encontro com a divisa do lote nº 1735, neste ponto, a Poligonal inflete para a esquerda e sobrepõe-se às divisas das fachadas dos lotes à sua direita, em direção e cruzando a Rua Cel. Pedreira, onde encontra o ponto de cruzamento da divisa da fachada com a divisa lateral esquerda do lote nº 250 da Rua Padre Antônio, segue sobrepondo-se a esta divisa esquerda e por sobre as divisas dos

fundos dos lotes nº 242, 216, 208, 200 e divisa lateral do lote nº 1664 da rua Cel. Pinheiro, onde atravessa e segue percorrendo por sobre a lateral esquerda do lote nº 1665, da mesma rua, e divisa dos fundos do lote nº 189, atravessando a Av. Beira Rio e chegando ao **Ponto B**, segue em direção ao Norte pela orla do Lago da Represa do Lajeado até encontrar o **Ponto C**, de partida.

Detalhes de Portas e Janelas de Porto Nacional



Imagens Comparativas

*Surgiu em Bom Jesus do Pontal
Porto Real, Imperial e Nacional;
Do Norte, o grito ideal.*

Creuza Ayres da Silva, professora e poeta portuense.

Porto Nacional foi uma das últimas cidades fundadas no corredor aurífero do então norte de Goiás, nas chamadas Minas do Tocantins. Faz sentido compará-la a uma cidade goiana do mesmo ciclo econômico, como Vila Boa, antiga capital da província de Goiás.

Por volta de 1770, em pleno auge da exploração do ouro, Vila Boa já contava com todos os seus grandes edifícios civis e religiosos construídos, além de ter sua malha urbana já definida e, estruturada em função de três largos principais, dois à margem esquerda e um à direita do rio Vermelho.

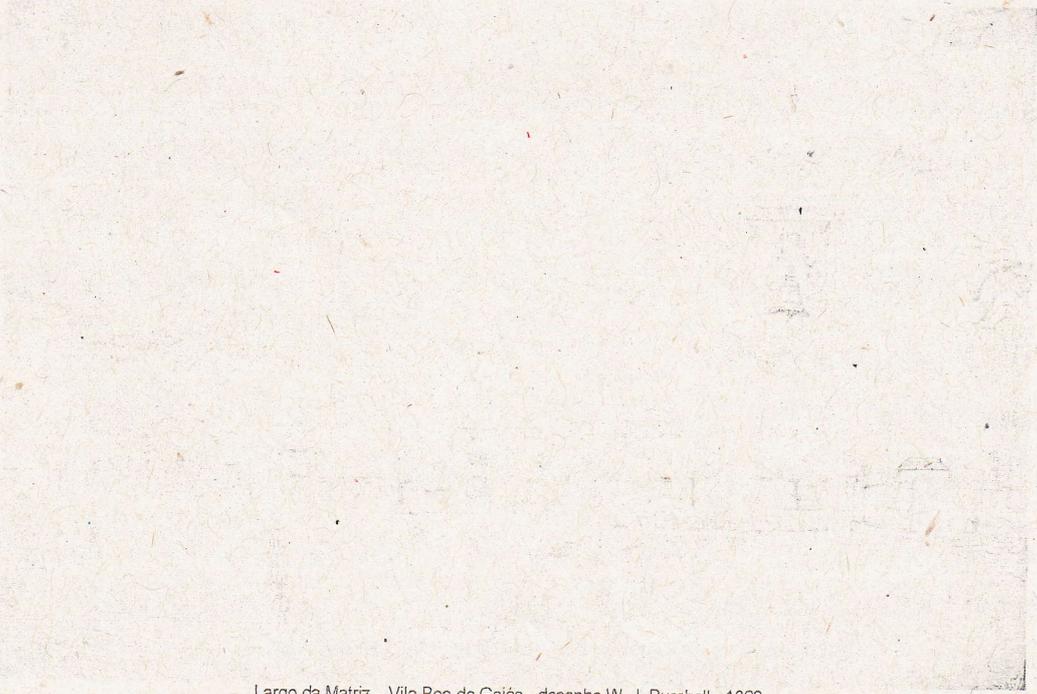


Largo da Matriz – Vila Boa de Goiás – desenho W. J. Burchell - 1829

Porto Nacional, ainda um pequeno arraial por volta da segunda década do século XIX, já contava com o seu largo onde estava implantada a antiga capela de Nossa Senhora das Mercês. Esta praça-largo, como a de Vila Boa, passou também a estruturar a sua malha urbana.



Largo e Capela N.S. das Mercês – Porto Real - desenho W. J. Burchell - 1829



Largo da Matriz – Vila Boa de Goiás - desenho W. J. Burchell - 1829

Rua Direita e fundos da Capela N.S. das Mercês – Porto Real - desenho W. J. Burchell - 1829

vista do casario e do Rio Tocantins – Porto Real - desenho W. J. Burchell - 1829

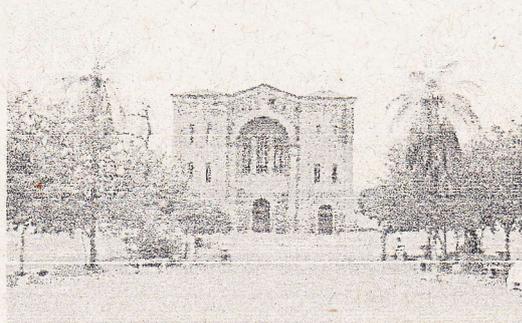
É interessante notar que as cidades de mineração das Minas Gerais se instalavam nos morros e a mineração se exercia nos baixios, nos córregos, longe da aglomeração urbana. Em Goiás, os bandeirantes implantaram as suas vilas bem ao lado dos córregos e rios onde bateavam o ouro. Diga-se que a topografia das cidades históricas mineiras é bem mais acidentada que a goiana, o que condicionou o tipo de ocupação escolhido pelos bandeirantes.

A *catedral barroca de Vila Boa incendiou-se no final do século XIX e foi mais tarde, parcialmente demolida para a construção no mesmo local de uma outra muito mais avantajada, em estilo clássico. Este templo, por ser bem mais alto que o antigo e por situar-se muito próximo do casario baixo, quebrava a escala urbana. Ficou esta catedral por muito tempo inacabada. Na década de 1990, o Iphan empreendeu um projeto para recuperar a escala urbana e terminar a construção da igreja. Projetam-se então as fachadas brancas da antiga igreja do XVIII sobre as paredes em alvenaria de tijolo à vista da nova. O resultado foi bom. A solução híbrida ficou interessante além de integrar de novo a catedral ao seu antigo entorno, o largo e as moradas circundantes. Passou também a exibir as intervenções ocorridas nos diferentes períodos históricos.*

Porto Nacional, também no final XIX, teve a sua capela demolida para a construção da catedral de pedra em estilo românico. A proposta conceitual da nova igreja do norte foi melhor resolvida. O largo é bem maior que o da Vila Boa, de modo que o grande edifício pode respirar e se destacar provocando menos conflito. O que poderia ter se tornado uma tragédia, ganhou interesse e valor, a catedral consolida-se como símbolo maior da cidade. Ela se destaca na paisagem como se destacavam as antigas catedrais das vilas medievais francesas.



Catedral de Vila Boa de Goiás, após restauro - 1998 - WWV



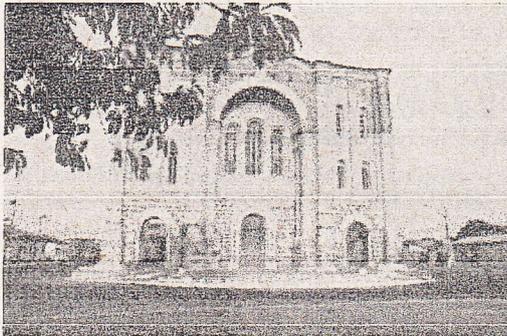
Catedral de Porto Nacional - 2007

Escala e Autenticidade

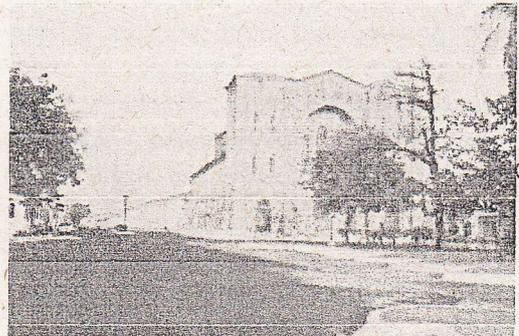
Tudo neste aprazível arraial é novo; pode ser o empório de todas as riquezas do centro do Brasil, e tem um excelente terreno para levantar uma cidade mais extensa do que qualquer das mais famosas do universo.

Raymundo José da Cunha Mattos, brigadeiro e governador da Província de Goiás, referindo-se à cidade de Porto Imperial em 1824.

A malha urbana e o casario colonial do Porto Nacional, de nítida influência colonial, com a introdução da catedral, adquirem características semelhantes, pelo menos em termos de escala, às antigas vilas medievais da Península Ibérica e do sul da França.



Catedral - 2007

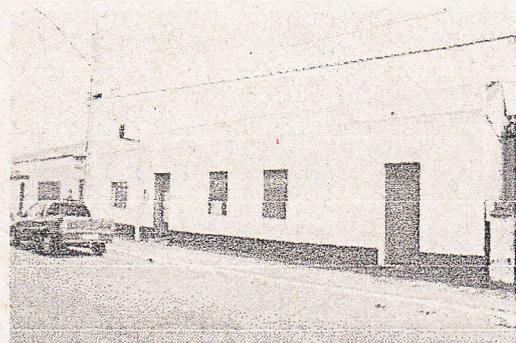


Catedral - 2007

O casario foi relativamente pouco afetado. De um lado, a malha urbana tradicional, modesta, pequena, em estilo colonial; do outro, a catedral românica encaixando-se no grande largo. O resultado é interessante e bastante curioso: um hibridismo de conceitos e de realizações.



Rua Francisco Aires da Silva - 2007



Portuense Hotel - Rua Francisco Aires da Silva - 2007

Nenhuma outra intervenção de vulto foi observada no centro histórico. Algumas poucas moradas entraram em ruína, até o seu completo desaparecimento, deixando lacunas no tecido urbano. Outras sofreram reformas modernistas, às vezes ampliando mais um piso, e outras ainda sendo ornamentadas pelos pedreiros baianos que começaram a se instalar em Natividade e atuaram também em Porto Nacional. Estas pequenas intervenções decorativas vieram trazer um certo encanto caboclo, de um gosto popular que se espalhou pela região.

Em nenhum momento, os volumes e a escala urbana foram, no entanto, desestruturados. A maioria dessas intervenções não apresenta um caráter irreversível e, se for o caso, os prédios em que ocorram poderão ser recuperados. A catedral, que poderia quebrar definitivamente a homogeneidade do tecido urbano, veio juntar-se a ele e se impor como monumento maior e símbolo da cidade, como as catedrais e igrejas das cidades medievais européias. Se observarmos com maior atenção, a malha urbana de Porto Nacional se desenvolveu tendo como referência a antiga igreja de N. Sra. das Mercês, e mais tarde a catedral de tijolo e pedra.

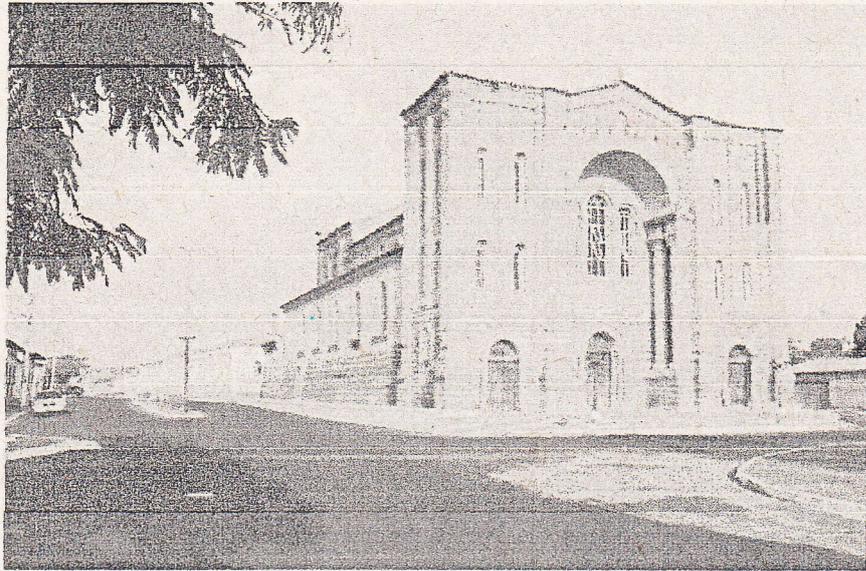
Internamente, as casas de Porto Nacional, guardam a mesma autenticidade mostrada em suas fachadas. Pequenas modificações não destruíram o clássico partido em L: corredor, quartos, alcovas, salas e, no braço do L, as dependências de serviço: copa, cozinha e sanitário, nesta seqüência da frente da rua até o quintal. Este modelo de ocupação permanece inalterado: casa de frente para rua, tendo atrás o grande quintal arborizado, com sua horta, pomar e cercado para a criação de aves.

Essas áreas maiores, sem edificação, além de representarem um importante elemento da paisagem, são também de suma importância para se enfrentar as grandes temperaturas da estação seca, pois elas mantêm o micro-clima local, aumentando a umidade e valorizando a paisagem urbana. Pelo período de duzentos anos, a ocupação no centro histórico se manteve praticamente inalterada.

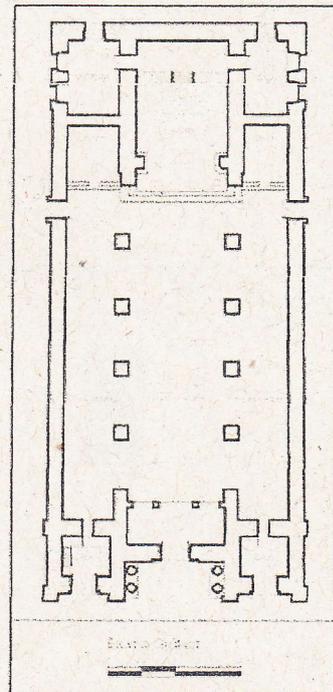
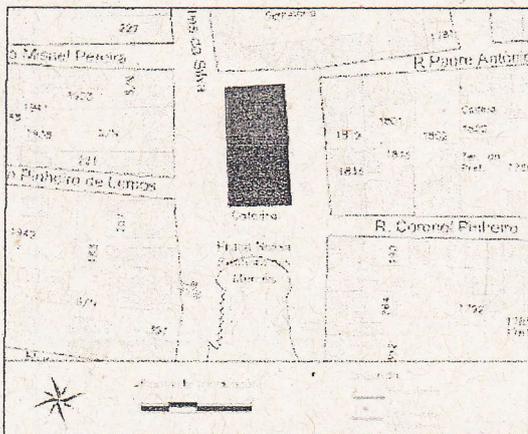
Inventário de Bens Imóveis de Porto Nacional

O inventário dos imóveis foi elaborado pela Fundação Cultural do Tocantins, no período de 2004 à 2006, em convênio com o IPHAN

Foram escolhidas algumas das mais representativas construções vernaculares do seu Centro Histórico.



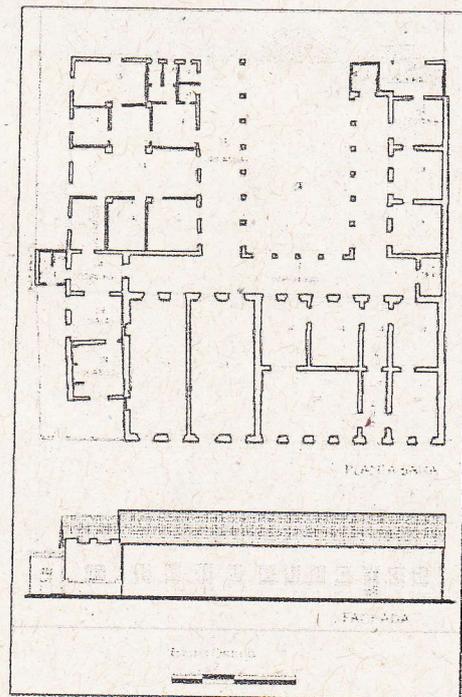
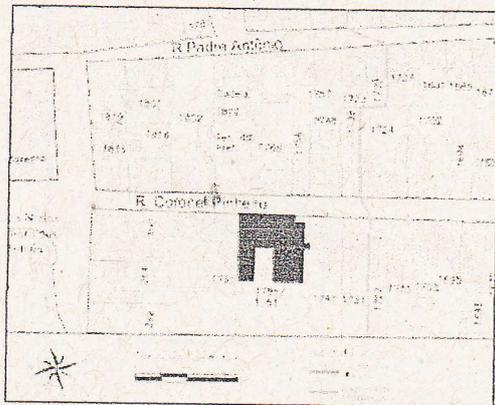
Vide texto, capítulo A Catedral.



Catedral Nossa Senhora das Mercês



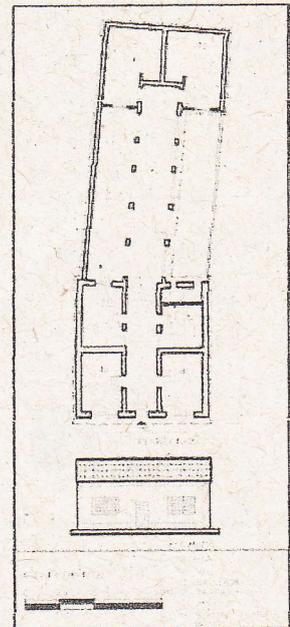
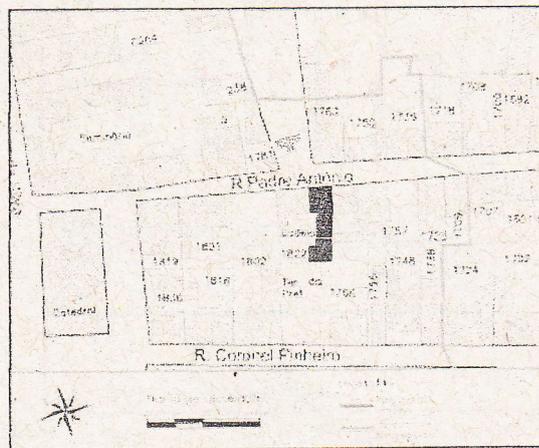
Antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus, conhecido também como Castanato, construído pelas freiras dominicanas e desde então referência da educação em todo o estado.



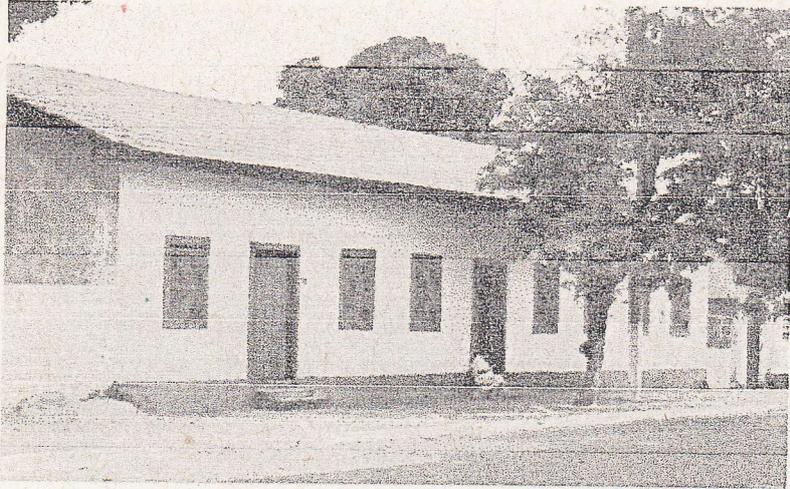
Consaúde, Rua Coronel Pinheiro, 1785.



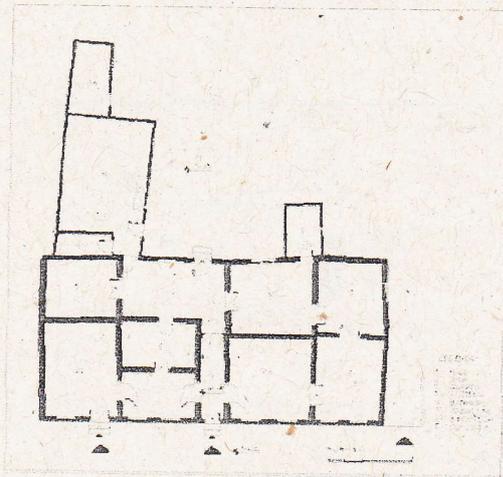
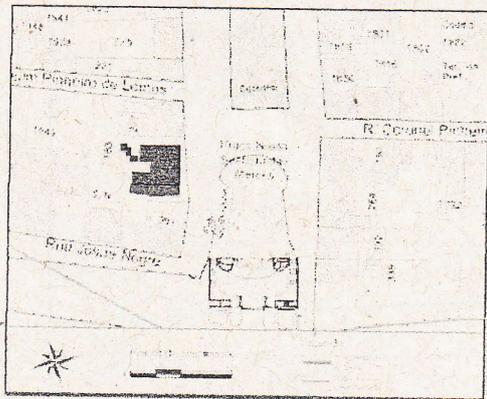
Construída em 1896/1899, seu interior e fachada foram modificados devido a diversidade de usos. A antiga cadeia pública será a futura sede da biblioteca pública.



Antiga Cadeia, Rua Padre Antônio.



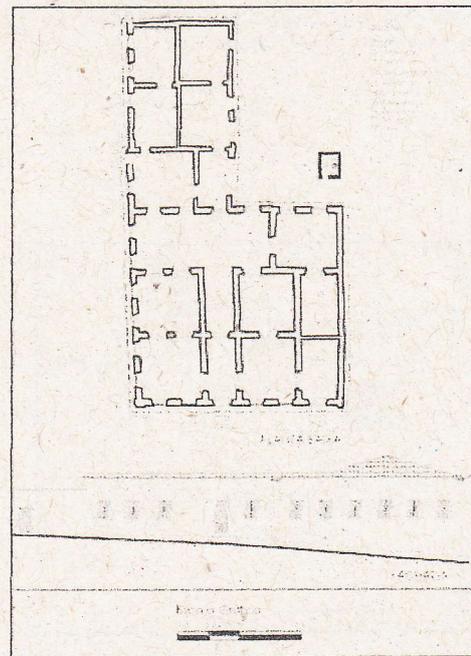
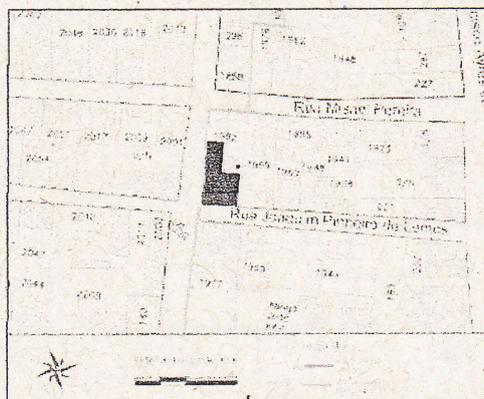
Construída na primeira metade do séc. XIX, por João Ayres da Silva. Casa ampla e que segue a tipologia mais comum da arquitetura vernacular do Porto Nacional.



Casarão Joaquim Ayres da Silva, Praça N. Sra. das Mercês, 183.

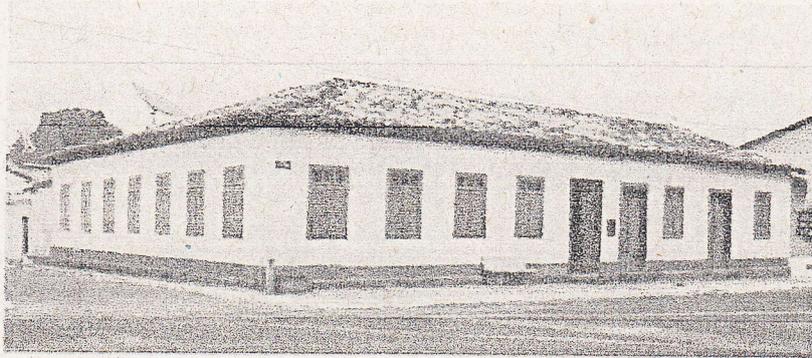


Provavelmente construção da 1ª metade do séc. XIX, mas que já sofreu alterações ao longo do tempo. Suas fachadas se mantêm, porém seu interior foi bastante modificado

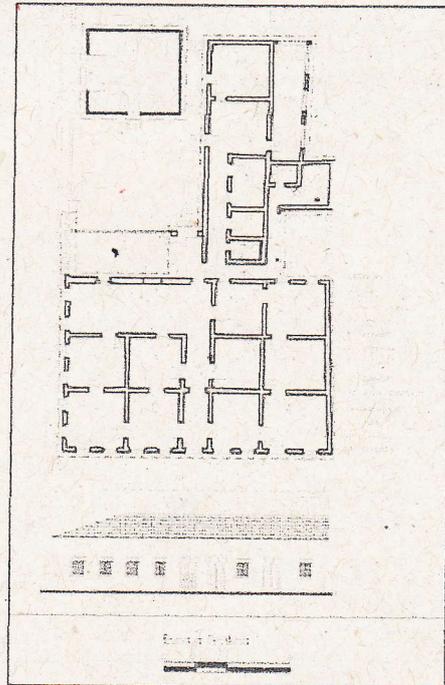
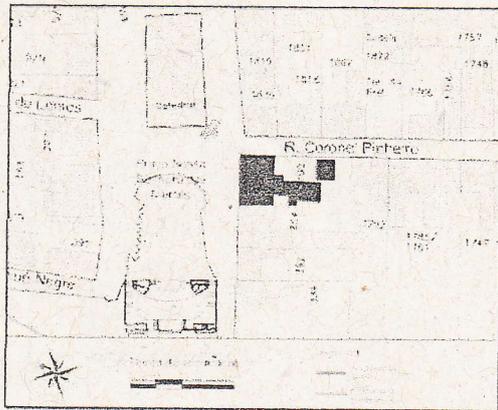


Casarão da Família Maya, Rua Joaquim Pinheiro de Lemos, 1982.

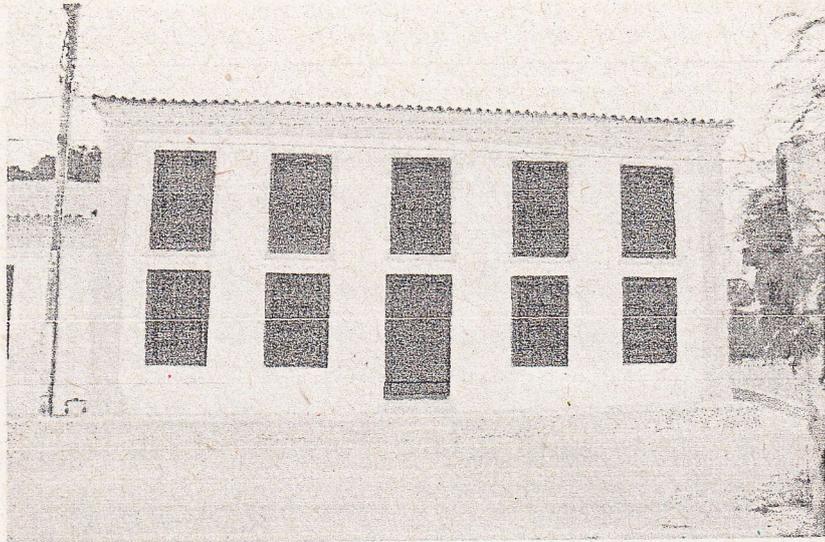
FLAIA
→ PEDREIRA



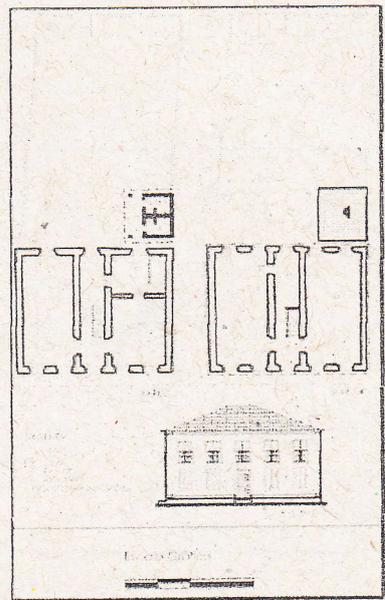
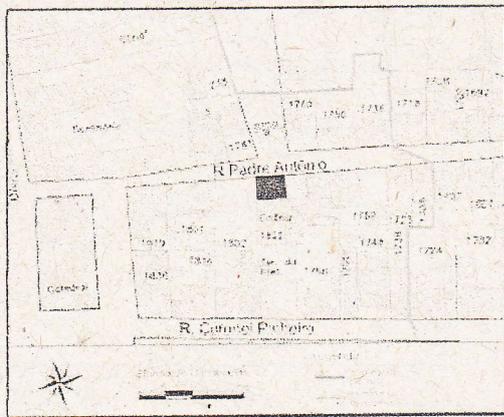
Construção provável da 2ª metade do séc. XIX, planta em formato L com corredor central, sofreu poucas alterações, porém sua fachada foi modificada.



Rua Coronel Pinheiro, 190.



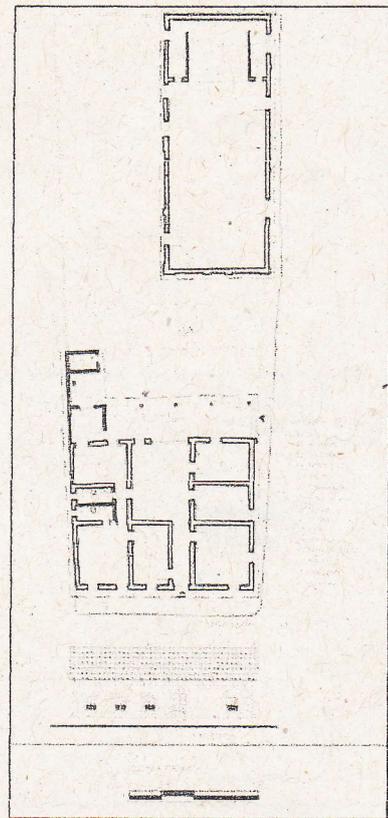
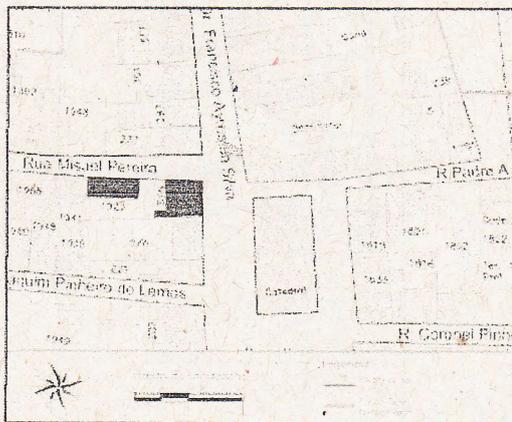
Iniciado em 1921 e finalizado em 1923 para ser o Paço Municipal, edifício amplo e ventilado. Foi o 1º prédio de dois pavimentos construído em Porto Nacional. Nele funcionaram até 1969 a Câmara municipal, a Sala das Audiências Judiciais e Administração Municipal.



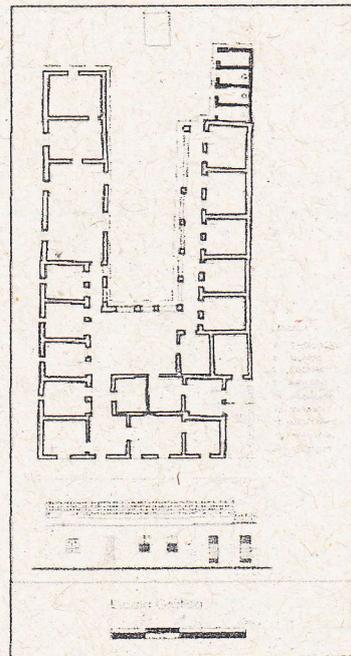
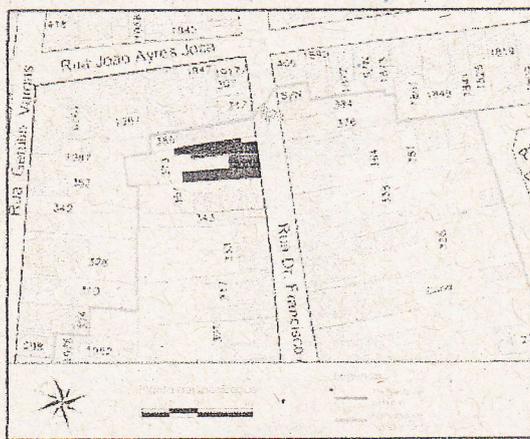
Antigo Paço Municipal, Rua Padre Antônio, 1822.



É provável que esta construção seja da primeira metade do séc. XIX, mantendo suas fachadas originais. Seu interior porém foi modificado.



Rua Francisco Ayres da Silva com a Rua Misael Pereira.



Portuense Hotel, Rua Francisco Ayres das Silva, 373.

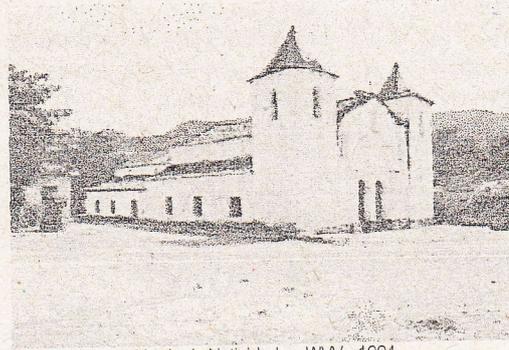
Justificativa para o Tombamento

O patrimônio arquitetônico nos centros históricos, representa um capital espiritual, cultural, econômico e social de valores insubstituíveis. A estrutura desses centros favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades.
Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, Amsterdã, 1975.

Porto Nacional é, sem dúvida, um digno representante do ciclo do ouro do norte de Goiás. O arraial de Porto Real era, à época, o mais avançado da margem direita do grande rio da bacia amazônica. Na outra margem, a oeste, situava-se o arraial de Bom Jesus do Pontal. Em 1805, este arraial entra em decadência acabando por tornar-se uma ruína completa. A “civilização” acabava ali. Para o norte só o gentio, na verdade, só os índios, Carajás, Xavante, Xerente, como vimos anteriormente. Porto Real, embora explorasse o ouro em pequena escala, devido a sua localização, destacou-se antes de mais nada como porto fluvial. As vilas vizinhas, Pontal, Carmo e Natividade, esta última tombada pelo Iphan desde 1987, é que eram as grandes produtoras de ouro.



Ruínas do Pontal, acervo FCT



Matriz de Natividade – WW - 1994

Algumas Razões para o Tombamento:

Com o tombamento de Porto Nacional, última cidade remanescente do eixo da mineração do norte de Goiás, inicia-se uma etapa de estudos que visa resgatar a história deste itinerário, que vai de Cavalcante, ao sul, até Porto Nacional, ao norte.

É grande o entendimento entre as três instâncias do poder: o Iphan, o estado do Tocantins, através da Fundação Cultural do Tocantins – FCT – e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional. As três instâncias estão empenhadas na preservação da cidade. O Iphan e a FCT, desde 2004 assessoram a prefeitura e realizam trabalhos conjuntos, destacando-se entre outros: o inventário dos imóveis situados no Centro Histórico, elaborado entre 2004 e 2005, com o apoio da prefeitura; a prefeitura e o Iphan acabam de restaurar dois imóveis, as antigas cadeia e casa de câmara, destinadas a sediar o futuro Museu Histórico e uma nova Biblioteca Pública.

Partiu da prefeitura a iniciativa de elaborar o dossiê de tombamento, proposta essa logo acolhida e apoiada pelo Iphan.

A atuação da prefeitura no Centro Histórico, é feita por meio da Secretaria de Obras Públicas e Políticas Urbanas, que se ocupa da fiscalização e aprovação de obras e que conta em sua equipe com 4 fiscais e 7 engenheiros.

A prefeitura já ofereceu à 14ª SR. do Iphan um imóvel no Centro Histórico para a instalação de um escritório técnico, a contratação de um historiador e de um arquiteto para, em conjunto, administrarem o processo de tombamento do centro histórico. Como se vê, o momento é propício ao tombamento.

A prefeitura já solicitou a Centrais Elétricas do Tocantins, Celtins, a retirada dos postes e a colocação de toda a fiação subterrânea, na área proposta para o tombamento.

O novíssimo estado do Tocantins busca, dentre suas referências, símbolos que possam marcar e fortalecer a sua identidade cultural. O tombamento de Porto Nacional seria o segundo no estado e é muito esperado pelos tocantinenses.

Há, na cidade de Porto Nacional, uma grande expectativa da população em relação ao tombamento. Várias associações e segmentos sociais se manifestaram favoravelmente, entre os quais as duas universidades da cidade, Unitins e Ilespen, respectivamente, Universidade Federal do Tocantins e Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional. Essas instituições de ensino desenvolvem continuamente projetos de pesquisa na cidade e no Centro Histórico, sobretudo nos campos disciplinares da História, Arqueologia e Antropologia.

Apesar das obras da hidrelétrica do Lajeado terem criado o lago e trazido a água para mais próximo do Centro Histórico, a paisagem foi pouco afetada em termos visuais. Continua-se com a visão de um porto, só que agora lacustre.

Devido à proximidade de Palmas que dista 60 km de Porto Nacional em ótima rodovia, o turismo deverá crescer nos próximos anos. Porto Nacional dispõe de diversos atrativos de interesse para os visitantes. Além do Centro Histórico, há belezas naturais como cachoeiras e

rios propícios para diversos esportes. Assim como Belo Horizonte tem Sabará, Ouro Preto e Mariana, Brasília tem Corumbá e Pirenópolis, Palmas terá Porto Nacional e Natividade, como referência histórica, em contraponto à cidade moderna.

Com o afluxo de turistas, a cidade deverá crescer. O plano diretor e o tombamento poderão ser um meio eficaz de orientação, controle e fiscalização desse crescimento.

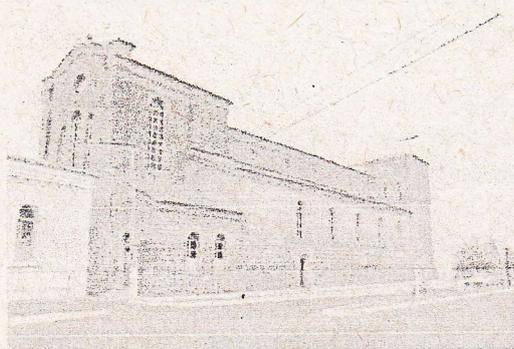
O Patrimônio Imaterial de Porto Nacional é outro ponto de forte relevância na cidade, por sua qualidade e variedade. Além do artesanato de palha e barro, herança dos índios, e da já comentada atividade das rendeiras, também é mantido um calendário das principais festas religiosas e profanas e dos festivais de música, dança, teatro e cinema.

A sede da Secretaria de Cultura funciona em um Centro Cultural que também abriga uma biblioteca, um museu, salas para múltiplas atividades e um auditório com palco e 250 lugares.

A Escola de Música de Porto Nacional é mantida pela prefeitura municipal e conta com 240 alunos em cursos de teoria musical, piano, violão, flauta e percussão. É conveniada com a rede municipal de ensino, transmitindo o conhecimento musical as escolas do município, mesmo as da zona rural. Esta escola tenta resgatar compositores e músicas de toda a região e sua meta é atingir 500 alunos em seus cursos para se transformar em conservatório.

Há um trabalho conjunto entre as secretarias de educação e de cultura para incluir no currículo escolar, a educação patrimonial. Isto será possível, pois uma das políticas da atual gestão municipal é tornar o período de permanência na escola, integral. Das 14 escolas municipais na área urbana, 6 já cumprem o horário integral, preconizado por essa política educacional.

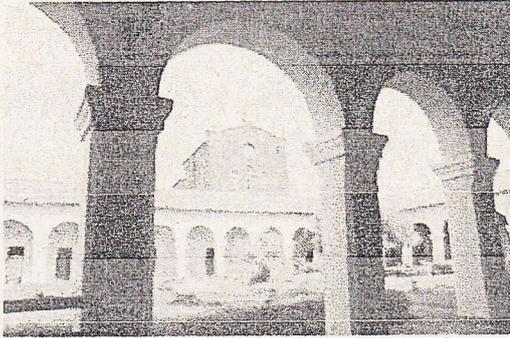
O desejo do povo portuense é ver eternizado o seu passado, por meio do tombamento do seu Centro Histórico. Acredita-se que as razões acima arroladas possam justificar o pedido de tombamento.



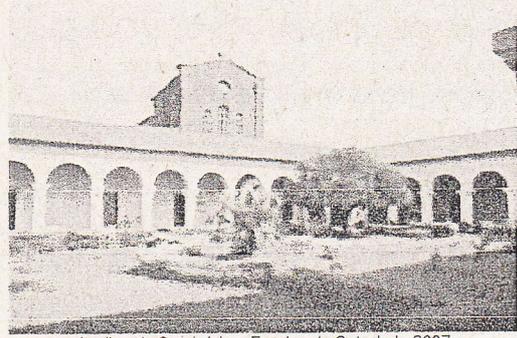
Fundos e Lateral da Catedral - 2007



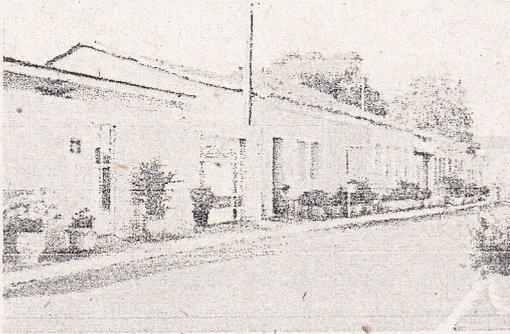
Rua Pinheiro de Lemos - 2007



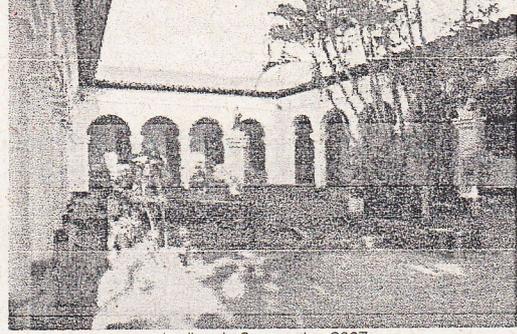
Arcadas do Seminário e Fundos da Catedral - 2007



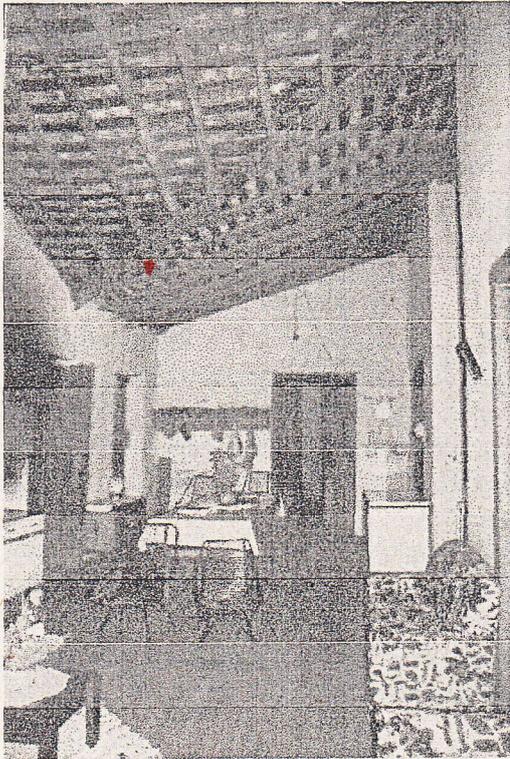
Jardins do Seminário e Fundos da Catedral - 2007



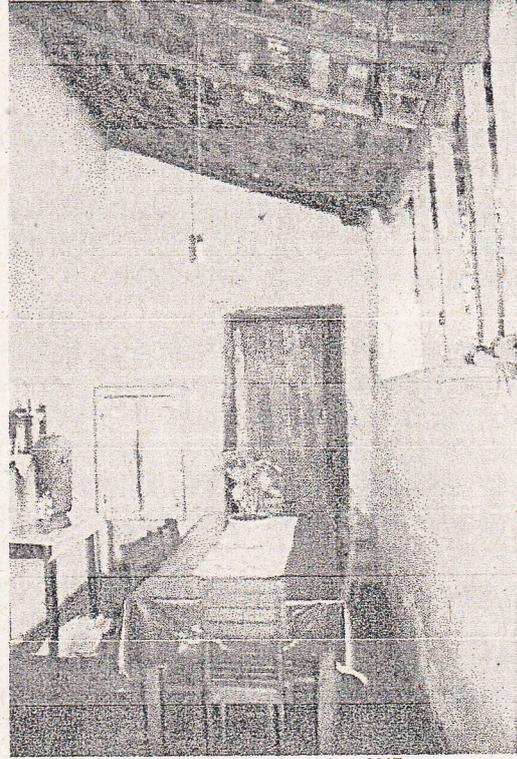
Rua Misael Pereira - 2007



Jardins da Consaude - 2007



Interior do Casarão dos Maias - 2007



Interior do Casarão dos Maias - 2007

Patrimônio Imaterial em Porto Nacional

*o barro do telhado
vestido de verdes
e camadas incontáveis de tempo
recolhe a melodia luminosa
das chuvas de março.*
Pedro Tierra, poeta português.

Mário de Andrade, ao esboçar o que seria mais tarde o decreto lei no 25 de 1937 que cria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, já se referia ao que hoje chamamos patrimônio imaterial ou intangível.

Na época, Gustavo Capanema e sua equipe do Ministério da Educação e Saúde imbuídos do desejo de criar uma nação brasileira nos moldes modernistas, se apropriam dos significados de povo e de popular, referindo-os à questão da nacionalidade. Mário então assegura, no decreto 25, um lugar para o folclore, para as manifestações populares, ao lado dos objetos, monumentos e paisagens, estas, como lugares “agenciados de forma definitiva pela indústria popular” (Mariani 1999:159).

O Iphan, nos anos que se seguiram a sua criação, a chamada fase heróica, tinha pela frente uma enorme tarefa. O patrimônio construído brasileiro, estava prestes a entrar em colapso, em ruína, face ao abandono, à estagnação e à conseqüente falta de manutenção. Por essa razão, todos os esforços da instituição se concentraram em recuperar e restaurar este imenso e monumental patrimônio arquitetônico.

A partir de 1970, volta o órgão a focar o estudo e a preservação das “manifestações populares, culturais e artísticas, que passam progressivamente a figurar entre o conjunto de bens representativos da identidade nacional selecionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. (Mariani 1999:165). Diversas proteções foram implantadas ainda sob forma de tombamento, destacando-se os da fábrica de vinhos de caju Tito Silva na Paraíba e o Terreiro da Casa Branca em Salvador.

A proteção dos bens culturais está ligada à atribuição de valor patrimonial, assim “cabe lembrar que a atribuição de valor de patrimônio a um bem cultural pressupõe uma sedimentação de significados, algum grau de consenso quanto à atribuição dessa distinção - no sentido que Bourdieu atribui ao termo - e um interesse em ‘preservar’ esse bem, seja lá o que se entenda por isso” (Londres, 2004:19).

Cresce cada vez mais o interesse, sobretudo dos antropólogos pelo conhecimento e pela forma de proteger estes artefatos culturais. Os bens de natureza imaterial são incorporados à

Constituição de 1988, no artigo 216, constituindo patrimônio brasileiro os bens de natureza imaterial representados pelas: formas de expressão; modos de criar, fazer e viver.

Em 1998 é realizado em Fortaleza um encontro onde são discutidos esses temas, na busca de um meio eficaz de protegê-los. A evolução deste pensamento culmina, em 2003 com a 32ª Conferência promovida pela Unesco, onde é aprovado por unanimidade o conceito de patrimônio cultural intangível ou imaterial, assim como a sua forma de proteção, isto é, o registro do bem.

O patrimônio imaterial é constituído por práticas, representações, saberes e fazeres, assim como instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados, que comunidades, grupos e quando for o caso, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. O patrimônio imaterial é então representado pelas: tradições e expressões orais, incluindo línguas; artes performáticas; práticas sociais, rituais e festas; conhecimentos e práticas sobre a natureza e o universo; artesanato tradicional.

Vale aqui ressaltar o que nos diz Laurent Lévi-Strauss, "para quem os elementos do patrimônio físico aparecem, juntamente com seu ambiente, sempre como suporte de saberes, de práticas e de crenças, organizando uma paisagem vivida da comunidade e participando de sua identidade", citado por Mariza Veloso, (Veloso 2004:34). Os centros históricos são portanto Lugares, no sentido atribuído a este termo por Marc Augé, que promovem o aparecimento dessas manifestações culturais de caráter imaterial. "Afirma-se, mais uma vez aqui, a relação entre patrimônio material, imaterial, tradição, memória e os testemunhos de suas manifestações, que compõem os lugares e as celebrações do cotidiano dos grupos sociais" (Veloso, id. ib.).

A Fundação Cultural do Tocantins ao lado da 14ª. SR do Iphan, vêm há dois anos, levantando no estado as referências culturais, já tendo realizado pesquisas e levantamentos em Natividade e Porto Nacional. Os trabalhos em Porto Nacional apontam para resultados que serão a seguir comentados.

Porto Nacional possui e cultiva suas festas religiosas. Elas representam uma forma de convívio social e de expressão, com participação efetiva da população na festa ou em sua preparação. O relatório da Fundação Cultural do Tocantins sobre o Inventário Histórico e Cultural de Porto Nacional nos fala que as manifestações religiosas indicam importantes formas de estruturação e transformação dos costumes de um povo. E afirmam "que tanto as festas religiosas, como as profanas, nas cidades do interior, no final do século XIX e começo do XX, eram sem dúvida os acontecimentos de maior significado no cotidiano dos pequenos municípios, onde os festejos de passagem de ano, ou os do carnaval passavam quase despercebidos".

Essas festas acontecem de acordo com o calendário religioso podendo, no entanto, haver alguns acertos de datas para se adaptar ao calendário agrícola.

A festa de maior importância em Porto Nacional é a festa da sua padroeira, Nossa Senhora das Mercês, cuja comemoração acontece no dia 24 de setembro. Durante nove dias o povo participa dos rituais religiosos na catedral, no início da noite e depois se concentra na praça/largo de N. Sra. das Mercês ou da Catedral, para quermesse, apresentação de cantores, danças e outros folguedos mais. Além dessa festa religiosa outras também são bastante celebradas, como os festejos do Divino Espírito Santo, dos Reis Magos e de São

Sebastião. Esta última festa, que acontece em janeiro, é sempre acompanhada pela folia de São Sebastião, em que os grupos de brincantes, dançam e cantam ao som de pandeiros e violas pela noite a dentro. Aí a coreografia e o cenário são muito importantes pois que bandeiras e estandartes fazem parte da folia.



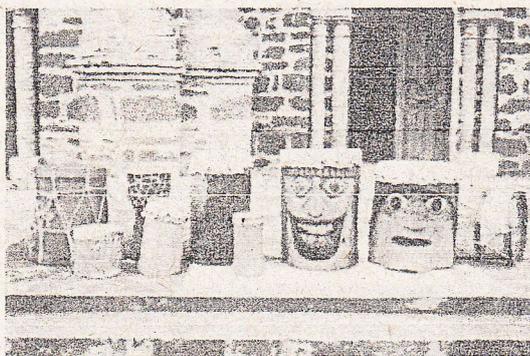
Festa de Reis, acervo FCT.



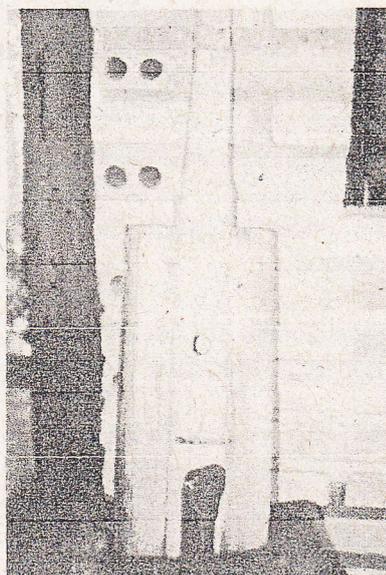
Festa de Reis, acervo FCT.

Todo sábado há feira na cidade, iniciando em geral por volta das quatro horas da tarde, e se prolongando até a meia noite ou mais. Esta feira acontece durante três sábados do mês na praça do Centenário, a maior praça de Porto Nacional e muito próxima do Centro Histórico, onde se localiza a prefeitura. Em um sábado do mês a feira acontece no largo do Cabaçaco, ao lado da antiga cadeia.

A Feira do Cabaçaco figura então como evento popular periódico, onde é vendida e trocada toda sorte de produtos regionais, desde comidas típicas ao artesanato de madeira, de capim dourado e de casca de cajá, além de objetos de cerâmica. Aí também se apresentam os violeiros, por vezes algumas representações teatrais, danças e cantores da região.



Tambores do Tocantins, acervo FCT.



Viola de Buriti, acervo FCT.

Porto Nacional tem sua banda de música Mestre Adelino, muito atuante não só na cidade mas nos distritos e em algumas cidades próximas. Há, pelo visto, um intercâmbio cultural com as cidades de Monte do Carmo e de Natividade. Desta cidade vem o grupo de Catireiros que nas festas do Divino Espírito Santo se junta ao grupo de catira de Porto Nacional para abrilhantar esta festa religiosa.

São ainda formas de expressão na cidade, o Teatro de Rua, que faz suas apresentações em sua maior parte, nas ruas do centro histórico, o Clube dos Violeiros, que se apresenta em muitas festividades, não só em Porto, mas em outras cidades da região, e os Tambores do Tocantins, grupo de percussão, formado por muitos jovens portuenses.

É forte o grupo local de capoeira, assim como o Gruconto, o Grupo de Consciência Negra do Tocantins.

A dança mais popular em Porto Nacional é a súa ou sússia que, na verdade, é a “suça”, segundo o historiador Everton dos Andes. A suça é uma dança ritualística que tem sua origem na África, com os quimbundos, nação que fala um dialeto banto. Representa a passagem da infância para a puberdade e a fase adulta. Só os rapazes festejam, dançam e bebem. É também o tempo onde são feitas as circuncisões nos meninos de doze anos. Parece que a “suça” entrou no Brasil com os escravos vindos de Angola.

No Tocantins, ela se espalhou pelas cidades do ciclo do ouro do então norte de Goiás, se adaptando ao meio e tentando fugir das repressões dos senhores de escravos. É uma dança que se baseia no ritmo de tambores gêge e em vozes, isto é, utilizavam em sua origem, dois tambores e muita vibração.

A suça, no Tocantins, vai aos poucos assimilando outras influências, deixa de ser ritual e se transforma em festa de tradição popular. Hoje ela é uma festa profana que acompanha as festas religiosas. As mulheres passam a ser aceitas, aumentam os tambores, aparecem os pandeiros e a música, antes de predominância percussiva, ganha então mais melodia com a introdução de violas.

A culinária em Porto Nacional é variada, devido à localização do estado do Tocantins, entre o Maranhão, Bahia e Goiás. Porto absorve influências dessas culinárias regionais e ainda da paraense. Devido à presença forte do gado na região e do peixe do rio Tocantins, há variados pratos típicos tendo por base esses dois ingredientes. Destacam-se o “arroz sirigado”, que é um cozido com carne de sol, pequi e arroz, e o “peixe na telha”, que é uma espécie de moqueca com muitos condimentos regionais, cozida numa forma de barro em forma de telha fechada nos dois lados.

Foram também inventariados os modos de fazer de diversos doces típicos, bolos, licores, compotas e conservas. Citam-se os doces de laranja, murici, manga, caju e cajuzinho, espécie de caju muito pequeno e muito doce encontrado no cerrado nos meses de agosto e setembro, em pleno período de seca. Os licores mais conhecidos são os de jenipapo, murici, pequi e caju.

Também são muito procurados os biscoitos e bolos de arroz.



Licores da Tia Ana, acervo FCT.



Produtos em compotas Tia Ana



Quitandas, biscoitos caseiros da Dona Zezé, acervo FCT.

A equipe de pesquisadores da Fundação Cultural do Tocantins ainda visitou pequenas oficinas artesanais de construção de canoas, confecção de rede de pesca, e de cerâmica.



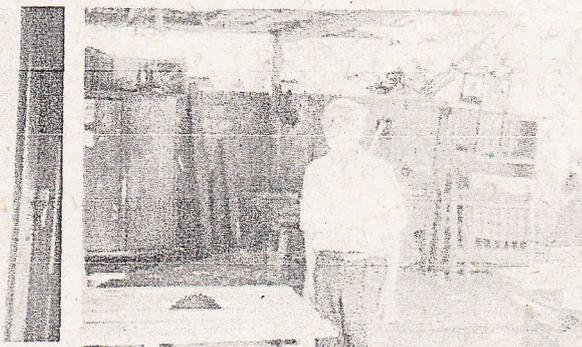
Cerâmica, acervo FCT.



Cerâmica, acervo FCT.



Rede de pesca, acervo FCT.



Oficina de fabricação de canoas e de móveis - acervo FCT.

Com a breve exposição dessas referências culturais pode-se comprovar a importância do patrimônio imaterial de Porto Nacional.

Ruas de Porto Nacional

Porto Nacional, como qualquer cidade antiga, não fabricada sob medida e espraiada ao sabor rotineiro e monótono do acaso, ostenta por traz das placas de ruas que evocam nomes de vultos ilustres, outras designações populares por vezes bem curiosas.

Durval Godinho, escritor portuense.

É curioso observar nas cidades tradicionais, as denominações das ruas. Grande parte delas, as mais antigas, apesar de terem, ao longo da história, mudado de nome, resistem no entanto, as imposições políticas e, o povo, continua chamando-as por seu nome de origem.

Uma delas, a rua do Cabaçaco, cujo nome atual é Coronel Pinheiro, já teve os nomes de Imperatriz, de curta duração, em honra à imperatriz Leopoldina, logo após a abolição dos escravos, e Intendente, em 1890, após a proclamação da República.

Não se sabe ao certo a sua origem; dizem que ela nasceu com o nome de cabaçal, devido a grande quantidade de cabaças encontradas em plantações nas proximidades daquela rua e que também deriva "da 'rede de saco de malhas' usada pelos portugueses dos rios Minho e Tejo e para aqui emigrados ao tempo das descobertas do ouro" (Godinho, 1988: 270). Parece então que as duas palavras cabaça e saco, ao se juntarem, deram nome ao logradouro.

Esta rua até os dias de hoje só é conhecida como rua do Cabaçaco.



Rua do 'Cabaçaco', atual Coronel Pinheiro - 2007

A atual rua Dr. Francisco Ayres da Silva, importante via que se desenvolve no sentido leste oeste. Durante muito tempo era conhecida por três nomes: rua Grande, Direita e rua Larga. Rua Direita porque do porto, saia-se da cidade, direto ou direito para a Vila do Carmo e outras vilas mais. Era a principal saída da cidade por terra.



Rua Direita, atual rua Dr. Francisco Ayres da Silva

O atual largo de N. Sra. das Mercês era o antigo largo da Catedral.



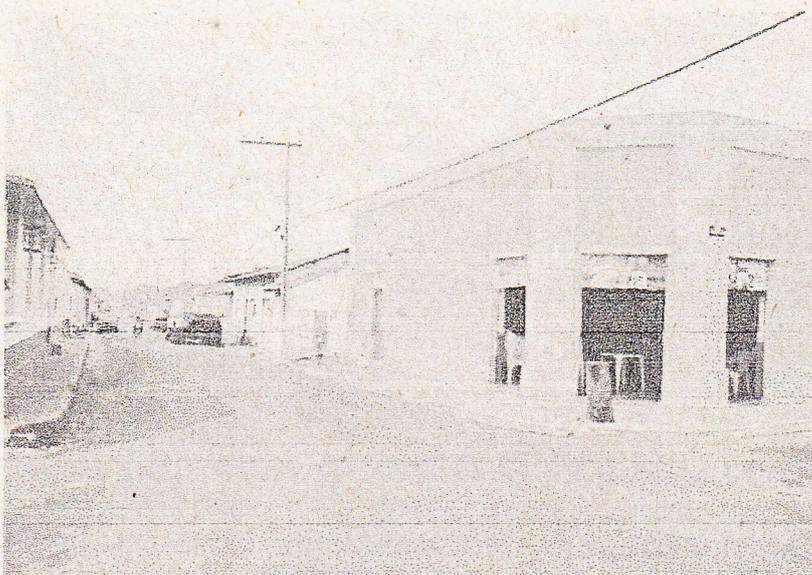
Largo de Nossa Senhora das Mercês ou da Catedral - 2007

A rua Coronel Rafael Belles, avenida que margeava o rio Tocantins antes da construção do lago do Lajeado, era denominada rua do Recantão. Ela conduzia os passantes até mais adiante, ao Largo do Recantão, ao norte. Este largo já teve os nomes de São Francisco, Dom Francisco, Largo do Pau e ainda Redenção. Não vingaram esses nomes, sobrou mesmo o Largo do Recantão.



Rua do Recantão, atual rua Coronel Rafael Belles - 2007

A rua do Pau d'Óleo é a atual rua João Ayres Joca, que também já foi chamada de Carreira Comprida.



Rua do Pau d'óleo, também chamada Carreira Comprida, atual rua João Ayres Joca - 2007

A rua Getúlio Vargas, importante artéria, já foi chamada de rua do Capim.
A rua Joaquim Pinheiro de Lemos foi outrora a rua do Meio, do Norte e 15 de Novembro, logo após a proclamação da república.

A rua Mizael Pereira era a antiga rua São José, por ali se situar o teatro São José, hoje demolido.



Rua de São José, atual rua Mizael Pereira - 2007

A rua da Piedade era conhecida como rua das Pombinhas. "Nela residiu Malaquias Camôa", (Godinho, id: ib) descendente do barqueiro português Félix Camôa, primeiro morador de Porto Nacional.

A conhecida rua da Cadeia, leva hoje o nome de rua Padre Antônio, em homenagem ao padre Antônio Luiz Pereira, vigário de Porto Nacional em 1840.

A grande maioria desses logradouros é hoje chamada pelos nomes populares que vêm do século XIX. Isto demonstra a força da tradição e o sentimento de dignidade do povo em conservar os nomes das ruas que ele mesmo deu, preservando assim todo um acervo de bens de natureza simbólica.



Rua de São José, atual rua Mizael Pereira - 2007

AGRADECIMENTOS

Prefeitura Municipal de Porto Nacional
Paulo Sardinha Mourão
Leandro Rocha

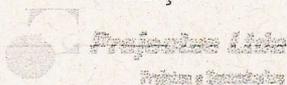
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Salma Saddi Wares de Paiva
Maria Cristina Portugal Ferreira
Paulo Farsetti
Simone Kimura
Luciana Araújo

Fundação Cultural do Tocantins
Cristiane Rezende
Valéria Picanço
Rosicleide Souza Pereira
Antônio Miranda

Ao Povo de Porto Nacional e em especial
Paulo Sérgio Maya
Edvaldo Rodrigues
Creuza Ayres
Everton dos Andes
Bey Ayres
Pedro Tierra
Paulo Manduca
Ariadine Godinho

Colaboração Especial
Marco Antônio Galvão
Vera Braum Galvão
Maria Goretti Barja - AvE

Realização



Brasília - 2007

O Plano Diretor de Porto Nacional

O Plano Diretor elaborado para Porto Nacional, atualmente em vigor, contempla diversos artigos que se referem ao Centro Histórico.

De acordo com o Plano Diretor, o Centro Histórico está situado na macro zona urbana e, como já foi dito, os seus limites coincidem aproximadamente com os limites traçados pela Fundação Cultural do Tocantins quando da elaboração do inventário de bens imóveis. Corresponde também com pequenas modificações, à poligonal de entorno de preservação agora apresentada.

Passa-se agora a leitura desses artigos:

Art. 18. A dinamização do núcleo histórico da Cidade com o resgate de sua importância histórica será feita mediante:

- I - definição do perímetro urbano a ser tratado como núcleo histórico e da zona de transição entre ele e as demais partes da Cidade;
- II - promoção da qualificação dos espaços públicos e das edificações;
- III - definição de sinalização adequada às características do núcleo original;
- IV - estímulo à dinamização do núcleo original pelo uso cultural e turístico de seus espaços;
- V - valorização do aspecto histórico-cultural do núcleo original.

Art. 25. O ordenamento territorial do Município será efetivado mediante:

- I - o macrozoneamento;
- II - a estruturação das vias de circulação de veículos e pedestres;
- III - a preservação do patrimônio histórico e cultural;

Art. 27. Ficam instituídas as seguintes macrozonas:

- I - Macrozonas Urbanas (MU);
- II - Macrozona de Proteção Ambiental (MA)
- III - Macrozona Rural (MR)

Art. 28. As Macrozonas Urbanas são áreas efetivamente destinadas a concentrar as funções urbanas com o objetivo de:

- I - otimizar os equipamentos urbanos e comunitários instalados;
- II - orientar o processo de expansão urbana;
- III - condicionar o crescimento urbano à capacidade dos equipamentos urbanos e comunitários.

§ 1º Nos termos estabelecidos no caput deste artigo, são Macrozonas Urbanas:

- I - sede do Município, como Macrozona Urbana 1 - MU 1;
- II - Distrito de Luzimangues, como Macrozona Urbana 2 - MU 2;
- III - Distrito Agro-Industrial de Porto Nacional, criado pela Lei Municipal n.º 1.308, de 12 de agosto de 1991, modificada pela Lei n.º 1.305, de 12 de junho de 1992, como Macrozona 3 - MU 3;
- IV - povoado Escola Brasil, como Macrozona 4 - MU 4;
- V - povoado Nova Pinheirópolis, como Macrozona 5 - MU 5.

§ 2º A transformação do solo rural em urbano, na definição das Macrozonas Urbanas, dependerá de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos termos estabelecidos pelo Art. 53 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 41. A preservação do patrimônio histórico e cultural visa valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.

§ 1º Entende-se como patrimônio material as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico.

§ 2º Entende-se como patrimônio imaterial os conhecimentos e modos de fazer identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

Art. 42. O Poder Executivo municipal deverá elaborar política de preservação do patrimônio histórico e cultural tendo por finalidades:

- I - tornar reconhecido e apropriado o valor cultural do patrimônio;
- II - garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
- III - desenvolver o potencial turístico do município, com base em seu patrimônio cultural e natural

Art. 67. Na Macrozona Urbana 1 os usos são assim distribuídos espacialmente:

I - área do núcleo histórico de Porto Nacional, na qual são admitidos os usos residenciais unifamiliares, comércio varejista, serviços, pequenas indústrias domésticas, artesanais e hortifrutigranjeiros em edificações de um pavimento;

II - áreas que por suas características complementares, proximidade e compatibilidade com o núcleo histórico de Porto Nacional têm componente espacial e ambiental de transição entre ele e a área central da cidade.

III - área predominantemente residencial unifamiliar, com baixa densidade de ocupação, em edificações de até dois pavimentos, onde são admitidos comércio e serviços que se relacionem com o uso habitacional;

IV - áreas de chácaras de recreio, lindeiras ao córrego São João, destinadas exclusivamente à habitação, em edificações de um pavimento.

V - área de uso misto de habitação, comércio e serviços em edificações de até dois pavimentos;

VI - área comercial e de serviço em edifícios de até quatro pavimentos, sendo admitido o uso habitacional;

VII - Área paisagístico-ambiental correspondendo a:

a) área destinada à preservação da paisagem natural na orla do lago e de suas encostas para atividades vinculadas ao turismo e lazer;

b) áreas de preservação permanente, destinadas à preservação das áreas naturais, compreendendo as margens do Córrego São João;

c) Parque Ecológico criado pela Lei Municipal n.º 1.682, de 03 de novembro de 2000.

VIII - Área de abastecimento e serviços, onde são admitidos oficinas mecânicas, postos de abastecimentos de combustíveis, borracharias, estabelecimentos comerciais de grande porte, restaurantes e lanchonetes, estabelecimentos de serviços industriais, armazéns atacadistas e atividades especiais;

§ 2º São consideradas atividades especiais aquelas que demandam grandes áreas e implicam em grande concentração de pessoas ou veículos, exigindo preservação e controles específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Audrin, J. M.. *Entre Sertanejos e Índios do Norte* (1946)- Edições Púgil Ltda, Livraria Agir Editora- Rio de Janeiro, 2007.
- Barbosa, Ycarim Melgaço. *As Políticas Territoriais e a Criação do Estado do Tocantins*- Tese de doutorado- USP- São Paulo, 1999.
- Barros, João Alberto Lins. *A Marcha da Coluna*- Biblioteca do Exército- Editora Rio, 1997.
- Bertran, Paulo, (Org., Ed.). *Notícia Geral da Capitania de Goiás*- Tomos 1 e 2, Editora da UCG- Editora da UFG, 1997.
- Brandão, A. J. Costa. *Almanach da Província de Goyaz*- Editora UCG, Goiânia, 1978.
- Campelo, Glauco. *Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio*- Revista do Patrimônio, Rio- Iphan, n° 23, 1994.
- Campofiorito, Ítalo. *Enquete tendenciosa*- Revista do Patrimônio, Rio- Iphan, n° 23, 1994.
- Canclini, Nestor Garcia. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional*- Revista do Patrimônio, Rio- Iphan, n° 23, 1994.
- Choisy, Auguste. *História de la Arquitectura*- Editorial Victor Leru, Buenos Aires, 1951.
- Ferrez, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829*- Fundação João Moreira Salles, Fundação Nacional Pró-Memória- Rio de Janeiro, 1981.
- Londres, Cecília. *Patrimônio e performance: uma relação interessante*- Patrimônio imaterial, performance cultural (re) tradicionalização- Brasília- Transe/Ceam, UnB, 2004.
- Macaulay, David. *Naissance d'une Cathédrale*- Éditions des Deux Coqs d'Or, 1974.
- Macaulay, Neill. *A Coluna Prestes*- Difel: Difusão Editorial S.A. 2ª Ed. Rio/S. Paulo, 1977.
- Manduca, Talles Emanuel de França. *O Resgate da Cultura e do Lazer de Porto Nacional-TO*- Dissertação de Graduação- Curso de Arquitetura e Urbanismo- Unitins- Palmas, 2002.
- Manzano, Heloisa e Lotufo, Eduardo. *Nas Barrancas do Tocantins*- Memórias de um casal de médicos- Prefeitura Municipal de Porto Nacional, 2005.
- Mariani, Alayde. *A Memória Popular no Registro do Patrimônio*- Revista do Patrimônio, Rio- Iphan, n° 28, 1999.
- Messias, Noeci Carvalho. *Patrimônio Cultural: Entre o Tradicional e a Modernidade com a chegada da Hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional-TO*- Tese de Mestrado UCG- Goiânia, 2004.
- Moreux, Jean Charles. *Histoire de l'Architecture*- Presses Universitaires de France- Paris, 1973.
- Palacin, Luiz; Garcia, Franco e Amado, Janaina. *História de Goiás em Documentos: I Colônia*- Editora UCG, Goiânia, 1995.
- Paz, Octavio. *Hablo de la ciudad*- Revista do Patrimônio, Rio- Iphan, n° 23, 1994.
- Pohl, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*- Edit. da Univ. de S. Paulo, Livraria Itatiaia Edit. Ltda, Belo Horizonte, 1976.
- Porto Nacional- Wikipédia; Wikipédia, a enciclopédia livre 21/9/2007.
- Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (1942)*- São Paulo, Brasiliense, 1990.
- Reis, Regina. *A catedral de Porto Nacional*- UCG- Departamento de Arquitetura e Urbanismo- Goiânia, 1983.
- Rodrigues, Edvaldo. *Pedras de Fogo*- Romance- Editora Kelps 2ª edição, Porto Nacional, 2007.
- Rodrigues, Lysias. *O Rio dos Tocantins*- IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Rio, 1945.
- Schiavo, Célia e Zettel, Jayme. *Memória, Cidade e Cultura*- Uerj, Iphan- Rio, 1997.
- Silva, Creuza Ayres. *Vidas em Foco*- Artes Gráficas e Editora Nacional Ltda- Porto Nacional, 2005.
- Tierra, Pedro. *O Porto Submerso*- Prefeitura Municipal de Porto Nacional, 2005
- Veloso, Mariza. *Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público*- Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização Brasília, Transe/Ceam, UnB, 2004.
- Wenders, Wim. *A paisagem Urbana*- Revista do Patrimônio, Rio- Iphan, n° 23, 1994.

Sites pesquisados:

http://www.geocities.com/agenda_to/historia.htm
<http://www.to.gov.br/seagro/conteudo.php?id=49>
<http://www.urbanizacao.cnpem.embrapa.br/conteudo/uf/to.html>
http://www.palaciodecanaldetudela.com/fotos/claustro_romanico.jpg
<http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Porto.VR/romanico/Rates/Fachada.jpg>
<http://www.tourinfos.com/collectif/r0021/d0083/m0003/photo/z003560a.jpg>
<http://www.uneassociationparjour.com/images/2007/05/10/basilique>
http://www.camoin.com/IMAGES/ECOLE/FR/sainte_baume/vue_aerienne.jpg
<http://www.thenazareneway.com/Basilica%20St.%20Maximin3.jpg>

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Ab'Saber, Aziz, 82
 Almeida, Maria, 72
 Azevedo, Francisco, 20
- Balsan, Rosane, 34
 Beni, Mario, 28, 89
 Berman, Marshall, 72, 73
 Borges, Ana Maria, 21, 83, 84, 86
- Carlos, Ana Fani, 58
 Castriota, Leonardo, 25
 Castrogiovanni, Antônio, 23
 Cavalcante, Maria, 84
 Chaui, Marilena, 27, 28
 Choay, Françoise, 25, 33, 40
 Claval, Paul, 65, 80
 Corrêa, Roberto, 82
 Costa, Everaldo, 47, 48, 55, 71
 Costa, Rogério, 80
 Cruz, Rita, 56, 65, 75
 Cury, Isabelle, 48
- Dencker, Ada, 57, 58
 Dourado, Benvinda, 16, 21
- Feitosa, Mônica, 45
 Flores, Joaquim, 25
 Fonseca, Maria, 45, 54
- Gastal, Susana, 55, 56
 Godinho, Durval, 19
- Hobsbawm, Eric, 55, 59
- Lakatos, Eva, 88
- Laraia, Roque, 26, 27, 102
 Le Goff, Jacques, 23
 Lira, Edmárcia, 16
 Luchiari, Maria, 23
- Mattos, Raymundo, 20
 Meira, Ana, 44
 Messias, Noeci, 15, 70, 72, 96
 Minayo, Maria, 88
 Moletta, V.F., 28
- Nardi, Leticia, 82
 Nogueira, Marco, 45, 99
- Oliveira, Maria, 15, 18, 20, 49, 50, 51, 86, 87
 Oliveira, Maria Marly, 86
- Perez, Xerardo, 32, 55
 Pollak, Michel, 99
 Possamai, Zita, 44
- Raffestin, Claude, 80
 Reis, Regina, 34, 50
 Rodrigues, Jean, 21
 Rodrigues, Marly, 44, 80
- Saballa, Viviane, 18
 Santana Talavera, Augustín, 32
 Sant'anna, Marcia, 41
 Santos, Milton, 25, 39, 57, 58, 75, 78, 80, 81, 84, 86, 98, 101, 102
 Simionatto, Ivete, 45
 Spinelli Júnior, Jayme, 34, 35, 37
- Zanirato, Silvia, 35, 40